unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

RIO CLARO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

"Júlio de Mesquita Filho"
Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

RAQUEL FULINO DE SOUZA

A "GEOGRAFIA DO PODER" DE CLAUDE RAFFESTIN

Uma contribuição à teoria materialista do território

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutora em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Gilberto de Souza

RIO CLARO – SP
2020

S729"

Souza, Raquel Fulino de

A "geografia do poder" de Claude Raffestin : uma contribuição à teoria materialista do território / Raquel Fulino de Souza. -- Rio Claro, 2020

281 f. : fotos

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro

Orientador: José Gilberto de Souza

1. Pensamento geográfico. 2. Claude Raffestin. 3. Território. 4. Trabalho. 5. Relações sociais de poder. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JULIO DE MESQUITA FILHO”

Campus de Rio Claro Instituto de Geociências e Ciências Exatas

RAQUEL FULINO DE SOUZA

A “GEOGRAFIA DO PODER” DE CLAUDE RAFFESTIN

Uma contribuição à teoria materialista do território

Comissão Examinadora

Presidente e orientador: Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Membro Titular: Prof. Dr. Eguimar F. Chaveiro (IESA - UFG)

Membro Titular: Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF)

Membro Titular: Profa. Dra. Marta Inez Medeiros Marques (USP)

Membro Titular: Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (USP)

Conceito: **APROVADA**

Rio Claro, 07 de julho de 2020.

RESUMO

Diante do pragmatismo que assistimos em torno de citações apressadas sobre as concepções geográficas de Claude Raffestin, particularmente àquelas relacionadas às relações sociais de poder e à produção dos territórios, esta tese busca desenvolver reflexões sistemáticas acerca da construção do projeto epistemológico do autor suíço e a correspondência material de sua "geografia do poder" na interpretação dos fenômenos territoriais contemporâneos. Tratando-se, indubitavelmente, de um geógrafo comprometido com a desnaturalização das relações de poder entre os homens e com a interpretação dos processos desiguais e contraditórios imanentes à constituição dos territórios, o objetivo deste texto consiste em analisar os elementos teóricos e metodológicos que estruturaram sua problemática relacional do poder. Como sabemos, o sistema relacional, em Raffestin, repousa sobre as estratégias e os "programas de ação" realizados pelos "atores sociais" no espaço geográfico, que, mediante o trabalho e as formas de projeção e apropriação dissimétricas da praxis humana, engendram ontologicamente seus territórios e territorialidades. Todavia, como demonstraremos, o geógrafo suíço não se compromete apenas com o alcance explicativo de uma "teoria social do poder", mas também com a formalização do estatuto científico da geografia humana, de caráter universalizante, objetivo e sistemático de suas categorias e conceitos. A partir deste "programa de reflexão geográfica", Raffestin oscila, teoricamente, entre o logicismo representativo do sistema territorial e a preocupação concretas dos conflitos e disputas relacionais, que estão na base imanente da gênese territorial. Neste sentido, à luz da categoria marxiana de trabalho, como uma resposta metodológica e analítica ao conceito foucaultiano de poder, interpretamos a *práxis* relacional dos atores sintagmáticos e paradigmáticos, os quais, como veremos, são sujeitos sociais subsumidos, idealmente, na "práxis semiótica" da linguística, ou melhor, "atores da linguagem" posicionados medularmente na construção de uma "teoria do território".

Palavras-chave: Território; Claude Raffestin; Pensamento geográfico; Trabalho; Materialismo histórico e dialético.

ABSTRACT

In view of the pragmatism witnessed by us around the hasty quotes about Claude Raffestin's geographical conceptions, particularly those related to the social relations of power and the production of territories, this thesis seeks to develop systematic reflections on the construction of the swiss author's epistemological project and correspondence material from his "geography of power" in the interpretation of contemporary territorial phenomena. Being a geographer committed to the denaturalization of social power relations and to the analysis of unequal and contradictory processes immanent to the constitution of territories, the goal of this text is to analyze the theorical and methodological elements that structured his relational problematic of the power. As we know, the relation system, in Raffestin, rests on the strategies and "action programs" carried out by the "social actors" in the geographical space, which engender ontologically territories and territorialities, through the labour and the dissimetric projection and appropriation of human praxis. However, as we will demonstrate, the swiss geographer is not only commited to the explanatory scope of a "social theory of power", but also to the formalization of the scientific status of human geography, of a universalizing, objective and systematic nature of its categories and concepts. From this "geographic reflection program", Raffestin oscillates, theoretically, between the logicism representative of the territorial system and the concrete concern of conflicts and relational disputes, which are at the base of the territorial genesis. In this sense, in the light of the marxian category of labour, as a methodological and analytical response to the foucaultian concept of power, we interpret the relational praxis of syntagmatic and paradigmatic actors, who, as we will see, are social subjects subsumed, ideally, in the "semiotic praxis" of linguistics, or rather, "actors of language" positioned medullarily in the construction of a "theory of territory".

Key-words: Territory; Claude Raffestin; Geographic thought; Labour; Historical and dialectical materialism.

Para minha mãe (em memória).

Neste trabalho,
Muitas de suas irrealizações
Cumpriram-se em mim.

E também:
À todas e todos que ainda fazem da crítica
Uma arma operante e necessária na batalha das ideias.

AGRADECIMENTOS

A **José Gilberto de Souza**, certamente, o primeiro entre os meus agradecimentos, mas nem por isso o reconhecimento mais fácil de ser traduzido. Os olhos marejados com que escrevo, indicando o final de um trajeto e o início de outras aberturas, revelam o cotidiano de trabalho e de afeto que se amalgamaram profundamente no que sou e em nossa relação de orientação e amizade. Um dia você me disse sobre o "caminhar do manco"; nunca entendi. O que compreendi em toda trajetória sempre veio acompanhado de firmeza. Firmeza em sua disposição em dialogar e refletir minhas questões (inclusive através de longos áudios), firmeza no processo de trabalho mesmo quando estávamos em viagem, ou, como dizia, mesmo quando as condições objetivas nos obrigam a "enfrentar", a "ter que fazer". Sua demarcação ética e de método, inabaláveis em qualquer relação, sempre permeou nossos diálogos e, hoje, no final dessa orientação, permanecem em mim como da primeira vez em que conversamos. Agradeço você, Gil, por nunca ter "aberto mão": segurou-me na iniciação científica quando eu estava sem orientação. Acolheu a "demasia" de minha filosofia, distinguindo comigo minhas lacunas do ponto de vista do método e do escopo político. Acolheu o que eu sou neste mundo repleto de preconceitos. Segurou-me nos momentos mais duros de minha formação e usou de impassibilidade e rigor quando precisei. Seguramente, meu professor e amigo. Seguramente, nosso vínculo intelectual e afetivo de uma vida toda.

Ao grupo de estudos constituído pelos orientandos de graduação, mestrado e doutorado do Professor José Gilberto, que construímos em meio a discussões sobre o método e debates acalorados acerca dos textos que produzíamos. Neste percurso, as contribuições à minha tese surgiram em críticas amigáveis e sugestões que fui acatando ou descartando conforme avançava. Em particular, agradeço: **Gabriel Bairro**, **Messias Lira**, **Vinícius Aversa**, **Débora Francisco,** pelas trocas mais diretas.

A **Samir Eid Pessanha**, meu amigo de olhar doce e coração imenso. Agradeço por ter me acolhido tantas vezes, por ver cada "repetição" minha (psicanaliticamente falando) e, mesmo assim, ter a paciência e a escuta atenta para me "reinventar" comigo. Por ser meu maior confidente. Por ser o homem que eu escolhi para ser o padrinho do filho que nunca terei. Por ser aquele que eu sei que sempre estará lá... A **Júlio César Avelino**, pelo carinho e pelas conversas infindáveis. Pela sinceridade e pelo olhar preciso sobre as relações não

tão boas para mim. Pelos almoços e jantares deliciosos em Rio Claro e em São Paulo. Aos dois, Sam e Ju, por serem morada.

À **Edna Fulino**, minha tia que foi muitas vezes mãe, por insistir nas doses de amor semanal. Pela compreensão nas minhas ausências, sobretudo no final desta tese. Aos meus primos, **Paula e Danilo**, irmãos mais velhos, que souberam jogar "conversa dentro" quando mais precisei.

Ao meu pai, **Marcus Aurelius Nery Celino de Souza**, e ao meu irmão, **José Felipe Conrado Fulino de Souza**, por tudo o que pudemos viver e pelo que conseguimos ser em nossas vidas, com nossos referenciais de mundo, nossas individuações e carinhos distantes.

À **Paula Juliasz**, pela escuta amiga de todas as horas, por acompanhar todo o desenvolvimento desta tese, pelo tempo de maturação. Pelas trocas quase diárias sobre a universidade pública, a prática docente, a epistemologia da geografia. Por ser alguém tão presente na minha vida mesmo em meio a uma das rotinas mais agitadas que eu conheço.

A **Jonathan Ferreira**, pelo cinema pernambucano e pela poesia; à **Débora Francisco**, pelas ingerências maternais, pelas tardes acompanhadas de trabalho na mesa ao lado, pelo carinho das risadas e aflições. À **Jéssica Minillo**, por ter me segurado nos dias em que eu achava não caber mais.

À **Maria Clara Belchior**, pela cumplicidade que vivemos, pelo olhar latinoamericano sobre a política nacional, pela torcida de sempre nesta trajetória acadêmica. A **Antônio Sérgio da Silva**, pela vitrola, pelas conversas sobre a ditadura e seu percurso na ciência geográfica.

À **Ana Carolina Rocha Spitalere** (se um dia buscar esta tese), agradeço os anos que tivemos, os projetos distintos que mostraram nossos infinitos. À força de seus olhos claros sobre meus textos e minhas ideias, meu reconhecimento. Por sempre me incentivar em tudo naquele cotidiano. Por ser a segunda montanha mais resiliente que conheci, a única viva, tal como o Mont Salève acompanha de frente, no frio mais rigoroso, as vagarosas incursões do Lèman na Genebra invernal. Seu calor acompanhou de longe meu intercâmbio e muitas colorações de cinza que vi por lá. Reconheço sua entrega, o amor que tivemos e guardo todos os nossos anos com muito carinho.

Às paixões seguintes, que desanuviaram minha testa tesa e souberam trazer leveza e calor nos dias mais duros de trabalho. Por compartilharem ideias, sorrisos, música e arte, coisas que suavizam a escrita e mudam ritmo sonoro das reflexões sobre o mundo.

Pelos caminhos mais íntimos de nós mesmas, os quais sempre, quando buscamos com afinco e humildade, vem acompanhados pelas melhores mãos. Nisto tudo, devo agradecer minha analista, **Disete Devera**, pelo processo criativo, pelo alargamento de alma, pela vontade de viver e a calma garantida no "uma coisa por vez".

***

Ao **Professor Bernard Debarbieux**, que, prontamente, acolheu meu projeto de pesquisa na Universidade de Genebra, acelerando a emissão de meu visto suíço e garantindo todas as condições necessárias à plena realização do estágio de pesquisa.

Meus sinceros agradecimentos a todos os colegas do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da Universidade de Genebra e do Departamento de Geografia da Universidade de Neuchâtel. Em particular, ao **Professor Bertrand Lévy**, ao **Doutor Mathieu Petite**, à **Professora Juliet Fall,** ao **Professor Francisco Klauser**, ao **Doutor Louca Lerch**, pelos diálogos sobre minha pesquisa e entrevistas concedidas, pelas referências, orientações e até mesmo pelas críticas neste percurso todo, as quais me fizeram reavaliar o essencial do inessencial na pesquisa geográfica.

Aos amigos de Genebra: **Carinne Domingos**, por ter me mostrado a neve pela primeira vez, pelas viagens de final de semana a cidades vizinhas, por ter me auxiliado na preparação da primeira entrevista com o Prof. Raffestin, atenuando minha ansiedade e algumas inflexões de meu sotaque. **Raphaël Languillon**, pelos diálogos sobre a gentrificação na França inflexível e as contradições mais profundas da sociedade brasileira. Por ter, gentilmente, oferecido seu apartamento em Lyon quando, estafada pelo trabalho, precisei viajar. **Lorris Germann**, pelo primeiro mês (o mais difícil), pela recepção calorosa, pelo verdadeiro *fondue* suíço, pelas dicas, pelos vinhos e pelo cuidado. **Nicolas Dallafiora**, por ter me buscado de bicicleta na Gare Cornavin quando cheguei com duas grandes malas. Por ter me buscado (de bicicleta) em um ponto qualquer de Genebra, quando me perdi. **Cecilia Raziano Gonzalez**, pelo sorriso no rosto em todos os diálogos que tivemos, pelas palestras e almoços conjuntos. Pela cerveja belga que nunca esquecerei. Por contornar comigo as gritantes diferenças entre Suíça e Brasil. **Yannick**

Rousselot, pelos diálogos que aprendi sobre anarquismo, as ideias de Bakunin e a militância de Reclus. **Hind Oudrhiri**, pelas ajudas técnicas, pelas risadas trocadas e por me falar da beleza e dos problemas de Marrocos. A vocês todos, minha gratidão profunda. Pela despedida de uma semana de bar em bar até o Brasil.

E ainda: à **Mme. Olga** e à **Mme. Therèse,** pela acolhida de alguns meses no convento na região central de uma Genebra caríssima, viabilizando minha estadia e garantindo um lugar acolhedor e profundamente silencioso para estudar.

E, finalmente, meus agradecimentos mais calorosos ao **Professor Claude Raffestin,** intelectual obstinado, rigoroso e profundamente sensível. Setembrino e entusiasta de Thomas Mann como eu. Meus sinceros reconhecimentos à condução dessa pesquisa sob suas constantes intervenções, equilibrando em mim, comigo, a antiteticidade real que atravessou todos os dias dessa tese: a sensibilidade na apreensão de um pensamento radical, erguendo-se no interior da incomplacente geografia francófona na metade do século XX, e a ousadia – necessária – em questionar essa radicalidade nos dias de hoje, com uma geografia feita dentro dos trópicos que sangram. A síntese: um intelectual fronteiriço de uma geografia concreta incomparável: afinal, um "filósofo". Uma estudante que nunca perdeu a admiração quando pensava suas críticas – não em relação ao seu "objeto de estudo" – mas ao seu "clássico". Como disse em nosso último abraço: "*Continuez-vous! Ne sommes-nous plus capables de supporter la raillerie?"*. Afeto algum me poupará de suas críticas...

***

Aos queridos colegas do **CEAPLA**, por sempre permitirem um cotidiano salutar e aprazível nos dias de trabalho. Em especial, a **Carlo Burigo**, pelos sorrisos, por ter me ajudado em tudo e até mais um pouco, por nunca negar uma impressão de texto nem uma única explicação sobre IR. Ainda à **Dê, Maíca** e **Giovanna**, pela leveza e carinho.

Aos colegas de embate, que, provavelmente, nunca buscarão esta tese, mas que permitiram descaminhos explícitos sobre as relações conflituosas que vivemos, especialmente em tempos de assumirmos nossas posições objetivas sobre a ciência, a universidade pública e as articulações cotidianas, sejam à procura de preciosismos e individualismos ou de denúncia e intervenção transformadora.

À **Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP:** processo nº**.** 16/02269-5**)** e à **CAPES (**O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil – CAPES – Código de Financiamento 001**)**, pelo suporte financeiro em uma conjuntura de profundo desmonte institucional e desmoralização do conhecimento científico.

A vocês todos,

singelamente,

MUITO OBRIGADA!

Um livro de poesia na gaveta não adianta nada
Lugar de poesia é na calçada.
[...]
Aonde vai o pé, arrasta o salto
Lugar de samba-enredo é no asfalto.

Sérgio Sampaio – Cada lugar na sua coisa

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 16

PRIMEIRA PARTE: TEORIA, MÉTODO E IDEOLOGIA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM GEOGRAFIA 23

CAPÍTULO 1 - DOS EPISTEMOLOGISMOS DA MODERNA TEORIA DO CONHECIMENTO À TEORIA MARXISTA DO SER SOCIAL NA CRÍTICA DE UM PENSAMENTO GEOGRÁFICO 33

1.1 – As armadilhas da abstração e o "évanouissement" do pesquisador isolado na realidade objetiva 34

1.2 – A ontologia materialista e a questão da reconstrução categorial de um pensamento geográfico 49

1.3 – A ontologia materialista e a natureza não isolada de um pensamento 58

SEGUNDA PARTE: A RECONSTRUÇÃO ONTOGNOSIOLÓGICA DA "GEOGRAFIA DO PODER" E SUAS QUESTÕES IDEOLÓGICAS 74

CAPÍTULO 2 - A ESTRUTURA EPISTÊMICA GERAL DA "GEOGRAFIA DO PODER": O TRABALHO COMO CENTRALIDADE RELACIONAL 79

2.1 - Sobre revisitar Claude Raffestin e a atualidade de seu pensamento geográfico 80

2.2 – Estatuto científico e relações de poder: as bases gnosio-epistemológicas e ideológicas de Claude Raffestin 98

2.3 – Uma geografia relacional e as formas de invalidação do pensamento de Claude Raffestin 114

2.4 - A "geografia relacional do poder" e as primeiras reflexões ontológicas e materialistas do pensamento de Claude Raffestin 126

CAPÍTULO 3 - A ANATOMIA DA GEOGRAFIA RELACIONAL DO PODER: DA CRÍTICA DA GEOGRAFIA DO ESTADO À SEMIOLOGIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS 142

3.1 – Princípios teóricos da destruição da "geografia do Estado" e o caminho ontológico da problemática relacional do poder 143

3.2 – O abandono da totalidade concreta e o caminho antiontológico da problemática relacional do poder 159

3.3 – A resolução do sistema nomotético e a semiologização das relações sociais: uma destruição formal da "geografia do Estado" 182

TERCEIRA PARTE: A VIA ANTIONTOLÓGICA DA "GEOGRAFIA DO PODER" E A TEORIA IDEALISTA DO TERRITÓRIO 203

CAPÍTULO 4 - AS RELAÇÕES IDEALIZADAS DOS SUJEITOS DA LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO REPRESENTATIVA DO TERRITÓRIO 211

4.1 – A semiologia estruturalista na sustentação da linguagem geográfica: a crise epistemológica e a via antiontológica da "geografia do poder".....212

4.2 – A "relação" dos atores sociais, o sistema territorial e o território como constructo ideal.....230

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 242

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 250

ANEXOS..... 262

INTRODUÇÃO

O título desta tese demarca seu propósito. Trazemos nela o que consideramos os principais rebatimentos críticos da ontologia materialista sobre o pensamento geográfico de Claude Raffestin, que despontou, mundialmente, com a publicação de *"Por Uma Geografia do Poder"*, em 1980. Nesta obra central, iremos analisar, não apenas os limites teóricos de um projeto de reformulação epistêmica da geografia política, mas também atestaremos de que modo as mistificações do discurso da representação e do ecletismo disciplinar e de método podem gerar determinações abstratas sobre a questão do território.

Ocorre que não são poucas as tergiversações tomadas por diversos intelectuais da atualidade, ao transitarem em diferentes campos das ciências humanas e naturais, apropriando-se irrefletidamente – e isto é o que nos soa verdadeiramente problemático! – de elementos conceituais (ou terminológicos) de matrizes teóricas distintas e, muitas vezes, incompatíveis. São autores que, vez ou outra, acabam encontrando aquilo que já fora denunciado por Georges Gusdorf (1972, p. 37), para o qual toda fuga a um determinado referencial teórico não poupa esforços em evocar uma "filosofia inconfessada, sem crítica, a pior que existe".

Evidentemente, não queremos ser imprudentes com o autor que estabeleceremos nossas interlocuções. Raffestin não é um geógrafo partícipe das tendências teórico-culturais dominantes do capitalismo tardio, tão em voga com o pós-modernismo (JAMESON, 1996), muito embora, sejam, efetivamente, claras certas derivações de seu pensamento na direção das abordagens irracionalistas e imetódicas do conhecimento, que assolam a produção científica, filosófica e artística nas últimas décadas. Em Raffestin, ao afirmarmos tais derivações, estamos nos referindo, exatamente, à relativização que o geógrafo suíço faz a respeito do objeto de estudo da geografia humana, à concepção foucaultiana de poder (sem sujeito social e descentrado nas microrrelações), à semiologização das relações sociais (*práxis* semiótica) e também à construção representativa do sistema territorial, que são, como veremos, alguns exemplos.

Nosso objetivo consiste, portanto, em interpelar os elementos teóricos e as questões de método que estruturaram a abordagem das relações de poder de Claude Raffestin em torno do fenômeno territorial. Compreendemos, primeiramente, que o sistema relacional emerge como um projeto gnosio-epistêmico e ideológico do autor, o

qual se opôs, abertamente, à geografia política clássica (ou "geografia do Estado"), cuja natureza monolítica e entificada do poder estatal, conduzira grande parte do discurso geográfico a um esvaziamento do conceito de território. Em outros termos, mostraremos de que modo o "território da nação" se reduzia, de acordo com Raffestin, à uma mera área de domínio e disputa estatal, desprovida de processualidade histórica e objetivação concreta do trabalho humano.

Nesta mesma direção, consideramos ainda que este "programa de reflexão" proposto por Raffestin, com base na perspectiva relacional do poder, estabeleceu-se, com a mesma intensidade de enfrentamento teórico, na contramão da tradição hegemônica da geografia francesa, que perpassou, sob diversas nuances, todo o século XX. Uma tradição escorada, fortemente, nos pressupostos vidalinos da "geografia do objeto", e que, portanto, buscou, na realidade concreta, a tradução espacial do que poderia, de fato, legitimar uma análise ou um estudo geográfico. É isto que denominamos, nesta tese, de perspectivas "espaciológicas" ou *aprioristas*, ou seja, abordagens essencialistas da ciência geográfica – ainda hegemônicas na comunidade acadêmica e nos foros de militância nos quais os geógrafos têm participado –, que não partiram das próprias relações sociais para, *a posteriori*, capturar o movimento real que permite a construção ativa de suas categorias explicativas, tal como reivindicaram Marx e Engels a respeito da questão do método. São perspectivas que demarcam, antecipadamente, a dimensão espacial para justificar um "olhar" ou uma intervenção geográfica na interpretação das relações entre os homens, distinguindo-se do que consideram ser o campo ou as finalidades sociológicas e antropológicas.

Habilidosamente, Raffestin interpreta as insuficiências teóricas dos debates institucionais da geografia de seu tempo, colocando a posição relacional do poder à frente dos processos de produção do território, o qual, de acordo com o autor suíço, nunca poderia ter sido concebido como um elemento "dado" na geografia, dimensão da qual ele havia atribuído à noção de espaço. Porém, seu exame crítico acerca das questões epistemológicas e conceituais começa, de modo gradual, a desamparar o viés material e histórico da proposta relacional, cujo movimento teórico é, expressamente, identificado na construção prioritariamente representativa do sistema territorial. Um sistema nomotético, de pretensões universalizantes acerca das relações sociais, pautado em estratégias e "programas de ação" de atores da linguagem (sintagmáticos e paradigmáticos).

É evidente que a crítica de Raffestin às incoerências teóricas do "epistemologismo" na geografia não haviam brotado, unicamente, de sua análise acurada e de sua mente excepcional. O autor acompanhava os deslocamentos de uma nova esquerda intelectual, que, saindo, sobretudo, das insurreições provocadas pelo "Maio de 1968", posicionava-se de modo transgressivo às mais diversas formas de poder e aos instrumentos tradicionais de luta e organização revolucionária. É neste contexto que o geógrafo suíço vai se aproximar do anti-humanismo foucaultiano, em clara oposição ao pensamento marxiano, abandonando tanto a dialética quanto a categoria de totalidade concreta.

Nesta perspectiva, a nossa hipótese é de que os gérmens do que seria uma possível teoria materialista do território no pensamento geográfico de Claude Raffestin foram dissolvidos nas armadilhas teóricas oriundas da própria construção epistêmica do autor, que abandona os referenciais ontológicos e contraditórios das relações sociais para aquiescer suas reflexões teórico-conceituais naquilo que tanto condenou nas práticas geográficas: a sistematização – sem correspondência concreta – entre as categorias e a realidade material.

Assim, no bojo de nossa investigação em torno da problemática relacional do poder, avistamos a categoria trabalho, modelo objetivamente ontológico de toda *práxis* humana, que aparece, em Raffestin, no interior dos processos de produção e apropriação do homem sobre a natureza e nas relações sociais desiguais. Uma categoria amalgamada, em diversos momentos, ao conceito foucaultiano de poder, e que sustentará, na base do projeto epistemológico do autor suíço, toda arquitetura objetiva e representativa do constructo territorial. Nesta direção, ao mirarmos o trabalho, encontramos os "atores sociais" no sistema relacional do poder, que, em nossa análise, são subsumidos no escopo metodológico linguístico e semiológico, tornando-se "atores ideais" da *praxis* semiótica.

É bem provável – sabemos bem – que a estrutura e o conteúdo analítico da tese, baseado nos cotejamentos que fizemos entre o pensamento geográfico de Raffestin e os nossos referenciais marxianos, sejam motivo de reação de boa parte dos geógrafos que se apropriaram – ao nosso ver, com muita urgência – das concepções de Raffestin, alegando (como alegou um parecerista do projeto de pesquisa) termos "construído" um Raffestin seriamente deturpado. São pesquisadores que, de certo, testemunharão como uma posição arbitrária o fato de termos tentado extrair a densidade material e ontológica do

pensamento do autor suíço, tratando-se, nitidamente, de um intelectual alinhado às concepções foucaultianas (mas não só!). Tentaremos apresentar, entretanto, a impaciência teórica desta alegação, principalmente pelas diversas vinculações que Raffestin estabelece com o referencial marxiano, mas que depois é abandonado. E não o foi abandonado a partir do tensionamento teórico direto que o autor poderia, por ventura, travar com o materialismo histórico e dialético, no sentido de demonstrar insuficiências explicativas quanto à questão do território. Trata-se de uma perspectiva que foi deixada de lado, porque, no ápice do projeto relacional do poder, Raffestin deixa de desenvolver uma "teoria social do poder" para dedicar-se, essencialmente, à construção de uma "teoria geográfica".

Ainda assim, terão os críticos mais "brandos" desta tese, que irão nos censurar por termos endurecido a análise diante de um pensamento "progressista" na geografia, especialmente em uma conjuntura política e institucional em que a ciência e, sobretudo, as chamadas humanidades, estão sendo, barbaramente, atacadas e perseguidas no país. Raffestin, de forma manifesta, sempre se posicionou contra os autoritarismos e as forças mais execráveis de poder; portanto, um aliado em tempos tão obscuros. Ora, indubitavelmente, um aliado! Buscamos ser sensíveis a essas preocupações, reconhecendo, inclusive, os percursos intelectuais de alinhar problemas epistêmicos de alcance empírico-explicativo diante de realidades tão distintas quanto um contexto suíço e um contexto periférico, brasileiro. A "geografia do poder", como revelado em entrevista pelo próprio autor, e reiterado em nossos encontros em Genebra e nos diálogos por e-mail, não está acabada, o que nos sugere que, todos os elementos de reflexão teórica desenvolvidos no projeto científico do autor, possuem "momentos analíticos" bastante significativos para a crítica do capitalismo contemporâneo à luz do horizonte geográfico. São "momentos" do trabalho teórico de Raffestin que explicitam, radicalmente, a imanência conflitual e contraditória presentes na gênese concreta de todos os territórios.

Nosso exercício, portanto, não irrompe como retilínea "destruição" de um pensamento, o que estaria, inclusive, muito distante de nossas competências. Um pensamento, que, aliás, tem alimentado a comunidade geográfica mundial há mais de quarenta anos, sabendo, ademais, que boa parte dessas influências atinge a produção geográfica que é feita no Brasil. Em compensação a todos estes aspectos, um princípio basilarmente irrefreável neste texto consiste na escavação ativa de seu objeto a partir do método, que, ao se deparar com a análise de um sistema – ou de pressuspostos –,

substancialmente logicistas, submetem o objeto à análise materialista e ontológica, no sentido de desmistificar as categorias que aparecem pertencentes, no campo teórico, à uma hierarquia conceitual-sistemática autônoma.

Esta tese visa, finalmente, contribuir para a consolidação de um corpo coeso de reflexões em torno da questão do território na perspectiva do materialismo histórico e dialético. Uma "teoria do território", portanto, soerguida em suas bases mais amplas, pertencentes às lutas reais que atravessam nossa sociabilidade, sobrelevando, assim, processos históricos que ultrapassam um objeto teórico ocluso dos debates acadêmicos e institucionais. Isto equivale dizer, que, nesta mesma toada de reflexões sobre a questão do território e de exame crítico sobre o pensamento geográfico de um autor, reconhecemos a necessidade de interrogar as preocupações objetuais que saturam, sobretudo, a área de história do pensamento geográfico, a qual não se cansa, muitas vezes, de insistir no historicismo descomprometido e na "omissão de método" que esconde, muitas vezes, abordagens neopositivistas e culturalistas.

De todo modo, estas necessárias considerações preliminares da tese permitem com que passemos agora aos aspectos mais específicos que o leitor encontrará ao longo do texto. O primeiro deles, bastante pontual, diz respeito à opção que fizemos em manter as expressões "geógrafo suíço", "autor suíço", atribuídas a Claude Raffestin, mesmo sabendo de sua origem francesa. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de distinguir categoricamente o campo de reflexões geográficas estabelecidos por ele em relação a Yves Lacoste (que, aliás, é argelino). Os dois geógrafos contemporâneos depararam-se com uma profunda crise epistemológica no interior da geografia francófona, cada um assumindo uma perspectiva teórica e ideológica no enfrentamento dos problemas apresentados. Veremos, inclusive, como grande parte desse tensionamento entre os dois autores está mediado pelas concepções do filósofo francês Michel Foucault a respeito das imbricações entre a geografia e as relações de poder. Além deste primeiro aspecto, soubemos, recentemente, que o autor é naturalizado suíço, apesar de seu constante sentimento de ambivalência manifestado como "habitante da fronteira" na Genebra vizinha: "Eu sempre digo brincando que eu não tenho nacionalidade, porque eu caminhei francês mas eu sou naturalizado suíço[1]".

[1] Trecho de e-mail recebido em abril de 2020: "Je dis toujours en plaisantant que j'ai pas de nationalité parce que j'ai cheminé français mais je suis naturalisé suisse".

A tese está estruturada em três partes, expondo, na primeira seção intitulada "*Teoria, Método e Ideologia na Produção do Conhecimento em Geografia*", os referenciais e pressupostos teóricos de nossa análise. Buscamos demarcar nossas diferenças em relação às abordagens predominantemente gnosio-epistemológicas do conhecimento científico moderno, que, embora partam ou cheguem na dimensão empírica, tendem a construir suas concepções a partir de um sistema abstrato de pensamento (as armadilhas da abstração), ou melhor, promovem categorias e conceitos que, em determinado momento, descolam-se dos fenômenos da realidade objetiva a fim de preservar a logicidade do sistema explicativo.

Nesta direção, distinguimos a ruptura ontológica materialista – que se opõe às refrações da ontologia heideggeriana convocada por Raffestin –, num esforço de extrair, para o terreno filosófico e científico, os processos reais que o movimento histórico produz nos territórios. Reiteramos, assim, a condição material da *práxis humana*, como produto real do trabalho dos homens e a única exigência possível de legitimação e validação das formas de manifestação da consciência humana, dentre elas, o conhecimento geográfico. Pretendemos, com isto, estabelecer diferenças concretas entre posições de método e também as posições ideológicas dos pesquisadores, que não se encontram "isolados" das questões de seu tempo e de seu contexto acadêmico-institucional.

Já na segunda parte, *"A Questão Ontognosiológica da 'Geografia do Poder' e suas Questões Ideológicas"*, está composta por dois capítulos que configuram a ossatura geral de nossa análise nesta tese. Identificamos os principais elementos gnosio-epistêmicos que estruturam, para Raffestin, um estatuto científico na geografia humana, analisando, concomitantemente, certas derivações ideológicas de suas concepções. Neste percurso, demos destaque às tentativas de invalidação do pensamento do geógrafo suíço, sobretudo, na França, contextualizando as diferenças institucionais e ideológicas e, ao mesmo tempo, mapeando outros elementos de sua "geografia do poder" que a análise estritamente interna de seu pensamento não poderia proporcionar.

Além deste conjunto de problemas, analisamos igualmente os gérmens da problemática relacional do poder à luz da crítica que o autor estabelece com a geografia do Estado. Compreendemos de que modo Raffestin busca inspirações na teoria antropogeográfica de Ratzel e depois a abandona. Sobrelevamos os referenciais marxianos do autor suíço na destruição do Estado entificado e demonstramos o fio

condutor que faz com que Raffestin, conceitual e ideologicamente, rompa com a dimensão material e histórica das relações sociais para acolher o projeto sistêmico e semiológico da dimensão relacional.

Por fim, a última parte, "*A Via Antiontológica da 'Geografia do Poder' e a Teoria Idealista do Território"*, interpretamos as vinculações epistemológicas do método semiológico e das concepções geográficas de Raffestin, sobretudo em torno dos "atores sociais" que estruturam o sistema territorial. Analisamos de que modo o sistemismo e o descolamento reflexivo do autor em relação à totalidade concreta promovem as interrelações entre signos do pensamento, transformando o território em um constructo ideal de processos da representação que se efetivam espacialmente.

Para concluir esta introdução, devemos ratificar que as controvérsias possivelmente suscitadas neste trabalho, não partirão, conforme acreditamos, do significado do pensamento relacional de Raffestin na ciência geográfica, mas, sobretudo, dos pressupostos interpretativos que trouxemos e que buscamos sustentar nossa análise. Partimos da premissa de que as lutas de classes e a categoria trabalho não são produtos históricos obsoletos, tal como gostam os defensores ávidos do momento pós-industrial. Uma posição que nos leva sempre a recorrer ao horizonte prático de toda questão filosófica ou científica, compreendendo que a essencialidade dos antagonismos sociais, geradores dos mais diversos territórios, não serão apreendidos na mente do "pesquisador isolado", mas no "ronco da cuíca" dos que não tem nada a perder.

PRIMEIRA PARTE

TEORIA, MÉTODO E IDEOLOGIA NA PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM GEOGRAFIA

Nada mais procedente que uma reflexão teórica e de método para iniciar uma tese que se realiza no terreno do pensamento geográfico. O estudo proposto procura atingir as principais concepções de Claude Raffestin, aquelas que, ao longo de quase quarenta anos de trabalho na Universidade de Genebra (Suíça), estruturaram sua principal obra, *"Por Uma Geografia do Poder"*, publicada em 1980 e, introduzida no Brasil, somente treze anos depois, em 1993, pela tradução de Maria Cecília França (1927-2010).

Ao anunciarmos um estudo voltado para as concepções mais operantes do pensamento de Raffestin, sendo que, nesta proposta, as questões teóricas e de método vão compor a direção de abertura da tese, queremos demarcar, em primeiro lugar, que o discurso geográfico ocupa – e sempre ocupou – uma constituição importante na produção e na reprodução dos fundamentos que escoram, ao longo dos anos, as correntes e as escolas de inúmeros geógrafos. Estes últimos, decisiva ou episodicamente, deram corpo e coesão à ciência geográfica e a todo seu instrumental produzido para a interpretação da realidade objetiva.

Acontece, todavia, que nem sempre as concepções mais referendadas, às vezes as mais "sacralizadas", na comunidade científica foram tomadas até às suas últimas consequências, tanto no sentido das derivações teórico-metodológicas que tais concepções geraram no interior da geografia, quanto em relação às ressonâncias que seus aspectos ideológicos tomaram, de modo prático, no interior das relações sociais concretas.

Nesta perspectiva, trazemos como escopo central desta tese uma análise crítica dos elementos epistemológicos que consolidaram a abordagem relacional do poder de Claude Raffestin em torno do fenômeno territorial, apresentando também, neste processo analítico, uma segunda – e não menos importante – contribuição. Consideramos que *"Por Uma Geografia do Poder"* vem amparando, no decorrer das décadas, um conjunto significativo de trabalhos teóricos e empíricos na ciência geográfica, que, ao menos no Brasil, envolveu as mais diversas temáticas, desde àquelas voltadas para as questões da geografia política quanto aos problemas e questões relativos aos estudos agrários, por exemplo.

No âmbito internacional nos últimos anos, podemos destacar, inicialmente, as intervenções de Claudio Minca, Marina Bertoncin, Andrea Pase, na Itália; de Stuart Elden, Jeremy Crampton, Alexander Murphy, na Inglaterra; Francisco Klauser, Juliet Fall, Mathieu Petite, na Suíça; Javier Vargas, no México. Entretanto, nossas indagações

sublinham a produção mais recente desenvolvida no Brasil, tendo em vista as reverberações teóricas e ideológicas da maior parte desses trabalhos.

Primeiramente, reconhecemos as produções que se apoiaram, abertamente, em "*Por Uma Geografia do Poder"*, no entanto, limitaram-se a citações sistemáticas e pouco refletidas das concepções geográficas de Raffestin, de modo que, se retornadas para o conjunto sistemático de suas preocupações epistêmicas e ideológicas, invalidam-se ou enfraquecem-se subitamente. Além deste aspecto, avistamos ainda outras apropriações – desta vez, apropriações agudamente equivocadas – de determinados excertos da principal obra do autor, imputando posições teóricas ao geógrafo suíço as quais ele nunca teve ou nunca refletiu. Finalmente, um terceiro esforço despendido por vários geógrafos brasileiros tem resultado, muitas vezes, na mera compilação das concepções de Raffestin, cujos esforços, embora demonstre uma organização adequada de suas ideias centrais e de suas bases teóricas, não puderam verticalizar as interpretações conceituais e de método a respeito de seu pensamento, resultando em produções textuais demasiadamente expositivas.

Devemos manifestar, de modo pontual, alguns exemplos do que estamos colocando, reconhecendo, de maneira respeitosa, que não se trata de uma menção particular, mas de um fenômeno característico e recorrente na produção geográfica brasileira em relação à geografia produzida por Raffestin. Deste modo, deparamo-nos com o texto de Ferreira (2017a), afirmando que:

> Para Raffestin (1993), o território é o lugar no espaço onde se configura o poder (capacidade de controle e dominação). É necessário estudar o território a partir de relações reais no contexto sócio-histórico e espaço-temporal. **O território é associado a um Estado (jurídico – ligado a legislação – e fiscal – ligado a política econômica) e a fronteira é quem define o alcance do poder do Estado.** Utiliza-se o conceito de território justamente por se tratar de uma categoria que engloba as mais diversas esferas do poder, onde se desenvolve culturas diferentes, sistemas políticos, crenças, hábitos e tempos diferentes. E ainda como lembra Kahil (2010, p. 477) o conceito de território está ligado a uma "dimensão política do espaço geográfico. (FERREIRAa, 2017, p. 107, grifado pela autora).

É evidente que Raffestin, em toda sua trajetória intelectual de reformulação epistêmica da geografia política clássica, articulou suas reflexões sobre o território com base no conceito de poder, alinhando-se, categoricamente, à perspectiva de Foucault. No entanto, e justamente por isto, a equação "território = Estado" sempre foi motivo de

contestação e disputa nas intervenções do autor suíço, o qual não deixou de privilegiar outras formas espaciais e outras dimensões escalares acerca da questão política e o problema do território.

Assim:

> [...] Para começar, se considerarmos apenas o Estado, como é o caso na geografia política geral, só se dispõe de um nível de análise espacial, aquele que é limitado pelas fronteiras. Sem dúvida, pode-se também dispor de uma hierarquia de níveis, os mesmos que o Estado criou para organizar, controlar e gerenciar seu território e sua população. Porém, com o caráter cada vez mais integrador e globalizante do Estado, tais níveis aparecem sobretudo como marcos espaciais para difundir o poder estatal em vez de níveis articulados do exercício de poderes inferiores. Isto é, a escala é dada pelo Estado. De certa forma, trata-se de uma geografia unidimensional, o que não é aceitável na medida em que existem múltiplos poderes que se manifestam nas estratégias regionais ou locais. Além disso, o poder estatal é tratado como um fato evidente que não precisa de explicação, uma vez que se encontra nas cristalizações espaciais que manifestam suficientemente sua ação. É, ao que parece, inferir uma coisa não identificada a partir de sinais que deixa aqui e ali. Enfim, há uma ruptura entre a dinâmica que se pode conceder a esse poder estatal e as formas que se pode observar no campo operatório de um território. (RAFFESTIN, 1993, pp. 16-17).

Ademais, manifestam-se ainda as interpretações redutoras e generalizantes a respeito das passagens mais veiculadas de Raffestin em sua "geografia do poder", geralmente aquelas que extraem o modo como o autor reflete a questão do território sob bases relacionais, que, para muitos intérpretes, trata-se de uma posição materialista, quase mesmo inquestionável. São autores que, na verdade, buscaram referendar seus próprios alinhamentos à perspectiva do materialismo histórico e dialético, designando a Raffestin uma demarcação que o próprio autor, como veremos ao final desta tese, abdica.

Esta é, por exemplo, a leitura de Eduardo (2006), apontando que:

> Em uma **vertente materialista**, Raffestin (1993, p. 7-8), afirma que:
> O território não poderia ser nada mais que o produto dos atores sociais. São eles que produzem o território, partindo da realidade inicial dada, que é o espaço. Há, portanto um "processo" do território, quando se manifestam todas as espécies de relações de poder [...].
> Feito isso, discutiremos a problemática social que engloba a processualidade do(s) poder(es): essência do sistema territorial. O poder, como afirma Raffestin (1993), não é nem uma categoria espacial nem temporal, mas está presente em toda "produção" que se apoia no espaço e no tempo. (EDUARDO, 2006, p. 176).

Por sua vez, demostraremos que, ao contrário das irrefletidas interpretações sobre o sistema relacional do poder, a construção do projeto epistêmico de Raffestin não pode ser integralmente associada ao viés materialista, ainda que existam elementos importantes em sua "geografia do poder" que ampararam as teses de que a produção social, correspondente às relações de produção e reprodução do gênero humano, é o que condiciona o desenvolvimento político e intelectual em geral, ou seja, é o ser social que condiciona os produtos da consciência (MARX, 2008).

Nestes termos, "os homens 'vivem', ao mesmo tempo, o processo e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas" (RAFFESTIN, 1993, p. 158), de maneira que, em tais relações de produção, "há interação entre os atores [sic] que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais. Os atores, sem se darem conta, se automodificam também" (RAFFESTIN, 1993, pp. 158-159). É, portanto, o trabalho social que medeia esta produção genérica da vida.

Todavia, sabemos bem que, no complexo econômico capitalista, atravessado pelas determinações da divisão social do trabalho, distingue-se a atividade socialmente necessária à produção das condições objetivas de vida, mas, além desta, o trabalho expropriado (alienado) e não-pago (gerador de mais-valia) do trabalhador pelas classes capitalistas. Apresentaremos, nesta tese, as saídas e tergiversações desta contradição essencial na problemática das relações de poder em Raffestin e, sobretudo, a fragilidade dessa reflexão nos processos de constituição dos territórios e das territorialidades, mesmo que o autor suíço tenha compreendido o território como "um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, releva relações marcadas pelo poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Este aspecto será amadurecido ao longo do texto; porém, de antemão, podemos manifestar que a questão das relações de poder em Raffestin, ou melhor, a problemática relacional do poder, propriamente, erigiu-se sob pressupostos teóricos de um contexto francófono profundamente mergulhado na transição paradigmática do debate intelectual estruturalista e pós-estruturalista do início dos anos de 1970.

Não obstante, para não inverter as determinações ontológicas dos fatos, o que nos aproximaria, desprevenidamente, de um idealismo objetivo *à la* Hegel, a base material e o contexto real que deram origem a tal transição na produção intelectual indica, como

ponto de inflexão, as insurgências do Maio Francês (1968), a Primavera de Praga (1969) e também o papel dos intelectuais nas questões políticas francesas, especialmente após os embates de uma "nova esquerda universitária" emergente, que disputava espaço contra quaisquer formas centralizadas de poder, inclusive contra o Partido Comunista Francês (PCF).

Assim, nossa indicação mais empírica na mudança de curso das ideias progressistas no ambiente francófono, ou, de modo mais direto, as implicações decisivas na textualidade Raffestin, consiste, em primeiro lugar, na incorporação das reflexões de Michel Foucault, integrante desta "nova esquerda francesa", no projeto de reformulação teórica da geografia política desenvolvido pelo autor suíço.

Por sua vez, Raffestin considera que:

> Se seu método tivesse sido claramente compreendido e assimilado, Foucault provavelmente teria revolucionado a geografia humana, mas, para que ela assim o fosse, seria necessário que os próprios geógrafos colocassem a si mesmos a questão essencial do nascimento do olhar geográfico, como ele próprio tinha colocado aquele do olhar clínico [...][2]. (RAFFESTIN, 1997, p. 142, tradução da autora).

Para Coutinho (2010), Foucault, ao aprofundar os princípios estruturalistas agnósticos de Lévi-Strauss, formula uma arqueologia do saber (fundadora do "olhar clínico") radicalmente anti-humanista, no sentido de privilegiar a crítica das metanarrativas e a crítica do caráter objetivo do conhecimento científico. Deste modo, "tanto Lévi-Strauss quanto Foucault afirmam a existência de um nível mental mais profundo, "inconsciente" ou "arqueológico", ao qual estaria submetida a realidade empírica, ou seja, o pensamento e a vida social dos homens concretos" (COUTINHO, 2010, p. 157).

Nesta direção:

> Ambos são agnósticos diante da história: enquanto Lévi-Strauss considera-a como algo "subjetivo", um método sem objeto, Foucault considera simples "doxologia" – simples opinião subjetiva – qualquer afirmação relativa à real história dos homens. [...] A similaridade prossegue ainda na definição da natureza daquele nível "profundo" que Foucault chama de "episteme", "discurso", "sistema" ou ainda "a priori histórico". Tanto a "estrutura" de Lévi-Strauss quanto a "episteme" de

[2] "Si sa méthode avait été clairement comprise et assimilée, Foucault aurait probablement révolutionné la géographie humaine, mais, pour qu'il en aille ainsi, il aurait fallu que les géographes eux-mêmes se posent la question essentielle de la naissance du regard géographique, comme lui-même s'était posé celle du regard clinique. [...]" (versão original).

> Foucault são objetivações fetichistas do intelecto formal, ou seja, de esquemas e regras mentais que manipulam conteúdos (inclusive, segundo eles, a vida humana) destituídos de significação imanente. (COUTINHO, 2010, p. 157).

Michel Foucault revela-se, portanto, um nome fundamental da "nova esquerda francesa" e vai incorporar, em seu sistema de pensamento, não mais os pressupostos de inteligibilidade hegeliano-marxiano do conhecimento, mas os problemas filosóficos relativos à linguagem e aos discursos do saber científico. Como coloca Lévi-Strauss (1968, p. 45): "a linguagem aparece como condição de cultura, na medida em que essa última possui uma arquitetura similar à da linguagem. Ambas se edificam por meio de oposições e correlações, isto é, de relações lógicas".

Isto vai representar, ao mesmo tempo, um contexto mais geral em que a linguagem é encarada de um modo bastante singular no interior das ciências humanas, mas também uma singularidade que desloca, gradativamente, "a preocupação ontológica pela epistemológica, tomando o real como tessitura de linguagens" (RODRIGUES, Mavi, 2006, p. 83).

Conforme demonstraremos posteriormente, Raffestin manifestará esta influência no âmago de sua problemática relacional do poder, justamente ao amalgamar o processo de cognição (representação) do território com o processo de constituição ontológica (produção) do território, engendrado a partir de estratégias e ações de "atores da linguagem", atores fundamentalmente lógicos (*a priori*), distinguidos em sintagmáticos e paradigmáticos.

Neste sentido:

> Nós agora "escrevemos" o território como um texto. Território não é mais uma causa, mas é "causado" da mesma maneira que a maioria dos outros objetos. Em toda essa fabricação, há o cruzamento de sintagma e paradigma. Todos os espaços e territórios fictícios, mas produzidos, agora servem como referência positiva ou negativa: a ficção informa o real[3]". (RAFFESTIN, 2012, p. 131, tradução da autora).

É nesta direção que devemos ter cautela ao assumir Raffestin como partícipe de uma vertente materialista, justamente porque há inflexões relevantes em seu pensamento.

[3] "We now 'write' territory like a text. Territory is no longer a cause, but is `caused' in the same way as most other objects. In all of this fabrication there is the criss crossing of syntagm and paradigm. All fictive but produced spaces and territories now serve as positive or negative reference: fiction informs the real". (versão original).

Estes elementos denotam a importância de uma interpretação crítica das reflexões de Claude Raffestin nos dias de hoje, do mesmo modo em que se torna premente a necessidade de uma ampla revisão das referências teóricas feitas a este autor no Brasil, referências que deram sustentação a muitas pesquisas teóricas e empíricas que envolvem, notadamente, a questão do território e das relações de poder.

É evidente, por sua vez, que não é nossa tarefa nesta tese circunscrever o conjunto geral dessas pesquisas, cabendo, somente ao final do texto, um exercício particular relativo a alguns autores brasileiros que julgamos centrais. Não obstante, tal fato manifesta o que levantávamos no início do capítulo, considerando que todo discurso geográfico expressa, do ponto de vista epistêmico e ideológico, uma série de prospecções nem sempre demarcadas criticamente, ainda que se consolidem décadas de apropriações teóricas descompassadas, muitas vezes, com as próprias ideias do geógrafo em questão.

Em que se segue, portanto, optamos em apresentar o capítulo subsequente, intitulado "*Dos epistemologismos da moderna teoria do conhecimento à teoria marxista do ser social na crítica de um pensamento geográfico",* a partir de determinados pressupostos teóricos e de método que entendemos ser capazes de atingir as questões medulares e os elementos categorialmente radicais para a interpretação crítica da "geografia das relações de poder" de Claude Raffestin.

Iremos demarcar, neste primeiro capítulo, que um projeto epistemológico, ou qualquer outro produto da consciência humana (como as experiências estéticas, as manifestações religiosas, os sistemas filosóficos, as concepções que vocalizam práticas reais dos sujeitos no mundo, etc.), não indica uma elaboração isolada da mente do pesquisador em relação à sua historicidade concreta.

Este aspecto deve ser ainda mais referendado (ou considerado) pelo fato genuíno de tratarmos de um geógrafo que, explicitamente, alicerça toda a construção de seu projeto epistemológico em torno das relações sociais de poder, relações sociais que, orgânica e dissimetricamente, projetam-se no espaço geográfico, produzindo os territórios (RAFFESTIN, 1993). Neste sentido, esta discussão será desenvolvida, especificamente, na primeira seção do capítulo, intitulada "*As armadilhas da abstração e o 'évanouissement' do pesquisador isolado na realidade objetiva",* que analisa, inclusive, as distinções fundamentais entre a ontologia heideggeriana de Raffestin e àquela que nos apoiamos (marxiano-lukácsiana).

Entretanto, há ainda uma indagação de fundo, aquela que, na verdade, sempre acompanha os axiomas mais indisputáveis de uma trajetória intelectual de décadas como um teórico do porte de Claude Raffestin. No caso, a indagação que trazemos diz respeito à compreensão efetiva do que significaria a "dimensão relacional do poder" para o geógrafo suíço. De que "poder" o autor fala realmente? Qual é a base imanente e ontológica que legitima uma construção categorial das relações do poder no espaço geográfico?

Nossas reflexões incidem, neste sentido, sobre o significado do método no processo de apropriação analítica do objeto e a reconstrução de suas categorias centrais, de modo que o "poder" aparece, ainda em reflexão parcial de um capítulo de abertura da tese, como aparência fenomênica do processo relacional, o qual manifesta-esconde o "trabalho social". Esta discussão foi consolidada na segunda seção, denominada "*A ontologia materialista e a questão da reconstrução categorial de um pensamento geográfico*".

Finalmente, em um terceiro momento que chamamos de *"A ontologia materialista e a natureza não isolada de um pensamento"*, desenvolvemos a imanência real das vinculações entre o conhecimento científico e as questões de ordem ideológica, que penetram a materialidade concreta e produzem efeitos e sentidos reais na *práxis* humana. Nesta direção, refletiremos aspectos preliminares da recepção conturbada de *"Por Uma Geografia do Poder"*, sobretudo nos círculos acadêmicos franceses, tendo como base analítica dois momentos da revista Heródote. O primeiro momento se deve às respostas de Claude Raffestin e Jean-Bernard Racine às questões elaboradas por Michel Foucault aos geógrafos. O segundo momento consiste na resenha crítica de Yves Lacoste à recém-publicada "*Por Uma Geografia do Poder",* distinguindo elementos epistêmicos e ideológicos fundamentais entre os dois autores francófonos que, amplamente, debateram as questões políticas e teórico-conceituais da ciência geográfica no final do século XX.

Portanto, esta Primeira Parte dedicada às questões teóricas e de método manifestam suas demarcações centrais. Sob um viés predominantemente gnosio-epistemológico, para seguir certas expressões usadas por Lukács na construção de sua ontologia (teoria do ser) social, compreendemos, de um lado, os produtos da consciência que tem sua origem e seu ponto de chegada na arquitetura racional e abstrata do "pesquisador isolado". De outro lado, concebemos aqueles produtos que, embora

operados ativamente na mente do indivíduo genérico, derivam e validam-se no movimento concreto do desenvolvimento histórico, isto é, são produtos da consciência humana gerados a partir de uma ontologia filosoficamente fundamentada nas categorias mais essenciais que regem a vida do ser social.

Estabeleceremos mais detalhadamente, a partir desta ampla divisão de posturas acerca da problemática do conhecimento humano sugerida pela perspectiva lukácsiana:

> [...] o contraste radical com qualquer teoria do conhecimento idealista, segundo a qual as categorias são produtos de nosso pensar sobre a constituição do ser, especialmente suas determinações concretas. Imediatamente elas são isso na medida em que são reproduções, em pensamento, daquilo que é existente e operante no processo de movimento do ser em si, isto é, como momento do próprio ser. [...] Daqui brota, pois, a questão: se essas determinações são realmente apenas produtos do nosso conhecimento "aplicadas" ao respectivo ser, ou existem no próprio ser, objetivamente por inteiro e o processo de pensamento apenas as reproduz da maneira mais semelhante possível. [...] Tendo como base a mera teoria do conhecimento, e especialmente a metodologia de um domínio específico, é difícil distinguir esses procedimentos técnicos das determinações existentes em si. Só uma crítica ontológica consegue revelar aqui a real constituição do ser (LUKÁCS, 2010, pp. 168-169).

Advertimos, como é de praxe, que a crítica ontológica contida nesta tese não tem a pretensão de esgotar todas as nuances e toda a complexidade analítica que o pensamento geográfico de um autor como Claude Raffestin proporciona – inclusive nos dias de hoje –, em termos científicos, filosóficos e até mesmo literários. Entretanto, assumimos um caminho e um conjunto significativo de problemas a serem enfrentados e construímos a estrada, embora estejamos "convictos que o processo do conhecimento é suficientemente dialético para permitir-nos avançar futuramente em posições que possam ser hoje titubeantes" (OLIVEIRA, 2016, p. 32).

Por fim, nada mais explicativo para as indagações e advertências que ainda ecoam após esses esboços introdutórios acerca do primeiro capítulo, adentrar, propriamente, nele.

CAPÍTULO 1

DOS EPISTEMOLOGISMOS DA MODERNA TEORIA DO CONHECIMENTO À TEORIA MARXISTA DO SER SOCIAL NA CRÍTICA DE UM PENSAMENTO GEOGRÁFICO

1.1 – As armadilhas da abstração e o "évanouissement" do pesquisador isolado na realidade objetiva

> *O Si abstraído e fixado para si é o homem enquanto* egoísta abstrato, *que em sua pura abstração é o egoísmo elevado ao pensar.*
>
> (Miséria da Filosofia, Karl Marx, 1985, p. 104)

A tradução mais próxima para o verbo "*évanouir*" seria algo em torno de "perder a consciência", "se dissipar, deixando-se de ser". Em língua francesa, porém, esse verbo não existe por ele mesmo, não existe somente "*évanouir"*, sendo, pois, necessária sua inflexão em duas formas verbais, a pronominal ("*s'évanouir"*) e a passiva ("*être évanoui"*). Por sua vez, na forma pronominal, o sujeito exerce uma determinada ação de "perder a consciência" sobre si mesmo, ou seja, o sujeito dissipa-se inconscientemente de um dado contexto, de um momento (espaço-temporalmente) determinado. Na forma passiva, ao contrário, um objeto ou elemento externo é agora quem pratica a ação sobre o sujeito, ou melhor, algo externo ao homem coloca-o em xeque do ponto de vista de sua consciência ativa em relação às circunstâncias objetivas.

No título deste subcapítulo, propomos a variação para "*évanouissement"*, a fim de alcançar o real sentido que queremos para a flexão verbal, considerando que "*évanouissement"* sugere a nós uma ocorrência gradual de tempo, a processualidade que a ação de "desmaio" expressa sobre a atividade do pesquisador diante do momento atual em que a cientificidade burguesa[4] atravessa uma grave crise ontológica, variada e multiforme, na produção de conhecimento (LUKÁCS, 2010).

Não vem ao caso inventariarmos, historicamente, a constituição dos principais determinantes dessa crise onto-gnosiológica, já que a tarefa nos levaria para outros caminhos pelos quais tergiversaríamos nosso objeto de estudo. Porém, de qualquer modo, podemos apresentar um panorama claro de seu desenvolvimento sobre a prática científica cotidiana: de um lado, as reações pragmáticas na produção científica, de um modo geral, bem como as atividades seccionadas e desorganizadas do pesquisador isolado diante da realidade objetiva; e, do outro, as forças do cotidiano geradas pela divisão social e técnica do trabalho acadêmico, exprimindo as implicações objetivas que a realidade gera sobre o

[4] A opção pelo termo "burguês" em detrimento de "moderno" deixa claro, no presente trabalho, o modo pelo qual concebemos as condições concretas em que o conhecimento científico foi gerado, sabendo que, nos dias de hoje, assumimos e operamos um conhecimento cuja gênese vincula-se ao êxito do programa socioeconômico capitalista, a partir do desenvolvimento progressivo das grandes revoluções burguesas (1789-1848).

pesquisador isolado. Um *"looping"* cotidiano referente, ainda que não especifiquemos, à uma forma concreta de alienação do trabalho.

Sabemos, assim, que o espectro profundo que ronda a crise ontológica do pensamento filosófico e científico dos últimos tempos, segundo Lukács (1979; 2010; 2013), diz respeito à representação efetiva daquilo que, desde o final do século XIX, se configura como a dissolução, o "*évanouissement"*, da necessidade real do conhecimento humano em conceber uma autêntica "teoria do ser" (ontologia).

Para que os termos não nos confundam ao invés de esclarecer, queremos dizer que o gradiente ontológico na produção do conhecimento significa, na verdade, a exigência e o envolvimento concreto dos produtos do conhecimento na prática transformadora, ou melhor, o compromisso do saber humano na superação efetiva das formas de reificação e de alienação do homem genérico.

Trata-se, na verdade, daquilo já foi demonstrado no aforismo de Marx, em suas teses contra Feuerbach, que, embora venha sendo reproduzido na imediaticidade das diversas militâncias frente às circunstâncias de luta exigidas pelo cotidiano, apresenta, na essência, uma máxima capaz de incorporar a factível dimensão ontológica do conhecimento teórico: "*Os filósofos apenas interpretaram o mundo de diferentes maneiras; porém, o que importa é transformá-lo*".

Nesta perspectiva, uma ontologia do ser social significa que:

> [...] objetivamente o ser social é a única esfera da realidade na qual a *práxis* cumpre o papel *sine qua non* na conservação e no movimento das objetividades, em sua reprodução e em seu desenvolvimento. E, em virtude dessa função singular na estrutura e na dinâmica do ser social, a *práxis* é também subjetiva e gnosiologicamente o critério decisivo de todo conhecimento correto (LUKÁCS, 2012, p. 28).

Reconhecemos, portanto, o pressuposto decisivo que separa a problemática do conhecimento humano nos moldes de duas grandes abordagens; abordagens basais para estruturar todo o desenvolvimento analítico desta tese. Assumimos tal generalização, assim como o fizera Lukács, a partir de Marx e Engels, na interpretação crítica dos produtos gnosiológicos, isto é, das formações da consciência humana sobre a realidade objetiva, consolidando, portanto, uma demarcação feita entre a moderna teoria do

conhecimento (abordagem gnosio-epistemológica) e a teoria marxista do ser social[5] (crítica ontológica).

Evidenciada na citação de Lukács, a questão da *práxis* ocupa, portanto, a posição decisiva na produção e no estatuto do conhecimento humano. Sob tensionamento ontológico, a compreensão da materialidade dada, ou seja, a compreensão das relações de produção da vida humana, que constroem, individual e genericamente, a existência dos homens no mundo, significa, na verdade, a própria compreensão do homem sobre si mesmo, um assenhoramento de sua posição consciente e ativa para com a objetividade dada e com as relações estabelecidas com os outros homens.

Todavia, o leitor deve estar se perguntando, com justa razão, quais seriam as articulações desses elementos ontológicos para com o problema central de nossa tese e o que justificaria a demarcação do conhecimento em duas amplas abordagens. Discorreremos, por sua vez, sob duas explicações.

A primeira delas é a que representa, efetivamente, nossa posição teórica e de método na construção do conhecimento geográfico, opondo-se a todas as tentativas gnosio-epistemológicas de consolidar um "sistema de pensamento", uma estruturação lógico-racional que produza categorias e conceitos de modo *a priori* na pesquisa geográfica. Deste modo, ainda que se trate de um sistema teórico, formalmente, arquitetado na mente do geógrafo, é possível questionar a externalidade explicativa do conjunto dessas concepções *apriorísticas* que apresenta em relação à interpretação essencial do movimento da *práxis.* Insistiremos mais neste ponto durante o capítulo.

Por ora, reiteramos nossa oposição às tentativas de organizar "a produção de um sistema de ideias que seja, ao mesmo tempo, <u>um ponto de partida</u> para a apresentação de um sistema descritivo e de um sistema interpretativo de geografia" (SANTOS, 2006, p. 09, grifado pela autora). Para nós, ao contrário, assumimos as tentativas "do pensamento para se apropriar do concreto, para reproduzi-lo mentalmente como coisa concreta"

[5] Trata-se da ontologia extraída pelo filósofo húngaro Georg Lukács da teoria econômico-social de Marx, configurando-se, de acordo com alguns autores (Assunção, 2013; Chasin, 2009; Vaisman, Alves, 2009), como a teoria que apreende a objetividade histórico-imanente da realidade social. Nesta perspectiva, buscamos atingir "a ordem do reconhecimento ou reprodução teórica da identidade, natureza e constituição das relações sociais por seus complexos categoriais mais gerais e decisivos, independentemente, em qualquer plano, de se tornarem objetos da prática ou da reflexão [...] É o momento mais abstrato do reconhecimento da identidade das coisas objetivas, enquanto tal um dos momentos distintos da unidade do saber, do qual participa um segundo, sob forma concreta, que é a ciência" (VAISMAN, ALVES, 2009, p. 09).

(MARX, 2008, p. 29), não exprimindo, portanto, uma atividade do conhecimento filosófico e científico na qual "o sujeito cria – teoricamente – o objeto, mas traduz, sob a forma de conceitos, a realidade do próprio objeto" (TONET, 2013, p. 14).

Demarcamos, assim, a construção de pressupostos teórico-científicos, que, embora sejam, irrefutavelmente, produtos da abstração, ou seja, as categorias, os conceitos, as teorias são produtos do trabalho mental dos sujeitos sociais, sabemos, todavia, que a natureza de suas bases teóricas e metodológicas permite decantar a perspectiva ontológica ou antiontológica de tais produtos abstratos.

Há de se testemunhar, portanto, que:

> A metodologia científica tradicional – moderna – não começa esclarecendo que a problemática do conhecimento pode ser abordada de dois pontos de vista: gnosiológico ou ontológico. Obviamente, ela não esclarece porque, para ela, não existem dois caminhos, mas apenas um. Ela parte simplesmente do pressuposto de que a abordagem apresentada é a única correta. Do mesmo modo, também não explicita o fato de que essa abordagem tem um caráter gnosiológico. (TONET, 2013, p. 11).

Entendemos, em especial, a partir das reflexões marxianas contidas na "*Contribuição à Crítica da Economia Política",* que o desenvolvimento metódico de uma crítica teórica não significa, por fim, a conformação de um complexo abstrato de categorias explicativas, ainda que a crítica teórica seja labor mental. A construção de um discurso crítico-analítico não representa, fatalmente, uma pretensão à escolástica, como se a "ascensão do abstrato ao concreto" apontasse um movimento etéreo dos sentidos e da razão em relação à realidade objetiva, sustentado por um edifício conceitual logicista.

Ao contrário disto, declaramos, portanto, que "as categorias [...] exprimem formas de vida, determinações de existência" (MARX, 2008, p. 265) da totalidade concreta. Este é um pressuposto central e que baliza, mais uma vez, as distinções entre as análises gnosio-epistemológicas daquelas outras sustentadas pela perspectiva da ontologia marxiana. Reiteramos, nestes termos, a natureza ontológica das categorias, justamente, porque "a questão do saber em Marx está categorialmente subordinada à dilucidação ôntica, ao exercício da escavação pelo ser das coisas" (VAISMAN, Ester; ALVES, 2009, p. 12), cuja "determinação última é uma contradição real e não a automanifestação da razão" (MÜLLER, 1982).

Diferentemente das propostas metodológicas orientadas pelo viés disciplinar, tendências que, segundo Lukács (2012), apreendem a *práxis* em seu real insatisfatório, o problema científico para Marx é, radicalmente, outro. Inexiste em Marx, ou em sua crítica de método em relação aos diversos idealismos e empirismos, qualquer tentativa gnosiológica em encontrar um caminho lógico e resolutivo da unidade entre sujeito e objeto. Esta é uma preocupação eminentemente gnosio-epistemológica.

Em outras palavras, não há, em sua construção científica, uma articulação entre a ordem do ser (da materialidade) e a ordem do pensamento (da idealidade) (SANTOS NETO, 2011), já que Marx não busca uma "verdade" epistemológica, a objetividade enquanto tal, o em-si sem dimensão relacional (CHASIN, 2009). Seu propósito de método e de ciência (a história humana) aponta para uma construção racional cientificamente capaz de "desmistificar contradições reais" (MÜLLER, 1982). Este é o sentido intrínseco de sua **teoria** da sociedade burguesa, o sentido intrínseco de sua teoria social, distinta de quaisquer teorias sociológicas.

Portanto, mesmo que saibamos que diversos pensadores brasileiros lukácsianos – como Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, José Chasin, mais recentemente, Celso Frederico, José Paulo Netto, Sérgio Lessa, Ester Vaisman, Artur Bispo dos Santos Neto, Mavi Rodrigues, Vitor Sartori, entre outros – já tenham demarcado, com o devido rigor, as questões fundamentais que separam as duas amplas abordagens do conhecimento, reiteramos, por um segundo motivo, nosso alinhamento teórico à ontologia materialista marxiana para engendrar as bases interpretativas desta tese. Trata-se, conforme exporemos abaixo, de um segundo aspecto mais diretamente articulado ao nosso problema de pesquisa.

Identificamos que Claude Raffestin, no horizonte das questões propriamente geográficas, anunciava, em meados dos anos de 1970, um programa de reformulação das bases teóricas da geografia política, somado à uma intenção genuína e ambiciosa de propor, ao mesmo tempo, a refundação do estatuto científico da geografia humana como um todo (RAFFESTIN, 1993; 2012).

Queremos dizer, nesta direção, que, apesar de conhecermos suas reflexões a respeito do fenômeno territorial e das relações de poder, Raffestin tecia algo, efetivamente, mais amplo em termos científicos e também filosóficos em sua "geografia do poder". Sua proposta de refundação epistemológica buscava consolidar os pilares de

um projeto teórico de ruptura radical para com a geografia hegemônica da segunda metade do século XX. Portanto, não se tratava, simplesmente, de uma nova temática no interior da geografia política, ou mesmo a fundação de uma nova corrente gnosiológica na ciência geográfica. O que Raffestin tinha em mente era tão-somente a construção de uma "teoria geográfica da relação[6]" (RAFFESTIN, 1989; 1993).

Neste propósito, o autor suíço reconhecera, com acerto, as tentativas nada desprezíveis de geógrafos do passado, constatando que "Ritter, Ratzel e Reclus tiveram uma ideia muito clara dessa geograficidade que completava suas obras[7]" (RAFFESTIN, 1989, p. 29). Baseado nas generalizações relacionais desses autores, Raffestin compreendeu que, ao contrário delas, as questões epistemológicas da geografia sempre estiveram, de um modo ou de outro, escoradas em um movimento de exterioridade do pensamento, destinado a vincular, de maneira lógico-racional, o "eu" (sujeito cognoscente, o geógrafo) e o "isto" (o objeto exterior, o mundo objetivo) (RAFFESTIN, 1989). Um movimento predominantemente gnosio-epistemológico do pensamento.

Por sua vez, uma "teoria geográfica da relação", cujo núcleo gerador da dimensão relacional decorre do trabalho humano, seria, para Raffestin, aquela capaz de engendrar tanto a síntese analítica de fenômenos geográficos particulares, mas, principalmente, sua capacidade em gerar:

> [...] um modelo de ação, logo, de práticas e conhecimentos, que se enraíze em um modelo de conhecimento que é a historicidade. Sartre (1983) tinha muito bem compreendido que 'é, portanto, no seio da história que a necessidade geográfica aparece. A história é precisamente aquilo que existe da necessidade geográfica[8] (RAFFESTIN, 1989, p. 29, tradução da autora).

Para o autor suíço, o mais grave, entretanto, dessa dissolvência de reflexões em torno da geograficidade reside no fato de que há um jogo instrumental no processo de formalização da geografia humana, que acabou perdendo seu propósito de encontrar uma

---

[6] Em *"Por Uma Geografia do Poder"*, são várias as menções indiretas a este propósito teórico. No entanto, ao apresentar as bases da problemática relacional do poder, no segundo capítulo, Raffestin reporta-se a Marx, que, na análise da mercadoria, mostrou não uma dimensão objectual da "coisa em-si", mas aquilo de que se trata a mercadoria: um produto humano, efetivamente, a relação de trabalho que está incorporada nela (RAFFESTIN, 1993, p. 31).

[7] "Ritter, Ratzel e Reclus ont eu une idée très claire de cette géographique qui remplit leurs oeuvres" (versão original).

[8] "un modèle d'action, donc de pratiques et de connaissances, qui s'enracine dans un modèle de connaissance qui est l'historicité. Sartre avait très bien compris que "c'est donc au sein de l'histoire que la nécessité géographique apparaît. L'histoire est précisément ce par quoi il y a de la necessité géographique" (versão original).

ontologia. Nesta perspectiva, a geografia humana tem se tornado um ramo das teorias econômicas (economia espacial) ou, então, um braço de estudo das teorias sociológicas (formação socioespacial), estabelecendo-se, portanto, enquanto mero instrumental técnico, que aplica ferramentas conceituais em programas teóricos já definidos (RAFFESTIN, 1989).

A ciência geográfica, segundo o referido geógrafo, renunciou às grandes questões filosóficas que a nutriram. Neste caso, não estamos diante de uma postura lamentosa do autor, muito menos, de desencadear uma posição persecutória em relação às tendências geográficas de seu contexto. A questão central reside no modo pelo qual Raffestin localiza a natureza do problema epistemológico da geografia, identificando partes desta questão na excessiva formalização do discurso geográfico ("sintática")[9].

Neste sentido, o geógrafo suíço admite, todavia:

> [...] que isto resultou em consideráveis ganhos de coerência, que devem ser reconhecidos, e também de notáveis possibilidades operacionais para medir os fluxos e seus movimentos sobre o espaço e o território, tornados suportes. Mas, além destas realizações, nada ou pouca coisa, e, em todo caso, não uma teoria geográfica sólida o suficiente que permita interpretar, além de fenômenos particulares, nenhuma estrutura geral suscetível de abordar as questões que o barulho do mundo não impede de colocar.
> O que é mais grave, sem dúvida, reside no fato de que, neste jogo instrumental, a geografia perdeu o desejo de buscar uma ontologia. Ou, mais exatamente, tornou-se uma técnica que aplica as ferramentas de disciplinas mais formais, ela desistiu de reformular as grandes questões que a nutriram, questões tão bem explicitadas em *Traces on the Rhodian Shore de Glacken (1967)*. Minha convocação a Heidegger não é fortuita, já que ele é certamente um dos filósofos que, mais do que muitos, exceto Bachelard, pensou a relação do homem com os lugares e pelos lugares: "A relação do homem e do espaço não é nada além do que a habitação pensada no seu ser". Entendendo que não é necessário compreender a habitação no seu sentido estreito, mas pensá-la como traço fundamental da condição humana sobre este planeta [...][10] (RAFFESTIN, 1989, p. 28).

[9] No decorrer da tese, constataremos, na verdade, que Raffestin não vai refutar, completamente, os princípios lógico-categoriais (gnosio-epistemológicos) da formalização científica, sendo, ao contrário, incorporados no pensamento geográfico do autor. No segundo e terceiro capítulos, ao examinarmos os principais elementos epistêmicos de sua geografia humana, distinguiremos o formalismo de seu ecletismo de método, pautado nos critérios hipotético-dedutivos de Popper, no estruturalismo genético piagetiano e também determinados princípios formais da semiologia estruturalista. A formalização científica, para Raffestin, está relacionada à proposição generalista e universalista do conhecimento científico, que o difere de todos os outros saberes humanos.

[10] "[...] qu'il en est résulté d'inappréciables gains de cohérence, ce dont il faut se féliciter, et aussi de remarquables possibilités opératoires pour mesurer les flux et leurs mouvements sur l'espace et le territoire devenus des supports. Mais au-delà de ces acquis, rien ou peu de choses et en tout cas pas une théorie

Como declara Raffestin, sua convocação, porém, é feita à ontologia de Heidegger, a qual aponta uma "teoria do ser" situada na consciência do indivíduo isolado e não no trabalho do homem efetivo, ou seja, não em bases materialistas (como a ontologia lukácsiana), sob as quais a *práxis* histórica nada mais é do que a única esfera da realidade em que o conhecimento humano se torna possível.

Em Heidegger, como esclarece Sartori (2019, p. 138), "a própria ênfase na *práxis* transformadora é vista pelo pensador alemão como inseparável da 'perda de si'", ou seja, a dimensão genérica do homem é desencadeadora da dissolvência do ser, do "*s'évanouir"* que metaforizamos no início, atingindo, portanto, a ação de "estranhamento" do sujeito isolado sobre si mesmo.

Logo, na perspectiva heideggeriana:

> O mundo moderno é visto como essencialmente hostil, sendo preciso questioná-lo para que seja possível tratar daquilo "digno de ser pensado" por meio de um re-pensar. Para o autor da *Ontologia do ser social*, tal postura levaria o pensamento heideggeriano a refutar a centralidade da *práxis* social, da transformação social – tratada por Lukács com referência às categorias da objetivação, da alienação e do estranhamento. Ter-se-ia um posicionamento, em verdade, conservador: as "condições exteriores da vida" parecem não ser passíveis de transformação e a "transformação da realidade social objetiva" estaria fora de questão para a filosofia. Deste modo, a questão do estranhamento teria sido colocada pelo autor de *Ser e tempo* em um plano equivocado: buscaria Heidegger questionar o estranhamento, não no plano da *práxis* concreta e histórica, mas na procura de questões de fundo que continuariam "impensadas" na modernidade (Cf. Tertulian, 2016). (SARTORI, 2019, p. 138).

De acordo com Sartori (2019, p. 139), na fenomenologia existencialista do pensamento de Heidegger, os produtos da consciência isolada do sujeito são aquilo que, hermeneuticamente, geram a condição de existência do ser-estar-no-mundo, de maneira que "a oposição entre materialismo e idealismo parece ser algo questionável (...), a qual

---

géographique tant soit peu solide qui permette d'interpréter des phénomènes particuliers, aucun cadre général susceptible d'aborder les questions que le bruit du monde ne cesse de poser. Ce qui est le plus grave, sans doute, réside dans le fait qu'à ce jeu instrumental, la géographie a perdu le goût de se chercher une ontologie. Ou plus exactement devenue une technique qui applique les outils de disciplines plus formelles, elle a renoncé à reformuler les grandes questions qui l'ont nourrie, questions si bien explicitées dans '*Traces on the Rhodian Shore'*, de Glacken, (1967). Ma convocation d'Heidegger n'est pas fortuite car il est certainement l'un des philosophes qui a, plus que beaucoup, Bachelard excepté, pensé le rapport de l'homme à des lieux et, par des lieux : « La relation de l'homme et de l'espace n'est rien d'autre que l'habitation pensée dans son être »s. Etant entendu qu'il ne faut pas comprendre l'habitation dans son sens étroit mais la penser comme trait fondamental de la condition humaine sur cette terre [...]" (versão original).

seria acompanhada pela 'repulsa da realidade objetiva e a negação de sua cognoscibilidade racional' (LUKÁCS, 1959, p. 18)".

Ao longo da tese, analisaremos como esses aspectos da ontologia heideggeriana penetram, silenciosamente, o pensamento geográfico de Raffestin. A título de exemplo, podemos identificar que os processos de objetivação humana sobre o espaço, apresentados em "*Por Uma Geografia do Poder"*, exprimem a produção concreta do território (materialidade) e os constructos da representação ou do sistema territorial (idealidade) como sínteses amalgamadas em um único processo indiferenciável (RAFFESTIN, 1993).

Do mesmo modo, a cognoscibilidade da realidade objetiva é questionada em sua totalidade por Raffestin, tendo em vista que, para ele, o objeto da geografia humana não é o espaço, mas as relações capturadas pelos discursos específicos do geógrafo a respeito dessa *práxis.* Neste sentido, o que importa, para o autor, não é o espaço geográfico, tradicionalmente concebido como representante objetual legítimo da geografia humana, mas o modo pelo qual o homem (indivíduo e grupos sociais) se relaciona – material e imaterialmente – com este espaço dado (RAFFESTIN, 1978; 1993).

De qualquer forma, a "verdade" epistêmica do geógrafo, ou a cognoscibilidade racional em relação à objetividade, se espraiaria na condição discursiva, uma condição amplamente subjetiva do pesquisador isolado (o elemento metafísico, como veremos no segundo capítulo), de modo que o real é considerado, para Raffestin, sempre um "ponto de vista" (RAFFESTIN, 1978), uma essencialidade inalcançável.

Para sermos mais exatos neste último aspecto, o objeto da geografia humana, na perspectiva do autor suíço, não é o espaço, mas "a geograficidade das práticas e dos conhecimentos das coletividades[11]" (RAFFESTIN, 1989, p. 30). Por sua vez, o que estamos tentando destacar, neste momento, é que, apesar de Raffestin invocar o gradiente ontológico (a "geograficidade") na geografia humana, ele não consegue desprender-se de uma questão basal na abordagem gnosio-epistemológica da cientificidade moderna: o fracionamento entre "eu" e "isto", inicialmente criticado pelo autor.

Isto porque, se a geografia humana está amparada pelos "pontos de vista" que os geógrafos manifestam sobre a geograficidade existente, antevemos, em primeiro lugar, a

[11] "la géographicité des pratiques et des connaissances des collectivités" (versão original).

imetodicidade que conduz tal conhecimento geográfico. Sob outro viés, Raffestin demarca uma posição de nítida externalidade do geógrafo em relação à *práxis* social, verticalizando o sujeito (razão consciente) em detrimento do objeto (o "espaço dado" ou a natureza).

Em suma: mesmo confrontando que, na ciência geográfica, de modo geral, "as coisas se desenrolam como se nós não estivéssemos conscientes que o homem e o mundo são somente um: "Nós falamos do homem e do espaço, isto soa como se o homem se encontrasse de um lado e o espaço de outro[12]" (RAFFESTIN, 1989, p. 29), Raffestin, conforme perceberemos, não romperá, do ponto de vista do método, com o formalismo da cientificidade moderna, erigida, sob pressuposto medular, com a separação entre sujeito e objeto.

A geograficidade, ou melhor, a condição ontológica heideggeriana no pensamento geográfico de Raffestin retoma, na essência, uma proposição gnosio-epistemológica para instituir as bases de seu novo estatuto na ciência geográfica. Todavia, estas novas bases são, na verdade, bases antigas, já que remetem às questões de um velho problema filosófico acerca do conhecimento humano.

Referimo-nos, essencialmente, aos problemas relativos à ordem da "teoria do ser" (social), equivalentes às mediações fundamentais entre "o particular e o geral na realidade objetiva e na consciência, assim como a colocação em evidência da origem das essências ideais e da relação destas últimas com as formações materiais, com os fenômenos da realidade objetiva" (CHEPTULIN, 1982, p. 05).

Aludimos, assim, às mediações estruturantes da realidade concreta, que, do ponto de vista teórico, estiveram presentes, sob diversas variações e tratamentos, na história do pensamento ocidental. Tais mediações foram categorizadas de acordo com os sistemas filosóficos idealistas que as embasavam, de modo que "espírito" e "matéria", "essência" e "acidente", "substância" e "ato", "ser" e "ente", foram, por exemplo, algumas dessas variações que consubstanciaram as formas de articulação entre o pensamento humano e o mundo exterior na produção da cognoscibilidade das coisas.

[12] "Les choses se déroulent comme si nous n'étions pas conscients que l'homme et la terre ne forment qu'un: 'Nous parlons de l'homme et de l'espace, ce qui sonne comme si l'homme se trouvait d'um côté et l'espace de l'autre" (versão original).

Por sua vez, todas as diversas ontologias pré-marxistas, dos gregos a Hegel, sustentaram o pressuposto de tratarem-se de elementos profundamente dicotomizados, sendo, pois, que a *"ideia"* não poderia vir ou originar-se da "*matéria"*. Esta divisão carregava, por sua vez, a hierarquia entre as determinações do real: a abstração (ser) é o que daria inteligibilidade ao que é existente (ente), de modo que a "matéria" não-*é* sem a "ideia", ou seja, perpetuava-se, assim, "a ilusão de conceber o real como resultado do pensamento que se absorve em si, procede de si, move-se por si" (MARX, 2008, p. 259).

De acordo Lessa (2015), todos os grandes sistemas filosóficos anteriores a Marx reproduziram, na prática, uma factível inversão nas sociedades de classe, posto que, no plano teórico, conservaram duas grandes ilusões.

> As sociedades de classe, sabemos, apenas podem existir se a classe dominante planejada e cotidianamente, de forma organizada e sistemática, forçar os trabalhadores a produzirem a sua riqueza privada. Forçar, aqui, no sentido literal: pelo uso da força, da violência.
> As sociedades escravistas apenas podem existir e se reproduzir se os senhores de escravos, cotidianamente, organizarem a aplicação da violência sobre os seus escravos. Algo similar ocorre com o feudalismo: se não for pela ação consciente da classe dominante na organização da opressão dos "de baixo", não há modo de produção feudal que perdure. No modo de produção capitalista, a situação não é essencialmente diferente.
> Isto é uma lei universal: as classes dominantes têm que criar o Estado, as leis, o exército, o dinheiro, o mercado; têm que organizar o transporte, a Educação, a ideologia justificadora de seu poder, têm que organizar a produção, o comércio, o transporte, etc., pois, caso contrário, não há reprodução possível das sociedades de classe. Nos nossos dias, sem que a classe dominante crie, organize e mantenha desde os instrumentos de repressão (o Direito, o Estado, a política, a ideologia, os costumes, a tortura, as prisões, a polícia, etc.) até a produção (articular em unidades produtivas matéria-prima, força de trabalho, capital etc.) não há reprodução de capital possível.
> Percebam o efeito disso na consciência dos seres humanos, no longo prazo: ainda que a riqueza seja produzida pelos trabalhadores, quem organiza e mantém a exploração dos trabalhadores não são os próprios trabalhadores e sim as classes dominantes. Disso decorrem duas ilusões que possuem uma enorme aparência de verdade, bem consideradas as coisas, foram unanimemente consideradas verdadeiras no passado e, mesmo hoje, sua aparência de verdade não se dissipou por completo.
> A primeira ilusão é a de que os "verdadeiros" produtores seriam as classes dominantes, não os trabalhadores. Aristóteles, o maior pensador grego, não tinha dúvidas nesse sentido. Bem mais tarde, na passagem do século 18 ao 19, os melhores economistas já sabiam que toda a riqueza é produzida pelos trabalhadores. Mas, argumentavam que se a burguesia não organizasse a produção, o trabalhador não teria emprego e a produção não ocorreria. Concluíam, então, que a verdadeira classe responsável pela produção e pela prosperidade social seria a burguesia. Ela seria a "autêntica" classe produtora.

> Por outro lado, todas as classes trabalhadoras pré-capitalistas (ou seja, excetuando-se a classe operária) não podiam se opor, de fato e na prática, à essa ilusão. Como as classes sociais ainda eram indispensáveis para o rápido desenvolvimento das forças produtivas, aos trabalhadores não restava alternativa senão a de serem explorados. Essa situação histórica fazia com que, mesmo entre os trabalhadores, soasse como verdadeira a ilusão de que eles dependiam da classe dominante – a ilusão de que a classe dominante deveria, sempre, dirigir a sociedade. Daqui nasceu a segunda ilusão: a de que a classe dominante seria a criadora da "civilização".
> A primeira ilusão, dizíamos, era a de a classe dominante ser a "autêntica" classe produtora. A segunda ilusão é esta: que a sociedade de classes é obra da classe dominante; ou seja, que é o projeto pensado pela classe dominante que faz da sociedade o que a sociedade é. (LESSA, 2015, n/p).

Não foi à toa, neste sentido, as diversas tentativas de desmistificação que Marx deflagrou contra as dicotomias relativas ao trabalho intelectual e o trabalho manual, ainda, ideologicamente, operantes nos tempos atuais. De qualquer modo, o que é preciso ratificar destas breves reflexões acerca dos sistemas filosóficos idealistas até Marx e Engels, é que todos eles ecoaram, entre muitas inflexões e especificidades, o mesmo mantra: a separação equivocada entre o que é "material" e o que é "imaterial", ao passo que tudo o que existe (ou melhor, "tudo o que *é"*, ontologicamente falando) deriva da materialidade – toda a realidade é material[13] –, sob diferentes formas de organização e reprodução (inorgânica, orgânica e social) (LESSA, 2015; LUKÁCS, 2010).

Portanto, ao refletirmos sobre as mediações estruturantes da realidade concreta, geradas no movimento imanente da história dos homens, significa, em primeiro lugar, reconhecer que a objetividade existe independentemente da consciência humana (o fato dos cientistas desconhecerem a cura para o Covid-19 não elimina, em qualquer parcela, o *quantum* de objetividade do vírus sobre a realidade humana, modificando, inclusive, radicalmente a relação dos homens com a *práxis e* com todos os setores da vida cotidiana).

Todavia, deve-se reconhecer, por outro lado, que a razão humana não tem um papel inativo sobre a objetividade. A supremacia da dimensão objetiva não elimina o modo pelo qual o pensamento teorizado metodicamente torna-se capaz de reconstruir os traços constitutivos da totalidade concreta e tecer alternativas às formas de alienação do ser humano. A função seminal do conhecimento filosófico e científico é, efetivamente, a

[13] Como afirma Marx (2013, p. 76): "para mim, ao contrário, o ideal não é mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem".

reconstrução categorial do pensamento sobre a realidade, dando a ela inteligibilidade e sentido gnosio-epistêmico.

Porém, o que a ontologia materialista marxiana (LUKÁCS, 2010) tem salientado em nossas compreensões teóricas e de método são as armadilhas que a "abstração pura" pode gerar na produção do conhecimento humano, engendrando sínteses fraseológicas de um sistema de concepções ao invés de enfrentar a totalidade concreta. Um enfrentamento que não demonstrará a unidade resolutiva entre sujeito e objeto, mas a síntese contraditória, desarmônica e profundamente relacional desta totalidade, de modo que o pensamento abstrato, como diria Marx na crítica ao método hegeliano nos *"Manuscritos Econômico-Filosóficos"*, não se valida na prova lógica, mas nas formas relacionais de produção e reprodução da existência do homem efetivo.

Confirmamos, assim, o pressuposto de que tais mediações estruturantes da realidade foram, progressivamente, alçadas ao discurso do método[14] no projeto moderno (e burguês) do conhecimento científico. Nesta direção, o movimento mediativo existente na realidade material entre subjetividade e objetividade foi, aos poucos, operacionalizado no interior do discurso disciplinar antiontológico, configurando, finalmente, a questão crucial que envolve o problema do método científico: a relação entre sujeito e objeto[15].

Neste sentido, no âmbito do debate estritamente gnosio-epistemológico, a relação sujeito e objeto é estéril de historicidade. É percepção de fenômenos, é faculdade intelectual de ordenamento objectual, comparação, articulação e separação da "matéria bruta" e caótica dos fenômenos empíricos na conformação rigorosa de uma representação, de um discurso metódico. Como concebe Tonet (2013, p. 42), trata-se de uma produção do conhecimento em que, na verdade, "não há uma relação entre um sujeito e um objeto externo a ele, mas entre dois momentos do próprio sujeito", manifestando a regência de um sujeito criador do real em sua máxima expressão: "o processo do pensamento é o

[14] Não é por acaso, como já destacou Tonet (2013, p. 36), que muitos pensadores modernos, como Galileu, Bacon, Descartes, Kant, e mesmo Hobbes e Locke, tenham se dedicado, ou, ao menos, iniciado, importantes obras voltadas à teoria do conhecimento (ou o modo pelo qual o exercício adequado da razão deve proceder na busca do conhecimento "verdadeiro", um *"em-si"* dos objetos e fenômenos sempre inalcançável, não-empírico, ininteligível).

[15] Uma explanação mais cuidadosa desta trajetória pode ser encontrada em JAPIASSU, H. A ciência e a "Revolução Industrial". Cap. V. In: As Paixões da Ciência. Estudo e História das Ciências. São Paulo: Letras & Letras, 1991. Outra referência está em ANDERY, M; MICHELETTO, N.; SÉRIO, T., "A história e a crítica redimensionam o conhecimento: o capitalismo nos séculos XVIII e XIX". In: Para Compreender a Ciência. Uma perspectiva histórica. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, São Paulo: Educ, 2001.

demiurgo do processo efetivo, o qual constitui apenas a manifestação externa do primeiro" (MARX, 2013, p. 76).

Esta supremacia do sujeito em relação ao objeto demarca um componente central na distinção entre as perspectivas gnosio-epistemológicas e a ontologia materialista de Marx:

> [...] No processo de conhecimento [da ontologia materialista marxiana], há uma prioridade do objeto sobre o sujeito; [...] o conhecimento científico é a tradução teórica do objeto. Isto significa que a subjetividade deve subordinar-se à objetividade. [...] De novo, ao contrário da perspectiva gnosiológica moderna, que afirma ser o objeto uma construção teórica do sujeito, na perspectiva ontológica o conhecimento é uma reconstrução teórica do objeto, isto é, uma tradução teórica do processo histórico-social que deu origem àquele específico objeto e dos elementos que o constituem (TONET, 2013, pp. 106-107, grifado pela autora).

Raffestin aproximou, vigorosamente, a natureza do problema epistemológico da geografia na questão ontológica, circunscrevendo as bases fundantes de uma "teoria geográfica da relação" a partir da vinculação permanente desse conhecimento científico com a historicidade, submetendo-o à regência imanente e concreta das relações sociais.

Nesta perspectiva, o autor suíço é indefectível quanto ao discernimento analítico-metódico que apresentou sobre as inúmeras abordagens e correntes da geografia de seu tempo, que, sob um movimento externalizante do pensamento, não entenderam o homem efetivo, o homem produto e produtor da *práxis* histórica, em constante relação com seu entorno dado e com os outros sujeitos sociais. O movimento externalizante do pensamento na geografia, identificado por Raffestin, soube apenas continuar a tradição gnosio-epistemológica do projeto moderno das ciências particulares, conformando o "eu" e o "isto" (ou melhor, o sujeito e o objeto) em campos integralmente antagônicos.

Entretanto, como inicialmente balizamos, a ontologia da qual Raffestin se remete é a de Heidegger, de modo que o ser-existente e a conformação da realidade histórica tomam, efetivamente, outras derivações. Referimo-nos ao fato de que a fenomenologia existencialista heideggeriana não compreende que o único e legítimo campo de validação dos produtos da abstração está no movimento efetivo da *práxis*, e não na capacidade hermenêutica do sujeito "re-pensar" sua existência e sua relação com o mundo.

Para Heidegger, seguindo Lukács, a *práxis* era ainda uma dimensão de falseamento da consciência, de alienação da subjetividade, circunscrevendo, portanto,

uma proposição filosófica de conhecimento do real que não é capaz de romper o envoltório que abrange a racionalidade do "pesquisador isolado". Queremos dizer, com isto, que Raffestin refere-se, em suma, a uma proposição teórica que, na verdade, exercita as duas flexões verbais de "évanouir": a) o sujeito cognoscente dissipa-se de sua atividade genérica mediante um exercício autocentrado da abstração de suas categorias e concepções; b) a totalidade concreta capitalista é tanto totalidade perene e imutável (porque não há movimento histórico) quanto é imperativo irrefreável da perda existencial do sujeito isolado (ou seja, a alienação social é concebida individualmente).

Deste modo, a proposta de uma "teoria geográfica da relação" no pensamento de Raffestin provoca, em suas bases inaugurais, dúvidas essenciais quanto às condições reais de objetivação-exteriorização do ser social na produção e reprodução de sua existência, uma vez que é, efetivamente, o trabalho social o que distingue o homem da natureza (ser orgânico).

Tratam-se de questionamentos que serão tensionados no próximo subcapítulo e esclarecidos, de modo integral, no decorrer da tese. Todavia, como premissa levantada, seguimos nossas reflexões assumindo, portanto, que a geograficidade para o autor é solo genético de manifestações mentais do indivíduo, isto é, do conhecimento do pesquisador isolado. Levamos ao extremo tal premissa remetendo ao sentido primevo da geografia humana para Raffestin, que, em termos relacionais, não se traduz pela desmistificação de contradições reais sob as quais a ciência geográfica viria a ser um instrumento na batalha das ideias, mas a geografia humana, em Raffestin, agudiza a externalidade do sujeito sobre seu objeto: um ponto de vista do geógrafo acerca do conhecimento e das práticas que os homens têm sobre um dado espaço geográfico. Uma contemplação...

1.2 – A ontologia materialista e a questão da reconstrução categorial de um pensamento geográfico

> *"Elas se desenrolariam na abstração que seu declínio assinala na filosofia dita "pura"? Não. Elas estão atadas às questões concretas [...][16]".*
>
> *(Henri Lefebvre, La production de l'espace)*

As reflexões anteriores abrem um conjunto decisivo de questões acerca de nossos posicionamentos filosóficos e científicos na pesquisa geográfica. Todavia, o leitor poderá ter a impressão, conforme avança, de que, bem ou mal, essas questões se encontram em verdadeira sobreposição às bases do edifício teórico de Raffestin, como se nossas concepções formassem a armação geral do quadro analítico e, nela, apenas "aplicássemos" os elementos teóricos e conceituais da "geografia do poder", designando, ao pensamento do geógrafo suíço, mera atribuição empírica.

Não obstante, assumimos um pressuposto fundamental: ainda que nos afastemos de uma jornada "*apriorista"*, sabemos bem que toda análise crítica envolve, de certa forma, uma apropriação. Se analisamos um determinado projeto teórico na ciência geográfica, circunscrito historicamente pela trajetória intelectual do autor, analisamos, portanto, a totalidade dessas concepções e de suas derivações ideológicas; mas, efetivamente, esta análise não é "tudo". A totalidade do objeto ou do fenômeno não é "tudo", mas é, por outro lado, capaz de identificar os traços constitutivos essenciais que formam, ontologicamente, este objeto ou este fenômeno (NETTO, 2011).

Propomos, assim, uma investigação que compreende, do ponto de vista do método, "duas formas e dois graus de conhecimento da realidade, mas especialmente e sobretudo duas qualidades da *práxis* humana" (KOSIK, 1979, p. 13), que, ao exprimirem movimento real e contradição, revelam determinações essenciais e inessenciais do objeto, ou seja, sua estrutura interna e a dimensão empiricamente constatável (aparência fenomênica).

Fazemos referência, em especial:

> [...] a dois momentos distintos, porém intrinsecamente articulados. Um primeiro momento é composto por aqueles elementos que articulam em unidade o processo enquanto tal. Tais elementos marcam a continuidade do processo no interior de seu devir, são a sua essência. O segundo momento é dado por aqueles elementos que distinguem cada

[16] "Si déroulaient-elles dans l'abstraction que son déclin assigne à la philosophie dite 'pure'? Non. Elles sont des questions rattachaient des concrètes" (Versão original).

> instante de todos os outros instantes. Essa esfera fenomênica, todavia, apenas pode vir a ser articulada aos momentos em continuidade, que fazem dessas características fenomênicas partícipes de um dado processo mais geral. (LESSA, 2012, p. 50).

Evidentemente que a obra "*Por Uma Geografia do Poder"* sugere, de imediato, um exercício teórico-analítico sobre o conceito de poder e suas vinculações com a produção do território. No entanto, apesar do "poder" ser um elemento indispensável na interpretação do pensamento geográfico de Raffestin, entendemos que ele permitirá, na verdade, somente algumas atribuições acerca dos fundamentos essenciais que constituem a abordagem relacional e a questão do território. Ou ainda, podemos considerar que o exercício teórico centralizado neste conceito demonstrará efeitos descritivos, certamente, mas que permanecem no nível aparente da análise, denotando um arranjo de concepções e tentativas de definições em torno do poder sem que este "campo de poder" seja, de fato, explicitado. O "poder" foucaultiano, conforme apontaremos, é movimento aparente na interpretação crítica do pensamento geográfico do autor.

Ao estudarmos uma série considerável de textos de Raffestin, entre 1975 a 1985, sobretudo, mapeamos as amalgamações teóricas da concepção foucaultiana de poder com uma categoria bastante cara para os referenciais marxianos, que é a categoria "trabalho". O excerto, retirado de "*Travail, Espace et Pouvoir"*, é ilustrativo: "não é um acaso em função da coincidência que existe entre a definição do trabalho e àquela do poder: energia-informação em um caso, força-saber em outro. Os mesmos conceitos podem, portanto, servir para identificar o trabalho e o poder[17]" (RAFFESTIN; BRESSO, 1979, pp. 10-11).

Todavia, se confrontarmos "trabalho-poder" no interior da problemática relacional, aquela mesma que mostra que "toda relação é o ponto de surgimento do poder, e isso fundamenta a sua multidimensionalidade" (RAFFESTIN, 1993, p. 53), apreenderemos determinadas mediações reais que somente o "trabalho" poderia manifestar. Isto porque não é possível falar em "poder humano", ou em campos operatórios de poder no espaço geográfico, se não dissermos nada a respeito das relações sociais que exercem tal ou tais poderes. São, portanto, as relações humanas que se

[17] "ce n'est pas un hasard en raison de la coïncidence qui existe entre la définition du travail et celle du pouvoir: énergie-information dans un cas, force-savoir dans l'autre. Les mêmes concepts peuvent donc servir à identifier le travail et le pouvoir" (versão original).

objetivam e transformam parcelas concretas da realidade, seja na relação do homem com a natureza, seja na relação do homem com outros sujeitos sociais.

É evidente, porém, que Raffestin também parte das relações:

> [...] A geografia política clássica é, na verdade, uma geografia do Estado, o que seria necessário ultrapassar propondo uma problemática relacional, na qual o poder é a chave – em toda relação circula o poder que não é nem possuído nem adquirido, mas simplesmente exercido. Exercido por quem? Por atores [sic] saídos dessa população [sic] que foi analisada antes do território. No entanto, esta prioridade não nos poupará das acusações, pois rompe uma tradição bem estabelecida em geografia política. Mas por que a população em primeiro lugar? Porque é a fonte do poder, o próprio fundamento do poder, por sua capacidade de inovação ligada ao seu potencial de trabalho. Assim, é por ela que passam todas as relações (RAFFESTIN, 1993, p. 07).

Raffestin parte das relações sociais (e, no devido momento, discutiremos tanto o termo "ator social" como o clássico conceito de "população" utilizados por ele), mas não decanta essas micro-circulações de poderes nas relações, que ainda são indizíveis. As fissuras de circulação dos poderes, os quais, sob movimento aparente, não se traduzem concretamente, geram, por fim, processos relacionais fragmentados, quase individualizados, significativamente subjetivos e inapreensíveis.

Sendo movimento aparente[18], o poder, portanto, não é trabalho, mas também, em Raffestin, não é sua oposição radical. O poder oculta o trabalho, mas não o nega em absoluto. Ao contrário, a qualidade e a condição inerentes ao fenômeno aparente consiste, precisamente, em indicar os elementos essenciais do processo analítico. Por conseguinte, este esforço de compreensão dialética tende a demonstrar, na verdade, a natureza ativa do pensamento do sujeito do trabalho científico (e ativa, neste sentido, não é especulativa), capaz de reconstituir crítica e categorialmente seu objeto, apropriando-se dele e conhecendo-o.

À vista disso:

> Caso não seja ultrapassada a forma fenomênica, não se alcança a captura do concreto, pelo menos não em seus aspectos qualitativos, chegando-se, no máximo, a justaposições de elementos quantitativos ou

[18] Fazemos referência, a partir de Kosik (1979), à dialeticidade concreta existente entre essência e aparência, considerando, assim, que as determinações essenciais não possuem uma natureza integralmente diversa dos traços fenomênicos, como se o rigor teórico e de método sugerisse um mero "descortinar", um processo do pensamento que apenas suplantaria a camada irrelevante da aparência até atingir a compreensão do real, para deleite dos idealistas e metafísicos.

> à concatenação superficial, a partir de princípios gnosio-epistêmicos ou lógicos, de aspectos parciais. [...] A concreticidade demanda, pois, um esforço intelectivo de compreensão que passa pela sua decomposição. (ASSUNÇÃO, 2013, p. 52).

Este processo teórico de decomposição e reconstituição categorial pretende nos aproximar da compreensão da abordagem relacional do poder de Raffestin em torno do fenômeno territorial. Uma compreensão que não é concebida em termos gnosio-epistemológicos, externa ao próprio sujeito que analisa, nem a aproximação, como colocamos, sugere uma postura relativista do conhecimento, própria das correntes teóricas "herdeiras da crise do marxismo europeu que, desenvolvendo as raízes irracionalistas do estruturalismo, propugnam a 'morte do sujeito' e se dirigem à pós-modernidade" (LESSA, 1995b, p. 11). Reiteramos, neste sentido, que "aproximação" e "compreensão" não partem de premissas antiontológicas, disputando, no palco das questões epistêmicas e de método, um "novo paradigma [que] suspeita da distinção entre aparência e essência" (SANTOS, 1999, p. 285).

Ao contrário das indistinções entre aparência e essência na ordem do conhecimento humano sobre o real, tal como tem sido proposto por uma série de sociólogos e filósofos da ciência da contemporaneidade, dentre eles, Boaventura de Sousa Santos é um nome expressivo, reivindicamos a posição da materialidade como fundamento, ontologicamente, decisivo sobre as operações racionais e abstratas do pesquisador.

No nosso caso, entendemos que a materialidade corresponde ao conjunto teórico das reflexões geográficas de Raffestin e suas circunstâncias históricas e institucionais. Insistimos, portanto, que a materialidade "guarda siempre una exterioridad de todo posible conocer, contradiciendo la posición fundamental de Hegel" (DUSSEL, 1991, p. 49), ou seja, não há, como no idealismo objetivo hegeliano, a "reconciliação entre sujeito e objeto na figura do sujeito-objeto idênticos" (SANTOS NETO, 2011b, p. 140), no sentido de "superar a disjunção entre o em-si do objeto e a forma como o objeto se manifesta para a consciência" (SANTOS NETO, 2011b, p. 140).

Nesta perspectiva, aproximarmo-nos da compreensão das principais questões epistemológicas de Raffestin ao longo de sua trajetória na ciência geográfica significa a confirmação do "momento predominante do ontológico sobre o gnosiológico" (CHASIN, 2009, p. 59), em claro reconhecimento aos nossos pressupostos de método, para o qual é

o movimento efetivo do fenômeno que mostra como a consciência vem depois do desenvolvimento material (MARX, 2007).

É neste sentido, então, que nossa análise crítica se traduz, de certa forma, em uma apropriação. Caso contrário, não sairíamos do "todo" caótico que governa a realidade objetiva nem precisaríamos, inclusive, de conhecimento científico (é patente aqui o chavão de Marx, retirado d'O Capital, livro III: "*toda a ciência seria supérflua se a forma de aparecimento e a essência das coisas coincidissem imediatamente*"). O conhecimento do objeto – sendo que, para nós, Claude Raffestin representa muito mais um "clássico" do que um "objeto de estudo" – é, portanto, reconstrução categorial (sem apriorismos ou criações abstratas) de seu pensamento e apropriação crítica de seus fundamentos e concepções.

Vejamos, entretanto, que a questão das junções entre "poder" e "trabalho" não foram resolvidas. Destacamos anteriormente que os fluxos de energia-informação são elementos conferidos pelo autor para o entendimento de "trabalho", ao passo que a combinação fazer-saber, nos moldes foucaultianos, representaria a definição mais elementar do conceito de poder. Levantamos a tese de que o poder é dimensão fenomênica na abordagem geográfica das relações em Raffestin, de modo que seu movimento aparente assevera a ideia de um poder inapreensível, que toma o lugar dos sujeitos concretos no movimento histórico real de produção, de disputa e de apropriação de territórios.

Afirmamos isto partindo de reflexões do próprio Raffestin:

> Se retomarmos as proposições de Foucault, observaremos que o trabalho, na qualidade de poder original, é exercido a partir de pontos inumeráveis. É certo também que as relações de poder, aquelas mesmas derivadas do trabalho, são imanentes às outras relações: "a alienação do trabalho apodrece todas as demais relações sociais" (Marx). É ainda aceitável a ideia de que o poder vem de baixo, se ele está no trabalho. Também é verdade que a relação de poder é intencional e não-subjetiva, uma vez que a transformação pelo trabalho não se concebe sem uma intencionalidade e que a não-subjetividade é evidente, pois o trabalho está encerrado numa organização que ultrapassa e ao mesmo tempo dá significado ao sujeito. Enfim, é admissível falar de resistência onde existe poder: resistência da matéria ou resistência do corpo social à transformação. (RAFFESTIN, 1993, p. 56).

Podemos argumentar, em mais um momento, que poder e trabalho não são elementos de mesma qualidade ontológica no bojo das relações sociais, ainda que

Raffestin declare-os como conceitos-espelhos. Defendemos com base em outros cotejamentos marxianos do autor no tocante às formas capitalistas e não-capitalistas de apropriação espacial e produção territorial, contidas em seu artigo, de 1992, *"Propriété, Espace et Territoire"*. Neste texto, encontramos questões categoriais de fôlego, que, certamente, resultariam em outro problema de tese; por exemplo, as questões que decorrem de "espaço" e "território", e, respectivamente, os elementos e as condições que determinariam seus processos desiguais de objetivação, instauradoras de uma determinada "produção" e/ ou "apropriação".

Todavia, se mencionamos "apropriação espacial" e "produção territorial", acompanhamos, tão somente, as concepções geográficas do autor, ainda que discordemos, em alguma medida, dessas posições. Referimo-nos, de modo mais direto, ao tratamento dado por Raffestin (1993) em relação ao "espaço", o qual é entendido como noção epistêmica e, ao mesmo tempo, uma matéria "dada", antecedente e absolutamente exterior ao homem e à sua atividade social. Em nossa perspectiva, pelo contrário, todo processo ou condição espacial, seja representativo ou objetivado concretamente, tem como centralidade a ação, em qualquer nível, do ser social, declinando, portanto, quaisquer possibilidades "em-si" de um constructo categorial.

De qualquer forma, testemunhamos nossa questão central em "*Propriété, Espace et Territoire".* Neste texto, o autor apresenta uma perspectiva de território correspondente às estratégias verticalizadas de incorporação da terra e dos recursos naturais às dinâmicas homogeneizadoras do capital. Em outra via, Raffestin demonstra também as objetivações de territórios pertencentes aos povos originários, sujeitos sociais antagônicos à propriedade privada da terra, cujo princípio ontológico de concreção da existência e da reprodução desses sujeitos consiste no próprio princípio de soberania territorial enquanto realização ou negação da vida (SOUZA, 2013).

Vejamos nas palavras do autor:

> O que significa, nestas condições, a propriedade de um território? Alguns talvez conheçam a resposta de um ameríndio ao colono que propunha a ele comprar [sic] sua terra: "Você quer dizer que você quer adquirir o ar e todos os espíritos dos ancestrais que viveram sobre minha terra e que ainda estão aqui?" Eu não sei qual dos dois era o mais primitivo, pois a concepção do ameríndio era uma concepção de uma riqueza sem tamanho em relação àquela do colono. [...] A mercantilização da terra abriu possibilidades insuspeitadas durante muito tempo no capitalismo. A reificação da terra tem, provavelmente,

> uma responsabilidade considerável na crise do meio ambiente desde que inventamos o que eu chamo de concepção metonímica da propriedade da terra[19]. (RAFFESTIN, 1992, p. 159).

O excerto que cobre as reflexões do autor deixa claro, portanto, que os territórios possuem constituições espaciais e processos ontológicos diferenciados no que diz respeito às relações de poder entre os homens no espaço geográfico. Isto quer dizer que as formas e os sentidos de objetivação espacial de determinados sujeitos sociais constituem, muitas vezes, totalidades antagônicas aos processos de valorização do capital e extração de renda fundiária, "componente particular e específica da mais-valia" (OLIVEIRA, 2007, p. 43).

Raffestin traz um bom exemplo das diferenciações da *práxis* humana na constituição de diferentes territórios, capaz de revelar o trabalho como o processo primordial e o fundamento ontológico contraditório das diferentes manifestações da *práxis* social (LESSA, 2007). Este aspecto institui duas situações estruturais.

Em primeiro lugar, demonstra a condição relacional dos territórios, "sempre evocada na geografia, [mas] não bem explorada na qualidade de conceito" (RAFFESTIN, 1993, p. 29). Em segundo lugar, o exemplo indica, de modo mais efetivo, que as formas capitalistas e não-capitalistas de apropriação espacial representam, no nível fenomênico, uma base comum que são as relações de poder estabelecidas, ou melhor, as expressões espaciais dissimétricas de apropriação humana. Todavia, o movimento aparente manifesta-esconde uma totalidade mais complexa de relações, constituída, na verdade, de relações contraditórias que, direta ou indiretamente, afloram a questão da produção concreta do espaço, o ato social de produzir seu entorno, evocando, portanto, o trabalho humano nesta análise.

Isto significa dizer que, analiticamente, o excerto sinaliza a contraditoriedade do trabalho contido naqueles territórios. Manifesta-se, então, a produção da existência coletiva de uma organização social, cuja base de existência e reprodução implica em formas e tentativas de relativa simetria relacional com a natureza e com outros sujeitos

[19] "Que signifie dans ces conditions la propriété d'un territoire? Certains connaissent peut-être la réponse de l'Amérindien au colon qui lui proposait d'acheter [sic] sa terre: 'Vous voulez dire que vous voulez acquérir l'air et tous les esprits des ancêtres qui ont vécu sur ma terre et qui sont encore là?' Je ne sais pas lequel des deux était les plus primitif, car la conception de l"Amérindien était une conception d'une richesse sans commune mesure avec celle du colon. [...] La marchandisation de la terre a ouvert des possibilités insoupçonnées pendant longtemps au capitalisme. La réification de la terre a probablement aussi une responsabilité considérable dans la crise de l'environnement dès lors que l'on a inventé ce que j'appelle la conception métonymique de la propriété de la terre". (versão original).

sociais. O trabalho como condição genética (de origem) do ser social, aquilo que faz de todos os atos e processos, teleologicamente, produzidos pelo homem algo que o difere dos outros seres orgânicos (animais). O trabalho tem, no exemplo dos povos originários, a realização e o cumprimento de necessidades efetivamente humanas, e é denominado por Marx, no Livro I d'O Capital, de "trabalho humano em geral" (trabalho humano abstrato).

Em contrapartida, identificamos, ainda no excerto de Raffestin, a produção e a reprodução do modo privado e desigual de existência social, caracterizado por conformações relacionais dissimétricas com a natureza e com os outros homens. Ainda que, neste caso, não esteja clara a confirmação da incorporação de trabalho social na disputa pela terra, é indubitável, por outro lado, que o autor se refere à realização geral do processo capitalista no território.

Queremos dizer, nesta última afirmação, que, embora a renda da terra desempenhe uma operação fundamental na instauração do território capitalista e só se realiza como renda dada à configuração privada da propriedade da terra, sabemos que "o modo específico de ser e organizar-se de um território não depende diretamente da renda mas do processo total do capital" (CALABI; INDOVINA, 1973, s/p). Em outros termos, "o território (na sua totalidade) não é 'outro' com relação ao 'processo capitalista', mas, ao contrário, ele é usado e se transforma em função daquele processo geral" (CALABI; INDOVINA, 1973).

Estes elementos analíticos pontuais a respeito das diferenciações ontológicas entre "poder" e "trabalho" no pensamento geográfico de Raffestin, os quais, do ponto de vista gnosio-epistemológico, são conceitos sinônimos, permitem demarcar algumas condições teóricas e de método que desenvolveremos nesta trajetória de reflexão e construção da tese.

Primeiramente, cabe reiterar nossas discordâncias em relação às construções (criações) categoriais que se desenvolvem (ou são desenvolvidas) de modo "*a priori"* na atividade do pesquisador isolado, e que reinam, integral ou parcialmente, as diversas abordagens gnosio-epistemológicas. Neste sentido, a perspectiva de apropriação e de reconstrução categorial do movimento teórico da "geografia do poder" de Raffestin é, efetivamente, outra. Identificaremos, nesta análise, sínteses concretas de seu pensamento,

posto que as determinações reais e contraditórias da abordagem relacional do poder não estão nem foram dadas *a priori*¸ declinando, portanto, apropriações utilitaristas e excessivamente pragmáticas de "*Por Uma Geografia do Poder"*, as quais só serviram para embasar (ou ilustrar) determinados trabalhos que versam sobre a temática das relações de poder e do território, sem terem, em muitos casos, se atentado à uma reflexão crítica e ampliada acerca do pensamento do autor.

Neste sentido, a ontologia materialista marxiana aparece como um instrumental teórico e de método que permitirá confrontar "reflexões prontas", contidas, por exemplos, naquelas afirmações deletérias e esvaziadas de que todas as relações são políticas, que o território é marcado por relações de poder, ou que trabalho é poder. Ora, a ciência não é feita de obviedades! É preciso, ao contrário, escavação teórica sistemática no processo de reconstrução das principais categoriais e concepções de Raffestin, visando, por fim, não somente a interpretação dos pressupostos que alicerçaram uma nova problemática geográfica no seio da geografia francófona do final do século XX, mas também a interpretação das especificidades contidas em seu processo de reformulação teórico-analítica da dimensão espacialmente constatável da *práxis* humana, os territórios, propriamente.

Finalmente, se neste subcapítulo buscamos circunscrever aspectos teóricos e de método que julgamos essenciais para a demarcação da abordagem ontológica materialista marxiana na pesquisa geográfica, o próximo e último subcapítulo desta série irá demonstrar as impossibilidades concretas de uma construção científica e filosófica, ideologicamente, neutra. A única diferença deste aspecto em relação às abordagens predominantemente gnosio-epistemológicas consiste no fato de que, o pensamento marxiano, discorre abertamente sobre a questão ideológica; uma questão, aliás, fundamental e movente para o sujeito do trabalho científico, não fragilizando nem comprometendo em nada a legitimidade e o rigor científico.

1.3 – A ontologia materialista e a natureza não isolada de um pensamento

> *Resta saber se o pesquisador está perfeitamente consciente ou não da problemática que ele utiliza, ou seja, se ele tomou a precaução de identificar claramente ou não as razões que guiam a escolha que ele faz e que funda a importância e a significação que ele acorda aos fenômenos contidos em sua análise. Em outros termos, devemos saber se a problemática é explícita ou implícita. (Claude Raffestin, "Problemátique implicite et problématique explicite, 1974, p. 24).*

Para finalizarmos esta Primeira Parte da tese, a qual esteve dedicada às principais questões teóricas e de método que irão estruturar os pilares de nossa análise em torno da abordagem relacional do poder de Raffestin, devemos ainda, nesta última seção, demarcar alguns elementos que ainda ficaram em aberto. Estes elementos referem-se, em particular, à questão da produção do conhecimento científico e filosófico e suas articulações concretas com a dimensão ideológica. Refletiremos, desta forma, aspectos preliminares da recepção conturbada de "*Por Uma Geografia do Poder*" em 1980, que, embora "esta obra [se] constitu[a] um marco da maturidade de uma trajetória intelectual, aquela de um dos grandes geógrafos do século XX[20]" (SZARY, 2019, p. 07), sabemos, igualmente, que as intervenções teóricas de Raffestin não foram bem aceitas em determinadas universidades, sobretudo, em universidades francesas até meados dos anos de 1990 (FALL, 2007).

Escrita em francês e publicada somente na Suíça, "*Por Uma Geografia do Poder"* é, efetivamente, a centralidade de nossa análise, ainda que diversos outros trabalhos de Raffestin tenham sido investigados e incorporados na redação da tese. Neste livro fundamental, "C. Raffestin dialoga abertamente com os grandes filósofos de seu tempo, e notadamente com Michel Foucault, que ele leu e com o qual estabelece diálogo intelectual[21]" (SZARY, 2019, p.10). Compete, assim, como dissemos em relação a estes aspectos preliminares de difícil recepção da obra, analisar aqui duas circunstâncias da revista "*Hérodote"*, cujo editor-chefe era Yves Lacoste e seu grupo de pesquisa em geopolítica.

A primeira circunstância apresenta as reflexões de Claude Raffestin e Jean-Bernard Racine aos questionamentos feitos por Michel Foucault à revista *Hérodote* sobre

[20] "Cette oeuvre constitue un marqueur de la maturité d'une trajectoire intellectuelle, celle de l'un des grands géographes du XXe siècle" (versão original).
[21] "C. Raffestin dialogue ouvertement avec les grands philosophes de son temps, et notamment Michel Foucault qu'il a lu et avec lequel il entre en dialogue intellectuel" (versão original).

uma possível "geograficidade" de sua arqueologia do poder e do saber. A segunda situação consiste na publicação integral da crítica de Yves Lacoste à "*Por Uma Geografia do Poder",* de modo que, neste momento, trazemos uma análise parcial das diferenças entre os dois autores, considerando que esta complexa trama de legitimação e desvalidações da "geografia do poder" será, gradualmente, investigada no segundo e em partes do terceiro capítulo deste trabalho.

Acreditamos, todavia, que estes dois momentos da revista *Hérodote* demonstram o principal pressuposto deste subcapítulo: Raffestin não era, certamente, um pesquisador isolado ideologicamente e sua problemática relacional do poder versava sobre um chão concreto de disputas institucionais e políticas de seu tempo histórico.

***

Iniciaremos pelas questões elaboradas pelo filósofo francês Michel Foucault, em 1976, aos geógrafos, mas, antes disso, devemos ainda algumas explicações fundamentais.

Em meados da década de 1970, uma série de geógrafos francófonos, a começar por Paul Claval ("Espace et Pouvoir"), detiveram-se atentamente à temática do poder e suas possíveis imbricações com os problemas geográficos. Por sua vez, Claude Raffestin, como será demonstrado ao longo da tese, propõe um amplo projeto de reformulação epistêmica da geografia política (clássica), visando atingir, como um todo, a própria geografia humana.

Neste processo de refundação epistemológica, Raffestin se coloca a desmistificar uma concepção de poder na qual um único agente, o Estado (monolítico e personificado ontologicamente), se apresenta como catalisador *sui generis* da dimensão política. A partir de uma soberania perene sobre a sociedade civil, o Estado, segundo Raffestin [1980 (1993)], aparece como centralidade insubstituível na temática do poder inserida na ciência geográfica (geografia política) desde o final do século XIX, ou desde Ratzel, propriamente.

> [...] Isso continuará assim enquanto a confusão entre Estado e Poder for facilitada. Pretender que o Poder é o Estado significa mascarar o poder com uma minúscula. Este último "nasceu muito cedo, junto com a história que contribuiu para fazer" (LEFEBVRE). O poder, nome comum, se esconde atrás do Poder, nome próprio. Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação, na curva de cada ação: insidioso, ele se aproveita de

> todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem. A ambigüidade se encontra aí, portanto, uma vez que há o "Poder" e o "poder". Mas o primeiro é mais fácil de cercar porque se manifesta por intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos. (RAFFESTIN, 1993, p. 52).

Para o geógrafo suíço, portanto, a população, o território e os recursos (efetivamente, os capítulos gerais que compõem "*Por Uma Geografia do Poder"*) devem ser retrabalhados a partir de uma abordagem das relações de poder, e não mais pelo discurso morfofuncional do Estado e da "geografia do objeto", tradicionalmente preocupado com as formas geográficas que exibem relações funcionais, mas, raramente, relações existenciais (RAFFESTIN, 1977), da existência social, relações que emanam do ser social. Este ponto será aprofundado no segundo capítulo.

Todavia, no decorrer da tese, trabalhamos com a hipótese de que, neste propósito de reformulação gnosio-epistêmica, Raffestin tenha negligenciado a questão do método subjacente à geografia política (clássica), colocando, em seu lugar, a questão da linguagem (discurso geográfico) e da teoria da semiótica. É certo, como indicamos no início do capítulo, que os discursos manifestados pelos geógrafos, ao longo das décadas, confirmam determinado grau de pertinência na interpretação do pensamento geográfico, no entanto, os discursos não suplantam ou não superam, no âmago, o que verdadeiramente vocalizam: as demarcações de método e a posição ideológica do geógrafo.

Portanto, Raffestin vai confrontar o discurso da morfofuncionalidade, promovido pelos geógrafos políticos do passado, e também por seus contemporâneos, como Yves Lacoste, que mesmo tendo posições epistêmicas e político-ideológicas distintas dos geógrafos clássicos, preserva a centralidade do poder como sinônimo de poder estatal ("Poder"). Entretanto, ao confrontar o discurso da morfofuncionalidade, Raffestin estabelece suas reformulações epistêmicas a partir de um procedimento semiótico de recuperação dos "signos geográficos" da geografia do Estado. Vejamos de perto.

> Em vez de se interessar por qualquer organização dotada de poder político suscetível de se inscrever no espaço, a geografia política só viu e, em consequência, só fez a análise de uma forma de organização: a do Estado. No entanto, tentaremos mostrar que os símbolos utilizados [população, território e recursos] são recuperáveis numa análise multidimensional do poder. Vimos que essa concepção unidimensional, paradoxal no plano geográfico, não o era no plano filosófico. De fato, desde Hegel o Estado ocupou todo o horizonte da existência política. Para escapar desse paradoxo, é preciso uma outra problemática que

> tente tornar inteligíveis não somente as formas investidas de poder, mas as relações que determinam as formas. (RAFFESTIN, 1993, pp. 28-29).

Deste modo, para Raffestin, "a geografia do Estado foi construída a partir de uma linguagem, de um sistema de sinais, de um código que procede do Estado" (RAFFESTIN, 1993, p. 22). Cabe a nós interpretar, por fim, se o programa de reformulação da geografia política proposto por Claude Raffestin, prometendo a refundação de bases fundamentais da geografia humana como um todo, nos oferece: a) uma lógica do discurso das relações de poder no espaço, traduzível e recomposta linguisticamente; b) ou então, a lógica imanente e historicamente determinada das relações de poder no espaço, essencialmente relacional, pois mediada pela totalidade concreta.

Isto quer dizer, mais uma vez, que o movimento de reconstrução categorial da problemática relacional do poder possui instrumentos teóricos para atestar se Raffestin manifesta uma posição de *apriorismo* de método na condução de seu projeto geográfico, distinguindo, assim, determinadas aspirações da tradição gnosio-epistemológica, pautadas, sobretudo, nas questões lógico-resolutivas da relação sujeito e objeto exterior. Estes instrumentos teóricos referem-se, conforme o exercício proposto nesta seção, às articulações entre ciência e ideologia, ou melhor, entre as reflexões geográficas de Raffestin e seu contexto institucional e político-social.

É neste sentido que devemos deixar claro que, ao apontarmos caminhos teóricos balizados em duas grandes abordagens – a perspectiva gnosio-epistemológica e a ontologia materialista – não defendemos uma profunda dicotomia entre elas. Como coloca Lukács:

> [...] o papel da ontologia na história e no presente do pensamento humano é, pois, concretamente determinado pela constituição ontológica do próprio ser do homem e, por isso, não é – de fato, não apenas abstrata e verbalmente – eliminável de nenhum sistema de pensamento, nenhum domínio do pensamento e antes de tudo, naturalmente, de nenhuma filosofia (LUKÁCS, 2010, p. 36).

É evidente que se tratando de uma sociabilidade profundamente contraditória e desigual como a sociabilidade capitalista, a produção de ideias, de representações, de visões de mundo, em imanência concreta à objetividade, revelará, do ponto de vista ontológico, as mesmas situações conflituosas que emanam, objetiva e subjetivamente, das diferentes classes sociais.

É incontestável, todavia, que, apesar de seus contrastes e distanciamentos, tanto do ponto de vista gnosio-epistemológico quanto do ponto de vista político-ideológico, nem Claude Raffestin e nem Yves Lacoste se diferem tanto a ponto de, um ou outro, se aproximarem de algo em torno de "revolucionário *versus* conservador". Os próprios *insights* críticos de Lacoste a Raffestin, bastante precisos em certos momentos, não obscurecem seus próprios descuidos teóricos (como veremos abaixo), sobretudo em relação à democracia representativa do projeto liberal-burguês, a fábula das eleições, como se desvelasse um poder realmente operante das bases sociais na disputa pelo Estado.

Mesmo assim, considerando que Lacoste e Raffestin não são geógrafos que possuem visões de mundo completamente antagônicas, acreditamos, por sua vez, que circunscrever suas diferenças fundamentais, expondo, efetivamente, o movimento conflituoso entre pensamentos geográficos e demarcações político-ideológicas, conseguiremos, por fim, estabelecer os cotejamentos críticos necessários à própria abordagem relacional do poder e suas contribuições à questão do território. Teremos um conjunto razoável de elementos teóricos e de método para interpretar as posições gnosio-epistemológicas de Raffestin, o qua nos afasta de abordá-lo, finalmente, como um "pesquisador isolado", já que temos à frente "a ineliminável contraditoriedade entre os elementos genéricos e particulares do indivíduo" (LESSA, 2007, p. 112).

Portanto, atestamos, mais uma vez, que o reconhecimento e a validação dos produtos do conhecimento humano são somente legitimados pela posição predominante da materialidade em relação às operações racionais e subjetivas do pesquisador. Cabe resgatarmos aqui o pressuposto marxiano de "saber se ao pensamento humano cabe uma verdade objetiva não é uma questão da teoria, mas uma questão prática" (MARX, 2007, p. 537). Não nos cabe interrogar se os pressupostos gnosio-epistemológicos de Raffestin se validam se não fizermos seu cotejamento real com as questões de seu tempo.

Estes elementos levantados em nossa hipótese se alinham, em alguma medida, às críticas de Yves Lacoste, para o qual Claude Raffestin desvia o curso de suas reflexões relacionais do poder das relações contraditórias do mundo para preocupações que se inserem no campo da psicologia e da comunicação e informação. Veremos com mais precisão esses apontamentos quando adentrarmos aqui a terceira situação da revista *Hérodote*. Por enquanto, examinaremos as perguntas de Michel Foucault aos geógrafos da década de 1970 (Hérodote, n. 6, segundo trimestre de 1977), as quais foram

respondidas por treze deles, a saber, Olivier Bernard, Maurice Ronai, Jean-Michel Brabant, Alain Joxe, Pierre-Yves Péchoux, Michel Riou, Claude Bataillon, Alain Reynaud, Guy Jalabert, Milton Santos, Christian Descamps e Jean-Bernand Racine com Claude Raffestin.

Para o comitê geral da revista, "as respostas dos geógrafos não são, portanto, especificamente 'geográficas' e elas correspondem à ideia que cada um deles fazem, não da geografia, mas da sociedade em seu conjunto[22]" (HÉRODOTE, 1977, p. 03). Não estamos certos se a geografia realmente não teria posição nestas questões da "sociedade em seu conjunto", embora saibamos bem da complexidade existente na trama de mediações efetivas que enredam as reflexões geográficas e o movimento da processualidade histórica, sobrepondo-se, enfim, a quaisquer idiossincrasias intelectuais e mesmo aos mais refinados saltos científicos proporcionados por uma mente brilhante.

Queremos dizer, e insistimos nisto, que Claude Raffestin não se consagra um geógrafo reconhecido mundialmente estando isolado na deleitável Genebra, em uma sala do prédio *Dufour,* da Universidade de Genebra, defronte aos alpes suíços, dissertando sobre o poder e suas relações com a geografia. A temática do "poder" não esta dada *a priori* na década de 1970 e a notoriedade de *"Por Uma Geografia do Poder"* não acaba por revelar um conjunto de reflexões desinteressadas e neutras de um indivíduo atomizado e negado de suas forças sociais. Até mesmo um teórico alinhado à abordagem hipotético-dedutiva, como Thomas Kuhn (1997, p. 21), já havia avistado que "talvez a ciência não se desenvolva pela acumulação de descobertas e invenções individuais...". Esta obra é, ao contrário, um ensaio teórico real, das últimas décadas do século XX, de um conjunto de relações sociais em vivo conflito na batalha das ideias.

***

Primeiro momento: Questões de Michel Foucault aos geógrafos, publicadas na revista *Hérodote*, *revue de géopolitique*, em julho de 1976, pp. 5-6.

[22] "Les réponses des géografes ne sont donc pas spécifiquement 'géographiques' et elles correspondent à l'idée que chacun d'eux se fait, non pas de la géographie, mais de la société dans son ensemble" (versão original).

Estas não são questões que eu coloco aos senhores a partir de um saber que eu teria. Estas são interrogações que eu me coloco, e que vos endereço, pensando que os senhores estão, sem dúvida, mais avançados que eu neste caminho.

1. *A noção de estratégia é essencial quando queremos fazer a análise do saber e de suas relações com o poder. Isto implica, necessariamente, que através do saber em questão, fazemos a guerra?*
   A estratégia não permite analisar as relações de poder como técnica de dominação?
   Ou é necessário dizer que a dominação seja somente uma forma continuada da guerra?
2. *Se eu vos compreendo bem, os senhores buscam constituir um saber dos espaços. É importante, para os senhores, constituí-lo como ciência?*
   Ou os senhores aceitariam dizer que o recorte que marca o limite da ciência é apenas uma maneira de desqualificar certos saberes, ou de fazê-los escapar do crivo dela?
   A partilha entre ciência e saber não científico é um efeito do poder ligado à institucionalização dos conhecimentos na Universidade, nos centros de pesquisa, etc.
3. *Parece-me que os senhores vinculam a análise do espaço ou dos espaços menos à produção e aos "recursos" que ao exercício do poder. Os senhores podem esboçar isto que os senhores entendem por poder? (Em relação ao Estado e aos seus aparelhos, em relação à dominação de classe).*
   Ou os senhores consideram que a análise do poder, de seus mecanismos, de seu campo de ação está ainda em sua fase inicial e que é muito cedo para dar definições gerais?
   Em particular, os senhores pensam que podemos responder à questão: quem tem o poder?
4. *Os senhores consideram que é possível fazer uma geografia – ou, segundo as escalas, das geografias – da medicina (não das doenças, mas das instalações médicas[23] com sua zona de intervenção e sua modalidade de ação)?*

Michel Foucault

As respostas de Claude Raffestin e Jean-Bernard Racine às questões de Michel Foucault à revista Hérodote, revue de géopolitique, julho 1976, pp. 15-19.

1. *O poder popular, uma combinação de saber e de forças*

As questões de Michel Foucault chamam, em primeiro lugar, para uma tomada de posição global, de ordem geral, sobre a noção central em torno da qual se articulam todas as questões feitas: a noção de poder. Ao nos questionar o que é o poder, parece possível para nós definir a estratégia deste poder, mas também as razões para constituir uma ciência do espaço além do

[23] A expressão usada por Foucault, no francês, é "implantations médicales".

saber que o poder possui. O geógrafo pode, além do mais, trazer alguns exemplos para refletir sobre temas da estratégia enquanto técnica de dominação espacial e de ideologia científica (quando, de fato, o limiar da ciência se torna uma maneira de desqualificar certos saberes, em especial, os saberes populares).

Começaremos por nos questionar o que é o poder, porque é preciso coragem para propor uma definição se quisermos avançar. *Admitiremos, assim, que o fundamento do poder é a inovação[24]. Se tal for o caso, nós podemos defini-lo como uma combinação de informação e de energia ou, se preferir, de saber e de força. Ora, se este par, ou seja, o saber mais a força, pode ser constituído pelo Estado (e é a isto, sem dúvida, ao que ele tende), este par pode ser igualmente constituído por qualquer organização política ou econômica. É por isso que nós pensamos que podemos definir a estratégia, em termos a priori muito gerais, como o caminho programado para alcançar a maximização do par informação-energia, conhecimento e força. A guerra e a dominação são, dentro dessa ótica, somente formas que podem assumir esse caminho e essa maximização, cuja necessidade não nos parece nem natural nem automática, mesmo se a dominação (que podemos mesmo considerar como uma forma contínua de guerra) ainda continua a ser o essencial das relações humanas e espaciais.*

2. *Dois tipos de informação*

Compreenderemos, assim, porque consideramos como legítima a distinção entre saber e ciência, distinção que permite ao menos distinguir dois tipos de informação. Aquela oriunda de um "saber" só pode ser empírica e, por consequência, não pode ser teoricamente fundada, enquanto a informação vinda de uma "ciência" deveria sê-la. Esta é, ao menos, uma distinção que nos parece possível e necessária, apesar de sua conotação neopositivista. ***Aqui está, então, a importância da constituição de uma "ciência" dos espaços ao invés de um "saber" que já está sob possessão do Estado e de seus aparelhos, na medida em que uma informação vinda de uma ciência dos espaços deveria permitir, como função que se apresenta, a necessidade de colocar em xeque o poder do Estado, arruinando os elementos do par informação-energia, por ele dominado***. ***Nestas tais condições, parece provável que a dominação seja mais difícil de projetar, pois uma contra-informação poderia ser elaborada.*** *Tal é, em todo caso, para nós, uma das maneiras, talvez ainda ingênua, de colocar para o futuro as relações entre saber e poder. Há outras que podemos discutir a partir de um exemplo extraído da teoria geográfica.*

3. *A Geografia, ferramenta de dominação*

Nós não acreditamos que a noção de estratégia, tal como definimos, implica necessariamente em um saber que através dele se faz a guerra. *O elo com o conceito de*

[24] Nota dos autores: Cf. J. LAPIERRE, *Essai sur le fondement du pouvoir politique.* Paris, 1968.

dominação nos parece mais evidente, mais fundamentado. Em geografia, o saber ligado à análise "científica" dos lugares centrais se transformou em estratégia e, mais precisamente, em técnica de dominação, ou mesmo de ocupação do espaço econômico, político e geográfico. Este saber é teoricamente fundamentado? Aparentemente os geógrafos da nova escola oriunda dos trabalhos de Christaller não duvidam disto, mesmo que cada um reconheça hoje em dia que a organização de tipo hierárquica dos conjuntos urbanos é somente uma forma, entre tantas outras, dos modos de relação entre as cidades. Da mesma forma, em matéria de estrutura intra-urbana, reconhecemos que o centro das cidades teocráticas (como as "city" nas metrópoles atuais) são formas ligadas à diferenciação e à hierarquia nas ordens sociais totalmente diferentes daquele que permitiu, por exemplo, o nascimento da ágora na "polis" grega. Se a ágora fala de homogeneidade e de igualdade no lugar de diferenciação e de hierarquia, é que, para o historiador das cidades, o saber "científico" não é nada mais do que o conhecimento do que está em conformidade com a lógica de desenvolvimento de uma dada sociedade.

Como esse saber será utilizado? A classe dominante pode se contentar em esperar as manifestações de uma evolução mais ou menos espontânea, seguir a tendência predominante do sistema. A classe dominante pode também, conhecendo essa evolução cientificamente, buscar utilizá-la de maneira voluntária. A aplicação dos critérios de energia mínima na divisão de uma superfície (quando é necessário repartir "eficazmente" superfícies entre centros concorrentes) conduz, em efeito, a recortar o espaço em polígonos regulares, os hexágonos, permitindo então a melhor pavimentação da superfície, aquela que minimiza os custos do deslocamento e dos limites. É assim que o Terceiro Reich decidiu organizar "racionalmente" a distribuição das cidades-mercados nas planícies da Polônia conquistada. Sabemos que, desde esta tentativa abortada, explicitamente fundamentada nos trabalhos de Christaller, os exemplos de utilização dessa estratégia de dominação (militar, agrícola, comercial, social) se multiplicaram. Mas será que, por causa disso, devemos rejeitar totalmente essa problemática?

Teoria e saber popular

*Sabemos que a descoberta da estruturação hierárquica dos sistemas urbanos é historicamente ligada ao desenvolvimento e à revolução quantitativa e teorética. É, de fato, para confrontar a teoria dos lugares centrais de Christaller com a realidade, para fazer a passagem entre o mundo da teoria e o mundo da empiria, de tal maneira que pudéssemos assegurar a confiabilidade dos resultados obtidos, que homens como Chauncy Harris, William Garrison e Brian Berry, geógrafos buscando explicações gerais, à própria imagem de Christaller, escolheram recorrer à análise quantitativa***. O saber que eles adquiriram foi recuperado pelo poder para fins propriamente ideológicos****? Trata-se de contestar o princípio teórico-científico de energia mínima ou a utilização que é feita do "saber" que a inteligência do princípio permitiu*

manifestar? ***A esse respeito, duas posições nos parecem possíveis para aqueles que se posicionam à esquerda****.*

A primeira posição é aquela que consiste em não querer se dar outro guia, outro princípio de ação, que não seja o controle democrático da produção do nosso espaço, lugar da nossa ética. O geógrafo não parte mais da "ciência", cujo discurso tem muito frequentemente a função de alimentar e de fazer aceitar a ideologia dominante, mas do "saber popular" em relação ao qual ele procura dar uma expressão formalizada. É, evidentemente, uma maneira de construir, se enraizando se possível nas massas (mas o que isso significa para os universitários?), um contra-discurso, da alternativa possível, excelente meio de incitar o povo a reclamar o controle democrático da produção de seu espaço, esse controle sendo em última análise o único critério de verdade. Com algumas nuances, alguns de nós parecem ter feito essa escolha. Outros, no entanto, guardam ainda em sua prática – e nós estamos entre esses – o que eles poderiam qualificar como "uma parte necessária de positivismo", um "positivismo minimalista". Evidentemente atentos ao fato que, em seus modelos, o significante não mantém uma relação necessária e natural como o significado, mas sempre contingente, portanto, eles concordam em diferenciar o conhecimento estritamente empírico da ciência teoricamente fundamentada. *O fato de se situar em uma perspectiva diacrônica os proíbe de esquecer que não existe, no espaço, significado ligado definitivamente a um significante.* ***Bem ao contrário, um mesmo significante pode conotar múltiplos significados e, por vezes, até mesmo opostos****. O centro urbano da cidade medieval conota uma zona de apropriação e de participação coletiva, enquanto que os centros atuais conotam a apropriação pelo poder econômico. As pesquisas desses geógrafos os conduzem na mesma perspectiva que aqueles que escolheram a primeira posição: o contra-discurso, no qual a informação científica é utilizada para colocar em xeque os efeitos da ideologia dominante. E por que não utilizar, justamente, os princípios subjacentes à teoria dos lugares centrais?*

Controle democrático da produção do espaço

Como melhor assegurar o controle democrático da produção do espaço, senão mostrando a possibilidade científica de uma divisão do espaço político em uma série de unidades de tamanhos diferentes segundo o nível hierárquico das suas funções, seguindo o princípio desenvolvido por Christaller e a teoria dos limites relativos ao tamanho/importância das cidades? Desde 1970, David Harvey propôs que refletíssemos sobre uma organização territorial que, sendo hierárquica em sua natureza, permitiria oferecer uma participação local máxima, com acesso a serviços próximos da condição ótima para cada uma das unidades consideradas. William Bunge seguiu essa ideia e propôs utilizar o trabalho de Christaller não para fins econômicos, mas para fins democráticos, não como suporte de centralização do poder, mas sim de sua descentralização. Partindo da menor unidade viável para o exercício de uma função política (uma comuna

canadense de 200 habitantes), ele pôde assim construir uma hierarquia de sete níveis, procurando então um modelo que lhe permitisse atribuir funções governamentais a cada um desses níveis hierárquicos. ***A teoria dos limites utilizada em vista de assegurar a maximização do lucro econômico pode muito bem ser substituída por uma teoria dos limites análoga em sua formulação e sua utilização matemática, mas orientada não mais para a maximização do lucro, mas sim para a democracia, maximizando a validade da expressão política na cidade, por exemplo, assim como na região ou na nação.*** *A energia despendida no trabalho científico pode permitir encontrar o limiar da unidade no recorte espacial que maximiza a informação e as relações. O saber que, a princípio e tradicionalmente, é um instrumento estratégico de dominação, pode muito bem se tornar um instrumento de liberdade. Isso é tão verdadeiro que William Bunge prejudicou sua carreira com esse tipo de "inversão" da informação contra o poder dominante que a domina, tanto em Detroit, ao tratar da otimização das circunscrições escolares, como em Ottawa e Toronto ao pesquisar, como uma das condições de sobrevivência da humanidade, as possibilidades de uma estruturação democrática dos governos urbanos.* ***Aqui estamos longe dessa "geografia que não serve para nada": enfim, ela incomoda.***

***

Segundo momento: Comentários de Yves Lacoste aos livros de Paul Claval ("Espace et Pouvoir) e Claude Raffestin ("Pour Une Géographie du Pouvoir") - Hérodote a lu: Paul Claval, Espace et pouvoir; Claude Raffestin, "Pour une géographie du pouvoir" (julho-setembro de 1981).

Poderíamos pensar que, desde algum tempo, os geógrafos universitários demonstram uma menor relutância em relação aos fenômenos do Político? Tendo compreendido que isto lhes custou caro, notadamente em relação à mídia por ter ficado tanto tempo longe das ciências sociais e das ciências humanas, certos geógrafos seguem agora as tendências, senão mesmo certos modismos. Ao exemplo dos sociólogos, antropólogos e psicólogos, os geógrafos se lançam há pouco tempo no estudo do poder. Paul Claval dirige uma nova coleção, "Espace et Liberté" (que belo título! Reclus o amaria), e um livro recentemente publicado que se intitula "Espace et Pouvoir"; Claude Raffestin, professor na universidade de Genebra, em uma outra coleção também dirigida por Paul Claval, acaba de publicar "Pour Une Géographie du Pouvoir", com prefácio feito por Roger Brunet. Este último dirige a revista "L'Espace géographique" e Paul Claval é, na corporação dos geógrafos, um homem escutado e influente. Poderíamos, portanto, pensar que os geógrafos universitários acreditam, enfim, que os fenômenos geopolíticos são tão geográficos quanto as condições climáticas ou as formas de repartição da população.

Nada é menos certo que isto! De fato, estes dois livros, tratando do "Poder", testemunham, tanto um quanto outro, a relutância persistente dos geógrafos universitários em considerar os

problemas geopolíticos. Logo no início, em seu prefácio, Roger Brunet se levanta contra o monstro hitleriano, e Paul Claval, na sua introdução, consagra duas linhas à geopolítica, "cujas interpretações nazistas deixaram uma triste lembrança". A geopolítica é tão somente "a variante aplicada da geografia política do começo do século" (aquela de Ratzel), aquela que Claval reprova como sendo, fundamentalmente, "embarcada prematuramente na análise do Estado" (p. 217). Mesmo a censura de Raffestin, que parte da ideia de que Ratzel não criou uma verdadeira geografia política, mas unicamente uma geografia do Estado, e que é necessário "ultrapassá-la propondo uma problemática relacional na qual o poder é a chave – em toda relação circula o poder, que não é nem possuído nem adquirido, mas pura e simplesmente exercido" (p. 03). Seu livro, que "está vinculado à esta cinemática do poder" (p. 03), tem por objetivo desqualificar a geopolítica-geografia do Estado.

Argumentando que toda comunicação se manifesta em um campo de poder, que toda relação entre dois "atores" ou dois "parceiros" é política, alegando que a população é a fonte do poder [...], que é nela que está o fundamento (Raffestin, p. 03), ***Claval e Raffestin se lançam, portanto, à definição e à análise do poder no nível das relações entre indivíduos, deixando de lado, em primeiro lugar, tudo aquilo que se refere ao Estado.*** *Claval se interroga, portanto, sobre as raízes do poder (a relação pai-filho), o "poder puro", a "geometria das formas elementares do poder", antes de analisar formas de arquitetura social e seus fundamentos ideológicos nas "sociedades arcaicas", depois nas "civilizações históricas", depois as relações do Estado e da sociedade civil nos regimes liberais e autoritários. A abordagem de Raffestin é do mesmo gênero, e não é à toa (como ele mesmo o destaca) que a capa de seu livro é decorada por uma reprodução de um quadro de Goya representando uma criança que mantém os animais na guia ou na gaiola. Isto é explicitamente, para Raffestin, o símbolo das relações entre espaço e poder, desta "cinemática do poder".*

Em tais abordagens, os problemas do Estado são empurrados para muito longe e, quando eles são enfim abordados, as reflexões de Claval e Raffestin não são, certamente, desinteressantes, mas caem em preocupações essencialmente da sociologia, da economia ou da psicologia, das teorias da informação e da comunicação e não de uma análise geográfica: quando se trata do espaço, são modelos geométricos ou alegóricos (ainda o centro e a periferia!) e não casos concretos, mostrando o emaranhado, a intersecção, de conjuntos espaciais representando fenômenos de categorias diferentes. Estes livros escritos por geógrafos que tratam, um do "espaço" e outro da "geografia", são livros sem nenhum mapa. O livro de Raffestin é ilustrado de gráficos, de esquemas de relações geométricas e de belíssimas imagens tabuladas, representações alegóricas do poder! O livro de Claval não tem nenhuma ilustração e seu propósito revela, na verdade, outras maneiras de ver além daquela do geógrafo. Isto não é, de certo, sem interesse, mas é necessário constatar bem que estes geógrafos, se lhes agradam

falar do poder, se recusam àquilo que é a maneira de ver específica, a maior característica epistemológica da geografia: os mapas!

Enquanto o livro de Paul Claval quase não faz alusão à geografia e origina, de fato, principalmente da sociologia, Raffestin pretende construir uma "geografia do poder", uma "geografia política" genuinamente completa, como ele diz, para destruir a geopolítica que, privilegiando o Estado, é apenas uma "geografia do totalitarismo" (p. 244). Mas "a geografia política" que propõe Raffestin é sem mapa (isto não é, portanto, uma geografia), e por boas razões, pois, se Raffestin se referia a mapas, eles não poderiam mostrar estas relações de poder, que ele julga fundamentais, entre indivíduos, entre parceiros, entre o homem e a mulher ou a mulher e a criança – porque estes são fenômenos não cartografáveis -; ***estes mapas mostrariam as configurações espaciais de diferentes aparelhos do Estado (exército, polícia, justiça, e diferentes administrações), das quais Raffestin não quer falar, mas que ainda existem na realidade. O medo do espectro!***

A oposição que Raffestin faz entre geografia política, que ele valoriza, e geopolítica, que ele deprecia, é epistemologicamente sem fundamento. Raffestin estima que "a abordagem geopolítica contém um vício fundamental [...este de] privilegiar os meios e as pequenas escalas, principalmente" (p. 179). Certamente, fazemos muitos esquemas geopolíticos ao nível mundial (o de Mackinder, por exemplo), mas nada impede de conduzir muitos raciocínios geopolíticos em grande escala, seja no nível local ou regional, e eles são absolutamente usuais. Raffestin denuncia um outro vício – segundo ele – do raciocínio geopolítico: o de considerar que "o poder vem do alto" e que ele é territorialmente hierarquizado (p. 179). "Esta concepção do poder vem estreita ligação com um determinismo geográfico". Esta breve alusão não pode colocar uma demonstração. Raffestin pode muito bem, no começo de seu livro (p. 46), se juntar à tese paradoxal de Michel Foucault, para o qual "o poder vem de baixo" (mas Foucault diz isto em relação à sexualidade), não restando para o poder do Estado nada além de um exercício de cima para baixo e territorialmente hierarquizado; isto é, seguramente, lamentável, deplorável, injusto, mas está assim e não se trata de um vício da geopolítica ter de dizer a verdade. Do mesmo modo, Raffestin declara que "a população é a fonte de todo poder" (p. 03), mas é necessário não confundir as delegações de poder, que pelo jogo das eleições, colocam tal princípio nas democracias, de baixo para o alto e para o exercício do poder para os aparelhos de Estado e para aqueles que os dirigem.

A aspiração de Claude Raffestin à democracia, à uma "geografia da autonomia" (p. 245) que salvaria a identidade de cada indivíduo é evidentemente muito simpática, mas ele confunde aspiração e método de análise do real. Não é evitando estudar os aparelhos de Estado que ele contribuirá a reduzir seus abusos; muito pelo contrário. Os raciocínios geográficos são,

certamente, representações cujos efeitos ideológicos não são negligenciáveis, mas são também ferramentas que podem ser utilizadas não somente pelos opressores, mas também pelos oprimidos, se eles, todavia, são formados para a análise geopolítica.

*Isto é o que quis fazer Elisée Reclus, e setenta e cinco anos depois do início da publicação do "L'Homme et la Terre", seu exemplo permanece para ser seguido***. É, igualmente, "surpreendente" que nem Claval, nem Raffestin, nem muitos outros que dissertam sobre a "geografia social" ou a "geografia política", fizeram alusão alguma a Reclus (nem à "La France de l'Est de Vidal de la Blache), mas unicamente a Ratzel***. Este último, para Raffestin, é um "momento epistemológico" (p. 08), enquanto, de fato, Ratzel apenas teorizou e sistematizou práticas de poder e discursos expansionistas. Na evolução das ideias, no que diz respeito à geografia social e política, e mesmo no que diz respeito à geografia como um todo, se ele é um "momento epistemológico", ou melhor, ainda se tornando epistemológico, este seria na verdade a obra de Elisée Reclus e mais particularmente "L'Homme et la Terre". Antes dele, esta geografia que eu denomino fundamental era essencialmente ligada aos aparelhos de Estado, não somente enquanto ferramenta de poder, mas também enquanto representação ideológica propagandista. Reclus retornou esta ferramenta contra os aparelhos de Estado, os opressores e as classes dominantes.*

***

O conjunto do material teórico, traduzido de duas edições da revista *Hérodote*, permite compreender, em primeiro lugar, a convergência das dimensões gnosiológicas, metodológicas e ideológicas (CHEPTULIN, 1982) na produção do conhecimento geográfico. Neste sentido, o gradiente ontológico materialista na interpretação de um pensamento geográfico não é outro senão o desnudamento da complexa trama de elementos internos e externos às concepções e às teorias investigadas, em clara oposição aos historicismos com pretensões axiologicamente neutras. Uma interpretação fecunda em termos gnosio-epistêmicos e efetiva ideologicamente, capaz de compreender o caráter ativo e historicamente mediado do pesquisador em sua atividade prático-teórica no mundo.

Os dois momentos registrados revelam a concretude dos embates e disputas a que Claude Raffestin estava inserido, ou mais especificamente, os rebatimentos que sua proposta de construção de uma "teoria geográfica das relações de poder" deveria enfrentar. Os parágrafos em destaque demonstram, ao nosso ver, as demonstrações mais

latentes dessas disputas, que emanaram, diretamente, dos círculos de Lacoste. Mas não só...

Christian Kesteloot e Argustin Berque, em resenha crítica à principal obra de Raffestin, vociferam, em 1983, na revista *Espace géographique*, que "a obra dá uma impressão de uma longa lista de definições e de descrições de conceitos e de noções, sem que elas sejam jamais utilizadas até o fim do cabo para explicar em profundidade um fato geográfico[25]" (KESTELOOT; BERQUE, 1983, p. 308-309). Do mesmo modo, Szary (2019, p. 21) manifesta, a partir desses dois autores, que a "geografia do poder", evocando, na base relacional a categoria trabalho como fundamento teórico no qual as relações podem ser explicadas, não redime, por fim, o autor suíço: "não perdoamos C. Raffestin de ter lido Marx sem se reivindicar marxista[26]". Seria este, para Lacoste, "o medo do espectro"?

Ainda que Raffestin não se reivindique marxista, esta não é, efetivamente, uma exigência teórica, nem político-ideológica, para qualquer intelectual que se aproprie de referenciais do pensamento de Marx; no entanto, veremos como é realmente destoante Raffestin não ter feito referências explícitas à geograficidade de Élisée Reclus, uma vez que o autor suíço entra em clara disputa com a escola francesa de tradição vidalina. Estes aspectos serão esclarecidos no segundo e em partes do terceiro capítulo, mas precisamos ainda de uma última consideração para encerrar esta Primeira Parte.

Os posicionamentos ontognosiológicos adotados pelos cientistas operam, inegavelmente, de acordo com o movimento lógico-racional ditado pelas possibilidades epistemológicas dadas objetivamente, mas também respondem a um nível mais amplo de questões sociais, exprimindo nuances e tentativas de oposição (dicotomização) ou articulação (aproximação) entre atividade científica e disputas ideológicas absolutamente vivas no interior das relações sociais (LÖWY, 2000).

Em outros termos, veremos que as posições de método e as concepções desenvolvidas pelos pesquisadores, segundo Souza e Alves (1996, n/p), tendem a aproximar ou a afastar o "trabalhador em geografia não apenas para a realidade que investiga, mas também para a realidade do trabalho consciente". É, portanto, a partir

[25] "l'ouvrage donne l'impression d'une longue liste de définitions et de descriptions de concepts et de notions, sans que celles-ci soient jamais utilisées jusqu'au bout pour expliquer en profondeur un fait géographique" (versão original).
[26] "on ne pardonne pas à C. Raffestin d'avoir lu Marx sans se revendiquer marxiste" (versão original).

desses critérios ontognosiológicos que entraremos na Segunda Parte da tese, *"A Reconstrução Ontognosiológica da 'Geografia do Poder' e suas Questões Ideológicas*, interpretando mais de perto a gama de problemas já levantados acerca do pensamento geográfico de Raffestin.

SEGUNDA PARTE

A RECONSTRUÇÃO ONTOGNOSIOLÓGICA DA "GEOGRAFIA DO PODER" E SUAS QUESTÕES IDEOLÓGICAS

A investigação desta tese apoiará, de modo prioritário, ainda que não exclusivo, na análise da obra *"Por Uma Geografia do Poder"*, publicada em 1980 na Suíça, e inserida no debate geográfico brasileiro em 1993. É neste livro que estão reunidos os pressupostos teóricos e as reflexões centrais de Claude Raffestin acerca do processo de reformulação do programa da geografia política, registrando também o início da escalada madura de seu pensamento na geografia humana.

Não queremos sugerir, com isto, algo próximo do modelo analítico de Althusser (1967), que, em relação ao pensamento marxiano, sustentou a possibilidade de uma controversa ruptura epistemológica nas reflexões do filósofo revolucionário alemão, definindo, assim, um "jovem Marx" e um "Marx maduro". Não temos a presunção de fazer algo próximo a isto em relação ao pensamento geográfico de Claude Raffestin. É certo que *"Por Uma Geografia do Poder"* se apresenta, sem dúvida, como um verdadeiro marco na trajetória intelectual do autor, permanecendo, senão como uma das obras geográficas mais citadas na atualidade, ao menos como uma daquelas que mais inspirou outras disciplinas próximas (GUERRERO, 2006).

Além deste aspecto, é bastante relevante a constatação do verdadeiro salto teórico de Raffestin a partir desta obra central, ainda que *"Travail, Espace et Pouvoir"*, publicada um ano antes, em 1979, com Mercedes Bresso, já antecipe uma série de reflexões importantes que ele incorporou à abordagem relacional do poder. Afirmamos, assim, a qualidade deste salto teórico do autor a partir do largo levantamento bibliográfico que realizamos nos arquivos digitais e físicos do Departamento de Geografia e Meio Ambiente da Universidade de Genebra, sistematizados na parte final da tese, em Anexos.

Se verificarmos, mesmo que sob uma visão sumária, a produção bibliográfica levantada, não identificaremos qualquer linearidade de um programa de reflexão na geografia humana, que, decerto, foi este o propósito do autor suíço. Ao contrário, distinguiremos "pausas" e "desvios", aberturas de temas que nem sempre ganharam profundidade e investidas teórico-analíticas mais amplas ao longo do tempo.

Este é o caso, por exemplo, de seus esforços em torno da temática das fronteiras, no início da década de 1970, após ter desenvolvido sua tese de doutoramento na área da geografia industrial. Lançando, em 1974, o livro "*Géographie des frontières"*, em co-autoria com Paul Guichonnet, Raffestin vai se afastar de temas mais empíricos (e, neste

aspecto, há uma nova crítica de Yves Lacoste[27]) para dedicar-se a questões teóricas e epistemológicas mais genéricas, sobretudo aquelas que incidiam de modo mais direto na geografia política, particularmente sobre as relações sociais de poder e o fenômeno territorial. Não obstante, como dissemos, este caminho não foi contínuo. Outras indagações sugiram para Raffestin após 1980, como a própria questão das migrações e a dinâmica sistêmica dos estudos ecológicos para dar sustentação a alguns elementos epistêmicos na geografia humana, como veremos nesta parte da tese. Há ainda pesquisas do autor que se aproximaram, em demasia, da perspectiva fenomenológica e existencialista, coadunando a vida cotidiana dos homens (em grande parte, citadinos) e a "vivência" no território ("*territoire vécu"*).

É improvável, portanto, querer encontrar uma padronização de temas em Raffestin, ou algo próximo de uma "evolução até à maturidade" em seu pensamento geográfico. Analisaremos, nesta Segunda Parte, que o caráter eclético de sua trajetória intelectual não abriu somente, como coloca Szary (2019, p. 34), de forma positiva, "o debate sobre a possível participação ativa de um pensamento espacial ao diálogo interdisciplinar[28]". O cerne do problema em Raffestin não se encontra, aliás, na diversidade de temas que escolheu enfrentar teoricamente na ciência geográfica, mas antes, efetivamente, na renúncia do rigor de método.

Este aspecto ficará mais evidente quando adentrarmos na análise dos quatro elementos gnosio-epistêmicos que constroem, para Raffestin, os pilares da geografia humana. Além da "metafísica", da "teoria" e da "empiria", há ainda, para o autor suíço, a "problemática" na pesquisa científica, a qual pode ser implícita ou explícita (RAFFESTIN, 1974), fazendo com que o geógrafo seja capaz, dentro de um conjunto de problemas próprio de um tema, de estabelecer "um mecanismo [...] da explicação de um corpo de conceitos tão unívocos quanto for possível, sem os quais não se pode chegar a um conhecimento livre das ambiguidades que o conhecimento imediato possa ter dos fatos" (RAFFESTIN, 1993, p. 30).

[27] Trata-se, na verdade, da escolha do objeto de estudo feito por Paul Guinocchet e Claude Raffestin a respeito da temática das fronteiras, de modo que, para Lacoste (1981), as questões socioespaciais geradas na fronteira franco-genebrina nunca foram, efetivamente, um objeto "*bruyant*" (ruidoso) no que diz respeito aos problemas políticos mais centrais do tempo histórico dos dois autores.
[28] "le débat sur la possible participation active d'une pensée spatiale au dialogue interdisciplinaire" (versão original).

No interior de seu pensamento geográfico, Raffestin vai discernir a problemática (relacional do poder) como aquela que orienta as bases de uma "nova" descrição (sintática) para a geografia política, aspirando, por fim, uma "nova" explicação (semântica) das relações de poder que produzem os territórios. Todavia, sua concepção de problemática, almejando equiparar-se à uma propositura de método, irá, na verdade, oscilar em Raffestin. Quando tornarmos mais preciso o significado de método perseguido na reconstrução categorial do projeto teórico do autor, compreenderemos, efetivamente, tanto seus traços positivistas, alinhados à universalização trans-histórica das concepções geográficas, quanto a dissolvência do rigor de método trazido pela proeminência das questões da linguagem e do discurso nos processos de objetivação e representação do território.

Portanto, o propósito essencial desta parte da tese, composta pelo segundo e terceiro capítulos, não envolve, como dissemos anteriormente, uma sobreposição *a priori* e abstrata de nossas posições teóricas e de método a respeito do modo pelo qual nos apropriamos da abordagem relacional do poder de Claude Raffestin. A reconstrução ontognosiológica da "geografia do poder" não exprime nossa "leitura" subjetiva acerca do pensamento do autor. Trataremos a análise das bases relacionais do poder partindo do cotejamento materialista de uma categoria central para Raffestin, aquela que, efetivamente, nasce de suas reflexões geográficas sobre a expressão das relações de poder, que é o trabalho humano.

Como veremos, a categoria trabalho será a porta de entrada de nossa investigação, tendo sempre à frente de nós, como direção analítica, os caminhos teóricos que Raffestin trilhou no projeto de sua "geografia do poder" para resolver o problema da produção do território. Esta produção, no pensamento do geógrafo suíço, toma uma conformação bastante peculiar, sobretudo em termos de método, já que a representação ("trabalho da mente") e a objetivação concreta dos homens no espaço ("*práxis* humana*"*) auferem sentidos amalgamados, que se fundem em um único programa de concreção. Todos estes aspectos e hipóteses serão arquitetados no segundo capítulo, intitulado *"A Estrutura Epistêmica Geral da "Geografia do Poder": O trabalho como centralidade relacional"*.

Compete a nós, no terceiro capítulo ("*A Anatomia da Geografia Relacional do Poder: Crítica da geografia do Estado à semiologização das relações sociais"*), testemunhar quais foram as resoluções ontognosiológicas do autor, seguindo seus

embates concretos na geografia francófona de seu tempo, as quais, direta ou indiretamente, nutriram suas preocupações epistemológicas na geografia humana. Neste sentido, examinaremos o contexto histórico do autor colado aos seus momentos de ruptura e desvios, os quais foram, gradualmente, assumindo um caminho e uma resolução antiontológicos para a "teoria geográfica das relações de poder".

A produção do território, em Raffestin, abrirá espaço para a conformação das tendências pós-estruturalistas do pensamento ocidental, sobretudo a partir de um processo generalizado que ele insere em sua geografia humana: a real semiologização das relações sociais, baseada no escorregadiço "trabalho da linguagem" (a *práxis* semiótica). Neste processo de reformulação conceitual, os pressupostos da linguística se transformam em pressupostos de "método" e os sujeitos sociais vaporizam-se em "atores ideais" da produção territorial, tornando os conflitos reais de poder tão-somente conflitos imagináveis.

CAPÍTULO 2

A ESTRUTURA EPISTÊMICA GERAL DA "GEOGRAFIA DO PODER": O TRABALHO COMO CENTRALIDADE RELACIONAL

2.1 - Sobre revisitar Claude Raffestin e a atualidade de seu pensamento geográfico

> *O contraste entre* participar *e* observar *não é casual, já que deriva da posição de princípio assumida pelos escritores diante da vida, dos grandes problemas da sociedade, e não somente do mero emprego de um diverso método de representar o conteúdo ou parte dele. (György Lukács, Marxismo e teoria da literatura, p. 155).*

A questão preliminar consiste em saber de que modo ecoaria, aos geógrafos brasileiros, um resgate de quase quarenta anos dos principais pressupostos de "*Por Uma Geografia do Poder"* diante das atuais disputas e correlações de força que estruturam territorialmente nossa sociedade. Isto sem contar o suposto debate geográfico, pautado no discurso fácil e ilusório de determinadas abordagens, defendendo, de um lado, o sintomático "fim dos territórios", ainda nos pressupostos de Badie (1995), dado o contexto mundializado da economia e a reificação das redes e da informação; e, de outro, as evasivas teóricas que circundam a "polissemia do território", exprimindo, ambas abordagens, visão social de mundo, posição de método e uma determinada prática científica.

Ao mesmo tempo, no âmbito das articulações políticas, cumpre discriminar, por exemplo, a urgência por alternativas concretas à radicalidade dos setores mais conservadores da sociedade brasileira e o agravamento neoliberal do Estado e de suas instituições, como, factualmente, temos acompanhado nos últimos anos. No plano acadêmico – se é que é possível separar, nestes termos, essas dimensões –, deparamo-nos, cada vez mais, com coerções diretas à universidade pública e gratuita, com as proposições ideológicas da "Escola sem partido", orientando ofensivas à laicidade e à autonomia do pensamento crítico, além do pragmatismo, do produtivismo e do carreirismo, costumeiramente embevecidos pela instrumentalidade do saber nas aspirações do mercado.

Diante das circunstâncias históricas que vivenciamos, o que um clássico da geografia política da década de 1980 teria a dizer? Se "todo filósofo deve viver seus pensamentos; as ideias que não forem vividas não são efetivamente filosóficas" (HELLER, Agnes, 1970, p. 121), qual o interesse em revisitar questões teóricas do passado ligadas ao fenômeno territorial e às relações de poder intra-estatais frente às atuais lógicas territoriais de acumulação e de exploração a que nós, brasileiros, estamos cotidianamente submetidos na sociabilidade capitalista? Quais seriam as interposições provocadas em "*Por Uma Geografia do Poder"* sobre o discurso das redes, da informação

e da polissemia do território, que se desvanecem, muitas vezes, em publicações e idiossincrasias conceituais, como se as citações e as demarcações de linhas e grupos de pesquisa fossem a *ultima ratio* da ciência?

É neste sentido que recordamos, com desassossego, os versos de Bertold Brecht, em "Aos Que Vão Nascer": "Que tempos são estes, em que/ Falar de árvores é quase um crime/ Pois implica silenciar sobre tantas barbaridades?". Retomar um geógrafo clássico, ou melhor, debruçar-se sobre problemas essencialmente filosóficos de uma ciência humana seria, em termos históricos, tão letárgico quanto "falar de árvores"?

Revisitar as concepções e os percursos epistêmicos que reformularam o debate central da geografia política na década de 1980 e 1990, e que, igualmente, chocaram alguns dos grandes paradigmas da ciência geográfica (SÖDERSTRÖM; PHILO, 2004), não denota, todavia, um mero sobrevoo no pensamento geográfico de Claude Raffestin. Revisitar nem sempre é um voejo despretensioso e historicista sobre as contribuições eruditas de um autor.

Como diria Calvino (2009), esta é a função precisa das grandes obras: "É clássico aquilo que persiste como rumor mesmo onde predomina a atualidade mais incompatível" (p. 15). É o que, na verdade, tem saltado do intenso recrudescimento das formas e das condições de existência de determinadas categorias sociais no Brasil, tal como a dos negros, das mulheres, dos povos originários, dos quilombolas, dos refugiados, dos LGBTQs, e dos próprios trabalhadores do campo e das cidades, de modo geral, acentuando algumas pistas explicativas e alguns cotejamentos com a "geografia do poder".

Isto porque "a geografia deve [também] saber ser 'imediata', deve saber se debruçar sobre os 'casos da vida cotidiana' (...). O fato banal, sem importância, se torna de uma extrema significação quando se repete com uma certa frequência" (RAFFESTIN, 1993, p. 268), manifestando, conforme Kosik (1979), o movimento essencial – ainda que inadequado e parcial – das contradições que se impõem à vida singular e genérica dos homens.

Há de se rever, portanto, o que a tergiversação teórico-metodológica, ou a negação da "posição de princípio assumida pelos escritores diante da vida", esconde nos financiamentos, nas bolsas de produtividade, nos acordos de revistas e nas reproduções

messiânicas de orientandos para citações sistemáticas como aporias do reprodutivismo. Seria essa a "atualidade" reiterada do pensamento crítico brasileiro ou esta "inovação" atinge, na verdade, um mecanismo fortemente incoerente e incompreensível, que "não pode existir como conhecimento científico vivo" (RAFFESTIN, 1993, p. 269)?

É preciso, tal como nos parece inelutável, circunspecção frente ao movimento confuso e vociferado dos "discursos da moda", reiterando o escopo central das reflexões à desmistificação da luta social, já que "a crítica não é uma paixão da cabeça [...], não é um bisturi, mas uma arma. [...] Seu *pathos* essencial é a *indignação*, seu trabalho essencial, a *denúncia*" (MARX, 2010b, p. 147).

Assim, revisitar Raffestin consiste, antes de mais nada, demarcar o próprio exercício analítico dos elementos epistêmicos de seu pensamento à legitimidade teórica e científica de interpretação crítica das questões atuais do território. Isto pressupõe o desnudamento das manifestações dissimétricas de apropriação dos espaços e dos bens comuns (SOUZA, 2018), a desnaturalização da atuação alienada de determinadas classes e categorias sociais a uma lógica hegemônica de consolidação territorial, cujo núcleo de poder ameaçado gravita em torno da autonomia e da realização plena das diversas formas dessas organizações sociais e a própria reprodução dessas relações.

Neste sentido, estaríamos, com Claude Raffestin, revisitando uma geografia política pautada, essencialmente, nos sujeitos sociais (e nas relações destes sujeitos com o Estado e com classes sociais antitéticas para explicitar os processos de formação territorial) e, em menor assiduidade, nas temáticas que, tradicionalmente, compõem as preocupações epistêmicas desse campo geográfico?

Isto se deve pelo fato de que Raffestin foi, sem dúvida, um crítico da "geografia do Estado" e um intelectual atento às relações sociais de base, sabendo identificar no trabalho o princípio gerador do "poder humano" e de sua capacidade de transformar seu "meio", seu entorno, a própria natureza e as relações com os outros homens. Sem o dizer em termos literais, Raffestin reconhece no indivíduo o "ser social", historicamente situado.

> É, portanto, uma "geografia da autonomia" que está em causa. Não se trata de privilegiar o indivíduo, mas de lhe permitir conservar sua identidade e sua diferença na coletividade à qual pertence. Para tanto, ele deve poder dispor dos instrumentos teóricos que lhe permitem

> analisar as relações de poder que caracterizam o corpo social do qual é membro. (RAFFESTIN, 1993, p. 268).

Ainda que não se trate de um autor marxista[29], mas de um autor comprometido com a leitura crítica da realidade e que, também por isto, se utiliza de categorias marxianas, não se torna absurdo, como o faremos posteriormente, averiguar suas aproximações (se houver) com a teoria do valor-trabalho.

Tal interesse não revela, manifestamente, qualquer imputação ou enquadramento teórico, mas, se toda forma de sociedade é determinada por uma forma de trabalho (RAFFESTIN; BRESSO, Mercedes, 1979), na sociedade capitalista, cujo fundamento é o trabalho assalariado, onde aportaram as críticas do autor em relação ao Estado, tendo em vista suas vinculações no processo sociometabólico do capital (MÉSZÁROS, 2009)?

Apesar de haver uma aparente separação estrutural entre os agentes que dominam economicamente e aqueles que dominam politicamente na atual fase da sociabilidade humana (MARX, 2011), o Estado, como *lócus* de disputas de poder e um dos elementos constitutivos do território, é, sem dúvida, um fenômeno especificamente moderno, capitalista[30] (MASCARO, 2013).

Tal pressuposto não assume um escopo mecanicista e teleológico dos processos históricos no ideário marxista, conforme patenteado por algumas interpretações dessa matriz teórica a respeito do Estado como instrumento de dominação da burguesia. Por outro lado, não é possível minimizar as amalgamações existentes entre as estruturas de poder estatal e a ordem político-financeira mundial do sistema capitalista, sobretudo em relação às suas funções corretivas nos momentos de crise e o caráter repressivo do imperialismo monopolista e de suas guerras, constituído no cerne da dinâmica autoexpansionista instaurada pelos Estados mais poderosos (MÉSZÁROS, 2014).

Internamente, constata-se a reificação das relações sociais antagônicas na concepção de "cidadão" e de democracia representativa (institucional), a identidade

29 "Eu não sou marxista e, para mim, Marx não tem nenhum caráter sagrado. Sua obra é, para mim, como diria Foucault, uma 'caixa de ferramentas'" (RAFFESTIN, 1985, p. 273, tradução da autora). Do original: « [...] Je ne suis pas marxiste et pour moi Marx n'a aucun caractère sacré. Son oeuvre est pour moi, comme dirai Foucault, une 'boîte à outils'".

30 Não negligenciamos, nesta assertiva sobre a gênese moderna dos Estados nacionais, a plurinacionalidade reivindicada nos últimos quarenta anos e as conquistas efetivas de determinados grupos étnicos na constituição de seus territórios político-jurídicos e na composição de suas novas Constituições, como é o caso da Bolívia e do Equador.

comum na supremacia linguística e o fortalecimento de uma "consciência coletiva" de coesão interna, além do monopólio legítimo do uso da força, garantido pelas polícias e pelo exército. Estes aspectos traduzem, por sua vez, alguns elementos materiais e imateriais do exercício de poder pelo Estado em função da reprodução social orientada a partir de interesses específicos de classes, frações de classes e de setores sociais específicos (OSÓRIO, 2014; MÉSZÁROS, 2014).

De qualquer modo, é preciso dizer que essas primeiras indagações perpassaram, de forma relativamente imediata, meu debruçar analítico inicial para com o projeto geográfico de Claude Raffestin, cujos questionamentos foram sendo levantados (com o pesar do "gerundismo", mas é o que revela o caráter processual dessa submersão teórica) logo nas primeiras semanas de meu estágio de pesquisa no Departamento de Geografia da Universidade de Genebra[31] (Suíça).

Claramente desconectadas e ainda pouco refletidas, as interrogações circunscreviam, aos poucos, minhas dúvidas a respeito da legitimidade e da adequação teórico-política em travar um debate epistêmico com um geógrafo suíço. Isto porque as inquietações conceituais e metodológicas que eu trazia (e trago) a respeito da categoria território despontavam, na verdade, do âmago da comunidade geográfica brasileira. Além disso, as próprias determinações históricas que me atravessam enquanto ser social e que, portanto, me incitam a refletir criticamente sobre o fenômeno territorial, advém de um contexto brasileiro e não suíço.

Assim, os receios em desenvolver um caminho analítico apriorístico e descompassado para com as determinações territoriais instauradas das minhas circunstâncias históricas tomaram, entretanto, direcionamentos teórico-metodológicos decisivos no decorrer do estágio, principalmente a partir das intervenções do Prof. Raffestin e a consolidação dessa relação durante e após o intercâmbio.

Não se trata, efetivamente, de qualquer deificação nesta trajetória, apesar, evidentemente, da profunda admiração e dos inesgotáveis aprendizados que tenho em cada conversa com ele. Estes diálogos não deixam de revelar uma experiência e um

31 Estágio BEPE (ME) – FAPESP (Processo nº 2017/04651-7), intitulado "ESPACE, TERRITOIRE ET TERRITORIALITÉ: POUR UNE APPROCHE RELATIONNELLE", sob supervisão do Prof. Dr. Bernard Debarbieux.

momento intensamente singulares de minha formação enquanto estudante, balizando, inclusive, meu próprio mergulho na ciência geográfica.

Um mergulho que demonstra compreensões e desvendamentos em relação à "geografia do poder", assim como, naturalmente, algumas eventuais divergências teórico-conceituais. Nesta direção, tal como insiste Calvino (2009), "o 'seu' clássico é aquele que não pode ser-lhe indiferente e que serve para definir a você próprio em relação e talvez em contraste com ele" (p. 13).

Com seu francês consideravelmente mais formal do que àquele em que eu estava habituada nas instâncias do departamento, Raffestin não se acosta, porém, a qualquer distanciamento interpessoal. Já no primeiro encontro, proporcionou um diálogo horizontal e quase totalmente voltado para minha pesquisa de mestrado na época, interrogando-me quais foram os problemas e as questões que me impeliram a escolher a geografia como ciência e, neste caminhar, quais os nexos teóricos que me levaram até ele.

Respondi-lhe sobre meu interesse pela filosofia e a maneira pela qual a longa tradição "empiricista" na geografia, em seu processo de consolidação científica, provocou entre os geógrafos, de maneira geral, uma certa ojeriza pelo "pensamento abstrato". Insisti, nesta direção, no papel do método como mediação deste exercício abstrato no conhecimento científico, reconhecendo também as armadilhas que a teorização pode conduzir, incorrendo à "especulação pura", à metafísica dos fenômenos geográficos.

Nesta perspectiva, indiquei minha aproximação, gnosiológica e política, para com o materialismo histórico e dialético e a interlocução com a ontologia lukácsiana, remetendo ao preciso tratamento dado pelo pensador húngaro às questões ligadas à consciência e às formações ideais das mais diversas ordens (a estética, a literatura realista, a ciência, a ideologia, entre outros), como já apontado por Marx e Engels, entre 1845-1846, n'A Ideologia Alemã. Do mesmo modo, expressei minha leitura ainda incipiente em relação aos escritos de Michel Foucault e, igualmente, de Jacques Derrida e Félix Guattari, apesar destes autores serem centrais para Raffestin, em especial, os dois últimos na discussão sobre os processos de territorialização.

De toda forma, buscando rupturas com uma dada corrente marxista que pressupõe a noção de "superestrutura" das relações sociais de produção, busquei na crítica ontológica o reconhecimento de que as formações ideais, e, sobretudo, a própria ciência,

despontam como imanência concreta das relações antagônicas da sociabilidade capitalista, destituindo, assim, a condição de pretensa autonomia das ideias e dos conceitos em relação à *práxis* histórica.

É neste percurso que o conjunto dessas preocupações metódicas incitou-me a analisar os embates teóricos e práticos que a questão do território suscita há décadas na geografia agrária brasileira (temática inicial do mestrado). Reiterei, neste caminhar, as tentativas de estabelecer confrontos teóricos com as abordagens "apriorísticas" de definições e tipologias do território, que, em relação ao fenômeno real, tendem a reduzir a complexidade das múltiplas determinações à sua dimensão funcional ou empírico-imediata.

Por sua vez, as conexões pretendidas entre filosofia e ciência geográfica orientam-me, metodicamente, a tentar sobrepujar tanto a "aparência fenomênica do real" (KOSIK, 1976) como também o "terreno das idiossincrasias teóricas" (SANTOS NETO, 2011), identificando, nas contradições reais dos fenômenos geográficos, minhas respostas, e também algumas angústias, teóricas e políticas.

É neste caminhar, por assim dizer, que a problemática relacional do poder de Raffestin emerge como uma abordagem singular e ainda aberta às reflexões da Geografia contemporânea, apontando, no cerne das relações sociais, a dimensão processual e contraditória da produção dos territórios e das territorialidades.

Vislumbra-se, deste modo, que esta postura epistêmica se coloca em oposição à uma abordagem morfofuncional dos fenômenos espaciais (RAFFESTIN, 1993), que fundamentaria, no seu interior, a "unidade harmônica dos contrários". A morfofuncionalidade prende-se à dimensão aparente e funcional dos fenômenos socioespaciais, obliterando as conexões reais e as leis internas do processo territorial, o que configura seu caráter "espaciológico" (SOUZA, M. L., 1986).

Trata-se de uma abordagem que cerceia os conflitos inerentes ao desenvolvimento histórico do capitalismo na conformação desigual de territórios. Há uma sistematização[32] das representações que os agentes sociais tem de si próprios na lógica do capital e uma consequente reificação do mundo das coisas e das relações humanas. Nos termos de Kosik

32 Sistematização enquanto uma noção de regularidade que envolve os sistemas.

(1979), constata-se que, sob a perspectiva morfofuncional, “a realidade objetiva se transforma em realidade objetual, a realidade dos objetos [e das ações humanas, já que o homem é reduzido a objeto do sistema]” (KOSIK, 1979, p. 98).

À vista disso, é possível afirmar que a problemática relacional do poder irrompe como uma verdadeira acuidade analítica de Claude Raffestin, justamente por sobrelevar as relações sociais no âmago da constituição dos territórios e das territorialidades, ou melhor, compreende-se as tentativas que o autor teve em destacar a centralidade histórica e conflitual dessas relações, ainda que imerso em um contexto francófono e, em grande parte, vidalino.

Isto significa dizer que os critérios de cientificidade que envolveram a tradição francesa de geografia, sobretudo na figura de Vidal de La Blache, traduziram-se pelo fato de se reivindicar a geografia enquanto “ciência dos lugares e não dos homens, ela se interessa[ria] pelos acontecimentos da História à medida que acentuam a esclarecer, nas regiões onde eles se produzem, as propriedades, as virtualidades que sem eles permaneceriam latentes” (LABLACHE, 1913, n/p).

Deste modo, fruto do pensamento lablachiano, a comunidade geográfica francófona, da primeira metade do século XX, lança uma série de monografias regionais, cujas descrições privilegiavam a “personalidade” ou a “individualidade” de determinadas configurações espaciais como padrão de análise geográfico. É neste contexto e mediante tais descrições idiográficas, portanto, que “Vidal de La Blache instala (...) sua concepção do ‘homem-habitante’ e essa expulsa para fora dos limites da reflexão geográfica o homem nas suas relações sociais, e com mais forte razão ainda, nas relações de produção” (LACOSTE, 2012, p. 59).

Nesta perspectiva, Raffestin edifica, em oposição à morfofuncionalidade, um campo largo de enfrentamentos teóricos no seio da geografia francófona, recebendo objeções, inclusive, de determinadas abordagens que circundam o pensamento pós-moderno na própria Universidade de Genebra, cujas variações apontam para o discurso de obsolescência da categoria trabalho e da categoria território (ANTHEAUME; GIRAUT, 2005).

É inegável, assim, um peculiar posicionamento epistêmico e político do autor ao longo de sua trajetória intelectual, incidindo tensionamentos em diversas concepções e

correntes do pensamento na ciência geográfica do final do século XX. Compreende-se, portanto, o propósito específico traçado pela problemática relacional do poder, que circunscreveu os limites da abordagem morfofuncional, revisando criticamente as perspectivas "espaciológicas" e os pressupostos e fundamentos teóricos da geografia política clássica.

Assim, em nossos diálogos iniciais, Raffestin manifesta, de modo criterioso, a abrangência e a profundidade de seus estudos, exprimindo uma autêntica exposição analítica a respeito de geopolíticos alemães e franceses, pouco explorados na literatura brasileira, como Otto Maul, Alexander Supan, Arthur Dix, Camille Vallaux, Jacques Ancel, entre muitos outros, com a mais rica precisão e agudeza de seu pensamento.

Neste encontro, Raffestin deslinda a natureza do Estado moderno e as reverberações que essa dimensão do poder político teve nas concepções de território, principalmente em torno dos aspectos de apropriação e expansão territorial. Ressalta, à vista disso, que a compreensão relacional nos processos de territorialização é capaz de desnaturalizar as relações de poder entre os homens, e, do ponto de vista epistêmico, torna-se um veio reflexivo capaz de resolver imbróglios "apriorísticos" de concepções geográficas.

Finalmente, pude vislumbrar um percurso vigoroso de interlocução com Raffestin em torno da problemática relacional do poder, mesmo assumindo nossas discrepâncias conjunturais e políticas de reflexão e construção geográfica. Neste percurso, com a simplicidade de quem muito "estradou" nas trincheiras e armadilhas da Geografia, o geógrafo suíço tem se colocado sempre muito acessível à elaboração deste texto, reiterando, em diversos momentos, sua disposição em debater e refletir sem pressa, ou "pragmatismo acadêmico", as principais concepções que ampararam seu pensamento. Como disse ao final de nosso primeiro diálogo em sua residência em Genebra, na gélida manhã do dia 15 de dezembro de 2017: "Pode me escrever, me telefonar, eu tenho tempo, sou aposentado; você é quem trabalha aqui...", sorrindo, por fim.

O despojamento não decresce, todavia, a seriedade e suas preocupações concretas. Vê-se logo o professor inquieto para com as questões políticas que assolaram a legitimidade institucional e democrática do Brasil desde o golpe parlamentar de 2016, assim como os progressivos e constantes ataques aos direitos sociais e humanos conquistados pelas lutas sociais ao longo das décadas.

Por certo, um geógrafo suíço que não poupa esforços em calibrar seu olhar e sua leitura sobre o Brasil, sobre as correlações de forças e dissimetrias de poder que, de modo mais ou menos arrojado, se estabelecem e se rearticulam territorialmente na América Latina. São processos que cumprem determinações históricas precisas na reprodução ampliada do capital, revelando campos relacionais de poder provavelmente distintos daqueles representados no contexto de origem de "*Por Uma Geografia do Poder*".

Estas impressões demonstram, portanto, que revisitar o pensamento de Raffestin e sua "geografia do poder" não ensejam, no campo particular, uma simples tarefa. Distanciar o arrebatamento de minhas impressões subjetivas construídas ao longo dos meses pelas entrevistas, pelos diálogos informais e e-mails trocados após meu retorno ao Brasil demonstram, eventualmente, inseguranças, inclusive, à própria análise crítica e ao enfrentamento teórico-metodológico.

No entanto, o "fazer científico" exige, irrefreavelmente, tomar posições. Estas se inscrevem, como já sinalizado, na dimensão do método, capaz de orientar respostas no campo das questões gnosio-epistêmicas e ideológicas. É, portanto, nesta direção que as "apreensões" diante de Claude Raffestin transformam-se, gradualmente, em formação intelectual e rigor analítico, admitindo tanto as vastas fronteiras de sua trajetória geográfica quanto a importância de "destacar sua identidade"[33], quando assim o for necessário.

Característico de um grande autor – ou como se referiu Juliet Fall, professora no Departamento de Geografia da Universidade de Genebra e ex-aluna de Raffestin, durante nosso diálogo em sua sala, no quarto andar do prédio Uni Carl-Vogt: "um grande geógrafo de um grande pensamento em processo" –; Raffestin sabe reconhecer, portanto, que as divergências e as críticas traduzem, no fundo, os anseios e os reflexos teóricos de sua própria trajetória.

É o que próprio autor indica nas palavras que encerraram nossa primeira entrevista e que ainda permanecem insistentemente presentes em mim quando analiso seus textos, tentando identificar a concretude de sua afirmação: "Ora, veja, a problemática relacional

33 "Para nós, criticar não é destruir mas destacar uma identidade" (RAFFESTIN, 1993, p. 07).

do poder não está acabada, a "geografia do poder" não está acabada, não é um sistema fechado ou um manual disto ou daquilo; é necessário avançar sobre o que eu fiz".

Manifestamente, a sistematização do extenso material bibliográfico de Raffestin durante as primeiras semanas de pesquisa em Genebra, constituído por centenas de artigos publicados em diversas línguas e por vários livros, para citar alguns, "*Travail, Espace et Pouvoir"* (1979), *"Demain le Travail"* (1982), "*Écologie Générale et Écologie Humaine"* (1985) "*Géopolitique et Histoire"* (1995), "*Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio. Elementi per uma teoria del paesaggio"* (2005), *"Géographie Buissonnière"* (2016), impeliram-me, apesar da delimitação dos objetivos do estágio, à escolha forçosa de uma entrada, de uma imersão em seu projeto teórico.

Este acesso inicial esteve amparado, em grande parte, pela constatação de elementos categoriais invariáveis entre os escritos do autor, os quais procediam, na verdade, de algumas matrizes teóricas distintas e de variados campos do conhecimento (teoria do poder foucaultiana; linguística estruturalista, ontologia heideggeriana, estudos sociais de ecologia, entre outros).

Por sua vez, a demarcação, primeiramente, discursiva dessas categorias indicaram-me, aos poucos, conexões lógico-abstratas e um precoce esboço de uma construção teórica nomotética de seu pensamento. É o que, na verdade, já fora sugerido pelos geógrafos políticos alemães de modo excepcional em relação aos franceses desde o final do século XIX, ainda que "leis nomotéticas" para toda a realidade tenham sido rapidamente reduzidas a um debate científico determinista (MORAES, 1990).

Isto significa dizer que Raffestin (1993) não deixou de se atentar para a "mina ratzeliana" (p. 12) no início da "geografia do poder", ou seja, um projeto epistêmico que erigia construções categoriais generalizantes e esboços teóricos sistêmicos para a geografia humana, contrapondo-se às abordagens idiográficas da tradição francesa, preocupadas, em demasia, com os estudos do singular e do caso único, intrinsecamente descritivos.

É neste sentido que determinadas categorias invariáveis do pensamento de Raffestin começavam a despontar, de modo concatenado, ao longo da revisão de literatura, permitindo conexões gerais em torno dos conceitos de fronteira, território, territorialidade, poder, mediadores sêmicos, entre outros.

Foi preciso, no entanto, certa atenção para não reduzir essas apreensões a um possível "logicismo" do autor, justamente pelo fato de que tais nexos categoriais pareciam desenhar, na verdade, uma suposta "mina raffestiniana". Compunha-se, aos poucos, sua geografia das relações de poder, mas traduzia-se, igualmente – "com vistas a polemizar – uma questão a nosso ver essencial: a continuidade do projeto nomotético ratzeliano" (VESENTINI, 2010, p. 135).

Foi, então, que perguntei-lhe diretamente:

> **[...]**
> **Raquel Fulino:** Suas tentativas de construir uma teoria da territorialidade revelam um projeto nomotético na geografia humana?
> **Claude Raffestin:** [pausa] Totalmente! Totalmente! [risos]
> **RF:** Totalmente?
> **CR:** Ah, sim... Por quê? Porque, para mim, a territorialidade eu a defini como o conjunto de relações estabelecidas entre os atores e o meio físico e o meio social, humano, com o auxílio dos mediadores, na série de mediadores possíveis... na perspectiva de obter a maior autonomia possível, levando em conta os recursos do sistema. É uma noção, aliás, que introduzi na geografia, a territorialidade... Pouca gente tinha falado disso até então. Os naturalistas e a territorialidade animal... e os anglo-saxões, com uma definição restrita da territorialidade: era apenas as relações de apropriação no território... Para mim, é uma relação mais larga nos territórios, ou melhor, com a exterioridade...
> **RF:** Quer dizer que a realidade não existe como pura exterioridade, uma exterioridade que se opõe ao homem, já que é a relação social que faz o mundo material?
> **CR:** Sim, totalmente.
> **RF:** Quer dizer que a materialidade...
> **CR:** Veja, se você quiser, se você me permite...
> **RF:** Claro.
> **CR:** ... para tentar compreender bem essa ideia...
> **RF:** Sim...
> **CR:** Isso quer dizer o quê? Quer dizer que a realidade material existe, claro, mas é sempre uma invenção daqueles e daquelas que vão utilizá-la...
> **RF:** Uma invenção?
> **CR:** Atenção: que vão utilizá-la através de suas competências, através de seus mediadores, etc. Não é qualquer coisa de determinado, de fixado para sempre... E esta ideia aqui é a que nós podemos chamar, aliás... [pausa] Você conhece um autor que se chamava Serge Moscovici?
> **RF:** Através de seus escritos...
> **CR:** Sim, eu o utilizei muito, hein?!
> **RF:** Sim.
> **CR:** Veja, Serge Moscovici que escreveu uma obra magnífica... [pausa]
> **RF:** "Ensaio sobre a história humana da natureza"?

> **CR:** Sim, é esta! Você já leu?
> **RF:** Acabo de começar, esta semana...
> **CR:** Sim, leia, leia! Porque se trata de uma obra que foi publicada entre 1967-68, é necessário verificar... minha memória, minha mente não é mais a mesma, hein?!
> **RF:** "Voilà", o Sr. está muito bem!
> **CR:** [risos] Veja, mas verifique a data... mas esta aí foi citada em alguns de meus trabalhos... [pausa]
> **RF:** Sim...
> **CR:** Finalmente, o que há de bem evidente é que a natureza é o que os homens intervém sobre a realidade que é dada à disposição... Esta intervenção muda ao longo da humanidade, não é qualquer coisa de fixa, determinada... hm? E eu fiz a mesma coisa para a geografia em relação à territorialidade.
>
> (Fragmento da entrevista de dezembro de 2017)

De qualquer modo, conforme eu prosseguia nas leituras, os elementos epistêmicos centrais expostos pelo geógrafo suíço revelavam cada vez mais a particularidade dos aspectos da linguagem e dos mediadores sêmicos. Isto torna-se evidente pelas potencialidades representativas (modelos) e cartográficas que atravessavam, horizontalmente, a construção de suas reflexões sobre as relações de poder e a produção dos territórios.

> **[...]**
> **Claude Raffestin:** Veja, é preciso prestar atenção em uma coisa. É que, em primeiro lugar, o mesmo conceito não tem, para os geógrafos, os mesmos sentidos. Tomemos... tomemos, se você quiser, uma palavra da geografia corrente que é "friche". Entende o que é "friche"?
> **Raquel Fulino:** "Friche"?
> **CR:** A "friche" é uma palavra que vem do mundo rural e é a porção do território agrícola que não é cultivado...
> **RF:** Ok...
> **CR:** ... que é deixado ao abandono; é a "friche". Você sabe italiano?
> **RF:** Não.
> **CR:** Alemão?
> **RF:** Também não, desculpe.
> **CR:** Porque, em italiano, a "friche" é "maggesi"; em alemão é "Brachland". Há um geógrafo alemão que falou em "Sozialbrach", ou a "friche" social.
> **RF:** Sim, a "friche" social...
> **CR:** A "friche" social significa dizer que a "friche" não é aquela da linguagem agrícola ou da linguagem urbana, a "friche" social é, por exemplo, simplesmente um terreno abandonado.
> **RF:** Entendo, começo a entender.
> **CF:** Sim, então, a "friche"... Todo mundo pode estar de acordo em relação à sua significação, do que é a "friche", aquilo que é abandonado, aquilo que não é cultivado, aquilo que não é utilizado. Mas a significação da "friche" que teríamos entre nós pode ser de uma significação diferente. Eu estou falando muito rápido ou está tudo bem?

> **RF:** Tudo bem, estou acompanhando.
> **CR:** Veja, a "friche" social, por exemplo, ou a "friche" normal, agrícola, para um geógrafo, poderia ter um sentido de terreno deixado "em pousio", ou, então, uma "terra devoluta", porque... nós temos um sistema de cultura que obriga a terra a se produzir, mas esta pode ter uma significação... O fato de recursarmos o cultivo por uma razão econômica ou social... A "friche" social é a mesma coisa, um terreno abandonado em uma cidade... pode ser que ninguém queira construir porque há uma razão política ao fato de nós não termos construído um certo direito... Portanto, verá que o conceito é variável segundo a ideologia de cada geógrafo. E, então, é o que eu tentei fazer na "geografia do poder". Eu tentei mostrar que o sentido dos conceitos pode ter variáveis segundo o ponto de vista que adotamos. Você conhece minha definição de geografia?
> **RF:** Hm [pausa]... Não estou certa, mas, em alguns textos, o Sr. escreveu que a geografia é a ciência que identifica a prática humana no espaço dado.
> **CR:** Sim, eu frequentemente escrevi isso. A geografia é a explicitação do estudo da prática, da maneira como os homens exploram o espaço. Isto significa que não é o espaço o objeto da geografia, mas o objeto da geografia é a relação que os homens tem com o espaço. É, portanto, qualquer coisa mais abstrata que uma simples relação material. Esta é uma definição que me foi sugerida em algum tipo de estudo que fiz da linguística.
> **RF:** Certo, mas como a linguística poderia contribuir para estabelecer um *corpus* teórico para a geografia humana?
> **CR:** A estabelecer um *corpus* teórico? Não estou certo se...
> **RF:** Sim, porque... por exemplo, o conceito de território, sua concepção de território...
> **CR:** Sim...
> **RF:** Os processos sociais de produção do território... Se eu compreendi bem, o trabalho humano é o principal mediador da produção dos territórios...
> **CR:** Sim, absolutamente.
> **RF:** Mas eu compreendo o trabalho como uma mediação prática, ligada à práxis social...
> **CR:** Sim, mas atenção [pausa]. Veja que os mediadores são os meios ou os instrumentos para fraturar o real. O trabalho tem, assim como o poder, o trabalho tem uma linguagem que se inscreve no espaço.
>
> (Fragmento da entrevista de janeiro de 2018)

A cada leitura, estes elementos discursivos começavam, de certa forma, a compor um *corpus* analítico relativamente organizado, sobretudo por serem retrabalhados e aprofundados em cada artigo do autor.

Revela-se, assim, uma constância de noções e conceitos empregados por Raffestin, expressando-se *pari passu* às suas principais referências, tal como Luis Prieto (1975), Umberto Eco (1972 [1968]; 1976 [1975]), Antoine Greimas (1976), Henri Lefebvre (2000 [1974]), Serge Moscovici (1968), Michel de Certeau (1984), Ferruccio

Rossi-Landi (1985), Eric Dardel (em alguns textos que fecharam seus últimos trabalhos), e, declaradamente, Michel Foucault (1998 [1976]).

Este último nome, em especial, confere sua importância pela centralidade dada ao poder e sua gênese nas ações humanas, ou seja, "de fato, cada ator dispõe de uma parcela de poder através do trabalho no qual ele é capaz, e é por essa razão que Foucault diz que o poder vem de baixo[34]" (RAFFESTIN, 2012, p. 132, tradução da autora). Assim:

> Quando eu descobri a obra de Foucault, há mais de vinte anos, eu fiquei, claramente, deslumbrado – é uma banalidade dizê-lo – pela riqueza do arsenal ou, se preferirmos, do "ateliê" foucaultiano. O método, exposto n'A Vontade de saber, me permitiu repensar de uma maneira fundamental a questão do poder[35] (RAFFESTIN, 1997, p. 141, tradução da autora).

É evidente, em compensação, que muitos outros nomes poderiam ser mencionados, tendo em vista a riqueza teórica do geógrafo suíço e sua habilidade em dialogar com vários sistemas de pensamento. Todavia, tratam-se, efetivamente, de referências secundárias e que, na verdade, mais se intercruzam às suas principais reflexões do que dão a elas o peso de uma derivação medular.

Este não é o caso, como veremos, do tratamento dado aos atores sintagmáticos e paradigmáticos no seio da problemática relacional, que, embora apareçam mais demarcadamente em *Por Uma Geografia do Poder*, estes constructos constituem-se os verdadeiros elementos de interlocução representativa e material do processo relacional. Há, portanto, uma essencialidade neste aspecto.

Em outros termos, os "atores" de Raffestin buscam, ao mesmo tempo, traduzir tanto a dimensão histórica e ontológica das ações humanas e das relações sociais (sujeitos e agentes sociais) quanto os aspectos linguísticos e representativos (nas expressões de Greimas e Hussy, de "sintagma" e "paradigma") de sua epistemologia geográfica. Nosso objetivo, neste sentido, consiste em interpretar os limites e o alcance explicativo desses elementos e modelos sociais na produção territorial.

34 "in effect, each actor disposes of a parcel of power through the labor of which he is capable, and it is for this reason that Foucault says that power comes from below" (versão original).

35 "Lorsque j'ai découvert l'oeuvre de Foucault, il y a plus de vingt ans, j'ai été, bien sûr, ébloui — c'est une banalité de le dire — par la richesse de l'arsenal ou, si l'on préfère, de l'atelier foucaldien. La méthode, exposée dans *La Volonté de savoir*, m'a permis de repenser d'une manière fondamentale la question du pouvoir" (versão original).

Por conseguinte, dada a amplitude de seu projeto epistêmico, por que, então, a "geografia do poder" permaneceria aberta e aguardando, de certa forma, continuidades, questionamentos, discordâncias? O que, de fato, Raffestin quis dizer em relação ao prosseguimento de suas ideias, sobre "avançar" em um contexto de décadas de criação teórica?

Talvez algumas pistas e algumas provocações tenham sido descerradas pelo Dr. Louca Lerch, pesquisador da "*Fondation Charles Léopold Mayer*", ao longo de nossa entrevista em Lausanne, no final de tarde do dia 04 de novembro de 2017:

> Onde eu me situo em relação ao pensamento de Raffestin? Penso que há preocupações que ultrapassam as questões de teor acadêmico, são preocupações políticas. [...] Raffestin se embasava explicitamente em Foucault, sobre o quê Foucault falava, sobretudo na "História da Sexualidade", etc.... Mas [breve pausa]... mesmo em Jacques Guattari, que foi enormemente citado por Raffestin... Agora isto talvez pareça um pouco estanho, já que Guattari é visto como um "guru" neoliberal [risos]. E, de fato, a base acadêmica, universitária, que ele faz parte está no debate sobre a pós-modernidade. [...] Porém, compreendo que seu [de Raffestin] projeto teórico é um projeto de emancipação e de desnaturalização da dominação, contrariamente a outros autores, que, para mim, também foram muito úteis, muito importantes, como Bruno Latour e toda a "Action Network Theory", mas que, ao contrário de dele [de Raffestin], despolitizaram suas teorias.

Isto implica, na verdade, facejar demarcações teóricas, metodológicas e ideológicas da geografia humana de Raffestin, de modo a identificar quais foram as resoluções de ordem ontológica e materialista na gênese e no desenvolvimento de suas reflexões sobre o território e a territorialidade. Como suscitado pelo próprio emprego de "atores sociais", questiona-se o movimento oscilante entre o "representativo" e o "objetivo" no cerne da problemática relacional do poder, cujo núcleo central origina-se da categoria trabalho nos textos de Raffestin.

Vislumbra-se, assim, a relevância de assumir precisões, inclusive, com o que o próprio autor tem tomado por "relação" e quais são suas determinações onto-concretas no interior do processo relacional. É possível afirmar que se tratam de relações sociais entre homens e mulheres concretos, e também agentes sociais que projetam suas espacialidades, engendrando, muitas vezes, processos de apropriação, conflitos e disputas de poder constitutivos de seus territórios? Ou a "relação", para Raffestin, implica um campo relacional da linguagem e da cartografia, que opera processos inerentemente

informacionais entre os sujeitos e agentes em relação às suas estratégias de poder no espaço[36]? Seria uma tentativa de coadunar, teoricamente, os dois processos?

Tal escavação teórico-conceitual demonstra que, ao contrário de uma sociabilidade ideal, as relações sociais são, fundamentalmente, marcadas pela lógica da mercadoria e da propriedade privada da terra (MARX, 2010a; 2008). Este pressuposto fundamental permite interrogar, portanto, a natureza efetiva do "poder" no atual momento histórico. Trata-se de um poder difuso, que se dissiparia em microrrelações etéreas ou o movimento efetivo e antagônico dos processos relacionais exprimiria, no limite, formas e níveis de dominação e exploração de uma classe social em relação à outra?

Em Raffestin, contudo, a expressão "classe" desponta em momentos específicos de *Por Uma Geografia do Poder* (1993), evocando, a princípio, duas feições centrais.

De um lado, a "classe" ressoa como um aspecto essencialmente terminológico do texto, podendo ser substituído por outras expressões do autor empregadas em outros momentos da escrita (dominadores, exploradores, entre outras) e que independem da precisão rigorosa da categoria analítica marxiana. Este sentido pode ser identificado em: "o estudo dos sistemas de representação em ligação com as classes que detinham o poder através da História" (p. 145).

Por outro lado, ao criticar a definição de territorialidade de E. Soja, Raffestin demonstra clareza teórica no que diz respeito aos traços essenciais constitutivos que produzem as distinções de classe e as determinações de poder na sociedade contemporânea. Assim, conforme o próprio autor: "O inconveniente do método de Soja é que ele mistura o subjetivo e o não-subjetivo e apaga as situações de **classe**. Enquanto os economistas sempre tendem a homogeneizar o espaço, os geógrafos, por seu turno, homogeinizam a sociedade" (p. 162).

Ainda que de forma restrita nesta parte do texto, não podemos nos ausentar em debater este conceito, que, no interior do marxismo, toma definições muito controversas. Tal como Thompson (1987) e Poulantzas (1978), recusaremos a definição economicista

36 De acordo com Klauser (2012, p. 114, tradução da autora), o termo "relacional" sempre implicou, no bojo do pensamento geográfico de Raffestin, uma "atenção sistemática para a questão deleuziana de "o que acontece 'entre'?". Do original: "systematic attention to the Deleuzian question of "what happens 'in between'?

de classe social como mero reflexo da posição dos sujeitos na estrutura produtiva. Por conseguinte, ao contrário das interpretações estáticas, propomo-nos a refletir não apenas sobre a dimensão objetiva e estrutural, mas também sobre as representações de classe e seus aspectos conjunturais de coesão.

Neste sentido, aproximamos nossas reflexões de Bensaïd (1999), para o qual "não há classe senão na relação conflitual com outras classes" (p. 148), de maneira que as classes sociais, sendo "uma totalidade relacional e não uma simples soma" (p. 147), revelam-se no e pelo movimento efetivo da sociabilidade capitalista, e não *a priori* ou discursivamente.

É o que cotejaremos, portanto, com as preocupações políticas e ideológicas de Raffestin no que concerne à desnaturalização das relações de poder em sua geografia. Analisaremos, assim como Lerch, não apenas as questões de teor acadêmico, mas, e sobretudo, as preocupações políticas que viabilizaram a construção deste projeto epistêmico no seio da comunidade geográfica francófona, mas que não deixou de se propagar mundialmente na ciência geográfica do final do século XX.

2.2 – Estatuto científico e relações de poder: as bases gnosio-epistemológicas e ideológicas de Claude Raffestin

> *No momento de escrever a primeira palavra relativa ao tema que enuncia o título, eu descubro meu "fechamento" nos limites e nas fronteiras mentais, pois pensar implica, ipsu facto, um sistema de limites*[37]. (Claude Raffestin, 1981, p. 119)

Se, em um primeiro momento, refletimos sobre a atualidade que rege o pensamento de um clássico, seja pelas reverberações político-ideológicas de seus pressupostos, seja pelas repercussões teóricas e acadêmico-institucionais que tal obra pode gerar no interior da própria comunidade científica (reconhecendo, entretanto, a impossibilidade de dicotomizar de modo absoluto essas duas esferas); debruçaremo-nos, neste segundo momento, sobre seus contornos mais específicos.

Isto significa, de maneira mais ampla, identificar os primeiros aspectos gnosio-epistemológicos e histórico-ontológicos que estruturam o projeto científico de Claude Raffestin, e que, ao mesmo tempo, estabelecem mecanismos interpretativos de seu pensamento. Estes aspectos, como demonstraremos, não reavivam, porém, nenhuma atitude metateórica que tem, tradicionalmente, envolvido diversos filósofos da ciência e também os sociólogos do conhecimento acerca das abordagens "internalismo *versus* externalismo", protagonizada pela teoria do conhecimento contemporânea (MARTINS, 2000).

Tratam-se, ao contrário, de mecanismos interpretativos derivados de uma abrupta inflexão teórica e metodológica deflagrada pelo materialismo histórico e dialético no seio do pensamento ocidental moderno, que produziu uma perspectiva do conhecimento radicalmente distinta das perspectivas essencialmente gnosiológicas[38].

Para elucidar em alguns pontos, cabe dizer que, diferentemente das posições gnosiológicas, os pressupostos interpretativos do materialismo histórico e dialético não divisam, no limite, o "fazer científico" (o projeto e a prática gnosio-epistêmica) de um

[37] "Au moment d'écrire le premier mot relatif au sujet qu'énonce le titre, je découvre mon "enfermement" dans des limites et des frontières mentales car "penser" implique, ipso facto, un système de limites" (versão original).

[38] O próximo capítulo será integralmente dedicado a essas questões teórico-metodológicas que envolvem a problemática do conhecimento humano, a qual pode tomar um caminho predominantemente gnosiológico ou ontológico materialista (TONET, 2013).

dado intelectual das derivações ideológicas e políticas (as determinações onto-concretas) suscitadas com e a partir de suas ideias.

O segundo ponto, atrelado ao anterior, é que, nesta perspectiva, o conceito de "verdade" não é obliterado em saídas relativistas do conhecimento e da subjetividade, mas atinge sua dimensão terrena no movimento da realidade social, ou seja, a "verdade" tem uma função social e um escopo político, pois é construída, não *a priori* na mente dos homens e dos cientistas, mas na *práxis* e no efetivo enfrentamento com o real (MÜLLER, 1982).

Neste sentido, tendo como esteio teórico os aspectos gnosio-epistêmicos e ontológicos materialistas, retomaremos, como ponto de partida e fio condutor da análise, as páginas de "*Por Uma Geografia do Poder*", com a sólida clareza de não esgotar a reflexão nesta obra central. Seria extremamente comprometedor para a pesquisa, por exemplo, recusar os rebatimentos teóricos com o extenso material bibliográfico de Claude Raffestin, elaborado entre os anos de 1970 e 2016[39].

Há, decerto, uma problemática teórica de base que amplia os elementos teleológicos despontados pelos objetivos e pela hipótese central da pesquisa, de modo a contextualizar o que, a princípio, foi vagamente figurado por "análise do pensamento geográfico de Claude Raffestin".

Estes elementos teleológicos incidem, com maior ou menor desembaraço, sobre a categoria trabalho na teoria do território e da territorialidade do geógrafo suíço. Nosso principal objetivo consiste, portanto, em analisar a natureza das mediações (ideal ou material) do trabalho humano, geradas no cerne dos processos de objetivação (*práxis* histórica) e representação (consciência) do processo relacional do poder de Raffestin.

Isto porque a produção territorial, segundo autor, envolve "projeções humanas" decorrentes da transformação da natureza pelo homem e das relações com outros homens. Tais projeções, como será desenvolvido e interpretado mais adiante, podem ser

39 Material disponibilizado, em sua maioria, pelo antigo grupo de pesquisa de Claude Raffestin do Departamento de Geografia da Universidade de Genebra, o CollecTer (Collectif de réflexion autor de la Territorialité), que embora esteja inativo atualmente, realizou o trabalho de compilação da bibliografia do autor durante os anos de 2003 e 2004.

decorrentes da prática onto-concreta e/ou das prévia-ideações e "projeções mentais" dos sujeitos sociais.

Neste sentido, vislumbra-se (e esta tem sido nossa hipótese central) um movimento de fusão entre objetivação e representação nas concepções de território e territorialidade em Raffestin. Esta fusão seria capaz de refletir uma possível subsunção da *práxis* histórica pelos elementos representativos (linguagem e cartografia) na produção dos territórios pelo autor, suprimindo, gradualmente, os sujeitos sociais do processo relacional ou transformando-os em "atores ideais".

Ao analisar a categoria trabalho, constata-se, além disso, algo que não é, imediatamente, esperado de uma análise teórica do geógrafo suíço, já que é no poder e no território que estão concentradas, majoritariamente, as reflexões dedicadas a ele. No entanto, compreende-se que o poder é um elemento conceitual e um fenômeno humano, substancialmente, derivado do trabalho. Enquanto constructo representativo e decifrável de todas as relações sociais, pois "presente em toda 'produção' que se apoia no espaço e no tempo" (RAFFESTIN, 1993, p. 06), o poder procede do trabalho, "modelo objetivamente ontológico de toda práxis humana" (LUKÁCS, 1969, p. 09).

Conforme explicita o próprio autor:

> Conhecer e operar sobre uma realidade material supõe – e até mesmo postula – um sistema de relações no interior do qual circula o poder, uma vez que este é consubstancial à toda relação. O conhecimento e a prática elaborados por todo **trabalho** implicam uma forma qualquer de poder da qual não é possível escapar (RAFFESTIN, 1993, p. 06, destacado pela autora).

Estas considerações sobre os conceitos de trabalho e poder em Raffestin (tratados em muitos momentos como sinônimos) permite iniciar – de maneira mais geral – contornos específicos de seu pensamento geográfico, especialmente em relação às suas posições acerca do conhecimento científico, da disciplina geográfica e dos processos de conceitualização que envolvem o projeto epistêmico.

Em outras palavras, estas especificações remetem-se ao próprio estatuto de cientificidade da disciplina geográfica defendido por Raffestin, que, por sua vez, "se exprime através de uma reflexão histórica sobre a natureza dos conceitos utilizados, [e]

revela uma inquietação que provoca um exame epistemológico da geografia humana[40]" (RAFFESTIN, 1974, p. 22, tradução da autora).

Portanto, se prestarmos atenção nas primeiras colocações contidas em "*Por Uma Geografia do Poder*" (1993 [1980]), Raffestin questiona a "perversidade classificatória" imputada aos geógrafos das diversas gerações em ter que ratificar, ao longo dos anos, as categorias de sua ciência.

Para desagrado do geógrafo suíço que sempre contestou a tradição vidalina espaciológica, esta "perversidade classificatória" reforçaria um procedimento apriorístico do pensamento, operacionalizando categorias mediante acepções teóricas que fossem, inexoravelmente, "objeto de uma tradução espacial imediata" (RAFFESTIN, 1993, p. 05).

É evidente que, sob os critérios de uma "tradução espacial" para representar o campo do "geográfico" e "não-geográfico", o conceito de "poder" não foi, imediatamente, acolhido, como pontou Raffestin, sendo mais desenvolvido entre os estudiosos das ciências políticas, da filosofia política e até mesmo da história.

Isto também foi entendido nos mesmos termos por Paul Claval, em seu livro relacionado à temática do poder, "*Espaço e Poder"* (1978), cuja obra foi mencionada por Raffestin nos primeiros parágrafos de "*Por Uma Geografia do Poder*" e pode ser considerada um dos primeiros debates abertos sobre o conceito de poder na ciência geográfica francofônica.

> A reflexão sobre as relações entre o poder e o espaço é bem posterior à reflexão que precisou a noção do alcance das relações econômicas. Ela nasceu dos trabalhos contemporâneos sobre a informação e sobre a comunicação: não tem mais de 20 anos. Era estranha à geografia política de princípios do século e à sua variante aplicada, a geopolítica, cujas interpretações nazistas deixaram triste lembrança [...]. A ciência política há muito não inovava nesse domínio: desde o século XVII, ela se apresentava mais como uma reflexão normativa do que como uma teoria positiva; ignorava os pesos que modificam a aplicação dos princípios. Nada podia propor aos geógrafos. (CLAVAL, 1979, pp. 08-09).

Em todo caso, se, para Raffestin (1993), a problemática que envolve o objeto de estudo geográfico "depende da concepção epistemológica que fazemos das ciências do

40 "s'exprime à travers une réflexion historique sur la nature des concepts utilisés, [et] révèle une inquiétude qui déclenche un examen épistémologique de la géographie humaine" (versão original).

homem e, em consequência, da geografia humana" (p. 06), é preciso reiterar ainda que isto também depende de uma concepção de método e, igualmente, de uma posição ideológica.

Em um artigo[41] publicado dois anos antes de "*Por Uma Geografia do Poder"*, o autor já manifestava alguns aspectos que rondam a natureza científica e não-científica do conhecimento humano, incitando processos de conceitualização que se distinguem de "simples" constructos ou noções sobre o real (RAFFESTIN, 1978).

Para Raffestin (1978, p. 60, tradução da autora), a palavra «'noção' provém de uma raiz indo-europeia que significa 'conhecer', ou seja, apreender pela percepção[42]", de modo que "a noção permite organizar a experiência, é um material empírico[43]". Em outras palavras, tratam-se de representações que conformam estruturas de sentidos e referenciais para o sujeito em relação ao real, porém não auferem inclinações explicativas e interpretativas dessa mesma realidade.

Já os processos de conceitualização, ao contrário, estão, constantemente, implicados no exercício da abstração teórica, tornando-os capazes de "reter os aspectos notáveis"[44] ou "os traços essenciaisles traits essentiels[45]" (RAFFESTIN, 1978, p. 57, tradição da autora) da realidade humana. Nesta perspectiva, os conceitos são, inegavelmente, constructos do pensamento, mas, ao mesmo tempo, se diferem das noções: "não se trata mais de atuar sobre o número dos índices que caracterizam um fato, mas trata-se de gerar relações formais ou matemáticas independentes dos conteúdos particulares[46]" (RAFFESTIN, 1978, p. 61, tradução da autora).

Neste ponto, em especial, Raffestin sustenta sua visão **epistêmica** acerca das funções precisas que os conceitos deveriam instaurar no interior das estruturas representativas e interpretativas de dada uma ciência, no caso, da "geografia humana". Compete refletir se o esforço do pensamento em gerar produtos matemáticos e formais

41 RAFFESTIN, C. "Les construits en géographie humaine: notions et concepts".
42 "'notion' provient d'une racine indo-européenne qui signifie 'connaître' c'est-à-dire appréhender par la perception" (versão original).
43 "la notion permet d'organiser l'expérience, elle est un matériel empirique" (versão original).
44 "en retenir les aspects saillants" (versão original).
45 "les traits essentiels" (versão original).
46 "il ne s'agit plus de jouer sur le nombre des indices qui caractérisent un fait mais il s'agit de générer des relations formelles ou mathématiques indépendantes des contenus particuliers» (versão original).

da linguagem científica não solapam, na verdade, os conteúdos históricos e as preocupações reais que constituem os fenômenos geográficos.

Isto porque a possibilidade de estabelecer relações formais entre os constructos (representações) deve-se, em grande medida, a outros elementos que derivam dos processos de conceitualização, tais como as fórmulas, os modelos ou mesmo a própria teoria ("megaconceitos") (RAFFESTIN, 1978). São, na verdade, instrumentos teóricos que incitam os geógrafos a pensar matematicamente e a apreender os fenômenos humanos mais complexos, gerando comparações e aquiescendo a conformação de "leis gerais" (nomotéticas) em suas propostas interpretativas (RAFFESTIN, 1978).

É indubitável que a busca por modelos matemáticos e pelo compromisso em estabelecer "leis" na ciência geográfica revela as tentativas teóricas do autor em decrescer as análises indutivas de seu tempo[47], sobrelevando, no limite, uma abordagem hipotético-dedutiva. Todavia, deve-se considerar quais foram as resoluções epistêmicas de Raffestin que puderam vincular os pressupostos lógicos formais aos elementos relacionais de sua abordagem geográfica. Existiriam, na verdade, limites concretos nessa transição gnosio-epistêmica para a histórico-ontológica no projeto teórico do autor?

Na pesquisa geográfica, de acordo com Raffestin; Lévy (1998), o geógrafo é sempre confrontado com quatro elementos epistemológicos – a metafísica, a problemática, a teoria e a empiria –, de modo que o exame "destes elementos na ordem da sequência proposta, é se situar em uma perspectiva analítica do tipo hipotético-dedutivo que é, entre várias, uma das mais solidamente fundadas[48]" (RAFFESTIN; LÉVY, 1998, 33, tradução da autora).

Assim:

> A metafísica é, antes de tudo, um termo convencional que designa uma vastíssima região do conhecimento: do conhecimento inato ou "subjetivo", ao mesmo tempo, religioso, das modalidades afetivas e éticas que orientam o comportamento e formam as atitudes [ligadas] às ideologias políticas e às crenças supersticiosas. De qualquer modo, a metafísica tem o papel de reservatório de impressões, de convicções e

47 "Para alcançar isto, segundo Piaget, é necessário passar da idiografia à nomotética, ou seja, estabelecer leis, dito de outra forma, se situar no experimental e lógico-matemático" (RAFFESTIN, 1978, p. 63, tradução da autora). "Pour y parvenir, selon Piaget, il faut passer de l'idiographie au nomothétique, c'est-à-dire établir des lois autrement dit se situer dans éxperimentales et logico-mathématique" (versão original).
48 "ces éléments dans l'ordre de la séquence proposée c'est se situer dans une perspective analytique de type hypothético-déductif qui est parmi les plus solidement fondés" (versão original).

de crenças alimentando o processo de conhecimento científico a partir do qual se forma o segundo elemento epistemológico: a problemática. A problemática tem um papel, verdadeiramente, estratégico na atividade científica e, para compreendê-la, é necessário partir da ideia de que a verdade, finalmente, isto que é visado pela tarefa científica, está totalmente contida no mundo que nos rodeia e em nós mesmos. A verdade, no entanto, não se deixa "colher" na sua totalidade, e sua complexidade a torna inatingível. Em outros termos, de uma ideia absoluta e global de verdade, nós devemos passar a uma ideia relativa e parcial de verdade. Esta operação equivale a "questionar" a realidade sobre pontos circunscritos e segundo modalidades bem específicas, ou seja, a instituir uma problemática que aparece, por conseguinte, como um "instrumento que serve a tornar inteligível"... alguma coisa na realidade. Esta operação [...] não é neutra no sentido que ela já é uma escolha fundada metafisicamente sobre um julgamento no qual é conferida uma pertinência cognitiva e/ou sobre inclinações pessoais... portanto, subjetivas. Mas a subjetividade [...] não interdita a coerência ulterior do procedimento. Quer queira quer não, o pesquisador institui ou aceita sempre uma problemática que está ligado ao modo implícito ou ao modo explícito. Dizer isso é admitir a hipótese que toda análise científica ou não está orientada por alguma coisa na qual não é possível se desembaraçar e que podemos encontrar na própria estrutura da linguagem pré-formada que ela emprega ou na qual se refere. Nós não queremos dizer que uma problemática é um subproduto da linguagem, mas que esta fornece uma se o pesquisador omitir de explicitar uma. [...] Somos conduzidos, simultaneamente, ao terceiro elemento epistemológico: a teoria. Em primeira aproximação, nós podemos dizer que, se uma problemática é uma questão relacionada a um fenômeno do universo empírico, uma teoria é uma resposta que dá conta de "como" e "por que" este fenômeno se manifesta de tal maneira e não de outra. De uma maneira mais aprofundada, podemos dizer, com K. Popper, que uma teoria é um conjunto argumentado de enunciados capazes de explicar dedutivamente um dado da experiência ou da observação. O conteúdo lógico de uma teoria constituída por uma cadeia de implicações produzidas a partir de proposições. Mas o que qualifica cientificamente uma teoria é seu conteúdo informativo, seja o conjunto de condições empíricas de incompatibilidade, ou seja, o que não deve ocorrer para que a teoria se torne válida. Mais simplificadamente, a teoria pode também ser entendida no sentido de programa de observação. A relação entre teoria e empiria, o quarto elemento epistemológico, é claro. É, em suma, o meio de instruir a validade de uma teoria em sua confrontação com os fatos. Uma teoria será considerada como verdadeira até quando, e apenas até quando, uma de suas asserções não seja contradita (ou falsificada) pela experiência. Uma teoria se elabora a partir de um processo de conceitualização e por isso mesmo não é comparável diretamente com a empiria. Ela é, ao contrário, por intermédio de um mediador técnico pertinente, a metodologia, na qual a adequação não é evidente como o mostram, por exemplo, os trabalhos de S. Gale[49]." (RAFFESTIN; LÉVY, 1998, pp. 33-34, tradução da autora).

49 "La *métaphysique* est, avant tout, un terme conventionnel qui désigne une très vaste région de la connaissance: de la connaissance innée ou «subjective» à la foi religieuse, des modalités affectives et éthiques qui orientent le comportement et forment les attitudes aux idéologies politiques et aux croyances superstitieuses. En quelque sorte, la métaphysique joue le rôle de réservoir d'impressions, de convictions et

.

Todavia, é preciso destacar um aspecto peculiar relativo ao primeiro elemento epistemológico considerado pelo autor, no qual as posições ideológicas são atribuídas como representações metafísicas da realidade humana. É como se o conhecimento científico tivesse sua gênese e desenvolvimento de um modo, essencialmente, ilibado das questões sociais e políticas, e, neste sentido, seria contrário às "modalidades subjetivas" (para acompanhar os termos de Raffestin), que orientariam uma "razão científica objetiva".

É evidente, por outro lado, que o referido autor não deixa de ponderar o caráter real, ontológico, das determinações ideológicas na prática epistêmica, que "alimenta o processo científico", afastando-o, por sua vez, de uma perspectiva de completa neutralidade.

---

de croyances alimentant le processus de la connaissance scientifique à partir duquel se forme le second élément épistémologique: la problématique. [...]
La problématique joue un rôle véritablement stratégique dans l'activité scientifique et pour la comprendre il faut partir de l'idée que la vérité, finalement ce qui est visé par l'entreprise scientifique, est tout entière contenue dans le monde qui nous entoure et en nous-mêmes. La vérité, toutefois ne se laisse pas « cueillir » dans son entièreté, et sa complexité la rend inatteignable. En d'autres termes, d'une idée absolue et globale de vérité, nous devons passer à une idée relative et partielle de vérité. Cela équivaut à « questionner » la réalité sur des points circonscrits et selon des modalités bien spécifiques, c'est-à-dire à instituer une problématique qui apparaît, dès lors, comme un «instrument qui sert à rendre intelligible»... quelque chose dans la réalité. Cette opération [...] n'est pas neutre en ce sens qu'elle est déjà un choix fondé métaphysiquement sur un jugement auquel est conféré une pertinence cognitive et/ou sur des inclinations personnelles... donc subjectives. Mais la subjectivité [...] n'interdit pas la cohérence ultérieure de la démarche. Qu'il le veuille ou non, le chercheur institue ou accepte toujours une problématique que ce soit sur le mode implicite ou sur le mode explicite. Dire cela, c'est admettre l'hypothèse que tout exposé scientifique ou non est orienté par quelque chose dont il ne peut pas se débarrasser et qu'on peut trouver dans la structure même du langage préformé qu'il emploie ou auquel il se réfère. Nous ne voulons pas dire qu'une problématique est un sous-produit du langage mais que celui-ci en fournit une si le chercheur a omis d'en expliciter une. [...] Nous sommes, par là même, amenés au troisième élément épistémologique: la théorie. En première approximation, nous pouvons dire que, si une problématique est une question à propos d'un phénomène de l'univers empirique, une théorie est une réponse qui rend compte du comment et du pourquoi ce phénomène se manifeste de telle manière et pas de telle autre. D'une manière plus approfondie, nous pouvons dire, avec K. Popper, qu'une théorie est un ensemble argumenté d'énoncés capables d'expliquer déductivement un donné de l'expérience ou de l'observation. Le contenu logique d'une théorie est constitué par la chaîne des implications produites à partir de propositions. Mais ce qui qualifie scientifiquement une théorie est son contenu informatif, soit l'ensemble des conditions empiriques d'incompatibilité, c'est-à-dire ce qui ne doit pas survenir pour que la théorie demeure valable. Plus simplement, la théorie peut aussi être entendue au sens du programme d'observation. Le rapport entre *théorie et empirie*, le quatrième élément épistémologique, est clair. Il est, en somme, le moyen d'instruire la validité d'une théorie dans sa confrontation avec les faits. Une théorie sera considérée comme vraie jusqu'à quand, et seulement jusqu'à quand, une de ses assertions ne sera pas contredite (ou falsifiée) par l'expérience. Une théorie s'élabore à partir d'un processus de conceptualisation et par là même n'est pas comparable directement avec l'empirie. Elle l'est, en revanche, par le truchement d'un médiateur technique pertinent, la méthodologie, dont l'adéquation n'est pas évidente comme le montrent par exemple les travaux de S. Gale » (versão original).

Entretanto, é preciso considerar que seu amparo teórico em Popper[50] busca definir, "objetivamente", algum horizonte provável entre os campos "científico" e "não-científico" (SILVEIRA, 1996), revelando que sua construção em torno das articulações entre ideologia e ciência pouco exprime organicidade e movimento histórico.

Assim:

> A lógica da pesquisa e dos procedimentos científicos para se elaborar conhecimentos, para a tendência neopositivista, teria que se adequar a um sistema lógico de raciocínio [lógica formal], a uma linguagem específica (a linguagem matemática). Todo o conhecimento produzido, por sua vez, teria que passar "pela prova da falseabilidade" para atingir o estatuto científico. [...]
> Para Henri Lefèbvre (1983), a lógica formal "pode ser considerada como um dos sistemas de redução do conteúdo, através do qual o entendimento chega a "formas" sem conteúdo, a formas puras e rigorosas, nas quais o pensamento lida apenas consigo mesmo, isto é, com 'nada' de substancial" (SPOSITO, 2004, pp. 32-33).

A dura crítica de Lefèbvre no que diz respeito ao esvaziamento do "conteúdo" para o mantenimento da "forma" científica aproxima Raffestin, neste aspecto, daquilo que foi denominado como "ruptura ou corte epistemológico" (BACHELARD, 2006), expressão na qual "haveria entre ideologia e ciência uma descontinuidade drástica, de ordem 'qualitativa, teórica e histórica, que podemos designar, com Bachelard, com o termo 'corte epistemológico'" (VAISMAN, Ester, 2010, p. 42).

Em que pese o fato das questões relativas à problemática do conhecimento científico serem tratadas de maneira mais aprofundada no primeiro capítulo, compete indicar que a noção de "ruptura epistemológica" designa, na verdade, uma perspectiva predominantemente gnosio-epistêmica (TONET, 2013). Constata-se, em termos gerais, que as perspectivas gnosio-epistêmicas engendram núcleos metodológicos e estruturas categoriais, essencialmente, *apriorísticas* do fenômeno empírico estudado. Implicam, por sua vez, análises que, de modo geral, se sobrepõem à base material, isto é, às relações sociais e suas determinações contraditórias e ontológicas, evocando, por conseguinte,

50 De acordo com Sposito (2004), "no século XX, Karl Popper (1902-1994), filósofo austríaco fortemente influenciado pela filosofia do Círculo de Viena, escola que se notabilizou por recuperar a discussão do que é científico a partir da linguagem matemática, refinando a "linhagem" cartesiana e aprimorando a doutrina positivista com o que se chama, hoje, de uma maneira bastante vulgarizada, de neopositivismo, parte de uma visão materialista da realidade e discute o empirismo" (p. 32).

uma posição de ampla externalidade do "pesquisador isolado" em relação à concretude de sua atividade científica.

Não é toa, neste sentido, que o critério de "verdade" trazido por Raffestin no segundo elemento epistêmico ("a problemática") seja sempre relativo e parcial, ou seja, seu fundamento decorre de critérios subjetivos do pesquisador e não das relações históricas, ontológicas, do trabalho científico. Esta "verdade" gnosio-epistêmica se vaporiza, portanto, em um infindável exercício da razão, cuja dimensão teleológica é ideal, inalcançável.

Em suma, estes aspectos epistêmicos definem traços gerais, contornos parciais, do pensamento de Raffestin, ainda que seja preciso, nestas reflexões preliminares, pontuar mais uma última especificidade do autor no que diz respeito aos processos de conceitualização na ciência geográfica e de que maneira ele concebe o próprio exercício abstrato da teorização (**metódico**).

Trata-se, na verdade, de uma atividade cognitiva que sofre uma constante "tensão" entre as distintas dimensões relacionadas à realidade (o objeto ou o fenômeno analisado) e ao pensamento (consciência humana). É inegável, neste sentido, as ponderações que o autor toma das reflexões marxianas de Luis Prieto, "já que, de um lado, há a vontade de não se distanciar da 'realidade', mas que de outro há a necessidade de se distanciar para representá-la e, eventualmente, explicá-la[51]" (RAFFESTIN, 1978, p. 59, tradução da autora).

> De fato, Prieto distingue 'face à realidade primeira e natural constituída pela realidade material, ..., uma outra realidade, secundária e histórica, constituída por estes próprios conhecimentos. Evidentemente, a atividade cognitiva pode também se exercer sobre esta realidade secundária e gerar aquilo que chamamos as epistemologias que fizeram disso seu objeto. [...] Assim, a geografia física tem por objeto a Terra considerada de um ou vários pontos de vista, já que é o próprio ponto de vista que faz a coisa: trata-se, portanto, do conhecimento de um conhecimento, mas também de uma *práxis* na medida que conhecimento e *práxis* são inseparáveis. É por isso que PRIETO, em relação à obra de MARX, pôde escrever: "o Capital, por exemplo, não estuda o modo de produção capitalista de um ponto de vista determinado, mas, o que ele se esforça a fazer, é explicitar o ponto de vista determinado do qual resulta a pertinência da maneira de conhecer a realidade material que é o modo de produção considerado". Poderíamos dizer, portanto, que a geografia humana tem por objeto a

51"puisque d'un côté il y a la volonté de ne pas se distancer de la "réalité" mais que de l'autre il y a la nécessité de s'en distancer pour se la représenter et éventuellement l'expliquer" (versão original).

> maneira na qual o sujeito que age conhece e pratica o meio no qual ele está. A geografia humana tem por tarefa explicitar os pontos de vista deste conhecimento e desta praxis[52]. (RAFFESTIN, 1978, p. 55, tradução da autora).

Há, neste ponto, outro apontamento crítico a respeito dos processos de produção do conhecimento pelos geógrafos no sentido de representar a realidade e, "eventualmente", explicá-la; como se "representação" e "explicação" fossem dimensões absolutamente separadas. Ora, os pressupostos teóricos que sustentam as concepções e explicações em "geografia física" não seriam, igualmente, representações de um objeto determinado?

Dito de outra forma, o que Raffestin (1993) tem tomado por "geografia humana", isto é, a ciência que "consiste em explicitar a consciência do conhecimento e da prática que os homens têm dessa realidade [primeira] que é denominada 'espaço'" (p. 06), teria uma função tão-somente "representativa" dos fenômenos socioespaciais ("já que é o próprio ponto de vista que faz a coisa")?

Se não se trata de uma ciência que estuda o espaço "em-si" (como se houvesse um certo "purismo epistêmico" atribuído à "geografia física"), mas os "pontos de vista", os embates discursivos relativos aos processos relacionais e metabólicos do homem para com a natureza (trabalho), teria, a "geografia humana", uma qualidade talvez "mais subjetiva" ou versamos, no limite, sobre uma falsa questão?

Assim:

> Em outros termos, a geografia humana é o conhecimento da prática e o conhecimento que os homens têm da realidade material que é o espaço. Nesta perspectiva, o objeto da geografia não é o espaço, mas as relações que os homens estabelecem com o espaço. A geografia não é, portanto, um "dado" mas um "produto". Consequentemente, se o objeto do

52 "En effet, Prieto distingue 'face à la réalité première et naturelle constituée par la réalité matérielle, ..., une autre réalité, seconde et historique, constitué par ces connaissances elles-mêmes. Evidemment, l'activité cognitive peut aussi s'exercer sur cette réalité seconde et donne naissance à ce qu'on appelle les épistémologies qui en ont fait leur objet. [...] Ainsi, la géographie physique a pour objet la terre considérée d'un ou plusieurs points de vue. Il en résulte donc une connaissance. Une science de l'homme n'a pas pour objet une chose qui serait considérée de différents points de vue puisque c'est le point de vue lui-même qui fait la chose: il s'agit donc de la connaissance d'une connaissance mais aussi d'une praxis dans la mesure où connaissance et praxis sont inséparables. C'est pourquoi qui PRIETO, à propos de l'oeuvre de MARX, a pu écrire: "le Capital, par exemple, n'étudie pas le mode de production capitaliste d'un point de vue déterminé, mais, ce qu'il s'efforce de faire, c'est d'expliciter le point de vue déterminé d'où résulte la pertinence de la façon de connaître la réalité matérielle qu'est le mode de production considéré". On pourrait donc dire que la géographie humaine a pour objet la façon dont le sujet agissant connaît et pratique l'environnement dans lequel il est. La géographie humaine a pour tâche d'expliciter les points de vue de cette connaissance et de cette praxis" (versão original).

> geógrafo é um "sistema de relações com o espaço" este sistema deve ser construído. Assim, se as relações são decifráveis, elas não são, no sentido estrito do termo, visíveis. Por outro lado, elas são visualizáveis, mas para torná-las assim, é preciso elaborar um aparelho conceitual. Tocamos, aqui, um ponto importante da epistemologia da geografia: a "coisa" geográfica imediatamente visível, uma paisagem, por exemplo, pode ser descrita mediante uma língua natural ou um código artístico. É a descrição do romancista que pode ser perfeitamente pertinente, admirável, inclusive genial, mas que não é científica na medida que ela é um produto de uma consciência e de uma experiência individuais. A descrição científica precisa da construção de um aparelho conceitual que permite passar da "coisa" dada ao objeto geográfico com a ajuda de conceitos os mais unívocos possíveis. Neste aspecto, podemos tomar o exemplo da cartografia que é absolutamente ilustrante: a passagem do espaço real à carta se realiza pela mobilização de um aparelho conceitual geográfico que não é nada além do que uma construção[53] » (RAFFESTIN; LÉVY, 1998, p. 31, tradução da autora).

Seguindo as expressões dos autores, é notável, neste sentido, que o sistema relacional, para ser apreendido sob "critérios científicos" e tornar-se, universalmente, "decifrável" (tal como a linguagem cartográfica), deriva de uma "produção" teórico-conceitual. É, na verdade, um produto elaborado a partir de um "aparelho conceitual", capaz de transpassar a condição do objeto geográfico "dado" ("visível") e construir a "comunicação" dos processos relacionais.

Em outras palavras, trata-se de uma construção categorial engendrada a partir de uma linguagem específica ou um sistema de mediadores ("sêmico"), o qual expressaria, cientificamente, o sistema relacional, sobrepujando as experiências individuais, subjetivas, dos homens na relação com o espaço ("realidade primeira").

É neste entendimento que as críticas de Raffestin (1993) a respeito da "perversidade classificatória", cujas tentativas em delimitar as categorias que seriam

53 "En d'autres termes, la géographie humaine est la connaissance de la pratique et de la connaissance que les hommes ont de la réalité matérielle que est l'espace. Dans cette perspective l'objet de la géographie n'est pas l'espace mais les relations que les hommes nouent avec l'espace. L'objet de la géographie n'est donc pas un "donné" mais un "produit". Par conséquent, si l'objet du géographe est un "système de relations à l'espace", ce système doit être construit. En effet, si les relations sont déchiffrables, elles ne sont pas, au sens strict du terme, visibles. En revanche, elles sont visualisables mais pour les rendre telles, il faut élaborer un appareil conceptuel. On touche, ici, un point important pour l'épistemologie de la géographie: la "chose" géographique immédiatement visible, un paysage, par exemple, peut être décrit au moyen d'une langue naturelle ou d'un code artistique. C'est la description du romancier qui peut être parfaitement pertinente, admirable, voire géniale, mais qui n'est pas scientifique dans la mesure où elle est le produit d'une conscience et d'une expérience individuelles. La description scientifique nécessite la construction d'un appareil conceptuel qui permet de passer de la "chose" donné à l'objet géographique à l'aide de concepts aussi univoques que possibles. À cet égard, on peut prendre l'exemple de la cartographie qui est tout à fait illustrant: le passage de l'espace réel à la carte se réalise par la mobilisation d'um appareil conceptuel graphique qui n'est rien d'autre qu'une construction. » (versão original)

"inerentemente" geográficas, tornam-se mais concretas, já que suas resoluções centraram-se, sobremaneira, no "objeto" e não nas relações de poder entre os homens.

Segundo o autor, "o poder não é fácil de ser representado, mas é, contudo, decifrável" (p. 06), o que confere, ao poder, a chave "comunicável" e "traduzível" das relações humanas no espaço, conformadoras dos territórios e das territorialidades.

É, sem dúvida, uma consideração bastante perspicaz do autor, antevendo, diante de si, seus embates epistemológicos e ideológicos da época. De um lado, por muito tempo, na tradição de língua francesa, a "paisagem visível" ou o "espaço" vidalino ascendeu à condição de se tornar "objeto" legítimo da "geografia humana", enquanto, no âmbito da geografia política clássica, o conceito de Estado foi, irrefutavelmente, o "objeto privilegiado de toda reflexão política" (RAFFESTIN, 1993, p. 05).

Em contrapartida, é necessário presumir que uma construção representativa da linguagem sobre as relações humanas no espaço (ainda sem refletir, de modo absolutamente intencional, sobre a "produção" dos territórios) eleva, no cerne da questão, um imbróglio em termos de método.

Cumpre averiguar, portanto, o que distingue o processo de conceitualização do sistema relacional de Raffestin como projeto de "geografia humana" – que, para o autor, delimitaria os campos entre "ciência" e "não-ciência" –, de uma construção *apriorística* do "objeto geográfico" (predominantemente gnosio-epistêmica).

Nesta direção, a expressão "a partir de", grifada anteriormente, é taxativa do caráter apriorístico atribuído aos mediadores representativos na construção do sistema de relações de poder. Assim, o que diferenciaria, do ponto de vista metodológico, a descrição apriorística do "dado imediato", criticado por Raffestin, de uma construção linguística e cartográfica das relações de poder no espaço?

Certamente, esta última questão será percorrida no capítulo seguinte a respeito da natureza ideal ou material das categorias geográficas, assim como as duas grandes abordagens que envolvem a problemática do conhecimento científico, a saber: a gnosio-epistêmica e a ontologia (materialista ou idealista).

No entanto, de qualquer modo, a própria indagação já permite exprimir o apreço de Raffestin pelas representações, mesmo que este procedimento incorra, em

determinados momentos, a alguns desvios. É o caso, muito particular, do quadro escolhido para representar a capa de "*Por Uma Geografia do Poder*".

Apostando na ressonância crítica de uma representação pictural, Raffestin (1993) traz à tona o quadro de Francisco Goya, denominada de *Don Manuel Osorio de Zuñiga*, para ilustrar e sustentar uma ampla metáfora acerca da complexidade microfísica das relações de poder.

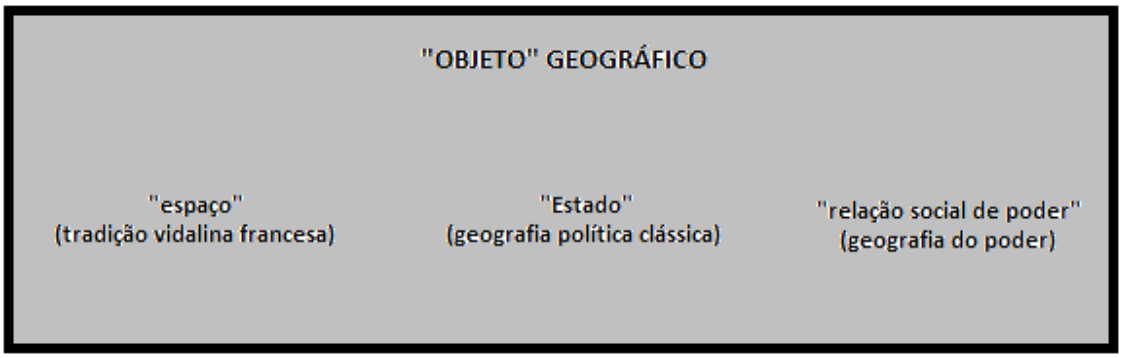
> [...] A criança vestida de vermelho, o ator por excelência, e também os animais dispostos a seus pés, à direita, à esquerda e à frente, compõem o significado do espaço no quadro. O significado do espaço também é dado pelas relações mantidas pelos elementos dessa composição. A obra de Goya é uma fascinante metáfora pictural de um sistema de poder. Sem dúvida a criança domina por sua presença realçada pelo vermelho, mas só domina porque todas as relações passadas, presentes e futuras passam por ela. É ela quem segura o cordão que prende o pássaro colocado à sua frente, cujos movimentos potenciais são determinados pela maior ou menor liberdade que a criança lhe proporcionará. À direita dela, três gatos, cujas cabeças ocupam os vértices de um triângulo imaginário, tem o olhar voltado para o pássaro, no qual veem um trunfo para a violência deles. Violência contida, prestes a se manifestar, mas que a presença da criança impede. [...] Todos esses animais são trunfos para a criança, que os controla e com eles mantém relações de poder. Contudo, bastaria que cessasse a convenção – que mantém os gatos em repouso -, para que a cena se animasse e se revertesse em drama. A criança também é o trunfo desses animais; é tanto prisão como garantia; ela faz pesar sobre eles a ambiguidade de sua vontade. É a medida da incerteza e a parte do acaso, para eles... e para si. É, portanto, a representação de um equilíbrio entre uma infinidade de desequilíbrios possíveis que podemos imaginar, mas não verificar. As relações de poder se inscrevem numa cinemática complexa (RAFFESTIN, 1993, p. 06).

Nesta perspectiva, embora o geógrafo suíço estabeleça sua crítica à "geografia do Estado", desnudando, de forma gradual, a problemática das relações de poder, contraditoriamente, a criança (*Don Manuel Osorio de Zuñiga*) parece reafirmar a representação do Estado como centralidade da "cinemática complexa" nas relações engendradas com os "animais".

É bem verdade que Raffestin coloca a criança como "o ator por excelência", como se ela expressasse, metaforicamente, as relações entre os sujeitos e os agentes sociais. Entretanto, a dominação política e as mediações de poder exercidas por ela em relação aos animais, os quais denotam setores e entidades em conflito da estrutura societária, acabam exprimindo, sobre a criança, características que a aproximam dos papéis e das estratégias do Estado sobre o conjunto social.

Embora o recurso seja no campo artístico, o ponto central incide, de maneira direta ou indireta, questionamentos concretos no próprio projeto epistêmico de Raffestin. Se há, de fato, na representação escolhida pelo autor, um mero deslocamento no que diz respeito à centralidade do Estado para a relação social de poder, o que mudaria, na essência, sua

crítica apriorística ao “objeto” geográfico? O quadro de Goya reforçaria uma dimensão estática e, fundamentalmente, lógico-categorial de sua “geografia humana”?



Quadro 1 – Panorama (hipotético) dos “momentos epistemológicos” destacado por Raffestin e seus objetos de estudo

Estas breves considerações relativas aos aspectos gerais da “geografia humana” de Claude Raffestin abrem, sobremaneira, as bases fundantes de seu estatuto epistêmico, suscitando questões que estabelecem interlocuções nas dimensões de ciência e método, as quais reverberam implicações nas próprias posições ideológicas do autor.

Reconhece-se que tais indagações não se apresentam como questões sem resposta ou exercícios retóricos descomprometidos para com o pensamento do autor; são, antes de mais nada, caminhos de reflexão para esta análise, tecendo a estrutura geral sobre a qual os elementos interpretativos mais específicos despontarão.

2.3 – Uma geografia relacional e as formas de invalidação do pensamento de Claude Raffestin

> *O texto aqui proposto é uma tentativa de cristalização de alguns momentos de uma reflexão iniciada há vários anos e ainda não encerrada. Ela o será algum dia? (Claude Raffestin, Por Uma Geografia do Poder, 1993, p. 07)*

A epígrafe, extraída da primeira página de "Por Uma Geografia do Poder", apresenta os sinais de um largo intento de Claude Raffestin na ciência geográfica, dando forma ao principal questionamento em torno de seu projeto teórico não-finalizado. Uma reflexão que despontava no início dos anos 1970, precisamente quando o geógrafo suíço assume seu posto de trabalho como professor de geografia política e epistemologia na Universidade de Genebra, em 1968.

Um projeto teórico na "geografia humana", genuinamente definido como um "programa de reflexão" (RAFFESTIN, 1986b, p. 93), o qual, sem sombra de dúvidas, não se encerraria nas "Notas finais" de "Por Uma Geografia do Poder". O estilo ensaístico e marcadamente filosófico dessa obra reunira, de maneira sintética, as bases conceituais determinantes de seu pensamento e algumas das tentativas de formulações esquemáticas e modelizações genéricas que se configurariam de forma central na análise de Raffestin acerca do fenômeno territorial e das relações de poder.

Não seria desmedido sinalizar, neste sentido, uma teoria do território e da territorialidade – ora mais ora menos explicitada –, a qual prosseguiria ao longo de todo percurso acadêmico e intelectual desse geógrafo. O esboço explícito de uma "teoria nomotética", que, nos dias de hoje, se encontra muito distante de resoluções a curto prazo (se é possível pensar em termos resolutivos), ou, pelo menos, se encontra muito distante de uma tarefa na qual um único pesquisador deveria se ater ou deslindar.

Desde seus primeiros textos publicados na década de 1970, Raffestin manifestava profundas insatisfações[54] para com as teorias, conceitos e temáticas que urdiam o âmago da geografia política clássica, ainda que tais enfrentamentos teórico-metodológicos não se limitassem a um campo particular da Geografia, como melhor explica o próprio autor:

54 A afirmação baseia-se na revisão bibliográfica e nas entrevistas realizadas pela autora no Departamento de Geografia da Universidade de Genebra decorrente do estágio BEPE/FAPESP (Processo nº 17/04651-7) em torno do pensamento geográfico de Claude Raffestin. Para mencionar alguns de seus artigos da década de 1970 que já anunciavam suas inquietações, ver: « Réflexions sur les processus d'évolution de la géographie humaine » (1971), « Géographie humaine et méthodes d'analyse » (1971), « Problématique implicite et problématique explicite » (1974), entre outros.

> Desde os anos de 1970, eu tentei, no decorrer de minhas publicações, seguir uma linha de pensamento que variou aqui e ali, mas que manteve-se bastante coerente, é o que me parece, em sua totalidade. Quando comecei a refletir sobre os conceitos de espaço, território e territorialidade, eu fiz isso no contexto de um desejo de refundar ou reformular a geografia política, embora esses conceitos não fossem específicos de uma área específica da geografia, mas da geografia em sua totalidade. Reformulação é, sem dúvida, o termo mais preciso para expressar o que eu queria fazer, dada a insatisfação que eu sentia até então[55]. (RAFFESTIN, 2012, p. 122, tradução da autora)

O prenúncio de uma ampla reflexão crítica sobre o território e a territorialidade humana no pensamento de Claude Raffestin representa, neste sentido, uma reformulação teórica que atingiria vastamente a composição interna da geografia política, mas não só. Seu projeto intelectual acaba incidindo uma ressonância conceitual e filosófica tão expressiva na ciência geográfica de seu tempo que Söderström e Philo (2004, p. 130, traduação da autora) não hesitaram ao afirmar que se tratava "da contribuição teórica mais substancial da geografia social não-anglofônica das décadas de 1970 e 1980[56]".

É evidente, seguindo essa sutil comparação entre o pensamento de Raffestin e a literatura geográfica anglofônica, que a capilaridade das concepções e dos enfrentamentos teóricos de Raffestin não encontrou uma única direção de propagação nem uma expressão homogênea dentro dos principais círculos acadêmicos da época (FALL, Juliet 2007), principalmente após a publicação de "Por Uma Geografia do Poder", na década de 1980.

Segundo Klauser (2008) e Juliet Fall (2012), a ressonância de seu pensamento geográfico não deixou de alcançar diversos centros acadêmicos, como Québec (Canadá), algumas universidades da Itália, do Brasil, de determinados países anglófonos e hispânicos, assim como Genebra, evidentemente, e outras universidades da Suíça, como Lausanne, Neuchâtel, Berna, entre outras.

Todavia, foram, particularmente, na França que os modos de circulação das concepções de Raffestin revelaram, como já adiantamos em momentos anteriores, aspectos epistêmicos e ideológicos que demarcam tanto suas reformulações na ciência

55 "Since the 1970s I have tried, over the course of my published work, to follow a strain of thought that has varied here and there but has remained rather coherent, it seems to me, in its entirety. When I began to reflect on the concepts of space, territory, and territoriality, I did so in the context of a desire to refound or reformulate political geography, even though these concepts were not specific to a particular area of geography but, rather, concerned geography in its entirety. Reformulation is, without a doubt, the more precise term to express what I wanted to do, given the dissatisfaction I felt then" (versão original).

56 "the most substantial theoretical contribution to non-Anglophone social geography in the 1970s and 1980s" (versão original)

geográfica, como as obtusas resistências geradas a partir de sua abordagem relacional do poder.

Dentre as principais divergências do autor, manifestamos, anteriormente, suas oposições à escola vidalina e aos aspectos espaciológicos e idiográficos de suas análises descritivas, cuja tradição tornara-se, notadamente, o pensamento geográfico hegemônico na França da metade do século XX (RACINE; RAFFESTIN, 1978).

Neste sentido, Raffestin, de maneira inequívoca, desnaturaliza os elementos ideológicos dessa corrente teórica, revelando em "*Paysage et Territorialité*", de 1977, o conteúdo político de seus pressupostos:

> Nesta forma tradicional, a geografia da paisagem alcançou seu apogeu durante o entre-guerras, mas ela se prolongou: '… a geografia exalta os valores do ruralismo bem temperado, uma França eterna fecundada pela natureza e pela história, imutável na especificidade de cada região agrícola, cada casa, cada telhado ou ardósia, erudita e perfeitamente assexuada socialmente. Uma burguesia malthusiana propôs há muito tempo, realmente por muito tempo, este espelho a seus produtos intelectuais'. (...) o amor à ordem. A ordem é um fim nesta concepção. Ou seja, a geografia da paisagem testemunha tão bem da ordem que a constrói, mesmo quando ela não exista. A ordem das paisagens é somente aparência. Ela não é, geralmente, mais do que uma ficção, já que as formas e as funções descritas mascaram toda a desordem criada pelas injustiças que submete o agricultor pelo proprietário ou aquela que suporta o trabalhador de um bairro proletário. Onde está a ordem?[57] (RAFFESTIN, 1977, p. 126, tradução da autora)

Seja como for, é possível destacar ainda que, no cerne da comunidade geográfica francesa, Raffestin não recebera críticas somente do campo científico conservador, mas também arrastou divergências que se estenderam, de modo peculiar, a outras abordagens.

Emanavam, por exemplo, do círculo de determinados geógrafos franceses que desafiaram, assim como ele, as estruturas de poder e a conformação de discursos e práticas científicas mistificadoras dos fenômenos socioespaciais. É o caso particular de

57" Dans cette forme traditionnelle, la géographie du paysage a atteint son apogée pendant l'entre-deux-guerres mais elle s'est prolongée: "… la géographie exalte les valeurs du ruralisme bien temperé, une France éternelle fécondée par la nature et par l'histoire, immuable dans la spécificité de chaque terroir, de chaque maison, de chaque tuile ou ardoise, érudite et parfaitement asexuée socialement. Une bourgeoisie malthusienne a très longuement, trop longuement proposé ce miroir à ses produits intellectuels". (…) l'amour de l'ordre. L'ordre est une fin dans cette conception. Or, la géographie du paysage témoigne si bien de l'ordre qu'elle le construit, même lorsqu'il n'existe pas. L'ordre des paysages n'est qu'apparent. Il n'est souvent qu'une fiction puisque les formes et les fonction décrites masquent tout le désordre créé par les injustices que subit l'exploitant de la part du propriétaire ou celle qu'endure l'ouvrier d'un quartier prolétaire. Où est l'ordre?" (versão original).

suas diferenças com Yves Lacoste, editor-chefe da revista Hérodote na época, o qual, nas décadas finais do século XX, tornara-se mais uma voz da geografia da França que se contrapôs aos pressupostos foucaultianos de Raffestin (FALL, Juliet, 2007).

Este contexto foi precisamente identificado por Klauser (2012), que afirma que:

> […] Em várias resenhas breves do livro *Pour Une Géographie du Pouvoir* feitas por Yves Lacoste (1981), Paul Villeneuve (1982), e Paul Claval (1983), entre outros, "a ambição de Raffestin de estabelecer uma geografia teoricamente informada foi deixada de lado com uma pincelada depreciativa". Com seu uso por não-geógrafos, especialmente, Raffestin foi acusado de se afastar não apenas da geografia francesa clássica de Paul Vidal de La Blache, mas também das análises espaciais, das abordagens cartográficas e do foco predominante de muitos de seus colegas no poder do Estado. De fato, era precisamente isto que Raffestin tinha em mente[58]. (KLAUSER, 2012, p. 110, tradução da autora).

De acordo com Juliet Fall (2007), a negligência ao pensamento geográfico de Raffestin deve-se, sobremaneira, a uma série de fatores institucionais, conceituais e até pessoais. Enfatizando a própria estrutura institucional das universidades francesas e a natureza da academia e os estilos de seus debates, é razoável circunscrever alguns de seus principais aspectos.

Fato curioso, em primeiro lugar, é que grandes referências teóricas francesas de Raffestin foram, a princípio, mais bem aceitas no universo acadêmico anglofônico nos anos de 1970 e 1980 do que propriamente na França, como já identificado em Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze (FALL, Juliet 2007). Em um contexto no qual esses autores tornavam-se praticamente inevitáveis nos debates sociais anglo-americanos, "seus nomes estavam sendo sistematicamente eclipsados na França[59]" (CUSSET, 2003, p. 22, tradução da autora).

Em relação a este ponto, Juliet Fall (2007, 2005) sustenta a tese da persistência de um tipo de "tradição geográfica paralela" nas principais universidades francesas, internamente mais reservadas às rápidas inovações teóricas das ciências sociais, como foi

58 "[…] In several succinct book reviews of *Pour Une Géographie du Pouvoir* by Yves Lacoste (1981), Paul Villeneuve (1982), and Paul Claval (1983), amongst theirs, "Raffestin's ambition of establishing a theoretically informed geography was cast aside with a disparaging brush oh the hand" (FALL, Juliet, 2007, p. 200). For his use of nongeographers, especially, Raffestin was accused of moving away not only from Paul Vidal de la Blache's classic French geography but also from spatial analysis, cartographical approaches, and the predominant focus of many of his colleagues on state power. Indeed, this was precisely what Raffestin had in mind" (versão original).

59 "their names were being systematically eclipsed in France" (versão original).

trazido pelos pensadores pós-estruturalistas e pós-modernos. Neste sentido, embora a geografia francesa, de um modo geral, exerça uma significativa influência nas geografias da Europa, é praticamente unânime o fato de ter nutrido muito pouco diálogo com o universo geográfico internacional (FALL, Juliet, 2007; MINCA, 2000).

> Isto também é diferente das estruturas muito mais descentralizadas predominantes em outros contextos francófonos, como a Suíça ou o Quebéc. Em comparação com os contextos britânicos ou norte-americanos, o mundo geográfico francês é como uma pequena família dentro da qual – como disse um geógrafo – "é preciso mostra pata branca" (Chivallon, comunicação pessoal, 2005), que quer dizer que a aceitação individual é obtida demonstrando o valor de alguém, como em muitos grupos de pares exclusivos, conformando-se e não saindo muito [das estruturas de pensamento]. Paradoxalmente, no entanto, ou talvez em consequência desse sistema hierárquico, "pertencer" a uma escola particular de pensamento não é muito bem visto na França – em contraste ao mundo anglo, eu sugeriria – e em vez disso, ser "de fora" e "inclassificável" (FALL, Juliet, 2007, p. 207, tradução da autora).

Concordando com Juliet Fall, não é à toa, neste sentido, que muitos geógrafos franceses foram buscar outros centros de pesquisa para desenvolverem suas abordagens e ampliarem seus referenciais teóricos, como é o caso de Claude Raffestin, propriamente. O autor nasceu em Paris, em 1936, e traçou toda sua trajetória intelectual e acadêmica em Genebra, cidade onde defendeu sua tese de doutoramento na temática de geografia industrial, em 1967.

Já no que diz respeito aos aspectos propriamente conceituais e metodológicos da pesquisa geográfica, não entraremos novamente nas diferenças entre a abordagem relacional de Raffestin e a geografia francesa tradicional (vidalina), com a clareza de já termos sistematizado suas questões centrais. Compete esquadrinhar, por conseguinte, as diferenças específicas entre a geografia política de Raffestin e a tradição geopolítica de Lacoste. É evidente, todavia, que se tratam de embates que ganharam, muitas vezes, tonalidades não apenas científicas e institucionais, mas também pessoais.

Esta demarcação pressupõe, por sua vez, a larga abrangência dessas diferenças e de seus desdobramentos, mas que, no plano dos enfrentamentos teóricos – que é o que verdadeiramente nos interessa – tal questão poderia ser sistematizada em dois enfoques fundamentais: a) a acusação de Lacoste a Raffestin de ter desenvolvido uma geografia essencialmente contemplativa, tornando seus ensaios e reflexões sobre o poder mais filosóficas do que propriamente geográficas; b) a acusação de Raffestin a Lacoste de ter consolidado uma escola geopolítica na França vinculada ao Ministério de Defesa e de

Assuntos Estrangeiros, usando a revista Hérodote como instrumento direto do poder estatal francês[60].

As velhas questões relativas ao conhecimento universitário e às ações estratégicas aliadas ao poder estatal e às organizações político-partidárias perpassam o sinuoso tratamento dado à teoria e à prática, o qual concorre a variações interpretativas dependendo de uma abordagem gnosio-epistemológica ou de uma abordagem ontológica e materialista.

Isto será esclarecido no próximo capítulo, o qual se debruçará sobre as questões de método e as articulações ideológicas dos homens na prática científica. Cabe, por enquanto, assumir que as resoluções que são da ordem do pensamento (teoria) e da ação ou do "pensamento aplicado" (prática) não encontram respaldo absoluto no discurso epistêmico, ou seja, não há unidade resolutiva entre subjetividade e objetividade no plano abstrato, o que conduzia à uma "verdade" abstrata, no campo das ideias e não na *práxis* concreta dos homens (MARX, 2007).

De qualquer modo, tudo indica que o início do conflito entre os dois autores, segundo a historiografia (KLAUSER, 2012, FALL, Juliet, 2007, 2005; CUSSET, 2003; MINCA, 2000), deve-se às duras críticas feitas por Lacoste na resenha de 1981 do livro "*Por Uma Geografia do Poder"*.

Diferentemente do que aponta Juliet Fall (2007), embora Raffestin tenha citado as contribuições de Lacoste para elucidar as questões de centralidade e marginalidade e o papel das escalas geográficas em sua obra central (RAFFESTIN, 1993, p. 189), a colocação não foi completamente positiva em relação ao geógrafo francês, pelo menos não sem um determinado grau de ironia.

> Esse problema de escala é em geral escamoteado, e aquilo que é um ponto na representação em pequena escala se torna uma superfície, em grande escala. Lacoste tem razão em vituperar contra a alegoria espacial de centro e da periferia quando se trata de imperialismo, mas muito provavelmente não sabe por que tem razão. Dizer o "centro" e a "periferia" é destruir os dois sinais que, desde então, são reduzidos a

[60] "[...] Raffestin notou que essa posição perfídia não era 'simplesmente uma questão de colocar-se puramente a serviço dos poderosos, mas, em vez disso, casar ciência e política, de saber como criar uma ferramenta política para governantes" (FALL, Juliet, 2007, p. 208, tradução da autora). Do original: "Raffestin noted that this perfidious stance was 'not simply a question of putting oneself purely at the service of the powerful, but rather of marrying science and politics, of knowing how to create a political tool for rulers".

> locais sem referência relacional. Enquanto falar de centralidade e de marginalidade é apresentar a bifacialidade de cada um desses sinais e mostrar, assim, que o espaço não é significativo por si mesmo: ele só significa alguma coisa quando ligado a uma intenção (RAFFESTIN, 1993, p. 189).

Esta passagem exprime as tentativas teóricas de Raffestin em preservar a coerência interna de sua abordagem relacional do poder, balizando, mais uma vez, agora a partir de Lacoste, suas críticas à abordagem morfológica e ao "espacialismo". A demarcação "espaciológica" decorre, neste caso, das antinomias espaciais "centro" e "periferia", os quais foram "reduzidos a locais sem referência relacional", sem processualidade histórica e sem a manifestação clara das intenções dos sujeitos e dos agentes sociais.

Nesta direção, sabe-se que:

> Essa geografia política [de Raffestin] foi vista, portanto, contribuindo para questionar a naturalização de práticas e políticas, esclarecendo seu assumindo caráter de revelar a presença do poder. Isso estava radicalmente em desacordo com a tentativa muito conhecida de Yves Lacoste de reabilitar a geopolítica como uma ferramenta direta de poder e ação, com e ao redor da revista Hérodote. É importante ler a crítica de Raffestin ao trabalho de Lacoste no mundo anglo, uma vez que as poucas análises existentes em inglês têm, em grande medida, a afirmação de Lacoste de fornecer uma crítica radical, informada e até neo e pós-marxista dos fenômenos políticos, falando para os grupos oprimidos, sem voz e marginalizados na sociedade. **Enquanto isso pode ter sido indiscutivelmente verdade no início de seu projeto quando fundou a revista Hérodote em 1976, está longe de ser o caso no momento.** O conflito pessoal começou após a publicação de "Pour une géographie du pouvoir", já que na obra ele [Raffestin] ainda citava Lacoste positivamente (Raffestin, 1980: 170). A resenha de Lacoste sobre o livro (Lacoste, 1981) indicava a mudança de proximidade e o início da contenda. Posteriormente, Raffestin escreveu vociferante a Lacoste que os esforços estavam muito mais próximos do final (errado) do espectro político, com recentes surtos perigosamente nacionalistas e populistas[61]. (FALL, Juliet, 2007, p. 208, traduzido e destacado pela autora).

[61] "This political geography [de Raffestin] was therefore seen to contribute to questioning the naturalization of practices and policies by shedding light on their taken-for-granted character by revealing the presence of power. This was radically at odds with the much-better known attempt by Yves Lacoste to rehabilitate geopolitics as a direct tool of power and action, within and around the jornal Hérodote. It is important to read Raffestin's critique of Lacoste's work within the Anglo world since the few analyses that exist in English have largely taken at face value Lacoste's claim of providing a radical, informed and even neo- or post-Marxist critique of political phenomena, speaking up for the oppressed, the voiceless and the marginalized groups in society. While this might have been arguably true at the start of his project when he founded the journal Hérodote in 1976, it is far from the case at present**.** The personal conflict started after the publication of Pour une géographie du pouvoir, since in it he still quoted Lacoste positively (Raffestin, 1980: 170). Lacoste's review of the book (Lacoste, 1981) indicated the shift in their proximity and the

É evidente que não nos compete investigar, neste momento, os percursos intelectuais e os compromissos políticos e sociais do pensamento geográfico de Lacoste, e se houve ou não inflexões de sua postura em relação à sua luta teórica, combativa e de denúncia aos setores mais explorados da sociabilidade capitalista. O que se sabe, entretanto, é o caráter manifestamente assumido de sua equipe de pesquisa em consolidar uma "escola geopolítica francesa" nos anos de 1970, referindo-se sempre "ao seu grupo como uma escola de base nacional[62]" (FALL, Juliet, 2007, p. 209, tradução da autora).

Em um artigo[63] publicado, em 2001, na própria revista Hérodote, Lacoste finaliza o texto com o subtítulo *"À quoi sert Hérodote?"* ("A quê serve Hérodote?"), sugerindo algumas funções político-ideológicas da revista, reiterando, por sua vez, as dificuldades analíticas da questão nacional, sobretudo na França, e o papel da cartografia na desmistificação dos conflitos espaciais.

> Evidentemente, esta revista de geografia e geopolítica está principalmente inclinada aos diferentes conflitos que se desenrolam, na Europa notadamente, desde o fim da guerra fria. Seu método de análise, que consiste em levar em consideração representações contraditórias dos protagonistas e da cartografia das relações de forças sobre a porção do espaço, tem, às vezes, suscitado comentários depreciativos, mas também fortemente embaraçados. [...] É curioso constatar a qual ponto certos intelectuais, filósofos notadamente, se refusam a examinar o mapa, principalmente se ele mostra a complexidade espacial das entidades políticas nas quais eles se defendem. Estas questões nacionais tão difíceis de resolver, o levante dos movimentos identitários, o descrédito sob o qual mantemos a ideia de nação, na França notadamente, nos levou a consagrar vários números da revista ao tema da nação. [...] Para concluir, a quê serve a geografia e mais precisamente Hérodote? A ajudar muitos de nossos concidadãos a compreender melhor as situações políticas complicadas, articulando os diferentes níveis de análise espacial e confrontando as representações contraditórias difundidas pela mídia.[64]" (LACOSTE, 2001, p. 12, tradução da autora).

beginning of the feud. Subsequently, Raffestin wrote vociferously that Lacoste's endeavours were much closer to the (wrong) end of the political spectrum, with recent dangerously nationalist and populist surges" (versão original).

[62] "to his group as a national-based school" (versão original).

[63] Intitulado "*Hérotode a vingt-cinq ans: Écologie et géopolitique en France".*

[64] "Évidemment, cette revue de géographie et de géopolitique s'est surtout penchée sur les différents conflits qui se sont déroulés, en Europe notamment, depuis la fin de la guerre froide. Sa méthode d'analyse, qui consiste à tenir compte des représentations contradictoires des protagonistes et de la cartographie des rapports de forces sur le terrain, a parfois suscité des commentaires désobligeants, mais aussi fort embarrassés. [...] Il est curieux de constater à quel point certains intellectuels, philosophes notamment, se refusent à examiner la carte surtout si elle montre la complexité spatiale des entités politiques dont ils se font les défenseurs. Ces questions nationales si difficiles à résoudre, la montée des mouvements identitaires, le discrédit dans lequel on tient l'idée de nation, en France notamment, nous ont incités à consacrer plusieurs numéros de la revue au thème de la nation.. [...] Pour conclure, à quoi sert la géopolitique et plus

No que diz respeito às críticas recebidas por "certos intelectuais, filósofos notadamente" (em tom pejorativo, como "teóricos da abstração pura"), Lacoste não se refere explicitamente a Raffestin, apesar ter feito, praticamente, as mesmas alusões ao geógrafo suíço vinte anos antes na revista Hérodote, em resenha ao livro "*Por Uma Geografia do Poder"*.

Assim, no início dos anos de 1980, Lacoste foi irredutível ao dizer que "é preciso constatar bem que a esses geógrafos, se lhes agradam falar do poder, se negam a observar enquanto geógrafos e, principalmente, a se referirem àquilo que é a maneira específica de ver do geógrafo, a característica epistemológica principal da geografia: os mapas!"[65] (LACOSTE, 1981, p. 155, tradução da autora).

Neste sentido, Raffestin recebe diversas críticas ao longo de sua trajetória por não ter se utilizado dos mapas em sua "geografia do poder", muito embora suas reflexões em torno do sistema territorial buscavam, como analisaremos posteriormente, uma axiomática representativa para os processos territoriais (RAFFESTIN, 1993).

É evidente, por sua vez, que a proposta de um projeto teórico geral de geografia humana, como proposto por Raffestin, incidiria de modo mais tangente sobre as situações empíricas particulares, isto é, suas preocupações centrais na "geografia do poder" nunca apontaram para a idiografia ou mesmo para as análises de um fenômeno empírico, espacialmente representável.

Suas reflexões filosóficas e seus ensaios sobre as manifestações de poder e a produção de territórios revelam a necessidade do autor de superar as evidências do cotidiano e, inclusive, do próprio solapamento da própria "empiria pela empiria", que se esquiva tanto da profundidade relacional quanto do próprio exercício de questionar as práticas científicas. Inevitavelmente, é manifesto, neste sentido, que o conhecimento filosófico sempre esteve situado no cerne da originalidade geográfica do autor.

Assim, como o próprio Raffestin reconhece:

---

précisément Hérodote? À aider nombre de nos concitoyens à mieux comprendre des situations politiques compliquées, en articulant les différents niveaux d'analyse spatiale et en confrontant les représentations contradictoires que diffusent les médias" (versão original).

65 "il faut bien constater que ces géographes, s'ils se plaisent à parler du pouvoir, se refusent à l'observer en tant que géographes et surtout à se referrer à se qui en est la façon de voir spécifique, la caractéristique épistémologique majeure de la géographie: les cartes!" (versão original).

> Desde então, as incursões dos geógrafos na filosofia se multiplicaram e talvez mais ainda na escola anglo-saxônica, que tinha, em relação a outras escolas, um certo retardo em articular. É necessário dizer que a geografia tradicional não recebeu estas incursões com bom acolhimento. Eu conheci, ao longo de minha carreira científica, muito bem essas críticas, algumas se tornaram, conforme as circunstâncias, irônicas e/ou extenuantes. A crítica, para mim, é essencialmente um meio de identificar um texto tanto do seu conteúdo quanto de sua filosofia que o sustenta, pois há sempre a presença de uma filosofia, seja ela explicitada ou não. Na maioria dos casos, ela, infelizmente, não o é. Eu me lembro de um colega que tinha o hábito de dizer, quando saíamos um pouco de seu campo disciplinar, que ele fazia ciência e não filosofia! Ele era, naturalmente, vítima, como outros, de uma ou de mais filosofias que ele veiculava em seus trabalhos sem o saber[66] (RAFFESTIN, 2016, pp. 15-16, tradução da autora).
>
> [...]
>
> Certamente que pensamos, mas raramente em profundidade: 'Se nos mantermos na representação cotidiana como única medida de todas as coisas, então a filosofia é sempre algo de deslocado' (Heidegger, 1971: 13). Agora, neste preciso momento, não podemos evitar de pensar e fazer referência à famosa anedota de Tales que, ao cair em um poço, ou uma cisterna, por ter observado o céu, foi objeto de zombaria de sua servente trácia! Quando nos ocupamos de um outro saber além do saber científico, é necessário aguardar o escárnio dos "serventes". Este saber que somente se adquire, eventualmente, através do questionamento[67]. (RAFFESTIN, 2016, pp. 15-16, tradução da autora).
>
> [...]
>
> Se eu fui conduzido a fazer estas poucas reflexões, guiado pelo pensamento de Heidegger, é por uma razão bem precisa. A leitura de certas obras das ciências humanas que eu faço me levam muito a pensar no quanto me parecem carecer de uma audácia que deveria divertir o escárnio dos "serventes". Não somos mais capazes de suportar a zombaria?[68] (RAFFESTIN, 2016, p. 17, tradução da autora).

[66] "Depuis lors les incursions des géographes dans la philosophie se sont multipliées et peut-être même plus dans l'école anglo-saxonne, qui avait un certain retard à rattraper, que dans les autres écoles. Il faut dire que la géographie traditionnelle n'a pas accueilli ces incursions avec bienveillance. J'ai connu au cours de ma carrière scientifique bien des critiques, certaines se voulant, selon les circonstances, ironiques et/ou éreintantes. La critique pour moi est essentiellement un moyen d'identifier un texte tant dans son contenu que dans la philosophie qui le sous-tend, car il y a toujours la présence d'une philosophie qu'elle soit explicitée ou non. Dans la plupart des cas, elle ne l'est malheureusement pas. Je me souviens d'un collègue qui avait l'habitude, quand on sortait quelque peu de son champ disciplinaire, de dire qu'il faisait de la science pas de la philosophie! Il était naturellement victime, comme d'autres, d'une ou de plusieurs philosophies qu'il véhiculait dans ses travaux sans le savoir" (versão original).

[67] "Bien sûr que l'on pense, mais rarement en profondeur: "Si l'on tient la représentation quotidienne pour l'unique mesure de toutes choses, alors la philosophie est toujours quelque chose de déplacé" (Heidegger, 1971:13). Là, à ce moment précis, on ne peut s'empêcher de penser et de faire référence à la fameuse anecdote de Thalès qui, tombé dans un puits ou une citerne pour avoir observé le ciel, fut l'objet de raillerie de la part de sa servante thrace! Lorsqu'on s'occupe d'un savoir autre que le savoir scientifique, il faut s'attendre à la raillerie des "servantes". Ce savoir-là ne s'acquiert, éventuellement, qu'à travers le questionnement" (versão original).

[68] "Si j'ai été amené à faire ces quelques réflexions, guidé par la pensée de Heidegger, c'est pour une raison bien précise. La lecture de certains ouvrages des sciences de l'homme que je fais me donne beaucoup à penser dans la mesure où ils me semblent manquer d'une audace qui devrait entraîner la raillerie des "servantes". Ne sommes-nous plus capables de supporter la raillerie?" (versão original).

Para sistematizar estes aspectos conjunturais de Raffestin, cabe dizer que todos estes elementos referentes aos modos de circulação, legitimação e invalidação das concepções geográficas do autor, sobretudo na França, nos permitem reivindicar, portanto, uma estrada de análise.

Esta, rapidamente, se converteria em uma trajetória teórica desarticulada caso as questões conceituais e metodológicas subsequentes não demonstrassem, conforme será feito, nosso caminhar interpretativo: aquele que articula os processos materiais e ontológicos da vida humana e as formações ideais (abstratas) dos homens (CHEPTULIN, 1982).

Isto significa demarcar que os elementos metodológicos despontam como imanência orgânica e concreta de um movimento teórico-interpretativo crítico, mesmo que a delimitação didática das principais questões metodológicas venha sistematizada no capítulo seguinte do texto.

Os tensionamentos de método desenvolvidos introduzem as bases interpretativas fundamentais para o pensamento geográfico de Claude Raffestin, situando, no coração das preocupações que advogam o rigor científico, uma crítica aguda às formações ideais que partem de noções e conceitos essencialmente lógicos e abstratos.

Estas formações ideais serão assumidas, de modo intencionalmente genérico, como formações ideais gnosio-epistêmicas, reconhecendo, por sua vez, a arquitetura conceitual de uma dada estrutura de pensamento que busca responder as questões relativas à problemática do conhecimento científico sob um viés predominantemente apriorístico, isto é, *sem as conexões com os germes reais da vida*, como afirma Marx na Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.

Indiscutivelmente, a amplitude de estruturas de pensamento na Geografia que poderiam atravessar o que será tomado como gnosio-epistêmico sinaliza, de antemão, um recorte deveras impreciso, já que sua abrangência explicativa dificilmente se reduziria a uma única matriz teórica ou ao pensamento de um único geógrafo, mantendo somente no campo do discurso as precauções com o rigor analítico.

Não obstante, as linhas gerais de um debate de método representam, por assim dizer, as necessárias demarcações críticas do longo percurso dicotômico no pensamento científico moderno (e reforçado pelas abordagens gnosio-epistêmicas). Isto significa que a criação de dicotomias no pensamento moderno fragilizou o caráter mediativo real entre

subjetividade e objetividade, entre as formas de representação do real e a realidade humana contraditoriamente anterior (do ponto de vista ontológico) a qualquer manifestação da consciência.

Em outros termos, reconhece-se uma trajetória epistemologicamente divisada entre os princípios teóricos que envolvem a possibilidade do conhecimento humano sobre o real e a realidade material na qual os homens se inscrevem e produzem socialmente.

Portanto, para concluirmos este primeiro capítulo e entrarmos nas questões categorias e metodológicas que encerram a pesquisa geográfica, cabe sistematizarmos o problema específico da tese e os objetivos centrais, expressos no próximo subcapítulo.

2.4 - A "geografia relacional do poder" e as primeiras reflexões ontológicas e materialistas do pensamento de Claude Raffestin

> *"Ela não tem necessidade, como na concepção idealista da história de procurar uma categoria em cada período, mas sim de permanecer constantemente sobre o solo da história real; não de explicar a práxis partindo da ideia, mas de explicar as formações ideais a partir da práxis* material e chegar, com isso, ao resultado de que todas as formas e todos os produtos da consciência não podem ser dissolvidos por obra da crítica espiritual" (K. Marx e F. Engels, A ideologia alemã)

É manifesto, como ponto de partida, que as demarcações teóricas e metodológicas desta tese não manifestam, por sua vez, uma análise crítica do pensamento geográfico de Claude Raffestin que conduza, de maneira imediata, à desconstrução pura e à dissipação da riqueza teórica presente em suas concepções.

Seguindo os próprios caminhos encontrados por Müller (1982) ao resgatar o conceito de "exposição" (*Darstellung*) no método dialético d'O Capital, trata-se, na verdade, de uma forma metódica de apropriar-se do projeto nomotético e relacional de Raffestin, investigar os modos de desenvolvimento de suas reflexões acerca da produção dos territórios, decodificar a conexão interna dos processos de conceitualização de seu pensamento e as reverberações ideológicas de sua "geografia do poder".

A "exposição crítica", nos termos empregados, reconstitui crítica e discursivamente a lógica material do pensamento do autor analisado. Neste propósito, o conceito de "exposição" concebe, indissociadamente, "apreensão" (ou construção) e "crítica" de um dado objeto de estudo, demonstrando a insustentabilidade de reivindicar qualquer exercício crítico de maneira *apriorística.* Esta demarcação de método, que será propriamente desenvolvida subsequentemente, abre espaço para alguns pressupostos materialistas fundamentais, que permitirão, neste subcapítulo, apontar frontalmente nossos objetivos e nossa hipótese fundante.

O primeiro pressuposto consiste em assumir que as categorias e os conceitos do conhecimento científico, no caso, da ciência geográfica, são, antes de mais nada, fenômenos que manifestam práticas socioespaciais específicas e concretas, e não constructos taxonômicos ou categorias analíticas desprendidas da processualidade histórica (SOUZA, J. G., 2009).

Conforme o próprio Raffestin, isto se deve, justamente, pelo fato de que « não há conceito definitivo, como [...] a noção, o conceito é histórico, essencialmente de natureza

relacional[69] » (RAFFESTIN, 1978, p. 61, traduzido pela autora). A natureza relacional das categorias e conceitos concebe que é na (e a partir da) base material, ou seja, nas relações sociais que os produtos mentais do « sujeito do trabalho científico » são gerados, e não ao contrário (a abstração teórica conformando os processos reais).

Nesta perspectiva, insistimos que qualquer projeto epistêmico de qualquer geógrafo – seja a propositura de uma teoria geral seja a elaboração de determinados conceitos – **não** deve ser mais central do que uma construção reflexiva que exponha metódica e criticamente as contradições históricas geradas no âmago dos processos constitutivos dos territórios.

Sinalizamos, portanto, uma "exposição crítica" do pensamento geográfico de Claude Raffestin que intente superar os "preceitos meramente gnosiológicos como critérios fundamentais de constituição das matrizes categoriais" (SANTOS NETO, 2011, p. 37). Trata-se de confrontar a perspectiva gnosio-epistêmica com as formações ideais ontológicas e materialistas nesta trajetória investigativa, levantando preocupações metodológicas que permitem distinguir a natureza das categorias e conceitos na explicitação dos fenômenos geográficos, sobretudo dos conceitos de espaço, território e territorialidade e suas imanências reais (materiais e imateriais) no pensamento de Raffestin.

Para sermos mais precisos, nosso principal objetivo nesta tese consiste em analisar criticamente a abordagem relacional do poder de Claude Raffestin à luz da categoria trabalho. O nó central de nossas indagações começa a despontar no fato de que, neste processo de reformulação epistemológica (de ruptura com a trajetória morfológica para a perspectiva das relações sociais), Raffestin engendrou uma perspectiva teórica na contramão da geografia política de seu tempo, que "de modo bem genérico, com algumas raras exceções [...], foi uma geografia do Estado" (RAFFESTIN, 1993, p. 22).

Como sinalizado em momentos anteriores, fazemos referência a uma prática geográfica que exprime:

> [...] uma geografia política unidimensional [e] que não quis ver no fato político mais que uma expressão do Estado. Na realidade, o fato político penetrou toda a sociedade e, se o Estado é triunfante, não deixa de ser

69 "il n'y a pas de concept définitif, comme [...] la notion, le concept est historique, essentiellement de nature relationnelle » (versão original).

> um centro de conflitos e de oposições – em resumo, um lugar de relações de poder que, apesar de dissimétricas, não deixam de ser presentes e reais. Mas a geografia do Estado apagou esses conflitos, que apesar de tudo continuaram a existir em todos os níveis relacionais que postulam uma geografia política multidimensional (RAFFESTIN, 1993, p. 22).

O sombreamento da multiplicidade de conflitos sociais deflagrados tanto pela "geografia política do Estado" como por outras abordagens externalistas representaram, em contraposição à perspectiva relacional do poder, aquilo que Raffestin denominou como "morfofuncional", isto é, perspectivas geográficas que "só representa[m] a face funcional e não a face 'processual' da relação" (RAFFESTIN, 1993, p. 33).

Na perspectiva da morfofuncionalidade do Estado, o território enquanto totalidade histórica e contraditória é reduzido, conceitualmente, a uma dimensão areal abstrata, na qual o desenvolvimento dos processos capitalistas cumpre expressivo papel na reificação da lógica alienada de produção territorial pelas classes exploradas. Tal reificação transforma, no cerne das formações ideais das diferentes classes, a conflitualidade imanente em "território da nação". Em uma palavra: a morfofuncionalidade é o extremo oposto de uma abordagem geográfica relacional, a qual tende a exprimir a complexidade das disputas e dissimetrias de poder no espaço.

Constatamos, entretanto, um aspecto essencialmente particular em certas passagens e textos[70] de Claude Raffestin (e este aspecto desenhará o objetivo e a hipótese central de nossa pesquisa).

À medida que adentrávamos na revisão de literatura do autor, sobretudo durante o estágio em Genebra, alguns excertos pareciam indicar, contraditoriamente, uma renúncia à perspectiva relacional, ou pelo, à perpectiva das relações sociais como base material de seu projeto teórico sobre o território e a territorialidade humana.

Verificávamos, por outro lado, que o sistema de relações circunscrevia-se, de modo gradual, a uma dimensão representativa do discurso geográfico, a partir de processos relacionais que se estabeleciam, de modo direto, no nível da linguagem, isto é,

70 Para citar apenas alguns: « Paysage et territorialité », 1977 ; « Théorie du réel et géographicité », 1989 ; « Langue et territoire », 1995 ; « Le rôle des sciences et des techniques dans les processus de territorialisation », 1997, entre outros.

como correlações categoriais e não propriamente como organicidade concreta de processos históricos.

A princípio, tais processos pareciam não se desvencilhar das abordagens externalistas, erigindo, aos poucos, uma arquitetura conceitual apriorística no pensamento de Raffestin, colocando em xeque a densidade material dos conflitos reais de poder imanentes aos territórios.

Para tentar elucidar esses pressupostos, tomemos, por exemplo, as distinções estabelecidas pelo autor entre espaço e território (RAFFESTIN, 1993). Apesar de demonstrarem uma razoável resolução no campo conceitual – a passagem de um constructo para o outro mediante o trabalho (espaço → território) –, a expressão ontológica dos processos reais sinaliza, por outro lado, a fragilidade de um movimento teórico e metodológico capaz de suscitar as relações sociais fundantes do território, ou seja, o fenômeno material, efetivamente.

Isto porque, se o espaço, para Raffestin (1993), é um substrato preexistente a qualquer manifestação humana, tal qual o espaço em-si kantiano[71], e a semiologia e a linguística alcançam tamanha centralidade em sua estrutura de pensamento a ponto de se considerar que "os sistemas sêmicos [...] realizam as objetivações do espaço, que são os processos sociais" (RAFFESTIN, 1993, p. 144), questiona-se: Onde está a organicidade concreta que a categoria de trabalho assume no âmago de sua teoria geral, tendo em vista tratar-se do mediador basilar dos processos de produção territorial (RAFFESTIN; BRESSO, Mercedes, 1979)?

Esta indagação se fortalece ao compreender que:

> [...] Não se trata pois do "espaço", mas de um construído pelo ator, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o espaço representado não é mais o espaço, mas a imagem do espaço, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É, em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação (RAFFESTIN, 1993, p. 147).

É plausível questionar, com base nestes elementos teóricos, se a dimensão concreta da *práxis* humana na produção dos territórios não estaria subsumida em

71 O espaço como dimensão intrínseca e constitutiva da realidade, porém, de acordo com Lefebvre (2000), "insaisissable, impensable, inconnaisable" (p. 252).

processos e operações essencialmente gnosio-epistêmicos da teoria do território e da territorialidade de Raffestin. Começamos a esboçar, assim, nossa hipótese.

Dizer em "subsunção" significa indicar uma determinada fusão entre os processos representativos dos territórios e as determinações históricas, imanentes à produção social do espaço (no sentido lefebvriano), a ponto de não haver distinções efetivas entre processos materiais e imateriais oriundos do trabalho social.

Nesta direção, "o trabalho enquanto combinação energia-informação[72]" (RAFFESTIN; BRESSO, Mercedes, 1979, p. 10, tradução da autora), mediador fundamental dos processos de projeção e apropriação das relações de poder no espaço, articula, na verdade, a unidade prática entre subjetividade e objetividade humana, constituidora da *práxis* social[73].

Este aspecto será devidamente esclarecido no segundo capítulo, porém, vislumbramos, de antemão, que Raffestin parece "espelhar" os aspectos subjetivos e objetivos do trabalho humano, já que, para o autor, "produzir uma representação do espaço já é uma apropriação, uma empresa, um controle [...] mesmo se isso permanece nos limites de um conhecimento" (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Não é por acaso, nesta direção, que Raffestin (1993) acolhe a ideia de "atores sociais" para representar o processo relacional, reforçando a noção de espaço enquanto "palco" de ações humanas (SOUZA, 2009), o que determinaria, dentro da dimensão representativa dos termos "sintagmáticos" e "paradigmáticos", diferenciações internas de aspectos exclusivamente formais dos grupos sociais e das organizações.

Em outras palavras, concebe-se nestes dois termos uma tipologia *a priori* dos sujeitos sociais, os quais apresentariam estratégias e intencionalidades indiferenciadas na processualidade social e no engendramento concreto das territorialidades. Isto se reflete, por exemplo (e sobretudo), nas indiferenciações das relações sociais de classe e das frações de classes que produzem as espacialidades, e que demarcam e se apropriam – material e imaterialmente – dos territórios.

72 "le travail en tant que couple énergie-information" (Tradução da autora).
73 O próximo capítulo elucidará esta questão referente aos elementos da consciência e da base material na conformação antitética da práxis humana.

Assim, sabe-se que esses "atores" são diferenciados em dois grandes grupos, "aqueles que realizam um programa e que Greimas chama sintagmáticos e aqueles que surgem de uma classificação, de uma repartição, sem integração num processo programado e que [...] se chamam paradigmáticos" (RAFFESTIN, 1993, p. 40, grifado pela autora).

Segundo o autor, estes atores sintagmáticos seriam aqueles que apresentam estratégias definidas no interior do processo relacional e na produção territorial, representados, por exemplo, pelo Estado, pelos movimentos sociais, pelos partidos políticos, entre outros. Já os atores paradigmáticos, por sua vez, representariam toda sorte de "homens e mulheres que tem em comum o fato de estarem fixados numa porção de terra" (RAFFESTIN, 1993, p. 41).

Deve-se ressaltar, novamente, que a concepção de "atores sociais" não está plenamente concebida no conjunto das análises da tese, uma vez que essa expressão se aproxima de uma série de aspectos mistificadores (tal qual o clássico conceito de "população", assim como "povo"), ao invés de expor criticamente as contradições imanentes da processualidade social operada pela lógica da mercadoria e da propriedade privada.

Compete questionarmos, por sua vez, quais "homens e mulheres" não estariam engendrados em estratégias e programas de ação, em um campo relacional, efetivamente, "sintagmático" (para acompanhar as expressões do autor) ainda que os processos de alienação dos sujeitos os façam nutrir projetos sintagmáticos hegemônicos? Nesta direção, quais sujeitos, de fato, fariam a decodificação/construção dos territórios?

Indiscutivelmente, Raffestin busca consolidar uma estrutura de pensamento baseada em princípios e "leis" gerais de análise acerca dos processos de territorialização. Cabe entender, portanto, porque estes elementos estruturantes de seu pensamento perseguiram categorias universais e modelizações quanti-qualitativas sistêmicas (KLAUSER, 2008) para processos essencialmente históricos e singularmente empíricos, como a multiplicidade de aspectos e dimensões que engendram os territórios e as territorialidades.

Em todo caso, os princípios indicados pelo "sintagma" e pelo "paradigma" foram apropriados por Raffestin dos trabalhos de Greimas (1976), particularmente da obra

"*Semiótica e Ciências Sociais*", com clara influência dos estudos linguísticos de Saussure e Prieto. São termos que representam os aspectos formais da comunicação a partir de relações estabelecidas entre o "significante" e o "significado", ou seja, entre os elementos estruturantes das frases que possibilitam a comunicação verbal dos homens e a decodificação/construção do mundo real (HUSSY, 1988).

Neste sentido, a teoria semiótica de Greimas (1976) demonstra que o paradigma representa os elementos que compõem estruturalmente as frases (os substantivos, os verbos, os adjetivos, os pronomes, etc.) e as normas que operam suas associações e classificações. O sintagma, por sua vez, indica as relações que envolvem o conjunto das frases e a determinação do sentido geral que expressam no processo comunicativo, na operação informacional previamente formulada (GREIMAS, 1976).

Portanto, não é por acaso, ainda rastreando o pensamento de Raffestin, que "o discurso geográfico (a descrição geográfica pode ser um discurso ou uma escrita é um sistema de signos que comunica uma prática realizada[74]" (RAFFESTIN, 1976a, p. 186, tradução da autora), ou melhor, é o discurso geográfico que permite comunicar os elementos "textuais" de uma dada "geoestrutura", ou, no caso, de um sistema territorial preciso[75] (RAFFESTIN, 1976a).

Trata-se, portanto, de distinguir que:

> Este 'desenho' das formas inteligíveis, [que] em relação à geografia, é aquilo que podemos chamar de geograma [...] é a representação através de uma linguagem ou uma metalinguagem do sistema real ou geoestrutura. A geoestrutura é a organização a tornar inteligível (um bairro, uma cidade ou uma região, por exemplo) e o geograma é a organização 'tornada inteligível' pela mediação de uma linguagem[76] (RAFFESTIN, 1977, p. 123, traduzido e grifado pela autora).

74 "le discours géographique (la description géographique peut être un discours ou une écrite) est un système de signes qui communique une pratique réalisée" (versão original).

75 É notável, assim, o modo pelo qual Raffestin arquiteta, aos poucos, sua teoria geral do território a partir dos instrumentos teóricos da semiologia e da linguística, sem perder de vista sua base de "aplicação", ou melhor, o terreno epistemológico que será o plano de sua reformulação na Geografia: "[...] eu vou me interrogar sobre a maneira pela qual os geógrafos 'comunicaram' o território. De modo a restringir este texto por razões evidentes, eu tomarei o discurso sobre o território na geografia política" (RAFFESTIN, 1976a, p. 186, traduzido pela autora). Do original: "[...] je vais m'interroger sur la manière dont les géographes ont « communiqué » le territoire. De manière à restreindre ce texte pour des raisons évidentes, je prendrai le discours sur le territoire en géographie politique" (versão original).

76 "Ce « dessin » des formes intelligibles, [qui] par rapport à la géographie, c'est ce qu'on peut appeler le géogramme [...] est la représentation à travers un langage ou un métalangage du système réel ou géostructure. La géostructure est l'organisation à rendre intelligible, (un quartier, une ville ou une région,

A estruturação do movimento categorial do pensamento geográfico de Raffestin denota, a princípio, um gradual distanciamento dos sujeitos (e do próprio pesquisador) no processo de apreensão do real, como se a teleologia traçada no projeto epistêmico estivesse comprometida estritamente com a função gnosiológica e discursiva.

É evidente que esta questão será aprofundada mais adiante, especificamente no quarto capítulo, o qual se centrará fundamentalmente nos problemas representativos e semiológicos do pensamento do autor. Entretanto, reconhece-se, de antemão, que "o problema é sensivelmente mais complexo, já que se trata de mostrar que, sob os signos utilizados, são dissimulados os princípios ou códigos que são fortemente ideológicos[77]" (RAFFESTIN, 1976a, p. 186, tradução da autora), como Raffestin, teoricamente, denunciou em relação à cartografia.

De qualquer modo, nota-se que as representações cartográficas, por sua vez, tomaram um direcionamento específico na problemática relacional do poder do autor, o qual, acompanhando os trabalhos em semiologia e cartografia temática de seu colega Charles Hussy, na Universidade de Genebra, articulou o processo de decodificação/construção (já que no pensamento de Raffestin figuram como duas dimensões consubstanciadas) dos territórios socialmente produzidos.

Isto significa que "o metacódigo cartográfico tem seus paradigmas, que são o ponto, a linha e a superfície ancorados no plano. Há, igualmente, seus sintagmas, que são as próprias cartas[78]" (HUSSY, 1988, p. 38, tradução da autora), e que, em relação à estruturação do sistema territorial, se inscrevem num campo relacional no qual "o ator [que] está situado num ponto do espaço, [...] vai representar o espaço *para si*" (RAFFESTIN, 1993, p. 146). Este aspecto demonstra, no bojo de sua teoria do território e da territorialidade, que "os limites do espaço são os do sistema sêmico mobilizado para representá-lo. Unimo-nos aqui ao pensamento de Wittgenstein ('Os limites da minha linguagem significam os limites do meu mundo'[79])" (RAFFESTIN, 1993, p. 144, tradução da autora).

---

par exemple) et le géogramme est l'organisation « rendue intelligible » par la médiation d'un langage" (versão original).

77 "le problème est sensiblement plus complexe, puisqu'il s'agit de montrer que, sous les signes utilisés, sont dissimulés des principes ou codes qui sont fortement idéologiques » (versão original).

78 "le métacode cartographique a ses paradigmes qui sont le point, la ligne et la surface ancrés sur le plan. Il a également ses syntagmes, qui sont les cartes elles-mêmes" (versão original).

79 " 'The limits of my langage mean the limits of my world" (versão original).

Estes mediadores sêmicos, que efetivam uma "axiomática" do território, seguindo os próprios termos do geógrafo suíço, privilegiam uma série particular de elementos paradigmáticos na composição das legendas cartográficas em detrimento de outros. Estabelecem, assim, uma composição total do sintagma, que, de modo geral, representa esta "imagem ou modelo, ou seja, toda construção da realidade, [que] é um instrumento de poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 145).

Em outras palavras, os mediadores de projeção humana no espaço (e esses termos empregados aqui não são aleatórios) devem ser "analisados sob o ângulo do poder, isto é, na perspectiva de uma comunicação social que assegura a ligação entre os objetivos intencionais e as realizações" (RAFFESTIN, 1993, p. 145) da prática socioespacial.

É possível sistematizar, portanto, as reflexões que foram delineadas, compreendendo que:

> No caso da carta, é a ossatura do território que fornece a base sintagmática: compor, vestir de caracteres pertinentes da malha, uma rede de cidades ou um sistema de centros, leva a produzir uma imagem que permite descobrir estruturas, relações até então insuspeitadas. O sintagma é eficaz se ele reduz a complexidade de componentes e os ordenam à 'uma finalidade de leitura de conjunto: aqui intervém o simbolismo de trás da carta'. [...] No entanto, uma reserva se impõe ao sujeito do "corema-estrutura elementar do espace: situá-lo no 'espaço' como estrutura do real tem qualquer coisa de fortemente empirista, com todo rigor, o espaço é uma categoria a priori do entendimento, apenas o território exprime uma realidade e esta realidade só pode ser tomar forma mediante suas representações[80]. (HUSSY, 1988, p. 39, traduzido e grifado pela autora).

Por outro lado, estes apontamentos críticos não minimizam a centralidade que a perspectiva relacional do poder de Raffestin desempenhou no processo de reformulação epistêmica da geografia política, revelando, nesta direção:

> [...] um projeto diferente daquele que foi instituído no fim do século passado pela geografia política clássica. "Projeto diferente?" Mas a

80 "Dans le cas de la carte, c'est l'ossature du territoire qui fournit la base syntagmatique: composer, habiller de caractères pertinents du maillage, un réseau de villes ou un système de centres, amène à produire une image qui donne à découvrir des structures, des relations jusqu'alors insoupçonnées. Le syntagme est efficace s'il réduit la complexité des composantes et les ordonnant à "une finalité de lecture d'ensemble; ici intervient le symbolisme du fond de carte". [...] Toutefois, une réserve s'impose au sujet du "chorème-structure élémentaire de l'espace": le situer dans 'l'espace' en tant que structure du réel a quelque chose de fortement empiriste, en toute rigueur, l'espace est une catégorie *a priori* de l'entendement, seul le territoire exprime une réalité et cette réalité ne peut prendre forme que dans ses répresentations » (Tradução da autora).

> geografia política clássica teria se desenvolvido como um projeto? Pode-se duvidar disso, pela simples razão de que a própria ideia de projeto nunca foi evocada. Pelo contrário, o que foi evocado foi a ideia de objeto. Toda geografia política principiou pela definição de um objeto e se instituiu num inegável "totalitarismo" do objeto: "A geografia política é isto e não aquilo!". Esse tipo de afirmação é o oposto de uma pesquisa que se define como projeto. A nossa concepção se inscreve nessa concepção de projeto e não naquele de objeto [...] (RAFFESTIN, 1993, p. 31).

Um projeto geográfico diferente e que avaliamos que seria extremamente penoso, caso intentássemos, uma exposição crítica do pensamento do geógrafo suíço que ambicionasse, no plano de fundo da investigação, extrair uma "lógica interna" capaz de conectar suas principais concepções geográficas de maneira integralmente articulada. Isto porque "essa [sua teoria] não era uma teoria acabada, refletindo sua [de Raffestin] rejeição a sistemas fechados e seu comprometimento pessoal com o "pensamento em processo" no qual uma estrutura foi alcançada[81]" (FALL, Juliet, 2007, p. 198, tradução da autora).

Assim, mesmo admitindo ser demasiadamente prematuro confrontar a validade e a pertinência prático-empírica de suas modelizações a problemas geográficos singulares (GUERRERO, 2006), admitimos estar diante, na verdade, de um amplo enfrentamento teórico-metodológico em algumas direções precisas.

Cabe pontuar, neste momento, o alinhamento das demarcações metodológicas iniciais com a hipótese da investigação, identificando uma aparente subsunção das disputas reais de poder e das relações sociais, ontologicamente anteriores a qualquer manifestação da consciência (MARX, ENGELS, 2007, LUKÁCS, 1979), mediante uma dilatação da dimensão representativa dos processos de produção dos territórios.

Nesta direção, cotejamos a possibilidade de uma supressão gradual dos sujeitos sociais do processo relacional ou a transformação desses sujeitos em "atores ideais", isto é, sujeitos sociais destituídos de projeto societário e intencionalidades reais. Vislumbra-se, com isto, um movimento teórico oscilante no interior da teoria geral do território de Raffestin, ora diferenciando elementos gnosio-epistêmicos correspondentes ao "espelhamento" entre as operações cognitivas da consciência, da linguagem, e o mundo circundante (uma teleologia sem mediação histórica); ora revelando a organicidade

81 "this was not a finished theory, reflecting his [de Raffestin] rejection of closed systems and his personal attachement to a *pensée en procès* in which a framework was attained" (versão original).

concreta e historicamente mediada das relações sociais de poder na produção dos territórios (RAFFESTIN, 1993) e a linguagem enquanto atividade laboral do homem (VIGOSTKI, 2009).

Isto porque:

> [...] não se trata, apesar de tudo, de um problema linguístico, mas sim de uma questão de poder, [...] pois a linguagem também é trabalho. É, na verdade, puro trabalho humano**. As palavras e as mensagens não existem na natureza, pois são produtos humanos. Eis por que se pode falar em trabalho humano linguístico.** Trata-se de um trabalho que se pode colocar no mesmo plano que aquele utilizado para produzir objetos físicos. **A linguagem é trabalho humano e as línguas constituem a objetivação necessária**" (RAFFESTIN, 1993, p. 99, destacado pela autora)

Não consideramos, conforme será aprofundado posteriormente, uma absoluta cisão entre as duas dimensões do conhecimento humano, ou melhor, entre as duas possibilidades de explicitação científica da questão do território (gnosio-epistêmica e ontológica). No entanto, não se trata de nenhum absurdo questionar a materialidade das mediações (sobretudo, a categoria trabalho) dos processos relacionais na edificação do projeto epistêmico de Raffestin: seria, efetivamente, a conformação de uma "geografia idealista do poder"?

De qualquer modo, esses elementos teórico-metodológicos cravam o núcleo central de suas diferenças: os conceitos e as bases teóricas que engendram as operações gnosio-epistêmicas do pensamento geográfico do autor, compondo uma arquitetura lógico-cognitiva semiológica no âmago de suas concepções; e os conceitos e determinados elementos gerais de sua produção intelectual que compõem, evidentemente, uma base de constructos teóricos, porém não são gerados a partir do encadeamento abstrato (e às vezes fraseológico), mas derivam do interior da processualidade material, no âmago da explicitação das relações sociais de poder.

Para concluir o raciocínio, compete desenvolver uma análise capaz de recuperar os "momentos epistemologicamente densos" de seu projeto relacional do poder, com base na análise crítica da categoria trabalho.

Acreditamos balizando ainda, neste exercício interpretativo, semelhanças teóricas de percurso que mire aquilo que o próprio autor intentou em relação à geografia política de seu tempo:

> Não se trata aqui, em absoluto, de desvalorizar esse gênero de pesquisa [...], mas nos parece ainda mais significativo, ao menos para o nosso propósito, destacar os "momentos mais densos" da epistemologia geográfica. [...] É particularmente revelador que Piaget não considere a geografia humana uma ciência "nomotética". O que surpreende ainda mais porque a geografia, da mesma forma que a economia ou a demografia, por exemplo, com menos sorte talvez, procura descobrir "leis".
>
> Somos encorajados nesse caminho pela geografia política, ela própria fundada de fato, em toda a sua amplitude, por Ratzel, em 1897. Todo o projeto ratzeliano é sustentado por uma concepção nomotética, e pouco importa, nesta fase da análise, saber se ela foi ou não bem-sucedida. A obra de Ratzel é um "momento epistemológico", quer se trate de sua *Antropogeografia* ou de sua *Geografia política* (RAFFESTIN, 1993, p. 12, itálico do original).

É evidente, por sua vez, que a inserção do termo "nomotético" na ciência geográfica por Hettner – e minuciosamente sistematizado pela "geografia regional comparativa" de Richard Hartshorne nos anos de 1930[82] - permitiria entrepor, antecipadamente, outra sucessão de indagações críticas a respeito das imbricações metodológicas e também ideológicas específicas de Raffestin ao reavivar um debate em torno de perspectivas "nomotéticas" e "idiográficas"[83] como um dos aspectos medulares para a compreensão de sua teoria geral do território.

A perpectiva nomotética coaduna reflexões generalizantes no interior isolado de um projeto epistêmico ou permite, aludindo à totalidade das relações e a complexidade dos fenômenos ontológicos da sociabilidade capitalista, identificar as determinações e as "leis" gerais que estruturam a lógica real das relações sociais produtoras de territórios?

82 Particularmente em sua obra publicada em 1939, The Nature of Geography, sendo que o último capítulo intitulado "What kind of a science is Geography?" demonstra detalhadamente a apropriação do conceito nas questões epistemológicas.

83 Hartshorne (1939, p. 457) esclarece o antigo debate, que envolvia não apenas a unificação do objeto de estudo cindido entre Geografia Humana e Geografia Natural ou Física mas também os principais procedimentos metodológicos daquele contexto epistemológico, sobretudo aos aspectos relativos às abordagens indutivas e dedutivas: "De qualquer forma, nem a construção de leis nem a descrição do único representam o propósito da geografia ou de qualquer outra ciência. O objetivo da geografia é o mesmo em ambos os ramos, a compreensão da diferenciação regional da terra, e esse objetivo não pode ser resolvido nem por estudos sistemáticos isoladamente nem por estudos regionais, mas requer ambas as abordagens. Consequentemente, [...] esse dualismo de abordagem é justificado como necessário para o único objetivo que faz da geografia uma ciência unificada" (tradução da autora). Do original: "In any case, neither construction of laws nor the description of the unique represents the purpose of geography, or of any other science. The purpose of geography is the same in both branches, the comprehension of the areal differentiation of the earth, and this purpose cannot be solved either by systematic studies alone nor by regional studies alone, but requires both approaches. Consequently, [...] this dualism in approach is justified as necessary for the single aim which makes geography a unified science. »

De qualquer forma, as preocupações de natureza metodológica estimulam e dilatam as reflexões estritas do conhecimento científico e da pesquisa geográfica, propriamente, que é, na verdade, sua aproximação com o exercício filosófico. Reitera-se, assim, um propósito desafiador diante uma trajetória de pensamento científico marcada pelo "totalitarismo do olhar ou a tirania do visual[84]" (RAFFESTIN, 1989, tradução da autora), sendo que ""de uma parte ele [o geógrafo] considera o mundo como constituído de um conjunto fixo de objetos independentes do espírito e de outra parte, ele manipula teorias que os conduzem a pensar que suas descrições só possuem um sentido através delas mesmas"[85]" (RAFFESTIN, 1989, p. 27, tradução da autora).

A metáfora do "totalitarismo do olhar" utilizada por Raffestin exprime, finalmente:

> "[...] que a história da geografia contemporânea nos mostra toda a confusão que reina entre os termos 'real' e 'representação do real'. [...] Nestas condições, o geógrafo [...] repugna uma reconstrução a partir de conceitos abstratos que, na aparência, mas somente na aparência, se afastam do concreto imediato. [...] Assim, forma-se uma identidade, real = descrição, que opõe uma resistência ferrenha ao pensamento marxista na exata medida que este identifica processos relacionais que entram em contradição com a preocupação morfológica do espacialismo[86]" (RAFFESTIN, 1985a, p. 276, tradução da autora).

Nesta direção, compreende-se que a negação do exercício filosófico tem consolidado dois direcionamentos nevrálgicos do ponto de vista metodológico.

Primeiramente, há uma tendência a legitimar a equivocada vinculação do conhecimento teórico à especulação pura, como se a filosofia estivesse inescapavelmente amalgamada aos labirintos prestidigitados da metafísica. Em segundo lugar, que é de certa forma decursivo do primeiro, diz respeito aos empregos marcadamente irrefletidos das "concepções do momento" ou "dos excertos que viram 'moda' antes de se perceber criticamente seus limites interpretativos" (SOUZA, J. G., 2009, p. 104), os quais

84 "totalitarisme du regard ou la tyranie du visuel" (versão original).

85 "d'une part il [o geógrafo] considère le monde comme constitué d'un ensemble fixe d'objets indépendants de l'esprit et d'autre part il manipule des théories qui les poussent à penser que ses descriptions n'ont de sens qu'à travers celles-là" (versão original).

86 "[...] que l'histoire de la géographie contemporaine nous montre toute la confusion qui règne entre les termes 'réel' et 'représentation du réel'. [...] Dans ces conditions, le géographe [...] répugne à une reconstruction à partir de concepts abstraits qui, en apparence, mais en apparence seulement, l'éloignent du concret immédiat. [...] Ainsi, se forme une identité, réel = description, qui oppose une résistance farouche à la pensée marxiste dans l'exacte mesure où celle-ci dévoile des processus relationnels qui entrent en contradiction avec la préoccupation morphologique du spatialisme » (versão original).

reclamam enfrentamentos teóricos específicos a respeito de suas operacionalidades explicativas para com os fenômenos geográficos.

O distanciamento do exercício filosófico tem escorado, neste sentido, reproduções precipitadas de determinados conceitos da Geografia (inclusive no Brasil), como é o caso, para continuar seguindo Raffestin (1985a; 1993), das próprias abordagens morfofuncionais do espacialismo.

Estas abordagens instituem uma proposição de autonomia do espaço às relações sociais, uma "espaciologia" (SOUZA, M. L., 1986), na qual o espaço ascende à condição de sujeito social, consolidando, nesta direção, uma perspectiva anímica de ciência geográfica, que persegue movimentos dialéticos e contraditórios no interior da processualidade do capital, mas somente exprime funcionamentos de pares entificados opostos em justaposição[87] (SOUZA, J. G., 2009).

Em todo caso, compete enfatizar, como último apontamento antes de adentrar propriamente nas questões metodológicas, que as aproximações entre filosofia e ciência desenvolvidas neste texto revelam a impossibilidade de sobrepujar o terreno das fraseologias, da especulação filosófica e das concepções apriorísticas sem enfrentar, contraditoriamente, o trabalhoso exercício da abstração.

Isto significa que:

> [...] a ciência controla, em geral, "por baixo", se as generalizações ontológicas das sínteses filosóficas estão de acordo com o movimento efetivo do ser social, se não se distanciam deste na estrada da abstração. De outro lado, a filosofia submete a ciência a uma permanente crítica ontológica "do alto", controlando continuamente até que ponto cada questão singular é discutida no plano do ser no lugar justo, no contexto justo, do ponto de vista estrutural e dinâmico, se e até que ponto a imersão na riqueza das experiências singulares concretas não torna confuso o conhecimento dos desenvolvimentos contraditórios e desiguais da totalidade do ser social, mas, ao invés, o eleva e o aprofunda. (LUKÁCS apud VAISMAN, Ester, 2010, p. 63).

87 Trata-se de uma referência direta ao pensamento miltoniano, escassamente refletido mas largamente empregado no contexto atual das produções acadêmicas no Brasil, que subsume, mediante uma arquitetura gnosio-epistêmica centralizada nas técnicas e nos funcionamentos antagônicos de antinomias espaciais (espaços de rapidez *versus* espaços de lentidão; espaços luminosos *versus* espaços opacos; espaços que mandam *versus* espaços que obedecem), a imanência concreta dos conflitos reais de poder e dos diversos sujeitos sociais que efetivam suas disputas socioespaciais no interior da processualidade concreta.

Ressalta-se, por sua vez, a relevância de uma atividade teórica que não parta de categorias lógicas e da "abstração pura", mas dos fenômenos ontológicos gerados no cerne das relações sociais.

Manifestamos, assim, que as funções representativas das categorias e dos conceitos em relação à possibilidade do conhecimento humano sobre o real não são amparadas por leis *a priori*, que se sobrepõem às relações sociais e à materialidade do mundo objetivo, mas, ao contrário, se estabelecem a partir de mediações concretas geradas no interior da *práxis* social.

Nesta direção, o desafio do próximo capítulo consiste justamente em demarcar a concretude de um movimento teórico, resgatando os fundamentos centrais da ontologia materialista do pensamento marxiano, ainda que essa perspectiva tenha sido intensamente versada como obsoleta e "ideologizada" pelos métodos burgueses das ciências particulares e pela abordagem gnosiológica.

Em contrapartida, sua atual relevância situa-se na restituição das seculares premissas antitéticas do pensamento moderno – sujeito e objeto, consciência e matéria, representação e fenômeno real, filosofia e ciência, teoria e prática –, demarcando um movimento teórico cujas mediações não se estabelecem nem se sustentam sob categorias oriundas de um "trabalho da mente", mas do trabalho social, no interior do movimento concreto.

Assume-se, finalmente, que o conjunto de elementos teóricos e metodológicos sobrepostos neste texto engendram as bases medulares da análise crítica do pensamento geográfico de Claude Raffestin, não deixando de restaurar, ao mesmo tempo, as veias abertas de um conjunto geral de posicionamentos epistêmicos e ideológicos que o autor veio estimulando na geografia humana nas décadas finais do século XX.

Tratam-se de posicionamentos que se mostram, nos dias de hoje, ainda fecundos do ponto de vista da elucidação crítica dos processos de territorialização frente à multidimensionalidade e à pluriescalaridade de suas expressões concretas. Além deste aspecto, vislumbra-se a possibilidade de cotejamentos críticos com outras matrizes teóricas do pensamento geográfico (inclusive no Brasil) a respeito da construção de uma "teoria do território".

Seja como for, os outros apontamentos preliminares e as advertências de quaisquer outras ordens serão aos poucos descerrados no decorrer da escrita, tornando-se necessário, a partir deste momento, adentrar-se propriamente às questões metodológicas e ideológicas que urdem, no seio da problemática colocada, a própria investigação crítica deste projeto teórico de geografia humana.

CAPÍTULO 3:
A ANATOMIA DA GEOGRAFIA RELACIONAL DO PODER: DA CRÍTICA DA GEOGRAFIA DO ESTADO À SEMIOLOGIZAÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS

3.1 – Princípios teóricos da destruição da "geografia do Estado" e o caminho ontológico da problemática relacional do poder

"A abstração do Estado político é um produto da modernidade" (Karl Marx, Crítica à Filosofia do Direito de Hegel)

As reflexões marxianas que compõem os capítulos anteriores não pretendem, como alertado inicialmente, nenhum emolduramento filosófico e metodológico sobre o pensamento geográfico de Claude Raffestin. Responsabilizamo-nos, de um lado, pelos instrumentos teóricos e ideológicos facultados pelo materialismo histórico e dialético, elementos dos quais concebemos nossa atividade geográfica cotidiana, tanto no que diz respeito às análises dos fenômenos geográficos quanto em relação aos diálogos e embates estabelecidos com outras matrizes teóricas da geografia.

Por sua vez, no tocante às bases específicas do pensamento de Raffestin, mesmo não sendo, notadamente, um autor marxista, acompanhamos suas indagações ao longo da década de 1980, em especial àquelas que incidiram, de modo mais incisivo, nas ciências humanas e, em particular, na ciência geográfica, as quais, segundo o autor, se esquivaram de uma fundamentada "teoria da relação" (RAFFESTIN, 1993, p. 32). Mas o que isto reflete do ponto de vista das reflexões marxianas e, mais ainda, de um projeto de geografia?

Em seu artigo de 1985, *"Marxisme et géographie politique",* Raffestin assinala, com certa ironia, que, no ano de falecimento de Marx, em 1883, o pensamento geográfico já dispunha, a partir deste pensador alemão, de uma "teoria da destruição do Estado". Entretanto, apenas quatorze anos mais tarde, em 1897, Friedrich Ratzel funda, no seio da escola alemã, uma geografia política moderna pautada no Estado e em sua personificação.

Os pressupostos teóricos de uma "destruição", metaforizada por Raffestin, reavivam o caráter relacional do Estado, ou melhor, a necessidade historicamente determinada desta instituição social, sobretudo no que diz respeito ao "rebaixamento da universalidade do Estado e do direito à particularidade da propriedade privada" (ENDERLE, 2005, p. 15), identificados por Marx e Engels na metade do século XIX.

> Ora, uma vez que o Estado é, todavia, apenas uma instituição transitória de que, na luta, na revolução, alguém se serve para reprimir pela força os seus adversários, é um puro contra-senso falar de Estado popular livre: enquanto o proletariado precisar ainda do Estado, precisa dele não pelo interesse da liberdade, mas da repressão dos seus adversários e,

> logo que se puder falar de liberdade, o Estado como tal deixa de subsistir (MARX; ENGELS, 1985, p. 31).

A liberdade, da qual falam Marx e Engels, não se constitui como substância *a priori* de uma condição constitucional gerada por um Estado entificado, como em Hegel ("É o Estado a realidade em ato da liberdade concreta[88]"), nem uma condição do indivíduo atomizado, construtor abstrato da existência real ("o espírito é em sua liberdade a mais alta afirmação da razão consciente de si, que a si mesma se dá a realidade e se produz como mundo existente[89]").

Sem discutirmos a teleologia no pensamento de Marx e Engels no excerto acima, que a nós ressoa mais como um posicionamento prático-político da necessidade de superação das classes exploradas (via socialismo ao comunismo) do que uma prévia-ideação vulgar do pensamento dos dois autores, a liberdade, por sua vez, assume outro sentido. Ela aparece como produto e processo histórico, como condição de um devir ontologicamente irrealizável ao gênero humano sob às determinações do capital, que sujeita todas as instâncias da vida social, inclusive o Estado, à sua própria lógica de exploração de mais-valor e de apropriação de renda fundiária.

Neste sentido, quando Raffestin afirma, em Marx, uma "teoria da destruição do Estado", suas implicações incidiam nas duas dimensões precisas da atividade relacional, a saber, na teoria e na prática política, principalmente quando o pensador revolucionário alemão, ainda influenciado pelas ideias democráticas de Rousseau, trava sua luta contra o Estado monárquico da Prússia, no começo dos anos de 1840 (ENDERLE, 2005).

Na "*Crítica à filosofia do direito de Hegel",* de 1843, e, especialmente, nos manuscritos reunidos n'"*A Ideologia alemã",* de 1845 e 1846, Marx deixa claro o peso da ambiência cultural e filosófica, ou o "espírito do tempo" (*Zeitgeist*), tomada pelo pensamento de Hegel na Alemanha, na primeira metade do século XIX.

Isto significa dizer, mais precisamente, que "a crítica alemã, até em seus mais recentes esforços, não abandonou o terreno da filosofia. Longe de investigar seus pressupostos gerais-filosóficos, todo o conjunto de suas questões brotou do solo de um sistema filosófico determinado, o sistema hegeliano" (MARX; ENGELS, 2007, p. 83).

[88] Em "Princípios da filosofia do direito", 1997, p. 225.
[89] Idem, p. 34.

De acordo com Netto (2011b), embora Hegel faleça em 1831, em Berlim, seu pensamento se constitui uma referência filosófica tão expressiva no debate intelectual alemão, que o filósofo idealista constrói um legado teórico que permanece, ao menos, duas décadas após sua morte, mais precisamente até os idos de 1848.

Acompanhando na sua juventude as repercussões políticas, sociais e ideológicas da Revolução Francesa (1789-1799), Hegel persiste no desafio tomado por Kant, Fichte e, de certa forma, Schelling, de instaurar o Estado e a sociedade alemã sob fundamentos racionais. Fundamentos que, na verdade, eram elementos teóricos perpetuadores dos interesses e liberdades individuais da burguesia de uma Alemanha que, até então, só existia em "pensamento", enquanto "realidade cultural", uma "cultura" à espera de realização (AQUINO, 2017).

É o que, por sua vez, já fora apontado por Norbert Elias (1990) em relação ao emprego do termo "*Kultur"*, tendo em vista que, não conseguindo encerrar uma tradução literal em outras línguas, o conceito tornou-se restrito à sociedade alemã, de características peculiares. A noção, segundo Elias, que mais se aproximaria de *"Kultur* é o que denominamos, vagamente, de "folclore[90]".

De qualquer forma:

> O conceito de *Kultur* reflete a consciência de si mesma de uma nação que teve de buscar e constituir incessante e novamente suas fronteiras, tanto no sentido político como espiritual, e repetidas vezes perguntar a si mesma: "Qual é, realmente, nossa identidade?". A orientação do conceito alemão de cultura, com sua tendência à demarcação e ênfase em diferenças, e no seu detalhamento, entre grupos, corresponde a este processo histórico (ELIAS, 1990, p.25).

A reiteração de fronteiras políticas e de uma "identidade espiritual" para o povo alemão do século XIX seguiu à risca determinados princípios filosóficos, que passaram, desde os escritos de Herder, Humboldt, Dilthey e Ritter, aos ensaios etnográficos e empiristas de Ratzel (SAHLINS, 1997). Articulando temas como a influência das condições naturais sobre a humanidade, o progresso da "civilização", os processos de formação dos Estados territoriais, entre outros, Ratzel redimensiona o método indutivo e

[90] De modo que "os costumes oficialmente albergados passam a ser o folclore – a alma do povo, sua verdadeira matriz cultural –, em detrimento de costumes divergentes" (MASCARO, 2013, p. 78).

a observação empírica da etnografia para alcançar uma "visão de causalidade que se encontra o nó górdio d[e sua] proposta" (MORAES, 1990, p. 13).

A proposta ratzeliana de geografia política assinala, neste sentido, sua aproximação epistêmica às leis gerais positivistas, ou melhor, aos "elementos de causação a partir do qual a história humana se movimenta" (MORAES, 1990, p. 13). Compete, de todo modo, precisar que:

> A geografia política de Ratzel é um tipo de combinação de elementos diversos, uma convergência de elementos emprestados, no decorrer de suas leituras, de múltiplas correntes. Ela não tem nenhum caráter sistemático do ponto de vista filosófico-político. Ela é eclética no sentido de que podemos acompanhar seus empréstimos do hegelianismo, do romantismo, do "darwinismo social", mas sem que seja possível estabelecer uma origem que daria a chave dela.[91] (RAFFESTIN; LOPRENO; PASTEUR, 1995, p. 22, tradução da autora).

São elementos teóricos que, certamente, podem ser apreendidos em sua principal obra, "*Antropogeografia*", mas, particularmente, no texto escrito em 1896, "*As Leis do Crescimento Espacial dos Estados*", no qual Ratzel reúne princípios gerais da geografia política a respeito das vinculações entre o solo e o Estado, os movimentos populacionais, as diferentes estratégias e formas de apropriação dos recursos naturais de territórios rivais, os conflitos, as guerras "vitais" de expansão territorial.

Estes aspectos, de qualquer modo, tornam evidente a efervescência e as particularidades do desenvolvimento capitalista na Alemanha, o caráter tardio de sua unificação e sua não participação na divisão colonial do mundo (MORAES, 1990). Não obstante, a Alemanha "emerge como potência capitalista, apresentando uma industrialização superior à da Inglaterra no último lustro do século XIX. Um expansionismo latente será a marca da política nacional alemã no período" (MORAES, 1990, p. 19).

A marca expansionista não passou desapercebida na geografia política de Ratzel, que escreveu a maior parte de seus trabalhos no período bismarckiano, exprimindo, em

[91] "La géographie politique de Ratzel est une sorte de combinaison d'éléments divers, une convergence d'éléments empruntés, au fil de ses lectures, à des courants multiples. Elle n'a aucun caractère systèmatique du point de vue philosophico-politique. Elle es éclectique en ce sens que l'on peut suivre ses emprunts à l'hégélianisme, au romantisme, au "darwinisme social", mais sans qu'il soit possible de stabiliser une origine precise qui en donnerait la clé" (versão original).

determinadas passagens textuais, uma defesa indireta ao projeto imperialista de unificação e consolidação do Estado alemão (MORAES, 1990).

Um elemento considerável, neste sentido, é o que desponta n'"*As Leis do Crescimento Espacial dos Estados"*: curiosamente, a primeira, das sete leis gerais que intercedem no alargamento das fronteiras e no consequente crescimento geográfico dos Estados, segundo Ratzel, é justamente a "cultura[92]".

Assim:

> A expansão dos horizontes geográficos, produto dos esforços físicos e intelectuais de inúmeras gerações, apresenta continuamente novas áreas para a expansão espacial das populações. Dominar politicamente essas áreas, amalgamá-las e mantê-las unidas requer energia ainda maior. Tal energia só pode se desenvolver lentamente pela e através da cultura. A cultura cria progressivamente as bases e os meios para a coesão dos membros de uma população, e amplia continuamente o círculo daqueles que se reúnem pelo reconhecimento de sua homogeneidade.
> (...) Embora nem sempre as maiores culturas tenham sido as maiores construtoras de Estados – a formação de Estados é apenas uma das muitas maneiras nas quais as forças culturais podem ser utilizadas –, todos os grandes Estados do passado e do presente pertencem aos povos civilizados. (...)
> (...) Assim como a área do Estado cresce com sua cultura, vemos também que, nos estágios inferiores de civilização, os povos estão organizados em Estados menores. De fato, quanto mais descemos nos níveis de civilização, menores se tornam os Estados. Logo, o tamanho de um Estado também se torna um dos parâmetros do seu nível cultural. Nenhum Estado primitivo produziu um grande Estado, nem mesmo do tamanho de um Estado alemão secundário (RATZEL, 1990, pp. 177-178).

O pensamento evolucionista e trans-histórico que baliza o progresso da humanidade em Ratzel é verificado com base em seu principal critério diferenciador das várias sociedades: os "povos civilizados", sobretudo europeus; e os "povos naturais ou primitivos". No caso destes últimos, Ratzel assume um tipo de organização social e política que seria anterior, do ponto de vista de sua identidade cultural, a quaisquer condições instauradoras do Estado-nação, uma vez que "a conservação do patrimônio cultural é uma medida da civilização dos povos" (MORAES, 1990, p. 21).

Por sua vez, a anterioridade, neste caso, pressupõe o "etapismo social" no pensamento ratzeliano, embora, como bem reconhecemos, o termo "*Kultur"* apresente

[92] Não sabemos, com toda certeza, se a tradução para o português ("cultura") da obra ratzeliana, feita por Murad e Bottman, ponderou os enredamentos semânticos do conceito de "*Kultur"* no contexto alemã, como exposto acima.

derivações semânticas ainda muito imprecisas no que diz respeito à uma tradução literal de sua concepção. O que se sabe, todavia, é que a efervescência política e social do contexto alemão do século XIX permite deduzir "a forma da universalidade que se encontra na cultura, no modo do pensamento pelo qual o espírito se torna objetivo e real, como totalidade orgânica, em leis e instituições que são a sua vontade pensada". (HEGEL, 1997, p. 216).

Na filosofia política de Hegel, o idealismo alemão afirma que:

> Na sua determinação absoluta, a cultura é, portanto, a libertação, o esforço de libertação superior, o ponto de passagem para a substancialidade infinita subjetiva da moralidade, objetiva substancialidade não já imediata e natural mas espiritual e ascendida à forma do universal. [...] Mas só por meio desse esforço da cultura é que a vontade objetiva atinge a objetividade, até no interior de si, só por este esforço se torna capaz e digna de ser a realidade da ideia. Por outro lado, esta recomposição e as reformas que conferem à particularidade a forma do universal elevam-nos ao nível do intelecto. Com efeito, a particularidade torna-se o ser da individualidade que para si é verdadeiro, e, ao dar à universalidade o conteúdo que lhe permite determinar-se indefinidamente, ela mesma é, na moralidade objetiva, a subjetividade livre que infinitamente existe para si. (HEGEL, 1997, p. 172).

As determinações objetivas da "cultura", de acordo com Hegel, adquirem uma natureza universal na moralidade particular e subjetiva de um povo, que ultrapassam o indivíduo e o núcleo familiar para se consubstanciarem no conjunto da sociedade. Sua perspectiva estabelece uma ruptura com o jus-naturalismo (a "objetiva substancialidade não já imediata e natural mas espiritual e ascendida à forma universal"), de modo que a moralidade objetiva, de libertação superior, encontra no Estado sua "consciência de ser". Logo, se o Estado é "*espírito objetivo*", então o indivíduo, a família e o povo "só possuem moralidade, verdade e objetividade ao se constituírem membros desse Estado" (HEGEL, 1997, p. 217).

> Hegel, influenciado em sua juventude pela Revolução francesa, vai se opor "ao direito natural", concebido como o direito do indivíduo, "um direito natural orgânico". A predominância deste último nos é explicada assim: 'O positivo da ordem moral reside no fato de que a totalidade moral absoluta não é outra coisa que um povo'. Além disso, 'o povo que, como organização é um Estado, é, portanto, a única encarnação concreta do espírito absoluto'"[93]. (RAFFESTIN; LOPRENO; PASTEUR, 1995, p. 15, tradução da autora).

[93] "Hegel, influencé dans sa jeunesse par la Révolution française, opposera "au droit naturel", conçu comme le droit de l'individu, "un droit naturel organique". La prédominance de ce dernier nous est expliquée ainsi:

Temos, assim, de modo peremptório nas próprias palavras do filósofo alemão, a clara hipostasiação da realidade concreta, em especial pela sublimação da identidade cultural de um povo e pela ontologização idealista do Estado no desenvolvimento histórico:

> Como o espírito só é real no que tem consciência de ser; como o Estado, enquanto espírito de um povo, é uma lei que penetra toda a vida desse povo, os costumes e a consciência dos indivíduos, a Constituição de cada povo depende da natureza e cultura da consciência desse povo. É nesse povo que reside a liberdade subjetiva do Estado [...] (HEGEL, 1997, p. 251).

Estes cotejamentos teóricos relativos à formação e à expansão da instituição estatal, que engendraram o "espírito do tempo" alemão do século XIX são, declaradamente, incontornáveis do pensamento hegeliano. Não é fácil, entretanto, identificar lucidamente as derivações do sistema filosófico de Hegel nas teorizações ratzelianas, embora tenhamos ensaiado algumas pistas de reflexão no conceito de "*Kultur"*, que, seguramente, merecem outras aberturas e um enfoque mais profundo de investigação.

De qualquer forma, para Raffestin:

> [...] A Alemanha do século XIX achava-se mergulhada no contexto hegeliano. Não saberíamos dizer se Ratzel aderiu à concepção hegeliana, no entanto é certo que toda a sua geografia política revela que "o Estado é a realidade em ato da Ideia moral objetiva". [...] O peso do *Zeitgeist* não deve ser subestimado. Em todo caso, Ratzel na sua geografia política, faz eco ao pensamento do século XIX que racionaliza o Estado. Dá ao Estado sua significação espacial, "teoriza-o" geograficamente (RAFFESTIN, 1993, p. 15).

Esta posição, que demonstra uma incorporação do hegelianismo na geografia política de Ratzel, não é unânime na comunidade geográfica, conforme tem demarcado Moraes (1983), para o qual "Fichte, Schelling e Hegel não são priorizados na discussão ratzeliana. Ele [Ratzel] vai inclusive explicitar que em sua opinião estes autores tiveram um descaso para com os temas geográficos" (p. 321).

É preciso ponderar tal afirmação, tendo em vista que não foram raros os "descasos" de inúmeros filósofos para com as preocupações geográficas, como já apontado por Lacoste (1981), para o qual, "sem dúvida, não estamos habituados a

---

'Le positif de l'ordre moral reside en ce que la totalité morale absolue n'est pas autre chose qu'un peuple". Dès lors, "le peuple qui, comme organisation est un Etat, est donc la seule incarnation concrète de l'esprit absolut'" (versão original).

encontrar um capítulo consagrado à geografia numa obra de filosofia, mesmo que ela seja animada por preocupações epistemológicas" (p. 221). Nem por isso a geografia, no que lhe cabe, tenha se esquivado de quaisquer apropriações filosóficas no interior de seus problemas e abordagens teóricas. O que seriam, neste caso, "temas geográficos" se não a reprodução de uma imprecisa ideia de seu objeto? É preciso cautela.

Não obstante, Raffestin assinala que "Ratzel leu, certamente de maneira atenta, [...] Ernst Kapp, discípulo de Ritter e de Hegel, cujos pensamentos penetram totalmente sua obra. O hegelianismo de Ratzel poderia efetivamente provir da leitura de Kapp[94]" (RAFFESTIN; LOPRENO; PASTEUR, 1995, pp. 29-30, tradução da autora). Nesta direção:

> Aliás, nós falamos de uma filosofia da história e não de um determinismo, pois Ratzel, seguindo neste aspecto Ernst Kapp, dá um finalidade a priori à história do povo sobre seu solo – a saber a plena correspondência do povo com seu solo, os dois constituintes ao estabelecimento das ligações mais sólidas possíveis entre o Estado e o solo, entre o Estado e seu solo: "O solo está presente no Estado desde os primeiros instantes e o desenvolvimento somente faz sobressair, no Estado, aquilo que existia embrionariamente. Este desenvolvimento se faz sem salto nem ruptura, mas uma direção é mantida através de todas as metamorfoses: uma aposta firme na relação dos homens com o solo[95]" (RAFFESTIN; LOPRENO; PASTEUR, 1995, pp. 64-65, tradução da autora).

Concordando com Raffestin, as assimilações de alguns pressupostos da "teoria do Estado" de Hegel, mesmo que não estejam diretamente ligados a "temas geográficos[96]", acercam, todavia, elementos teóricos de que a tônica espacial tenha sido dada, dentre outros autores, na geografia política de Ratzel. Isto implica considerar, portanto, que alguns aspectos do sistema de pensamento hegeliano tenham recebido de Ratzel a "significação geográfica", questionada por Moraes (1983).

---

[94] "Ratzel a lu, sûrement de manière attentive, [...] Ernst Kapp, disciple de Ritter et de Hegel, dont les pensées pénètrent totalement son ouvrage. L'hégélianisme de Ratzel pourrait effectivement provenir de la lecture de Kapp" (versão original).

[95] "Par ailleurs nous parlons d'une philosophie de l'histoire et non d'un déterminisme, car Ratzel, suivant en cela Ernst Kapp, donne une finalité a priori à l'histoire du peuple sur son sol – à savoir la pleine correspondance du peuple avec son sol, les deux constituants à l'établissement des liens les plus solides entre l'Etat et le sol, entre l'Etat et son sol: "Le sol est présent dans l'Etat dès les premiers instants et le développement ne fait ressortir, dans l'Etat, que ce qui existait embryonnairement. Ce développement se fait sans bond ni déchirure, mais une direction est maintenue à travers toutes les metamorfoses: une ferme mise en relation des hommes avec le sol" (versão original).

[96] O que revela, como já discutido anteriormente, uma determinada posição epistêmica e metodológica.

Por sua vez, o estudo sistemático da obra "*Princípios da filosofia do direito"*, publicada em 1821, permite identificar que Hegel desenvolve, de modo logicamente articulado, dois campos de reflexão e construção racional de sua "filosofia da história".

Estes campos acometem, na verdade, qualquer possibilidade de uma "teoria da relação" na ciência geografia, particularmente na geografia política, conforme Raffestin (1993), posto que a dimensão relacional da processualidade histórica, e, sobretudo, a contradição (categoria tão cara a Hegel e a Marx, em campos opostos), se encontra largamente impregnada de processos especulativos da ontologia idealista.

Isto equivale dizer que, se o Estado hegeliano é o estágio no qual a razão (Ideia) humana se realiza em sua máxima expressão, enquanto "civilização", a determinação ontológica do indivíduo, da família e do povo – por "amor à Lógica do direito", nos termos marxianos – está subordinada à "verdade" política estatal, fazendo com que "a realidade consciente, verdadeira, do assunto universal, seja apenas formal, ou apenas o formal seja assunto universal real" (MARX, 2005, p. 82).

O deslocamento da contradição real em Hegel, a partir da "ilusão [do bem comum] do Estado político, em oposição a essa essência [a sociedade civil]" (MARX, 2005, p. 116), edifica, pragmaticamente, o primeiro campo de reflexão da "filosofia da história" hegeliana em sua "teoria do Estado". Este campo revela que não há uma dissolução das vontades burguesas particulares da sociedade alemã, mas a transubstanciação de determinados interesses sociais (das classes capitalistas) em interesses da nação, mistificados pela jurisdição do direito abstrato. Em suma, "não se trata de desenvolver a ideia determinada da constituição política, mas de dar à constituição política como a Ideia abstrata, de dispô-la como um membro de sua biografia (da Ideia): uma clara mistificação" (MARX, 2005, p. 36).

Estes elementos de reificação das relações materiais de produção, e que tão bem serviram a Marx e Engels, décadas depois, para a fundamentar os principais pressupostos de uma "teoria da destruição do Estado", começam a ser germinados da seguinte forma:

> Minha investigação chegou ao resultado de que tanto as relações jurídicas como as formas de Estado não podem ser compreendidas por si mesma, nem pela chamada evolução geral do espírito humano, mas sim assentam, pelo contrário, nas condições materiais de vida cujo conjunto de Hegel resume, seguindo o precedente dos ingleses e franceses do século XVIII, sob o nome de "sociedade civil" e que a

> anatomia civil deve ser buscada na Economia Política (MARX, 2005, p. 16)

O estudo da anatomia da sociedade civil, a partir das relações de produção da dinâmica capitalista, permite, de um lado, sobrepujar as aparentes separações entre o domínio político e o domínio econômico[97] e, de outro, determinar ontologicamente as contradições reais dos mecanismos de exploração, existentes nos processos relacionais de poder. Estes mecanismos de exploração assumem na reprodução da forma-mercadoria e na legitimidade da propriedade privada suas latentes manifestações (MASCARO, 2013).

Assim, ao extrapolarmos a atenção dada às "fronteiras espirituais" da instituição estatal, para retomar os termos de Norbert Elias, reavemos, nas "fronteiras físicas", o segundo campo de reflexão da "filosofia da história" hegeliana, compondo mais um dos embriões "morfológicos do Estado moderno" (RAFFESTIN, 1993). Isto se deve também pelo fato de que "uma teoria de Estado que fizesse abstração do território não poderia jamais, contudo, ter qualquer fundamento seguro" (RATZEL, 1990, p. 73).

O território estatal aparece em Ratzel como "enraizamento do solo de comunidades que exploraram as potencialidades territoriais" (RAFFESTIN, 1993, p. 13), cujas formas hegemônicas de apropriação espacial foram se afirmando, ideológica e praticamente, no caráter inalienável da propriedade privada da terra. O estatuto privado da terra testemunha, portanto, a genética territorial do Estado; um aspecto já avistado, teoricamente, por Raffestin (1985), ao considerar que "as notas tomadas por Marx [...] foram retomadas por Engels para escrever, em 1884, *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*[98]" (RAFFESTIN, 1985, p. 274, tradução da autora).

Todavia, esta essencialidade capitalista do processo histórico de apropriação do "solo" foi, de certo modo, prestidigitada na geografia política ratzeliana, especialmente em sua visão organicista estática de Estado. Para Ratzel, não é possível falar de uma objetivação "livre" dos homens no espaço geográfico, ocorrendo, na verdade, uma

[97] Como nos explica Mascaro (2013), o domínio político confere uma conotação ideológica ao que seria de interesse "público" (o Estado enquanto instituição do sujeito de direitos), ao passo que o domínio econômico estaria vinculado aos "interesses privados", seja do capitalista ou do trabalhador assalariado. A mediação estatal – que aparece, fenomenicamente, como "pública" – dissolve os mecanismos de exploração inerentes à lógica capitalista.

[98] "les notes prises par Marx [...] ont été reprises par Engels pour écrire, en 1884, *L'Origine de la famille, de la propriété privée et de l'Etat"* (versão original).

gradual "aniquilação da liberdade do homem pelo Estado e por seu substrato primordial, o solo[99]" (RAFFESTIN; LOPRENO; PASTEUR, 1995, p. 59, tradução da autora).

Neste sentido, as sociedades, de acordo com a perspectiva ratzeliana, possuem níveis de desenvolvimento e formas diferenciadas de controle da natureza (condições antropogeográficas distintas), o que sugere, por sua vez, "o Estado sendo o único meio de entrada na civilização, e o solo, fonte de toda servidão, não sofrendo nenhuma exceção[100]" (RAFFESTIN; LOPRENO; PASTEUR, 1995, p. 59, tradução da autora).

Do ponto de vista gnosio-epistêmico, a estreita ligação entre o solo e os grupos sociais, simbiose geradora da forma política do Estado, deriva também da visão biogeográfica do mundo no pensamento ratzeliano, ou seja, é na "dimensão biogeográfica de sua abordagem que Ratzel afirma sua vontade de submeter a leis biológicas essenciais toda forma de vida[101]" (RAFFESTIN; LOPRENO; PASTEUR, 1995, p. 62, tradução da autora).

Assim, na perspectiva ratzeliana, "somente a ciência natural progride como ciência investigadora de leis, enquanto a história não avança um passo adiante" (RATZEL, 1990, p. 34). Uma característica que estabelece aproximações pontuais, de acordo com Raffestin, à filosofia positiva de décadas anteriores a Ratzel, que considera "todos os fenômenos sujeitos a leis naturais invariáveis, e isto se estende ao plano social[102]" (RAFFESTIN; LOPRENO, PASTEUR, 1995, p. 62, tradução da autora).

Evidentemente, sabemos, como bem reconhece Raffestin, que o positivismo – mais tarde, derivada em "física social" – ascende antes de Comte como sistematização de um programa de ideias sobre a sociedade na qual um mesmo tronco epistêmico uniria os principais problemas das ciências do homem e as da natureza (LÖWY, 1987). As concepções comtianas, contudo, firmam, no âmago desta "homogeneidade epistemológica", a apologética ideológica no percurso desse desenvolvimento científico social. Ao invocar sempre a estrutura interna "pura" na construção de um conhecimento

[99] "anéantissement de la liberté de l'homme par l'Etat et par son substrat primordial, le sol" (versão original).
[100] "l'Etat étant le seul moyen d'entrée dans la civilisation, et le sol, source de toute servitude, ne souffrant aucune exception" (versão original).
[101] "dimension biogéographique de son approche [qui] Ratzel affirme sa volonté de soumettre à des lois biologiques essentielles toute forme de vie" (versão original).
[102] "tous les phénomènes comme assujettis à des lois naturelles invariables, y compris sur le plan social" (versão original).

axiologicamente neutro e ilusoriamente recuado do campo teórico das lutas de classes (LÖWY, 1987), as "leis" invariáveis do procedimento científico adquirem, fantasmagoricamente, escopo ontológico com significantes sociais: o movimento histórico independe dos sujeitos concretos e forças independentes regem a vida do ser social.

Com base em todas essas reflexões, podemos assegurar, de qualquer modo, que a "filosofia da história" hegeliana, as determinações etapistas e organicistas do desenvolvimento histórico das sociedades e do Estado, a visão globalizante de leis gerais que conectam e regulam a população e o território, inauguraram, a partir de Ratzel, "uma tendência nomotética na geografia que o famoso probabilismo francês não soube substituir" (RAFFESTIN, 1993, p. 13).

Certamente, não queremos, com isto, esgotar as considerações de Raffestin sobre a geografia política ratzeliana, o que seria, de fato, uma tarefa imensa e descabida para o momento. Não obstante, nosso destaque recupera tão-somente a atenção de Raffestin em dois pontos centrais: primeiramente, a perpetuação da linguagem morfofuncional da "geografia do Estado", na qual Raffestin quis fundamentar, teoricamente, os pressupostos de sua "destruição; e, em segundo lugar, o caráter nomotético da epistemologia ratzeliana, na qual Raffestin quis preservar na abordagem relacional do poder.

Seguindo a leitura do geógrafo suíço, notamos que a evolução da geografia política, desde o final do século XIX até o final da Segunda Guerra Mundial, esteve, sob variadas adaptações, assentada na binaridade Estado-território e em suas expressões de poder. Todavia, isto não significa dizer que "os autores que seguiram Ratzel sejam seus epígonos, mas [...] que a obra ratzeliana, lançando as bases da geografia política, traçou um quadro conceitual no qual ainda se pode trabalhar mesmo quando a ela nos opomos, como foi o caso da escola francesa" (RAFFESTIN, 1993, p. 13).

Abordaremos, seguidamente, essa "mina ratzeliana" escancarada por Raffestin, para o qual, "durante vários decênios o programa da geografia política não foi de fato modificado em profundidade" (RAFFESTIN, 1993, p. 14). Isto equivale dizer que o discurso morfofuncional das inscrições de poder no domínio da geografia política não sofreu, segundo Raffestin, nenhuma "nova descrição" (sintática) de seus fenômenos, capaz de lançar as bases de uma "nova explicação" (semântica) das relações geográficas de poder.

Estas novas bases descritivas e explicativas da geografia política manifestariam uma "nova" problemática, isto é, um "estatuto de inteligibilidade capaz de justificar um sistema" (RAFFESTIN, 1993, p. 30), um sistema relacional das disputas políticas projetadas e representadas territorialmente.

É manifesto, por outro lado, que a noção de sistema endossa algumas características das correntes antiontológicas do pensamento, como o estruturalismo sistêmico e o empirismo lógico, sendo que essa última vertente já aparece em Ratzel, notadamente, pelo princípio causal, que "conduz à problemática da organização, da estrutura, da inteireza, da interação dinâmica" (KOSIK, 1979, p. 46), provocando uma acentuada ruptura em relação à proposta dialética.

Diferentemente do que esperar da categoria de totalidade, que ampara o pensamento dialético, compreendemos que a prerrogativa de um "sistema teórico", "especialmente, um conjunto de ideias científicas ou filosóficas logicamente solidárias, [...] são consideradas na sua coerência, mais do que na sua verdade" (LALANDE, 1999, p. 1035). Portanto, o estatuto de inteligibilidade de uma "nova" descrição e de uma "nova" explicação não pressupõe, ou não deveria pressupor, um sistema de ideias, mas a posição de totalidade na compreensão dos processos históricos do desenvolvimento da realidade material.

A totalidade concreta antecipa o pressuposto ontológico em detrimento da generalização lógica da perspectiva gnosio-epistêmica do conhecimento. Posição nem sempre diferenciada por geógrafos de matizes francesas, presentes, inclusive, em alguns traços do pensamento estruturalista de Milton Santos (2006), para o qual a geografia não aproveitou a "noção de totalidade como categoria analítica capaz de ajudar a construir uma teoria e uma epistemologia do espaço geográfico" (p. 73).

Concordaríamos com o geógrafo brasileiro se este não considerasse, ao nosso ver, uma totalidade analítica, holística e fechada racionalmente, com leis próprias e individualizada do ponto de vista funcional. É a mesma posição enviesada tomada pelo filósofo francês Castoriadis (1985), para o qual "o marxismo é, na verdade, uma variedade do funcionalismo" (p. 27), assumindo, no fundo, que "a 'autonomia ontológica' reivindicada para o espaço, para alguns definitivamente é argumento para justificar 'autonomia epistemológica'" (SOUZA, M. L., 1987, n/p).

Mesmo assim, para Santos (2006), “a totalidade é a realidade em sua integridade” (p. 74), cabendo ao pesquisador (isolado?) “reconhecer a ordem do universo, este podendo ser visto como um todo estruturado do qual nos incumbe descobrir suas leis e estruturas internas” (p. 75). Soma-se a isto o fato de que “descrição e explicação são inseparáveis. O que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicação, que supõe a existência prévia de um sistema” (SANTOS, 2006, p. 09), de modo que, “quando este [sistema] faz falta, o que resulta em cada vez são peças isoladas, distanciando-nos do ideal de coerência próprio a um dado ramo do saber e do objeto de pertinência indispensável” (p. 10).

A totalidade efetiva, desencadeando momentos de causalidade (impossíveis de serem previamente reconhecidos porque ainda não se efetivaram na processualidade social), impõe uma possibilidade epistemológica na medida em que não há um enfraquecimento da verdadeira contradição dialética. Enfraquecimento epistemológico e ontológico referendada pelo discurso das “disjunções entre práticas (atores) e estrutura (sistema), e onde o papel historicamente constitutivo da luta de classes é subsumido pela mecânica de cada modo de produção” (SOUZA, M. L., 1987, n/p), solidariamente organizado.

Em que se segue, portanto, as conexões objetivas entre a totalidade concreta e as possibilidades de construção epistemológica “se interpõem uma distinção ontológica (novamente, não há identidade sujeito-objeto) e um processo de captura das determinações do ser pela subjetividade que exibe um ineliminável caráter de aproximação” (LESSA, p. 40).

Assim, apesar de apostar em uma “ontologia do espaço” capaz de soerguer os fundamentos de uma “teoria da geografia” (MORAES, 2013), Santos não atinge a ontologia social das relações, mas, ao contrário, ontologiza o espaço geográfico. Deste modo, uma totalidade racionalizada, ou um modelo teórico ideal que apreenda leis gerais internas em funcionamento e articulação, não aproxima os instrumentos epistemológicos das determinações relacionais da totalidade concreta, centralidade das contradições reais de poder. Ao contrário: instrumentaliza-se as operações e os aspectos epistêmicos para fundamentar uma totalidade ideal, parcialmente empiricizável e solidária, um protótipo nomotético.

Nesta mesma direção, cumpre averiguarmos a desconstrução epistemológica feita por Raffestin acerca das insuficiências (sintáticas e semânticas) da problemática morfofuncional da "geografia do Estado", germinada à luz dos fundamentos marxianos. É assim que:

> É possível evocar outras incompatibilidades entre geografia política e marxismo, como por exemplo o fato que uma é fortemente marcada por uma problemática morfofuncional, enquanto a outra se enraíza em uma problemática relacional sobre a qual eu retornarei posteriormente. Esta problemática pode, aliás, ser projetada sobre a geografia política, mas, de fato, é toda a geografia que se encontra afetada. Sem dúvida, esta é uma consequência do ponto de vista da totalidade, característica do marxismo. Este ponto de vista, em efeito, não pode deixar intacto o resto da geografia. Eu quero dizer com isso que não podemos nos comprometer em uma perspectiva marxista sobre um ramo da geografia sem se referir a um sistema geográfico nutrido pelo marxismo no seu conjunto, sem se referir, portanto, à uma teoria geográfica sustentada pelo marxismo.[103] (RAFFESTIN, 1985, p. 272, tradução da autora).

Para Raffestin, a problemática relacional do poder se amarra umbilicalmente à "teoria da destruição do Estado", cuja construção de tal projeto teórico, sob novas bases epistêmicas, romperia com a própria fragmentação dos campos geográficos, como a geografia política, em particular, para propor, de forma mais abrangente, uma "teoria da geografia".

Nestes pressupostos, a totalidade – ainda sem sabermos se o autor compreende a totalidade histórica ou uma totalidade "que hipostasia o todo antes das partes e efetua a mitologização do todo" (KOSIK, 1979, p. 58) – aparece como fagulha elementar dessa propositura epistemológica, aos moldes de uma proposição racional e estruturada das relações sociais, dos mecanismos gerais de poder, que produzem os territórios e as territorialidades.

Analisaremos, com base nestes elementos metodológicos, as manifestações reais do projeto relacional do poder no que concerne às suas generalizações objetivas e contraditórias, as regularidades universais dos acontecimentos e conflitos produzidos

[103] "Il est loisible d'évoquer d'autres incompatibilités entre géographie politique et marxisme, comme par exemple le fait que l'une est fortement marquée par une problématique morphofonctionnelle, alors que l'autre s'enracine dans une problématique relationnelle sur laquelle je reviendrai ultérieurement. Cette problématique peut d'ailleurs être projetée sur la géographie politique mais alors c'est toute la géographie qui s'en trouve affectée. Sans doute est-ce une conséquence du point de vue de la totalité, caractéristique du marxisme. Ce point de vue, en effet, ne peut pas laisser intact le reste de la géographie. Je veux dire par là qu'on ne peut pas s'engager dans une perspective marxiste à propos d'une branche de la géographie sans se référer à un système géographique nourri par le marxisme dans son ensemble, sans se référer donc à une théorie géographique sous-tendue par le marxisme" (versão original).

territorialmente, a validação de suas aproximações formais para com a perspectiva nomotética de leis causais, a formalização de um sistema geográfico.

3.2 – O abandono da totalidade concreta e o caminho antiontológico da problemática relacional do poder

> *"Pois se detém ainda no plano da teoria – e não concebe os homens em sua conexão social dada, em suas condições de vida existentes, que fizeram deles o que eles são, ele não chega nunca até os homens ativos, realmente existentes, mas permanece na abstração." (Karl Marx)*

No subcapítulo anterior, identificamos que os gérmens da perspectiva teórica trazida por Raffestin, capaz de "destruir" as bases fundantes da personificação do Estado e de sua genética territorial, derivaram, ainda que não de forma estrita, de pressupostos marxianos. Este aspecto se torna ainda mais contundente pelo fato de Raffestin recorrer, agudamente, ao legado marxiano para construir os princípios centrais de sua "teoria geográfica da relação", considerando que "é Marx quem, na análise da mercadoria, mostrou 'nela um ato que implicava uma relação'" (RAFFESTIN, 1993, p. 31).

Acrescentemos que a "destruição" dos fundamentos da geografia política clássica refletiu uma tarefa substancial, de décadas de trabalho do autor, embora nunca sistematizada, efetivamente. O que existe, na verdade, são ensaios esparsos da desconstrução da linguagem morfofuncional do Estado no livro "*Por Uma Geografia do Poder"* e em uma obra posterior, de 1995, intitulada *"Géopolitique et Histoire"*, que, juntamente com Dario Lopreno e Yvan Pasteur, remontam a genealogia da geopolítica nos contextos alemão, italiano, espanhol e inglês.

Nesta última obra, *"Géopolitique et Histoire"*, os autores abrem as primeiras páginas de reflexão indicando – tal como o fizeram Marx e Engels no processo de análise da sociedade capitalista burguesa – o caráter absolutamente processual e transitório das formas de sociabilidade humana ao longo da história dos povos. A partir desse princípio material fundante da existência do homem e de seu desenvolvimento social, tem-se a explicação concreta do modo pelo qual todas relações sociais engendram, organicamente, os produtos espirituais de seu tempo, tal como as representações ideológicas, filosóficas e científicas (ou os "sistemas de representação das ciências"), sempre mediadas pela realidade circundante.

> Toda disciplina emerge em uma sociedade – e aquela se constitui evidentemente um modelo para ela – no qual o desejo é evidentemente de perdurar, de atravessar o tempo e a história e finalmente ser eterna, mesmo que saibamos que a história é repleta de culturas e civilizações mortas. Ainda que o tema da decadência das civilizações, das culturas e das sociedades tenha sido particularmente atrativo e tenha gerado

> múltiplas filosofias da história, as sociedades continuam a acreditar que elas são eternas e que continuarão indefinidamente a atravessar o tempo. Quando Paul Valéry escreve que "nós, outras civilizações, sabemos agora que somos mortais", ele se coloca simplesmente à margem do desejo da sociedade, que é de perdurar, e seu discurso não é recebido além desta simples constatação.
> Todos os produtos sociais nadam nesta ilusão da duração e os sistemas de representação das ciências não escapam disto: eles estão em uma relação de mimetismo com a sociedade. A relação mimética tal como o foi analisada por René Girard, que se instaura entre os discursos produzidos e a sociedade [...], já que é a própria sociedade que constitui o mediador da atividade científica – o "Outro" social – se interpondo sempre entre o sujeito cognoscente e o objeto a conhecer. Em muitos aspectos, "o mediador é imaginário, a mediação não o é"[104] (RAFFESTIN, LOPRENO, PASTEUR, 1995, p. 10, tradução da autora).

É notável, a partir do excerto, que não há confusões teóricas do grupo de Raffestin a respeito das conexões reais que articulam a sociedade e suas criações mentais. Há, portanto, distinções efetivas entre "mediações" e "mediadores", ou seja, entre a atividade social que produz e reproduz as condições materiais de determinada existência humana e os processos teleológicos e instrumentos intelectuais derivados e conectados à *práxis.* Parece inconfundível, desta forma, a aproximação materialista que os autores estabelecem com aquilo que já fora, incansavelmente, demarcado por Marx e Engels (2007, p. 94) em seus escritos, mas, sobretudo, em "*Ideologia Alemã"*: "não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência".

No entanto, como veremos neste subcapítulo, a historicidade dos sistemas científicos para Raffestin, aparentemente alinhada à perspectiva do materialismo histórico e dialético, perde seu completo sentido universalizante, ou seja, enfraquece a análise da totalidade real, fecundando concepções e elementos teóricos centrais de seu pensamento no contexto pós-estruturalista de 1968. Neste aspecto, a questão de maior estranheza na

[104] "Toute discipline émerge dans une société – et celle-ci constitue évidemment un modele pour elle – dont le désir est évidemment de perdurer, de traverser le temps et l'histoire et finalement d'être éternelle, même si l'on sait que l'histoire est jonchée de cultures et de civilisations mortes. Bien que le thème de la décadence des civilisations, des cultures et des sociétés ait été particulièrement attractif et ait généré de multiples philosophies de l'histoire, les sociétés continuent à croire qu'elles sont éternelles et qu'elles continueront indéfiniment à traverser le temps. Lorsque Paul Valéry écrit que "nous autres civilisations savons maintenant que nous sommes mortelles", il se met tout simplement en marge du désir de la société, qui est de perdurer, et son discours n'est pas reçu au-delà de ce simple constat.
Tous les produits sociaux baignent dans cette illusion de la durée et les systèmes de représentation des sciences n'y échappent pas: ils sont dans une relation de mimétisme avec la société. La relation mimétique telle que l'analysée René Girard, qui s'instaure entre les discours produits et la société [...], puisque c'est la société elle-même qui constitue le médiateur de l'activité scientifique – l' "Autre" social – s'interposant toujours entre le sujet connaisant et l'objet à connaître. A bien des égards, "le méditeur est imaginaire, la médiation ne l'est pas" (versão original).

"teoria geográfica da relação" de Raffestin é sua vigorosa inflexão: da incorporação de pressupostos marxistas, principalmente no que diz respeito à fundamentação da crítica à "geografia do Estado", para depois, de maneira absolutamente disseminada em suas reflexões, assimilar as nuances estruturalistas e os pressupostos intersubjetivistas do método semiológico de estruturas narrativas, no qual "o fato social é percebido como fato semântico, portador de sentido" (DOSSE, 2018, p. 19).

Analisemos com cautela este movimento teórico do geógrafo suíço.

A primeira consideração acompanha as preocupações desenvolvidas por Goldmann (1979, p. 08), para o qual tanto o pensamento quanto a obra de um autor não podem ser compreendidos em si mesmos, especialmente porque "o pensamento é apenas um aspecto parcial de uma realidade menos abstrata: o homem vivo e inteiro".

Raffestin, portanto, é um homem de seu tempo e, mesmo que "sua trajetória intelectual testemunha antes uma forma de autonomia diante dos sistemas, tanto institucionais como ideológicos[105]" (SZARY, 2019, p. 08, tradução da autora), suas concepções e ideias correspondem, significativamente, àquilo que fora detectado por Dosse (2018, p. 25) a respeito de "um vínculo tácito [que] fundamenta uma identidade comum, a do pertencimento a um espaço intelectual pós-estruturalista".

Esta referência sinaliza, antes de mais nada, que "o comportamento que permite compreender a obra não é o do autor, mas o de um grupo social (ao qual o autor pode não pertencer) e sobretudo, quando se trata de obras importantes, o comportamento de uma classe social" (GOLDMANN, 1979, p. 08). Embora não hajam posicionamentos explícitos de militância ou mesmo de quaisquer vinculações políticas para com algum coletivo ou movimento social por parte de Raffestin, entendemos, por sua vez, o sentido dilatado de suas preocupações políticas e a direção humanizadora de suas reflexões.

> **Raquel Fulino:** Para começar, o Sr. poderia me contar um pouco como foi sua formação acadêmica e por que escolheu a geografia como disciplina?
> **Claude Raffestin:** Bem, inicialmente, eu fiz uma licença em geografia e depois, eu estudei também história e economia. Eu tenho um doutorado em economia. Isto porque na minha universidade, onde havia o curso de geografia, não havia um doutorado, especificamente, em geografia, embora pudéssemos fazê-la, mas a titulação era em ciência econômica. Em seguida, eu fui ministrar aulas no secundário. É

[105] "sa trajectoire intellectuelle témoigne plutôt d'une forme d'autonomie face aux systèmes, institutionnels comme idéologiques" (versão original).

necessário "ganhar a vida", não?! E, bem, eu preparei, após minha licença, uma tese sobre a indústria, um ensaio sobre a indústria de Genebra. Isto porque, como eu trabalhava aqui, eu não podia ficar me deslocando, escolhi, portanto, um tema sobre Genebra. E, dez anos depois, em 1968, depois de ter defendido minha tese, que, aliás, foi muito bem acolhida, eu ingressei na universidade.

RF: Como professor?

CR: Sim, desde 1968 eu leciono na universidade e, evidentemente, eu tive chances, porque eu não tinha ainda muitas publicações naquela época e eu pude começar a trabalhar mais facilmente depois de estar lá dentro. E por que eu escolhi a Geografia? Porque [breve pausa]... veja, eu venho de uma família que não era rica e eu não tinha possibilidade de fazer os "estudos longos". Portanto, eu escolhi aquilo que foi bem mais rápido. Mas, à parte disso, evidentemente, eu lia muito e também [incompreensível] por ter trabalhado em muitas direções, mas isto é o que fazemos por curiosidade, por interesse. E desde o final de minha tese, quando ingressei na universidade, eu trabalhei com diferentes temas na graduação.

Eu também me interessei muito pela linguística. Nós a encontramos nos meus trabalhos, há elementos suficientes que tocam a linguística. Eu tive a chance de ter um colega que gostava muito, que foi da Faculdade de Letras da Universidade de Genebra, professor de linguística, que era Prieto, Luis Prieto. Naquele tempo, nós fomos muito próximos.

Evidentemente, eu me interessei também pela filosofia e, no fundo, após a leitura dos trabalhos de Foucault, eu me dei conta que, para renovar a geografia política, era necessário tentar encontrar um meio de abordar o poder de uma outra maneira que não fosse pelo Estado. E, então, em Foucault, eu encontrei essa teoria, esta ideia do poder que vem da base, pelo trabalho, etc. E eu comecei a trabalhar nesta direção, claro, com muitas outras fontes, mas foi seguindo esta direção que a "geografia do poder" foi gerada.

RF: Eu gostaria de insistir, antes de entrar nas questões teóricas, propriamente, eu gostaria de entender melhor como a geografia marcou sua visão de mundo. Ou se este caminho foi inverso...

CR: Acho que não entendi bem sua questão.

RF: Veja, a crítica é um elemento central no seu pensamento, na sua geografia...

CR: Sim...

RF: ...no sentido de conduzir à desnaturalização das relações de poder.

CR: Sim, absolutamente.

RF: ... Além disso, o Sr. comentou, por exemplo, que precisou "ganhar a vida", mencionou a condição social de sua família...

CR: Ah, sim!

RF: Existe alguma relação entre sua visão de mundo e a maneira de pensar e de fazer geografia?

CR: Ah, sim; claro, claro! Veja, em primeiro lugar, é necessário saber que, para mim, toda, toda geografia, no sentido dos resultados dos estudos, dos discursos... [breve pausa] Veja, eu diferencio sempre a geografia na qualidade de geoestrutura, ou seja, aquilo que é dado pela realidade, e aquilo que nós dizemos desta geoestrutura, que é o geograma. Tudo o que vem de nós, é o geograma. Isto quer dizer que nós fazemos representações desta estrutura, do real. Então, é evidente que se, a geoestrutura, em-si é sempre a mesma, ela não é a mesma para você, não é a mesma para mim. Pode ser que ela seja a mesma, mas o sentido final nós não sabemos.

> **RF:** Talvez em alguns aspectos, não sabemos [risos].
> **CR:** Sim, sim [risos]. Mas o que eu quero dizer é que, é evidente que, eu venho, que eu fui criado pelos meus avós em Paris... Eu nasci em Paris. E meus avós eram trabalhadores... Eu venho de um bairro pobre... E, então, é evidente que eu tenho sempre olhado a realidade com os olhos um pouco críticos, hein?!
> **RF:** Sim, compreendo.
> **CR:** E para estabelecer minha crítica, eu estudei história da filosofia, estudei as teorias sociais, estudei o pensamento filosófico ocidental, hein?! [pausa] E, então, é claro que minha visão é uma visão da crítica social, é a visão da denunciação de ideologias, a visão da desalienação das relações sociais. Indubitavelmente! Eu não quero dizer, com isso, que eu não tenho uma ideologia; naturalmente, eu tenho uma ideologia, mas eu quero dizer que minha crítica para a geografia é esta... Eu sou [breve pausa]... Eu considero que toda geografia é geografia no sentido de geograma, e o que fazemos dessas representações é naturalmente ideológico... E toda geografia é política.
> **RF:** Claro.
> **CR:** Então, é evidente que minhas origens tiveram uma intervenção importante na minha visão de mundo, e minha visão de mundo é, portanto, uma visão de mundo de esquerda. Lamento se esta não é a sua [risos].
> **RF:** [risos] Voilà, eu me interesso por suas reflexões na geografia, é evidente que eu seja de esquerda, sem dúvida... Se eu entendi bem o que é "à esquerda" [risos].
> **CR:** Veja, eu acredito que é preciso estar consciente que temos sempre uma problemática de base. Uma problemática, ou seja, um meio de colocar em evidência as coisas e torná-las conscientes. E aquilo que a censura positivista fez há muito tempo na geografia, ou nos geógrafos, foi não os deixar conscientes de suas problemáticas [pausa longa]. Podemos, então, dizer o mesmo para os externalistas, ou seja, para as pessoas que estabeleceram, sem correspondência, as palavras e a realidade material, as palavras e as relações. Havia, evidentemente, uma correlação, mas mais atenta ao objeto da geografia e não às relações que a geografia poderia explicar.
>
> (Fragmento de entrevista de dezembro de 2017)

A partir destes elementos pontuais do diálogo com Raffestin, iremos demonstrar que uma determinada identidade político-teórica comum do final dos anos de 1960 acaba trazendo expressivos intelectuais dos círculos franceses à "uma nova esquerda que, nutrindo uma aversão pelo poder e pelos instrumentos tradicionais de luta e de organização do movimento operário, não almeja apropriar-se do Estado ou derruir a propriedade privada dos meios de produção" (RODRIGUES, Mavi, 2006, pp. 13-14).

Nesta perspectiva, ainda que Raffestin afirme "uma visão de mundo de esquerda", as aberturas ideológicas e teórico-políticas que esta vaga posição representa no interior de suas reflexões sobre o poder colocam em xeque, na verdade, as bases concretas essenciais desses conflitos e dissimetrias, ou melhor, a universalidade estrutural das

injustiças e desigualdades sociais, abertamente reivindicadas em suas críticas e em seu projeto teórico na geografia.

Entretanto, de maneira geral, os esforços teóricos de uma "nova esquerda" francesa do final da década de 1960 concentram-se, ao contrário, em instituições múltiplas e sujeitos descentrados, preconizando um poder difuso e análises que hesitaram largamente na interpretação das determinações essenciais que envolvem o movimento concreto da totalidade. Mostraremos as amarrações da trajetória intelectual do geógrafo suíço nesta direção e o gradual abandono do materialismo histórico e dialético em suas reflexões sobre o poder e o fenômeno territorial.

Primeiramente, podemos afirmar, que, do ponto de vista teórico-político, avistamos um primeiro distanciamento. Trata-se da letargia em relação a um projeto revolucionário, que diz respeito, em certa medida, ao próprio deslocamento de segmentos da intelectualidade francesa em oposição ao corolário neopositivista[106] de determinados pressupostos marxistas do Partido Comunista Francês (PCF), o qual passou a orientar a visão dominante do leninismo na França até à Segunda Guerra Mundial (AMADEO, 2015).

> Um dos elementos centrais para entender o desenvolvimento de um marxismo vigoroso, na França da época, é a presença do maior movimento operário da Europa ocidental e a forte influência do Partido Comunista nas massas operárias do país. Do ponto de vista dos eventos políticos, alguns acontecimentos são essenciais para analisar a história intelectual do período: em primeiro lugar, a guerra e o papel da resistência ao fascismo e à ocupação no momento de consolidação do marxismo; em segundo, para entender o conflitos e tensões internas, devemos mencionar as lutas anticoloniais na Indochina e na Argélia; na Europa, a invasão da Hungria (1956), e como ponto de inflexão o Maio de Francês (1968) e a Primavera de Praga (1969). Estas tradições e experiências definiram um conjunto de questões problemáticas: a preocupação com a ideia da revolução, o papel dos intelectuais na vida política do país, o *status* do Partido Comunista Francês e sua relação com a classe operária e com os próprios intelectuais (AMADEO, 2015, p. 24).

Todavia, apesar do vigor e da consolidação prática do marxismo na França na metade do século XX, um incontestável distanciamento do PCF – e do próprio

[106] Segundo Netto (2011), tratam-se de deformações teóricas que tiveram por base as influências positivistas dominantes em Plekhanov e Kautsky, por exemplo, que foram desenvolvidas tanto na Segunda quanto na Terceira Internacional e culmiram na ideologia stalinista.

materialismo histórico e dialético – por parte de setores da intelectualidade francesa do final da década de 1960 ascendia, gradativamente, à cena política do país.

De acordo com Vernant (2001), tratava-se de uma oposição que envolvera historiadores, filósofos e sociólogos – do campo liberal aos anarquistas – contra um suposto "totalitarismo" do projeto socialista, ainda que "entre os anos de 1945-53 aproximadamente, o PCF atraia massivamente os militantes potenciais [...] e propõe um modelo de sociedade, aquele da União Soviética[107]" (BATAILLON, 2006, p. 07, tradução da autora).

Por sua vez, dentre os militantes que se aproximaram fortemente das ideias do PCF estava um grupo de seletos geógrafos, como tem relatado Bataillon (2007, p. 07, tradução da autora) – "o universo dos geógrafos é particularmente sensível a este discurso[108]" -, os quais incorporaram propósitos articulados entre conhecimento científico e ação prático-política. Porém, é somente com a publicação, em 1964, de "*A geografia ativa"*, que os posicionamentos desses geógrafos para com a militância do Partido se fortalecem, justamente por reconhecerem, cada vez mais, que "o divórcio entre a Geografia e a vida seria de temer se a geografia persistisse em querer ser estritamente contemplativa" (GEORGE, GUGLIELMO, KAISER, LACOSTE, 1968, p. 14).

Estamos apontando, precisamente, "o ensino de Pierre George, cujo prestígio é grande, [e] oferece uma grande segurança a estes estudantes para conjugar seus desejos de ação e conhecimento[109]" (BATAILLON, 2006, p. 08, tradução do original), de maneira que Bernard Kayser, Jean Tricart. André Prenant, Michel Rochefort e, sobretudo, Yves Lacoste, se dedicam, enquanto alunos e colegas próximos a George, tanto à vida política do Partido quanto ao saber geográfico, explicitamente engajado aos processos de humanização e transformação da realidade social.

É evidente, em primeiro lugar, que as ligações ideológicas e científicas, como vimos no primeiro capítulo desta tese, são integralmente inseparáveis, tratando-se ou não de referenciais metodológicos bem explicitados ("saber interessado", ou como queria Raffestin, em oposição à "censura positivista", uma "problemática explicitada") na

[107] "dans les annés 1945-53 au moins, le PCF attire massivement les militants potentiels [...], et il propose un modèle de société, celui de l'Union Soviétique" (versão original).
[108] "le milieu des géographes est particulièrement sensible à ce discours" (versão original).
[109] "l'enseignement de Pierre George, dont le prestige est grand, [et] donne une grande sécurité à ces étudiants géographes pour coupler leur désir d'action et leur désir de connaissance" (versão original).

pesquisa geográfica. Em segundo lugar, não vem ao caso tentar mapear as amalgamações da militância partidária e as relações institucionais dos geógrafos citados no parágrafo anterior, cujo exercício beiraria um esforço, no mínimo, "policialesco"[110]. No entanto, as possibilidades críticas são, manifestamente, livres e, nesta direção, Bataillon (2006, p. 17) não pôde fugir à indagação direta: ""Tricart, George, ou Dresch, fazem proselitismo para o PC no Instituto [referência ao Instituto de Geografia de Paris]? Não, exceto talvez, episodicamente, o primeiro. Suas convicções vão no sentido de um consenso "de esquerda", do qual Cholley participa. Ambiência bastante consensual, mais que militantismo duro[111]".

Contudo, o que se manteve no desenvolvimento de várias trajetórias geográficas dispostas à militância no PCF e ao envolvimento direto para com as grandes questões políticas de seu tempo, como foi o caso de Pierre George, Jean Tricart, Yves Lacoste, corresponde, na verdade, a um espectro teórico-político amplo, ou, como preferirem, a um limite relativamente sutil entre a afirmação de posturas ortodoxas por parte dos "geógrafos comunistas" e leituras e interpretações reducionistas a respeito do marxismo, feitas por seus opositores. Como esclarece o próprio Raffestin (1985, p. 272), "os 'itinerários marxistas' em geografia são muito mais numerosos e dependem das leituras que uns e outros fizeram de Marx[112]".

Este ponto reaviva nossa estranheza inicial neste subcapítulo, indicando alguns elementos prováveis da gradual negligência de Raffestin aos pressupostos do materialismo histórico e dialético, ainda que as fontes de seu pensamento, como temos visto, germinem dessa matriz filosófica e política. O primeiro elemento, certamente, é sua objeção, já explicitada, entre teoria e prática, entre geografia política e geopolítica, estabelecendo, portanto, suas indiscutíveis diferenças para com o "fazer geográfico" e a visão de mundo de Lacoste e, por decorrência, do próprio programa político do Partido Comunista Francês.

[110] Anteriormente, indicamos os rumos da Revista Hérodote, dirigida por Yves Lacoste, na geopolítica francesa, com a estrita finalidade de representar as principais diferenças estabelecidas com o pensamento de Raffestin. Neste capítulo, nosso objetivo continua nesta direção, mas reportando-se às clivagens e leituras marxianas desses dois autores.

[111] "Tricart, George, ou Dresch, font-ils du prosélytisme pour le PC à l'Institut? Non, sauf peut-être épisodiquement le premier. Leurs convictions vont dans le sens d'un consensus "de gauche", auquel Cholley participe. Ambience assez consensuelle plus que militantisme dur" (versão original).

[112] "les 'itinéraires marxistes' en géographie sont beaucoup plus nombreux et dépendant des lectures que les uns et les autres ont fait de Marx" (versão original).

Além disto, e o que, neste momento, nos parece mais preocupante é o manifesto desinteresse em reconstruir os fundamentos gerais da geografia política no nível da totalidade dos fenômenos, "que transforma em estrutura significativa cada fato ou conjunto de fatos em conhecimento da realidade concreta" (KOSIK, 1979, p, 44). É notável, neste sentido, a aposta feita por Raffestin à dimensão do "poder político" em detrimento do "econômico", distorcendo certas categorias centrais do materialismo histórico e dialético, dentre elas, a de totalidade.

Nesta leitura reducionista, a totalidade concreta se confunde a um processo totalizante e homogeneizador, gerado no interior das relações de produção, o qual seria capaz de destituir de processualidade e movimento histórico quaisquer mediações reais (as manifestações religiosas, a arte, os processos identitários, entre outros). A totalidade sem mediação (i-mediata) expele do conjunto essencial das determinações mais concretas que compõe um fenômeno territorial quaisquer processos contrários coadunados, fazendo desaparecer a dialeticidade do processo e apostando em um princípio hierárquico da realidade e em uma totalidade implacamente autônoma e linear.

Não é à toa, neste sentido, que várias leituras da teoria social de Marx e Engels a vinculam à uma teleologia determinista ou, como coloca Netto (2011), reduzem, compulsoriamente, todo o legado marxiano à uma perspectiva monocausalista ("fatorialismo econômico"). No entanto, a verdade é que "nem Marx nem eu jamais afirmamos [...] isto. Se alguém o tergiversa, fazendo do fator econômico o *único* determinante, converte esta tese numa frase vazia, abstrata, absurda" (ENGELS, 2010, p. 103 apud NETTO, 2011, p. 14).

De todo modo, as formas de poder essencialmente operantes na sociabilidade capitalista se efetivam e se articulam, para Raffestin, de outro modo:

> É o estabelecimento de uma situação de dominação condicionada por finalidades "políticas" e não econômicas, pois não se trata de gerenciar em função da estrutura global na qual se intervém, mas em função de uma subestrutura, de uma organização que quer crescer e se desenvolver eventualmente, ao extremo, ao preço da destruição da estrutura global ou de uma parte dela, com a qual mantém relações. Nesse sentido, pode-se concordar com aqueles que postulam existir apenas o poder político: "Contudo, no decorrer da História, a relação abstrata entre valor de uso e valor de troca tende a se tornar real (e não unicamente lógica) e conflitual, portanto dialética (RAFFESTIN, 1993, pp. 35-36).

Raffestin declara a efetividade do poder de acordo com sua perspectiva relacional, cuja relevância atribuída ao "poder político" gera indícios de sua visão sobre o marxismo de seu contexto e sobre os caminhos que o levaram a buscar os referenciais da "nova esquerda" francesa, sobretudo, em Michel Foucault. Mantendo sua coerência teórica na construção da abordagem relacional, Raffestin defende um poder que vem "de baixo" – "o poder vem de baixo; não há uma oposição binária e global entre dominador e dominados" (RAFFESTIN, 1993, p. 53), por isto advoga "uma subestrutura, de uma organização que quer crescer e se desenvolver eventualmente".

Ainda que os fundamentos do marxismo consigam aquiescer a noção de um poder vindo "de baixo", isto é, da base social na qual a produção e a reprodução da vida humana real se constitui, existe, por outro lado, outra deformação teórica do geógrafo suíço. Esta última se refere aos processos concretos de exploração entre classes sociais, que, para Raffestin, estariam divididas, de modo *a priori,* entre "dominador" e "dominados". Mais uma vez, vislumbramos um abismo teórico-político do autor em relação à categoria de totalidade, posto que não há compreensão da totalidade concreta se o pesquisador não enfrentar a realidade objetiva, para dela extrair suas determinações mais concretas; no caso, as classes sociais em disputa.

As classes sociais não são dadas *a priori* no movimento histórico, em um processo *ad eternum* que elimina qualquer investigação científica. Em outras palavras, não se enfrenta, teoricamente, os processos de reificação e alienação capitalista querendo encontrar, antecipadamente, a "burguesia" e o "proletariado" (e esta separação também impõe uma dada perspectiva dentro do materialismo histórico e dialético). Para isto, não é preciso pesquisa e escavação metódica, profunda e sistemática, da complexidade das contradições que nutrem a atual sociabilidade humana regida pelo capital.

Assim, não há como não acolher as colocações de Lacoste sobre o que emanava da efervescência teórica da geografia política francófona e as próprias disputas de visão de mundo:

> [...] Primeiro, o peso de certos discursos ideológicos muito difundidos "na esquerda" que se baseiam, sob pretexto de cientificidade, em representações muito economicistas da sociedade, como se suas contradições não dependessem fundamentalmente senão das relações de produção; a supressão da propriedade privada dos meios de produção devia acertar todos os problemas políticos. Pode-se perceber hoje que não é nada disso, bem ao contrário. (LACOSTE, 2012, p. 236).

Sejamos justos, porém, com o autor suíço. Raffestin tem preocupações concretas para com as questões epistemólogicas que atravessavam os problemas da ciência geográfica franco-suíça e também internacional, acompanhando, de perto e sistematicamente, as mudanças relevantes que ocorreram com a inserção do marxismo na geografia, assim como suas tendências e processos mais superficiais, derivados dessas incursões.

É o que, em certa medida, preocupara, do mesmo modo, Moreira (2007), em meados de 1980, no contexto da geografia brasileira sobre a relação forma (sintática) e conteúdo (semântica), especialmente ao questionar os fundamentos teóricos da epistemologia geográfica feita no Brasil, antes e depois do movimento de renovação crítica: "antes tínhamos uma geografia com forma, mas sem conteúdo, e passamos a uma geografia com conteúdo, mas sem forma" (MOREIRA, 2007, p. 118).

Discordando em partes de Moreira, compreendemos que a formalização de qualquer discurso geográfico exprime, de maneira lógica e/ou representativa, aspectos de seu conteúdo mais essencial – ainda que despolitizado e mistificado –, o que torna possível dizer, portanto, que o conteúdo geográfico de uma dada corrente teórica é exteriorizado, mesmo que parcialmente, na sua forma correlata.

Raffestin, por sua vez, evoca três correntes do pensamento geográfico, estabelecendo cotejamentos diretos com a base marxista. Afirma, a partir de sua análise, que os momentos de formalização do discurso da geografia atingiram, sobretudo, o nível metodológico, ao passo que a problemática – seu conteúdo essencial – permanecera inalterada em diversas fases em que se proclamavam rupturas epistêmicas (paradigmáticas) na geografia crítica. Vejamos de perto:

> Mas, de fato, nós nos encontramos na literatura geográfica diante de três grandes correntes possíveis. A primeira é aquela da geografia clássica sobre a qual foram enxertados conceitos marxistas, principalmente no que concerne à geografia econômica, e até 1950, as coisas não foram tão diferentes daquelas que foram feitas em história. No entanto, queiramos ou não, **o privilégio atribuído aos motivos econômicos na explicação da geografia não é revelador de uma geografia marxista. Não tenho certeza, mas nem um pouco, que podemos dizer de Pierre George e seus alunos que eles desenvolveram uma geografia humana marxista**. A segunda corrente é aquela da nova geografia caracterizada por um esforço de formalização e quantificação que tem consideravelmente modificado, do ponto de vista metodológico, a geografia. Enfim, há uma terceira corrente, em ligação com a segunda, que se desenvolveu nos Estados

> Unidos e nos países anglófonos e que podemos qualificar de "Geografia Radical". Eu digo em ligação com a segunda corrente, pois os "radicais" são também quantitativos. Isto exige certos comentários que não tem nada de supérfluo. **Os quantitativos mais coerentes entenderam que a formalização interessava o plano metodológico, mas não aquela da problemática, que poderia permanecer quase idêntica àquilo que era na geografia clássica**. É por isso que autores como David Harvey e Richard Peet, para não citar além desses, buscaram ao lado do marxismo uma teoria social permitindo a eles superar certas contradições dos anos sessenta. Eu deixo de lado os eventos maiores desta época nos Estados Unidos, movimentos de direitos civis e guerra do Vietnã, que indiscutivelmente favorizaram certas tomadas de consciência[113] (RAFFESTIN, 1985, p. 272, traduzido e destacado pela autora).

Diante destas colocações de Raffestin, podemos depreender sua crítica à perspectiva de Pierre George e de seus discípulos, que inseriram, segundo o autor suíço, concepções marxistas em um "programa de reflexão" geográfico que não foi transformado, conjuntamente, nas suas bases epistêmicas fundamentais.

Além deste aspecto, Raffestin manifesta, mais uma vez, sua atenção aos elementos quantitativos como instrumentos fundamentais de formalização teórico-científica, cujas "leis" e "modelos" agem como "uma espécie de axiomática subjacente[114]" (RAFFESTIN, 1993, p. 148). Trata-se, na visão de Raffestin, de mais um aspecto negligenciado pelos geógrafos franceses marxistas, o que sinalizaria uma incoerência fundamental desta perspectiva teórica, já que esta abordagem reivindicava, ainda acompanhando a leitura

[113] "Mais, en fait, on se trouve dans la littérature géographique en face de trois grands courants possibles. Le premier est celui de la géographie classique sur lequel ont été greffés des concepts marxistes, surtout en ce qui concerne la géographie économique, et jusqu'en 1950 les choses n'ont pas été bien différentes de ce qu'elles ont été en histoire. Pourtant, qu'on le veuille ou non, le privilège accordé aux motifs économiques dans l'explication de la géographie n'est pas révélateur d'une géographie marxiste. Je ne suis pas certain, mais pas du tout, que l'on puisse dire de Pierre George et de ses élèves qu'ils ont élaboré une géographie humaine marxiste. Le deuxième courant est celui de la nouvelle géographie caractérisée par un effort de formalisation et de quantification qui a considérablement modifié, du point de vue méthodologique, la géographie. Enfin, il y a un troisième courant, en liaison avec le deuxième, qui s'est développé aux États-Unis et dans les pays anglophones et qu'on peut qualifier de « Radical Geography». Je dis en liaison avec le deuxième car les» radicaux» sont aussi des quantitatifs. Cela nécessite quelques commentaires qui n'ont rien de superflu. Les quantitatifs les plus cohérents ont compris que la formalisation intéressait le plan méthodologique mais pas celui de la problématique qui pouvait demeurer à peu près identique à ce qu'il était dans la géographie classique. C'est pourquoi des auteurs comme David Harvey et Richard Peet, pour ne citer que ceuxlà, ont cherché du côté du marxisme une théorie sociale leur permettant de surmonter certaines des contradictions des années soixante. Je laisse de côté les événements majeurs de cette époque aux États-Unis, mouvement des droits civils et guerre du Vietnam, qui ont indiscutablement favorisé certaines prises de conscience" (versão original).

[114] Veremos que os modelos e as tentativas de formulação matemáticas decorrem da influência piagetiana na proposição nomotética para uma representação epistemológica em Raffestin. Para o geógrafo suíço, a matematização permite a "geometrização da ação" no espaço, que consolida o sistema territorial. Neste sentido, "seria impossível descobrir qualquer conteúdo sem uma estruturação que comporte um isomorfismo pelo menos parcial com a lógica" (PIAGET, 1990, p. 141).

generalizante de Raffestin sobre o materialismo histórico e dialético, a dimensão econômica na interpretação dos fenômenos geográficos.

De qualquer modo, tentar responder, de maneira concludente, se Raffestin apresentava uma visão integralmente equivocada e reducionista do marxismo, ou se, ao contrário, devemos nos assegurar às suas críticas ao neopositivismo em certos fundamentos teóricos dos "geógrafos marxistas" ligados ao PCF, é bem provável que nos equivocaremos em algum momento da investigação. A análise dos elementos conjunturais do universo político e acadêmico francês do final de 1960 é, inquestionavelmente, ampla e intricada, e, neste sentido, capturar as posições inadequadas de Raffestin acerca do marxismo de seu tempo poderia nos conduzir a interpretações absolutamente deslocadas do sentido geral em que o autor estava mergulhado[115].

Queremos mostrar, a partir desta última afirmação, que mesmo que o marxismo leninista, fortalecido pelas ideias do PCF, tenha sido a visão dominante desta perspectiva político-teórica na França após a Segunda Guerra Mundial, "o efervescente ambiente intelectual francês colocaria em discussão muitos dos dogmas existentes" (AMADEO, 2015, p. 24), refutando, gradualmente, "leituras deterministas e reducionistas que caracterizam a ortodoxia marxista" (AMADEO, 2015, p. 24). Raffestin, mirando as concepções obtusas do marxismo que penetravam a geografia política francesa, se posicionou enquanto um geógrafo atento aos caminhos de sua ciência e também enquanto um intelectual envolvido com suas circunstâncias históricas.

Isto significa que, do ponto de vista das questões teóricas colocadas e dos enfrentamentos prático-políticos do universo francófono após "Maio de 1968", a orientação contestatória de uma esquerda universitária começa a se traduzir como àquela que disputa tanto a "transgressão ao sistema" quanto o aniquilamento das formas centralizadas de poder, inclusive o próprio projeto socialista.

[115] "O fracasso das experiências que pareciam ter capacidade de superar o stalinismo – da forma violenta como a URSS aniquilou a Primavera de Praga em 1968, o desencanto com a Revolução chinesa, via que parecia prometer uma alternativa revolucionária radicalmente democrática e de massa, quando, no início dos anos 70, explodiram suas contradições internas – alimentou este anticomunismo e possibilitou a aparição de uma nova esquerda que, não mais dividida entre o dilema Reforma *versus* Revolução [ou seja, entre a social-democracia e o comunismo], se volta para as margens do sistema e para a estetização da política" (RODRIGUES, Mavi, 2006, p. 137).

Neste sentido, no âmbito teórico e epistemológico, trata-se de uma intelectualidade receptiva ao anti-humanismo estruturalista e, posteriormente, "às teses que sustentam a crise dos paradigmas nas ciências sociais e o surgimento de uma nova ciência que não se legitimaria mais pela elaboração de sínteses homogeneizadoras" (RODRIGUES, Mavi, 2006, p. 19), privilegiando "uma ardorosa crítica às metanarrativas e à objetividade científica" (RODRIGUES, Mavi, 2006, p. 20).

Nesta direção, a manifestação mais concreta deste aspecto no pensamento de Raffestin é, sem dúvidas, sua concepção de "geografia humana", abordada no capítulo anterior: ""a geografia humana tem por tarefa explicitar os **pontos de vista** deste conhecimento e desta práxis[116]" (RAFFESTIN, 1978, p. 55, traduzido e grifado pela autora), ou seja, os pontos de vista que os homens tem do conhecimento e da prática que produzem no espaço geográfico, revelando uma condição, seguramente, hipersubjetiva da construção científica.

Por sua vez, no campo dos embates prático-políticos (embora reconheçamos as dificuldades em separar teoria e prática política), manifestam-se as descrenças na revolução social e na centralidade das lutas de classes como necessidades reais à superação da sociabilidade capitalista. Da descrença do projeto socialista à luta de segmentos sociais descentrados, tais como as mulheres, os grupos étnicos e religiosos, os LGBTQs, isto é, a renúncia da transformação universal do homem para dar cena a "um poder difuso que tem seu epicentro não na exploração de classes, traço peculiar e estrutural do modo de produção capitalista, mas no saber racional" (RODRIGUES, Mavi, 2006, p. 14).

Um aspecto notável, neste sentido, é a própria estrutura temática que compõe "*Por Uma Geografia do Poder"*: se analisarmos a segunda parte da obra, àquela dedicada à "*População e o Poder"*, distinguiremos as particularidades dadas às línguas, no segundo capítulo, às manifestações e grupos religiosos, no terceiro capítulo, e, finalmente, às diferenças étnicas no quarto capítulo, não havendo espaço, porém, para qualquer intervenção teórica relacionada às distinções de classe e aos processos de alienação que estruturam, essencialmente, a sociedade civil e que produzem as dissimetrias fundamentais dos territórios.

[116] "la géographie humaine a pour tâche d'expliciter **les points de vue** de cette connaissance et de cette práxis" (versão original).

De qualquer modo:

> [...] Neste contexto, [...] a crença na perenidade do sistema capitalista faz crescer o interesse pelas margens e minorias, o impulso radical muda gradualmente da transformação para subversão, a micropolítica aparece como uma virtude, o desprezo pela totalidade torna-se um código para não se considerar o capitalismo e a realidade objetiva passa a ser concebida como um problema epistemológico (RODRIGUES, Mavi, 2006, p. 45).

A realidade objetiva, entendida como um problema substancialmente epistemológico, deixará marcas profundas, e até mesmo trágicas, no pensamento pós-estruturalista dos círculos franceses da década de 1970. Preservando os incitamentos rebeldes das insurreições de "Maio de 1968", diversos intelectuais deixaram de apostar, como já dissemos, na profunda e radical transformação das relações sociais de produção para exigir uma nova "dialogia, de um agir comunicativo que podia representar ao mesmo tempo uma via real de emancipação como projeto social e um quadro fecundo no domínio das ciências humanas[117]" (DOSSE, 2008, p. 15).

Por sua vez, Dosse (2008) garante tratar-se de uma conjuntura intelectual que não postulava, na verdade, um único núcleo epistemológico ou mesmo uma escola teórica, mas atribui este contexto à recolocação de "sinergias teóricas" que davam corpo à uma determinada postura intelectual. As condições centrais para tais coesões teóricas deram-se, mormente, nas dimensões intersubjetivas do ser e da nítida "mudança de escala que permite se interrogar no nível do indivíduo sobre quem se fundamenta o 'ser-conjunto'" (DOSSE, 2008, p. 16).

Claramente, um desses representantes é Michel Foucault, que, no âmbito de sua produção teórica durante os conflitos de 1968, inaugura a virada da arqueologia para a genealogia (do saber para o poder), que se efetiva em "Vigiar e Punir", de 1975. Neste momento de sua produção intelectual, o filósofo francês "estabelece um novo caminho

[117] Compreendemos que, no referido contexto, uma forte tendência à deslegitimação do pensamento marxista aparece em duas correntes anti-historicistas do pensamento francês, a saber, a tradição positivista e a linguística estruturalista. Autores como Lévi-Strauss, Foucault, Lacan, entre outros, criticaram a ideia de uma "história universal", aliás, criticaram a própria ideia de história, como um instrumento analítico ideológico da era burguesa. São intelectuais que se propõem a refletir sobre estruturas trans-históricas da sociedade e do pensamento mediante instrumentos discursivos e comunicativos das relações (AMADEO, 2015).

de reflexão: caminha agora dos campos discursivos para os institucionais, da ordem do discurso para as práticas sociais" (RODRIGUES, Mavi, 2006, p. 132).

O pensamento de Foucault, de acordo com Coutinho (2010, p. 154), contém os fundamentos ontológicos do anti-humanismo, "na medida em que destrói a teoria hegeliano-marxista do homem como produto de si mesmo, de sua *práxis* socializada". Assim, após abandonar a totalidade e a universalização dos processos sociais, "Foucault pretende ainda separar a sua "nova história" da *práxis* humana: "Fazer da análise histórica o discurso do contínuo e fazer da consciência humana o sujeito originário de todo devir e de toda prática são duas faces de um mesmo sistema de pensamento" (COUTINHO, 2010, p. 162).

Para sermos mais precisos neste último aspecto foucaultiano em relação à sua "nova história", vejamos as próprias ponderações do filósofo francês:

> O aparecimento dos períodos longos na história de hoje não é um retorno às filosofias da história, às grandes eras do mundo, ou às fases prescritas pelo destino das civilizações; é o efeito da elaboração, metodologicamente organizada, das séries. Ora, na história das ideias, do pensamento e das ciências, a mesma mutação provocou um efeito inverso: dissociou a longa série constituída pelo progresso da consciência, ou a teleologia da razão, ou a evolução do pensamento humano; pôs em questão, novamente, os temas da convergência e da realização; **colocou em dúvida as possibilidades da totalização**. Ela **ocasionou a individualização de séries diferentes**, que se justapõem, se sucedem, se sobrepõem, se entrecruzam, sem que se possa reduzi-las a um esquema linear. Assim, apareceram, em lugar dessa cronologia contínua da razão, que se fazia remontar invariavelmente à inacessível origem, à sua abertura fundadora, escalas às vezes breves, distintas umas das outras, **rebeldes diante de uma lei única**, **frequentemente portadoras de um tipo de história que é própria de cada uma**, e irredutíveis ao modelo geral de uma consciência que adquire, progride e que tem memória. (FOUCAULT, 2008, p. 09, destacado pela autora).

Estas considerações de Foucault, que reiteram as impossibilidades de se pensar os processos sociais em sua totalidade concreta, declinam, portanto, a aparente aproximação teórica dos autores de "*Géopolitique et Histoire",* no início do subcapítulo, para com o pensamento marxiano. Sabemos agora que o caráter transitório das representações humanas em relação à sua base social, ou às formas de sociabilidade, demonstra, não mais sua historicidade conforme a teoria social hegeliano-marxiana, mas a partir da contingencialidade que os mediadores ("sistemas de representação das ciências") – os

quais "nadam nesta ilusão da duração[118]" (RAFFESTIN; LOPRENO; PASTEUR, 1995, p. 19, tradução da autora) –, tem sobre os diferentes grupos sociais do mundo e suas manifestações relacionais.

A mudança de escala na interpretação dos fenômenos históricos centraliza, neste sentido, a factualidade das narrativas sociais como esteio fundamental na construção do sistema de pensamento na "geografia humana" de Raffestin. Este aspecto demonstra, inclusive, suas vinculações com o pensamento antropológico, já identificado nas influências que Raffestin teve de Moscovici (1968) e também da antropologia estrutural de Lévi-Strauss (1968) sobre as representações sociais e a densidade da cultura na explicação das diferentes sociedades, chegando mesmo a apostar, em *"L'imagination géographique"*, que "a geografia é, então, uma antropologia do trabalho da terra[119]" (RAFFESTIN, 1983, p. 30). Não é por acaso, neste sentido, que Raffestin sustenta as possibilidades de erigir seu projeto teórico em torno de uma "teoria da territorialidade" e não de uma "teoria do território", questão que enfrentaremos no último capítulo[120]. Contudo, vale analisarmos com mais cautela certos elementos que este aspecto já traz.

Primeiramente, como vimos, o gradual abandono da categoria de totalidade no pensamento de Raffestin expressa-se, do ponto de vista teórico-político, na contramão dos pressupostos da geopolítica lacosteana e das manifestações de poder centralizadas nas disputas do Estado, o qual, ontologicamente, é regido pela sociabilidade de classes distintas da totalidade capitalista. No entanto, as determinações essenciais que movem as contradições concretas das relações de poder e, portanto, da realidade objetiva, não respondem a um poder "totalizante" e anti-dialético.

Diferentemente da visão raffestiniana, o "poder econômico", que submeteria, irrevogavelmente, as diversas sociedades do mundo às "leis gerais da produção" sem, ao

[118] "baignent dans cette illusion de la durée" (versão original).
[119] "la géographie est alors une anthropologie du travail de la terre" (versão original).
[120] Reconheço e agradeço o justo questionamento feito pelo Prof. Ariovaldo Umbelino de Oliveira durante minha qualificação de Mestrado (junho de 2018) sobre as diferenças essenciais que as concepções de "território" e "territorialidade" ocupavam no âmago do projeto teórico de Raffestin. Ainda que o autor suíço trate de relações sociais de poder que constituem os territórios (fenômenos materiais que exprimem, espacialmente, as distintas formas de acumulação e apropriação dos homens na produção e reprodução de suas condições objetivas de existência), a proposição teórica da "geografia do poder" deixa de evocar, aos poucos, esta objetividade real para reivindicar a dimensão representativa de grupos sociais, seja no sentido semiológico seja no sentido cartográfico (sistema territorial); por isso, uma "teoria da territorialidade" na geografia do poder de Raffestin.

menos, apreender as antíteses concretas dos processos históricos particulares[121], traduziria, teoricamente, uma "filosofia da história" metafísica, afastando a concreticidade do poder que engendram as relações produzidas no interior da "sociedade civil". Tal concreticidade, em Raffestin, atinge mais a cotidianidade das relações e dos grupos sociais específicos do que as contradições fundantes e essenciais das manifestações estruturais do poder na totalidade capitalista.

> Poderia ser de outra forma no modo de produção capitalista, em relação ao qual se pode perguntar se ele não suprime todas as diferenças e, em particular, toda diferença ligada ao espaço? Se respondemos pela afirmativa, isso implica que o tempo local e o espaço local serão negados. Mas o que é esse tempo local e esse espaço local? Visto do centro, é muito pouca coisa: um agregado de particularidades, de hábitos e costumes que constituem outros tantos obstáculos a uma uniformização. Visto do "local", é muito, pois é a "territorialidade" cristalizada, ou seja, a significação da vida cotidiana. Destruir essa territorialidade é destruir toda uma simbologia cujo desaparecimento impede a manutenção de um diálogo com o meio espaço-temporal: "Nessa perspectiva, o particular, o singular, o concreto, o local se opõem ao universal, ou formal, ao Estado, da mesma forma que o folclore pode se opor à técnica". É o fim de um diálogo multidimensional: somente o diálogo alto versus baixo é mantido, o diálogo horizontal é anulado. É evidente que isso faz parte da lógica do poder, que se fundamenta na ideia do poder descendente, isto é, do poder que vem do alto e que deve mediatizar tudo. A relação se torna triangular, pois é preciso passar pelo pico para manter uma relação no nível da base: o local só tem significado pelo "todo", abstrato e formalizado. (RAFFESTIN, 1993, p. 183).

Neste sentido, o poder do "todo" é ainda o poder do Estado para Raffestin. Sob as alegações de um poder econômico "totalizante" em relação às especificidades dos diferentes grupos sociais do mundo e das diferentes formas de produção do espaço geográfico (territórios), Raffestin interpreta a categoria de totalidade como aplicação de leis econômicas *a priori* sobre uma determinada cotidianidade, cuja "territorialidade [...], que reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral" (RAFFESTIN, 1993, p. 158), é fadada à destruição.

Por sua vez, o poder do "todo" na sociabilidade capitalista contemporânea é capaz, na visão do geógrafo suíço, de "destruir ou apagar os limites antigos e desorganizar a territorialidade e, em consequência, questionar a existência cotidiana das populações"

[121] Processos históricos específicos que objetivam condições endógenas e antitéticas à ordem e à hegemonia do capital.

(RAFFESTIN, 1993, p. 173), traduzindo-se, mais uma vez, na "geografia do 'Estado totalitário', o adjetivo sendo aqui tomado no sentido que abraça uma totalidade e não no sentido político atual" (RAFFESTIN, 1993, p. 16). Reiteramos, mais uma vez, a confusão do autor em relação à categoria marxiana de totalidade e encerramos aqui as reflexões deste equívoco teórico com a clareza de termos esgotado a discussão colocada em seu pensamento. Não obstante, há ainda uma dimensão ontológica absolutamente relevante que não foi esclarecida.

A totalidade concreta, essencialmente capitalista, ao produzir ritmos assimétricos de acumulação na relação capital-trabalho vivo entre os diversos Estados-nacionais, possui também expressões geográficas particulares. Estas expressões objetivam-se em processos históricos de valorização e expansão capitalistas diferenciados no âmago das conformações territoriais, vinculando, ontologicamente, relações de dependência entre os países centrais e os países periféricos.

Entretanto, esta análise pode ser (como foi), facilmente, conduzida pelo discurso falacioso dos grandes meios de comunicação e, igualmente, da tomada de posição de certos setores da intelectualidade que abarcaram tergiversações de diversos tipos. Mesmo que, na leitura gnosiológica, alguns autores[122] advoguem ser "somente narrativas epistêmicas", ou variações subjetivas e terminológicas, sobre certos fenômenos geográficos, no horizonte ontológico e materialista a disputa é outra.

Estamos tentando nos aproximar, mais precisamente, das falácias da "globalização", que, do ponto de vista ideoconcreto, são capazes de sustentar subterfúgios explicativos a "forças políticas maiores", cujas determinações estariam sobrepostas às questões nacionais, regionais e locais. Em outros termos, é como se as interposições reais derivadas dessas outras escalas geográficas fossem, categoricamente, estéreis às determinações neoliberais do capitalismo em sua fase monopolista (BATISTA JR., 1998). Isto sem contar as próprias contradições existentes, já demonstradas por Marx (2013) e Luxemburgo (1970), de como a economia capitalista como um todo poderia realizar a mais-valia crescente mediante a expansão de espaços não-capitalistas.

[122] Estamos indicando, mais uma vez, autores que minimizam a necessidade real do método de interpretação, relativizando, assim, determinados posicionamentos ideoconcretos por defenderem a supremacia da subjetividade do pesquisador na construção do conhecimento científico morderno. Conforme já explicitamos no primeiro capítulo, Boaventura de Sousa Santos é um autor que representa esta perspectiva.

É evidente, portanto, que os processos de internacionalização da economia e a consequente integração dos mercados mundiais, principalmente em sua atual forma financeirizada, são determinações constitutivas de nossa realidade. Todavia, no horizonte geográfico, manifestam-se, muitas vezes, os "geografismos" e as lógicas "espaciológicas", baseados em uma "crítica encantada" da relação global-local, que sublimam, na verdade, a contraditoriedade relacional entre capital-trabalho-terra, determinantes dos processos desiguais de acumulação capitalista nos territórios (SOUZA, J. G., 2016).

Por fim, devemos admitir que a perspectiva da morfofuncionalidade não atinge apenas as explicações do Estado monolítico e do "território da nação", mas também as interpretações causais (não-dialéticas) do desenvolvimento geográfico desigual nas análises territoriais do capitalismo do século XXI. Sob o binômio local-global, as efetivas relações de poder da sociabilidade capitalista – para não confundirmos com nenhum "poder" abstrato, psicológico das microrrelações – são reificadas, e os territórios tornam-se entes, estruturas coisificadas (SOUZA, J. G., 2016).

Portanto, a não compreensão do verdadeiro sentido de totalidade em Raffestin significa a não compreensão da dialeticidade existente nas relações estruturais de poder que movem a sociabilidade capitalista e produzem seus distintos territórios e territorialidades, não somente na abstrata escala interestatal ("território da nação"), mas também, orgânica e concretamente, nos territórios intraestatais. Com base nestas reflexões, Raffestin, finalmente, preserva, e não destrói, a morfofuncionalidade do poder e mantém suas reflexões relacionais na "geografia do objeto", isto é, na geografia que está mais preocupada com as resoluções epistemológicas do que ontológicas e materiais do conhecimento geográfico.

O elemento que fortalece esta última afirmação resgata, mais uma vez, a orientação antropológica que o autor faz na conformação do sistema de pensamento para a "geografia humana", destacando a dimensão da cultura como a principal condição de rompimento do homem para com o "ser orgânico", cujas características derivam, não do trabalho social, mas das informações hereditárias transmitidas à espécie (animal). Assim, para Raffestin, a "informação", que estrutura o mundo a partir do sistema de signos, constitui-se, na vida social, a característica medular para a transmissão das informações

não-hereditárias do gênero humano e do modo pelo qual os homens, de todas as gerações, devem agir, e, portanto, criar meios de construir, sua realidade.

> As ciências humanas e, assim, a geografia humana, tem por objeto muito geral a cultura, *sensu lato*. Trata-se de: "todas as informações não-hereditárias e os meios para sua organização e conservação". Segundo Lotman, a luta para a sobrevivência, biológica e social, é uma luta pela informação. Dito de outra forma, a geografia humana estuda as estruturas que são conferidas ao mundo pela cultura. Isto quer dizer que ela estuda a informação do mundo por signos. Uma frase de Lotman é, neste aspecto, de uma importância extrema para todo geógrafo: "A transformação da floresta em terras agrícolas, o secamento dos pântanos ou a irrigação do deserto, qualquer ferramenta, isto é, de uma paisagem não cultural para uma outra cultural, também pode ser considerada como a conversão de um não-texto em texto. Mas como admitir, se não pelo jogo de uma analogia complacente, que os signos materializados da cultura em uma vila ou em uma paisagem agrária, por exemplo, são assimiláveis a um texto? É que, de fato, eles remetem a uma dupla função: "por um lado, respondem com propósitos práticos, enquanto por outro, concentrando a experiência da atividade anterior em si mesmos, são usados para armazenar e transmitir informações". Toda estrutura observável e modelada pela cultura apresenta, portanto, uma dupla face: ela é significação de um lado e comunicação de outro. A cultura é "um gerador de estruturalidade". Ela intervém como sistema de signos não-hereditários da coletividade. Por consequência, a informação deve ser conservada e transmitida. Ela deve ser conservada para permitir aos membros da coletividade de serem assegurados de poder, transcrever através de seus conjuntos coerentes de ação, a saber, os "monumentos", as "paisagens", etc., nos quais sua existência possa se desenrolar. Ela deve ser transmitida ou comunicada às gerações seguintes para permitir a elas, em primeiro lugar, compreender a significação dos sistemas de signos nos quais eles serão mergulhados, e para permitir a elas, em seguida, de agir como seus predecessores[123]. (RAFFESTIN, 1976a, p. 184, tradução da autora).

[123] "Les sciences humaines et, partant, la géographie humaine, ont pour objet très général la culture sensu lato. Il s'agit de: "l'insieme di tutta l'informazione non ereditaria e dei mezzi per la sua organizazione e conservazio-ne". Selon Lotman, la lutte pour la survivance, biologique et sociale, est une lutte pour l'information. Autrement dit, le géographe humain étudie les structures qui sont conférées au monde par la culture. C'est-à-dire qu'il étudie l'information du monde par des signes. Une phrase de Lotman est à cet égard d'une importance extrême pour tout géographe: "La transformazione del bosco in terreno agricolo, il prosciugamento delle paludi o l'irrigazione del deserto, qualsiasi trapano cioè di un paesaggio aculturale in culturale, puo essere considerato anche corne la conversione di un non testo in texto". Mais comment admettre, sinon par le jeu d'une analogie complaisante, que les signes matérialisés de la culture dans une ville ou un paysage agraire, par exemple, sont assimilables à un texte? C'est qu'en fait ils remplissent une double fonction: "da una parte rispondono a fini pratici, mentre dall'altra, concentrando in sé l'esperienza dell'attività lavorativa précédente, servono alla conservazione e alla trasmissione dell'informazione". Toute structure observable et modelée par la culture presente, donc une double face: elle est signification d'une part et communica-tion d'autre part. La culture est "un generatore di strutturalità". Elle intervient comme système de signes non-héréditaire de la collectivités Par conséquent, l'information doit être conservée et transmise. Elle doit être conservée pour permettre aux membres de la collectivité d'être assurés de pouvoir transcrire à travers leur action des ensembles cohérents, à savoir des "monuments", des "paysages", etc., dans les-quels leur existence puisse se dérouler. Elle doit être transmise ou communiquée aux générations suivantes pour leur permettre d'abord de comprendre la signification des systèmes de signes dans lesquels ils seront plongés, et pour leur permettre ensuite d' agir comme leurs prédécesseurs" (versão original).

Portanto, Raffestin abandona a totalidade e as mediações concretas que articulam, materialmente, o universal e o particular, para dar lugar às microrrelações do cotidiano, que, certamente, operam em um nível do concreto, porém no nível mais imediato e aparente das relações. A atividade cotidiana, de acordo com Kosik (1979), é o mecanismo irrefletido de ação e de vida no qual nada se examina ou se manifesta: a *existência* simplesmente *é*, conforme a ontologia heideggeriana. Sua metonímia mais persuasiva seria, portanto, como "a noite da desatenção", uma mistificação que corta a "um só golpe a realidade em historicidade da História e a-historicidade do cotidiano [...] A cotidianidade [...] suporta a História e a nutre, mas em si mesma não tem história, fica à margem da História" (KOSIK, 1979, p. 71-72).

Neste sentido, é, justamente, neste "mundo da familiaridade" que a cultura se instala. E, como vimos nas palavras de Raffestin, a cultura submete as relações sociais nos dois níveis da *práxis* (teórico e prático), ainda que estejamos diante de uma *práxis* parcial e historicamente isolada. Por sua vez, no nível teórico, a cultura – enquanto "geradora de estruturalidade", para seguir termos apresentados pelo geógrafo suíço –, estabelece suas funções **comunicativas** ao estruturar **formalmente** o sistema de códigos sociais, desenvolvendo, portanto, a dimensão sintática do campo relacional. Já no nível prático, a cultura é também portadora de "**significação**" das relações dos homens com a natureza e com outros homens, ou seja, edifica todo o "**conteúdo**" do campo relacional (dimensão semântica).

Assim, ao enfatizar o elemento cultural, o autor suíço demonstra uma nova articulação entre "mediações" e "mediadores", que incide tanto sobre a produção de um projeto teórico de "geografia humana" ("teoria da territorialidade") quanto na expressão ontológicas das relações sociais no espaço geográfico, conformando os territórios, propriamente. Isto porque "a língua e o território estão verdadeiramente no coração da cultura e geografia alguma pode ignorar estes dois mega-mediadores incontornáveis[124]" (RAFFESTIN, 1985, p. 94, tradução da autora).

A partir dos elementos trazidos nesta reflexão, analisaremos de que modo a "mediação" e o "mediador" se amalgamam metafisicamente na "geografia do poder" de Raffestin. Demonstraremos que, ao abandonar a totalidade concreta, uma vez que ela não

[124] "la langue et le territoire sont véritablement au cœur de la culture et aucune géographie ne peut faire l'impasse sur ces deux mega-médiateurs incontournables" (versão original).

é fechada em si mesma nem funcional nos termos de um sistema, o autor invoca a dimensão nomotética da epistemologia formal para assegurar seu projeto de "geografia humana" em torno da destruição da "geografia do Estado" e da conformação da abordagem relacional do poder. No entanto, nesta alternativa, Raffestin semiologiza as relações de poder no espaço, concebendo os territórios, não mais como produtos do trabalho humano (*práxis* concreta), mas como produtos do trabalho da mente, ou seja, os territórios tornam-se representados, assim como seus sujeitos sociais e todas as relações de poder.

3.3 – A resolução do sistema nomotético e a semiologização das relações sociais: uma destruição formal da "geografia do Estado"

> *"A novidade do ponto de vista saussuriano, um dos que agiram mais profundamente, foi a de tomar consciência de que a linguagem em si mesma não comporta nenhuma dimensão histórica, que ela é sincronia e estrutura, e que não funciona senão em virtude de sua natureza simbólica. Não é tanto a consideração histórica que é condenada desse modo, mas uma maneira de "atomizar" a língua e mecanizar a história." (Émile Benviste, 1966, p. 04)*

Rastrear os caminhos que fundamentaram as principais concepções da "geografia do poder" de Raffestin, seus avanços, suas inflexões e descontinuidades, permite com que nos aproximemos, com maior rigor, da validação ontológica e material de sua abordagem relacional do poder. Se, nas reflexões precedentes, buscamos um caminho conjuntural de análise, cuja dinâmica social e cultural está longe de permanecer remota em relação à construção intelectual de um autor como Raffestin, neste subcapítulo dedicaremos uma investigação mais pormenorizada em torno de seus deslocamentos teóricos e metodológicos.

Como já dissemos anteriormente (mas reiteramos), o abandono das bases do materialismo histórico e dialético na abordagem relacional do poder não aspira nenhum aprisionamento político-ideológico em relação à trajetória do autor, nem mesmo quer exprimir quaisquer "paixões de método". Entendemos, ao contrário, que renunciar a categoria de totalidade (mitigando sua densidade conceitual a um "fatorialismo econômico), algumas dúvidas dentro do próprio sistema de pensamento do geógrafo suíço são exteriorizadas. Estas se rementem, principalmente, à perda da concreticidade real da totalidade mesmo quando se trata de um sistema de pensamento que prevê concepções e leis universais de análise e formalização geográfica, isto é, mesmo quando o projeto teórico de Raffestin aponta, obstinadamente, para um programa nomotético de reflexão sobre o poder e os territórios.

Neste sentido, ao obliterar o sentido concreto da totalidade, o autor oblitera, igualmente, a essencialidade material das relações de poder em seu sistema teórico. Em outras palavras, o poder difuso e descentrado em Raffestin, que não assume seu horizonte real e, portanto, analítico, no que diz respeito à estrutura, à dinâmica e às determinações do modo de produção capitalista, tende a volatizar, metafisicamente, as relações concretas da sociedade e, assim, a produção dissimétrica dos diferentes territórios e suas representações.

No entanto, devemos recorrer aos elementos teóricos mais profundos de sua problemática relacional do poder, o que exige uma reflexão, substancialmente, interna das teceduras de sua "geografia do poder". O que ocorre, na verdade, é que, ao evocar um estatuto epistemológico para uma disciplina que sempre deixara marcas em relação à validade de sua constituição objetual e de sua "experiência teórica"[125], Raffestin persegue, simultaneamente, as bases de uma teoria social do poder, comprometida em capturar "leis" gerais da sociabilidade capitalista.

Trata-se, portanto, de uma dupla conformação em torno de seu projeto relacional do poder: a construção nomotética da "teoria geográfica" (o "mediador") e a sustentação ontológica das relações dissimétricas de poder dos territórios e das territorialidades, derivadas de uma sociabilidade determinada e contraditória (a "mediação").

> **Raquel Fulino:** Em suas reflexões, parece que há um momento em que o Sr. hesita entre um desenvolvimento em torno da análise do vivido... O Sr. se dedica, por exemplo, a certas reflexões sobre Eric Dardel e a geograficidade, há alguns artigos de sua autoria nesta direção.
> **Claude Raffestin:** Sim, eu me lembro.
> **RF:** Conversei com o Professor Lévy sobre esta perspectiva.
> **CR:** Bertrand Lévy? Ah, sim. Ele fez, na época, uma tese magnífica sob minha orientação. E organizamos um livro juntos, recentemente, sobre Genebra, que leva em conta a territorialidade vivida.
> **RF:** Sim, sim. Bem, o que eu gostaria de compreender é se existe uma ruptura entre uma reflexão sobre o vivido, sobre o cotidiano das relações, das relações individuais com o território e um projeto mais global, uma construção epistemológica mais orgânica, sistêmica, que se apoiaria na semiologia?
> **CR:** Veja, quando eu digo que eu não fiz tudo o que eu tinha em mente, é um pouco isso. Eu tive um método de trabalho que se assemelha um pouco como os toques sucessivos de um pintor francês neo-impressionista que se chama Seurat, Georges Seurat. Você o conhece?
> **RF:** Creio que não.
> **CR:** Houve uma exposição das obras dele aqui em Genebra há uns anos atrás, no Museu de Arte e História, uma pena. Mas, se você puder, vá a Paris para conhecer o trabalho dele, suas obras são magníficas. [breve pausa] Mas, veja, como eu dizia, meus toques sucessivos, assim como Seurat, são meus artigos. Eu tenho, por exemplo, uma quantidade considerável de artigos sobre a territorialidade. Mesmo colocando-os organizados ao longo do tempo, isto não faz um livro. Meu problema foi sempre o mesmo... Eu tinha algo em mente, geralmente algo pouco explorado pelos meus colegas geógrafos, e logo eu buscava meios para conseguir explicitar e organizar as coisas em torno disto. Eu espero ter alcançado este objetivo graças à ecologia humana que me aportou esquemas explicativos sobre um certo número de aspectos jamais

[125] Este último aspecto condizente à "experiência teórica" significa, para Raffestin, a pertinência de "leis" teóricas gerais, edificadoras de "un système scientifique qui structure un domaine de la connaissance" (RAFFESTIN; LÉVY, 1987, p. 29). Tradução da autora: "um sistema científico que estrutura um domínio do conhecimento".

esclarecidos em geografia. A ecologia humana se ocupa das interrelações dos produtos humanos na natureza... para ver como se fabricam os ecossistemas humanos. Os antropólogos sabem desenrolar as relações entre estes diferentes fluxos e seus sistemas de relações para certos tipos de sociedades. Mas, veja, é outra dificuldade quando os "toques sucessivos" estão voltados à sociedade contemporânea, hein?! Para tentar desenrolar o todo.

RF: Na sociedade contemporânea?

CR: Ah, sim, o presente, o sistema espaço-tempo presente, é sempre mais difícil em termos analíticos.

RF: E qual seria, para o Sr., o papel da formalização na geografia humana?

CR: Ao meu ver, a formalização atua como um [incompreensível].

RF: Desculpe, não compreendo este termo.

CR: ...como uma escada, como uma ponte.

RF: Certo.

CR: Portanto, veja, ela não é um fim em si mesma. Um modelo gráfico ou um modelo lógico-matemático podem ser úteis, mas é preciso voltar à realidade para saber o que isto significa. Husserl me influenciou muito nisto. Aquilo que produz um sentido novo na investigação, é uma hipótese que você tenta aplicar através de uma problemática e elaborar, através desta problemática, uma metodologia. Finalmente, se sua hipótese era legítima, há um novo sentido na realidade.

RF: Entendo. Mas as dificuldades que o Sr. afirma em relação à sociedade contemporânea derivam...[breve pausa] das insuficiências formais do sistema de signos em representar o conjunto geral dos fenômenos geográficos?

CR: Atenção. [breve pausa] O sistema de signos tem um sentido absolutamente prático. Eles permitem demonstrar todas as mudanças que se passam no mundo rural, por exemplo... o que se passa nas cidades, nas regiões, etc. Mas, veja [breve pausa] O que eles não fazem, e não podem fazê-lo, é demonstrar as consequências desses processos, hein?! Eu indiquei isto em um artigo sobre territorialidade, desterritorialidade e reterritorialidade... [pausa] Veja, o que sempre me surpreendeu foi fazermos da formalização um fim em si mesma, enquanto esta deveria ser um instrumento heurístico. Eu não tive a pretensão de definir o que é científico e o que não o é, mas a primeira qualidade científica diz respeito à universalidade dos conceitos que utilizamos. [breve pausa] Veja, se não houver universalidade, nós teremos uma linguagem do tipo prático, que pode ter seus efeitos, mas não estamos lidando com uma ciência. Muitos geógrafos se contentaram com as noções, o espaço é uma noção e não é o objeto da geografia. Poucos geógrafos se ocuparam em refinar os conceitos.

RF: Compreendo.

CR: Compreende? Talvez seja por isso que a geografia se desenvolveu menos rapidamente que as outras disciplinas. [pausa] É uma hipótese. [pausa]

RF: E esta linguagem da universalidade... [pausa]

CR: Sim...

RF: ... esta linguagem da universalidade, como formalização de um conhecimento científico, tem alguma relação com o método científico?

CR: [breve pausa] Veja, o que os geógrafos sempre procuraram é uma relação [incompreensível] na geografia.

RF: Perdão?

> **CR:** ... uma relação entre significante e significado, ou seja, entre um significante e um elemento geográfico. É uma relação sem valor científico para a geografia e, portanto, é o que me pareceu, na época, o caminho mais certo para avançar... este caminho eu o busquei conjuntamente à semiologia.
>
> (Fragmento de entrevista de fevereiro de 2018)

O fragmento da entrevista acima é, certamente, denso em termos teóricos e metodológicos. Notemos, primeiramente, que não há uma "teoria da territorialidade" consolidada nas intervenções de Raffestin na geografia ao longo de sua trajetória de reflexão – e é esta, na verdade, a declaração do autor ao manifestar, em momentos anteriores, que sua "geografia do poder" não estava acabada. De acordo com o geógrafo suíço, os "toques sucessivos" de seus artigos, ensaios e, até mesmo, de seus livros, revelam sua postura lúcida em relação à complexidade e as diversas variantes que engendram um projeto teórico formalizado na ciência geográfica em torno do fenômeno territorial e das relações de poder.

Neste sentido:

> é evidente que a geografia humana não é desprovida de teorias específicas relativas à estruturação do solo agrícola, às cidades, às migrações, à localização das atividades, etc., mas de teorias de conjunto, que permitiria religar entre elas estas teorias parciais, o que não há no sentido estrito do termo. Eu quero dizer com isto que falta uma teoria geral da ecogênese territorial, que daria conta do "por quê" e de "como são" os processos de territorialização, de desterritorialização e de reterritorialização. O "por quê" e o "como" são condicionados pela historicidade que remete, inevitavelmente, à uma teoria da produção da sociedade, que existe sob diversas formas, mas que nunca foi considerável ao território, mesmo que ela tenha feito uma![126] (RAFFESTIN, 1986b, p. 91, tradução da autora)

Por sua vez, os "toques sucessivos" revelam "*insights*" e, ademais, respostas teóricas do autor relativas à ação do homem na natureza e na relação contraditória com outros homens. Estes "insights" buscaram, internamente, uma coerência epistemológica e conceitual na geografia humana, ainda que os fatos ontológicos e a *práxis* de todos os tempos rebelem-se contra quaisquer contenções da teleologia humana, contra qualquer

[126] "il est évident que la géographie humaine n'est pas dépourvue de théories spécifiques relatives à la structuration du sol agricole, aux villes, aux migrations, à la localisation des activités, etc., mais de théories d'ensemble, qui permettrait de relier entre elles ces théories partielles, il n'y en a pas au sens strict du terme. Je veux dire par là qu'il manque une théorie générale de l'écogenèse territoriale qui rendrait compte du pourquoi et du comment des processus de territorialisation, de déterritorialisation et de reterritorialisation. Le pourquoi el le comment sont conditionnés par l'historicité qui renvoie inévitablement à une théorie de la production de la société, qui existe sous diverses formes, mais qui n'a jamais fait part bien considérable au territoire si même elle en a fait une!" (versão original).

conjunto conceitual que ouse antever a processualidade histórica e a transformação metabólica na produção territorial. Uma referência clara aos mediadores e aos aspectos da teoria que "não podem prever as consequências", como bem coloca Raffestin. De toda forma, estamos diante de um sistema de pensamento – filosófico e científico – inconcluso, portanto.

Contudo, é evidente, ainda seguindo as considerações da entrevista, que a ecologia humana tem um papel nada desprezível em suas reflexões, sendo ""o estudo das relações, de sua otimização, de sua gestão, e de sua regulation na perspectiva de alcançar a maior autonomia possível compatível com os recursos do sistema"[127]" (RAFFESTIN, 1985, p. 68, tradução da autora). As interrelações, mas, sobretudo, a regularidade dos fenômenos sociais e naturais de um sistema, foram buscadas na ecologia, de modo que necessidade e autonomia – endógenas e exógenas – constituem-se propriedades fundamentais de equilíbrios e desequilíbrios para um sistema territorial.

> Isto posto, toda teoria ecogenética do território só pode ser fundada sob a análise das relações que os grupos, e por consequência os sujeitos que lhes pertencem, estabelecem com a exterioridade e a alteridade com a ajuda de mediadores na perspectiva de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Finalmente, eu acabo de dar uma definição possível da territorialidade[128]. (RAFFESTIN, 1986b, p. 92, tradução da autora)

Assim, necessidade e autonomia adquirem, para Raffestin, propriedades reguladoras da ação humana na produção e na apropriação de espaços, tendo em vista as intencionalidades definidas *pari passu* à disponibilidade de recursos naturais nos territórios, representando, na perspectiva do autor suíço, as estratégias de ação dos homens no espaço, ou melhor, a instauração dos "trunfos" territoriais.

Neste sentido, necessidade e autonomia são determinações ontológicas da existência humana no espaço. As necessidades, por sua vez, são direcionadas a um objeto exterior ao homem (recurso natural) ou a um produto de seu trabalho (mercadoria), compreendendo que pouco importa saber se "essas necessidades tem a sua origem no

[127] "l'étude des relations, de leur optimalisation, de leur gestion, et de leur régulation dans la perspective d'atteindre la plus autonomie possible compatible avec les ressources du système" (versão original).
[128] "Dès lors, toute théorie écogénétique du territoire ne peut être fondée que sur l'analyse des relations que les groupes, et par conséquent les sujets qui y appartiennent, entretiennent avec l'extériorité et l'altérité à l'aide de médiateurs dans la perspective d'atteindre la plus grande autonomie possible compatible avec les ressources du système. Finalement je viens de donner une définition possible de la territorialité" (versão original).

estômago ou na fantasia, [isto é] a sua natureza em nada altera a questão" (MARX, I, 2013, p. 21) de que necessidade é a pulsão humana que garante a existência e reprodução da vida social.

Assim sendo, ""retornamos à ideia de uma autonomia sempre relativa, já que ela depende dos recursos do sistema[129]" (RAFFESTIN, 1985, p. 66, tradução da autora) e do poder de intervenção e de desestruturação de outros sujeitos sociais em territórios já consolidados, mas também nos elementos simbólicos próprios da identidade subjetiva ("*ethos"*) do grupo social (SOUZA, J. G., 2009). De qualquer forma, seguindo Raffestin, "não há autonomia absoluta. Dito de outra forma, cada lugar comunitário é caracterizado por uma autonomia cujo grau varia com o tempo. A autonomia pode crescer ou pode decrescer. Ela não é nunca alguma coisa adquirida definitivamente[130]" (RAFFESTIN, 1985, p. 66, tradução da autora).

Além das determinações ontológicas que exprimem dinâmicas particulares e dissimetrias reais nos sistemas territoriais, a necessidade e a autonomia são, igualmente, vetores analíticos de interpretação das disputas territoriais e das relações de poder. Tornam-se, assim, mediadores representativos na medida em que permitem organizar o campo operatório das ações, isto é, permitem cartografar a gênese e o desenvolvimento dos fatores de desequilíbrio e de perda da autonomia de uma dada produção territorial em relação à necessidade (seja na lógica do valor de uso ou do valor de troca) de outros sujeitos sociais. Estes últimos visam, do mesmo modo, a objetivação de suas intencionalidades e espacialidades; portanto, a objetivação de outros territórios e territorialidades.

Este é "o choque [por exemplo] entre a territorialidade abstrata e instável das multinacionais e a territorialidade concreta e estável da população" (RAFFESTIN, 1993, p. 94-95). Parece-nos ainda, de todo modo, um aspecto profundamente problemático o autor suíço esquivar-se de reflexões diretas à lógica da mercadoria em sua processualidade mais concreta, ou seja, a totalidade capitalista.

[129] "on revient à l'idée d'une autonomie toujours relative puisqu'elle dépend des ressources du système" (versão original).
[130] "il n'y a pas d'autonomie absolue. Autrement dit chaque lieu communautaire est caractérisé par une autonomie dont le degré varie avec le temps. L'autonomie peut croître et peut décroître. Elle n'est jamais quelque chose d'acquis définitivement" (versão original).

Isto se deve pelo fato de que, concordando com Souza (2016), as escalas geográficas expressam, no plano representativo e discursivo, modos de compreensão da *práxis* humana, ou melhor, formas de interpretação das determinações territoriais que se efetivam, ontologicamente, nos níveis locais, regionais, nacionais, mundial. Determinações concretas do desenvolvimento histórico da sociabilidade contemporânea, formadoras de desigualdades e alienações territoriais, de modo que "no capitalismo, esses níveis são expressos nas dinâmicas de controle da produção, da circulação e do consumo e são mediadas pelas taxas de acumulação" (SOUZA, J. G., 2016, p. 59).

Além destas considerações, Souza (2016) reitera que essas dimensões analíticas, derivadas do instrumento escalar, não encerram interpretações estáticas e dicotômicas. A totalidade concreta permite ajustar a densidade dialética das determinações territoriais, declinando, portanto, qualquer "localismo, como se suas particularidades e características internas fossem capazes de consolidar as forças de 'coesão e resistência espacial' em uma perspectiva endógena, neutralizadora ou reguladora da ação exterior" (SOUZA, J. G., 2016, p. 56).

Mesmo assim, no coração da "teoria ecogenética do território":

> [...] o que está em jogo são as relações essenciais e existenciais. Por intermédio delas sente-se a vontade de afirmar a necessidade de relações simétricas com os seres, com os locais, o trabalho e o meio espaço-temporal. Retomar o poder pela base por meio do cotidiano e, sobretudo, recuperar uma malha territorial que possa permitir o exercício desse poder. Em resumo, trata-se de redescobrir, para as coletividades, malhas concretas que se oponham às malhas abstratas propostas pelo Estado. Estamos certamente no limiar de uma era na qual a região, a que é vivida, desempenhará, um papel cada vez maior para as diversas comunidades. (RAFFESTIN, 1993, p. 185).

Ao perder de vista o horizonte da totalidade concreta, Raffestin perde de vista também a dialeticidade real manifestada nos processos escalares, e, então, direciona o movimento de leis gerais que explicam a relação homem e natureza (*práxis*) na perspectiva gnosio-epistêmica dos estudos ecológicos.

Nesta inflexão teórica, o autor afasta-se das concepções econômicas e filosóficas que regem e explicam as materializações mais essenciais que fundamentam a existência humana no mundo para se firmar, frontalmente, na regulação sistêmica e metodológica de uma ciência natural. Assim, em primeiro aspecto, ao renunciar a exposição metódica (MÜLLER, 1982) das objetivações essenciais do homem para com a natureza, Raffestin

renuncia – e isto é o mais questionável – as contradições inerentes da sociedade de classes, e "todas as 'formas' que elas assumem nas diversas épocas históricas, nas diferentes sociedades, nas diferentes situações concretas que progressivamente surgem" (LOSURDO, 2015, p. 15).

A negação desta perspectiva dialética e ontológica não supera o "olhar" antropológico, e é verdadeiramente um "olhar" sobre as relações sociais do mundo, mantendo distanciamento e tentativas de não-intervenção metodológica e ideológica dos homens (como se fosse possível), justamente por apreciar, do lado "de fora" da investigação, as narrativas e as expressões da cultura humana. Nesta direção, as determinações do capital são apenas mais uma manifestação cultural dos diversos grupos, mas, no caso, dos grupos hegemônicos ("a territorialidade abstrata e instável das multinacionais", segundo as expressões de Raffestin).

Compete frisar que, embora o geógrafo demarque os enfrentamentos dos grupos sociais na esfera "política" e não "econômica", lembremos, com Losurdo (2015), que a última "emancipação política" da sociabilidade humana foi resultado de uma revolução eminentemente burguesa, que em nada atingiu a verdadeira "emancipação humana universal"; e, certamente, neste processo histórico, a "cultura" tornava-se um elemento de reificação na ordem do capital. Esta consideração ficará plenamente esclarecida no próximo capítulo, quando abordarmos os sujeitos sociais (actantes) da "sociedade comercial" de Greimas, principal referência de Raffestin na construção semiótica dos "atores sociais" da "geografia do poder", já que:

> Isto equivale a dizer que a possibilidade de construção de actantes coletivos depende de nossa faculdade geral de imaginar diferentes modos de existência de "seres quantitativos", de conceber, no *continuum* do mundo, diferentes recortes em unidades e totalidades descontínuas, sendo justamente unidade e totalidade categoriais universais que torna possível semelhante recorte. Ao contrário do que ocorre quando da instituição do actante sintagmático, onde as unidades-atores são totalizadas à maneira de número ordinais, o actante paradigmático não é uma simples soma de cardinais, mas constitui uma totalidade intermediária entre uma coleção de unidades e a totalidade que a transcende (GREIMAS, 1976, p. 85-86).

No entanto, retomemos, por enquanto, as inflexões de Raffestin para os estudos ecológicos, sendo que, de antemão, devemos ainda um alerta. Direcionar o movimento real da relação homem-natureza na regulação sistêmica dos modelos de uma ciência natural, não faz de Raffestin um geógrafo "positivista", como pensariam alguns diante da

alegação de que “a sociedade é regida por leis naturais, isto é, invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural” (LÖWY, 1987, p. 17).

Neste aspecto, ainda que seja nítida a direção anti-ontológica no pensamento do autor a partir da ecologia humana, compreendemos, tal como Löwy (1987), o peso das “ideações típicas” nas estruturas fundamentais de uma dada matriz teórica. De maneira mais precisa, a “ideação típica”, no caso, se justifica “quando um ou outro [...] axioma está integrado em uma investigação metodológica distinta do positivismo, podendo-se falar de uma dimensão positivista” (LÖWY, 1987, p. 18).

Claramente, Raffestin não é um positivista, ainda que sejam sugestivos os traços positivistas em seu projeto teórico. Com toda certeza, erigir um sistema de pensamento estruturado nos moldes do pensamento moderno e que garanta, ao mesmo tempo, respostas gerais de ordem ontológica, isto é, de uma “teoria social do poder”, e também de sua perspectiva gnosio-epistêmica (estatuto científico da geografia), não se trata de uma simples tarefa ou de uma tarefa que não incorra aos seus desvios.

Contudo, é necessário indagar se estes caminhos teóricos da “geografia do poder” não buscaram sentidos autônomos de construção lógico-científica, isto é, a construção formal de um complexo de categorias do pensamento que não se resolve na *práxis* social, fazendo com que o movimento histórico e as lutas reais apareçam como pura contingência na produção dos territórios. E, por outro lado, se as concepções de Raffestin não se validam enquanto verdadeiras articulações ontognosiológicas, dada a submissão ativa de seu projeto teórico à “transposição filosófica” da realidade, isto é, à “efetivação ou inefetivação do translado do conteúdo da realidade à filosofia” (CHASIN, 2009, p. 155).

Compreendemos, entretanto, que as condições de edificação deste estatuto ontognosiológico na ciência geográfica, centralizado na dimensão relacional do poder, encontram desafios claros no pensamento de Raffestin, especialmente por renunciar o primado da totalidade concreta nas relações de poder. Porém, se há, de fato, uma tentativa em coadunar leis sociais gerais da “sociabilidade contemporânea” e leis epistêmicas que se legitimam no interior de um sistema científico, precisamos examinar, em primeiro lugar, de que modo Raffestin mobilizou os critérios analíticos de indução e dedução.

Vimos, em diversas passagens, que a centralidade teórico-empírica, no âmago da teoria ecogenética do território, volta-se para a territorialidade cotidiana, a geograficidade e as relações vividas da população. Uma demarcação justificável do autor, particularmente porque tal abordagem não era algo privilegiado na geografia política do Estado, cujo poder era simplesmente dado ou concebido nas relações interestatais (e, portanto, com toda razão, território e população eram apenas propriedades abstratas do Estado entificado).

Entretanto, o poder relacional gerado no interior das relações locais e comunitárias manifesta, decerto, singularidades espaciais inerentes aos grupos e sujeitos sociais que ali vivem, porém a cotidianidade "conduz a uma *imediatez* do comportamento restrito à aparência manipulável das coisas, e desconhecedor da essência constitutiva dos fenômenos" (FREDERICO, 2000, p. 304, itálico do original). Isto significa, finalmente, que as relações estabelecidas localmente revelam uma dimensão empírica e estruturada da vida social, porém explicitam uma sociabilidade destituída de conexões essenciais para com a ordem do desenvolvimento do ser social, o que a torna, por sua vez, incompreensível e impenetrável. Uma dimensão relacional que não se explica, portanto.

A ininteligibilidade da dimensão idiográfica das territorialidades cotidianas torna-se, assim, um impedimento à formulação de proposições gerais e à própria sistematização um estatuto teórico para a geografia humana, o que conduz Raffestin a dois caminhos de reflexão: o primeiro é claramente antiontológico; o segundo é ilusoriamente ontológico. A primeira abordagem segue as pistas científicas apontadas pelo estruturalismo genético de Piaget; o segundo acompanha o sistema semiológico de signos e da linguagem, pois "desde que haja sociedade, qualquer uso se converte em signo desse uso" (GREIMAS, 1971, p. 44), transformando-se, no interior do pensamento de Raffestin, em "*práxis* semiótica". Analisemos, mais de perto, estes dois caminhos teóricos.

Nas primeiras páginas de*"Por Uma Geografia do Poder",* Raffestin destaca a posição epistemológica de Piaget em relação à ciência geográfica, sendo "particularmente revelador que Piaget não considere a geografia humana uma ciência nomotética" (RAFFESTIN, 1993, p. 12). Trata-se, evidentemente, de uma das possíveis inspirações metódicas levantadas pelo geógrafo suíço acerca da questão das "leis gerais" nas ciências humanas, mesmo que sua inspiração abrigue uma negação, ou melhor, mesmo que

Raffestin discorde da ausência da geografia no quadro nomotético piagetiano, identificado em "*Epistemologia das ciências do homem*", obra de 1972.

Neste livro, Piaget declara a geografia uma disciplina "pré-teórica", pluridisciplinar, e que, na essência, apenas seria capaz de mobilizar o *corpus* epistêmico de outras disciplinas para soerguer um conhecimento que não se autorreferencia (PIAGET, 1970; RAFFESTIN; LÉVY, 1987). Vejamos, a partir disto, que o estatuto "teórico" "colocaria a epistemologia [tal como é entendida por Piaget] acima das divisões disciplinares, ou melhor, a epistemologia seria, pois, a racionalidade geral do processo cognitivo que, depois de elaborada, difundiria seus efeitos gerais pelas áreas particulares do espaço científico" (AGUIAR, 1971, p. 98).

Enquanto "racionalidade geral do processo cognitivo", é compreensível, por sua vez, que a condição do que seria "teórico" no estruturalismo genético[131] de Piaget assuma o critério da interdisciplinaridade como efeito sistêmico, global, ultrapassando os horizontes do objeto de estudo de uma dada disciplina particular.

Em outros termos, é "o **objeto científico** que exige a oscilação disciplinar" (AGUIAR, 1971, p. 98, destacado pela autora) para outras áreas do conhecimento, conduzindo a teorização do conhecimento científico àquilo que Piaget denominou como "oscilação interior/exterior do lugar epistemológico" (AGUIAR, 1971). Portanto, é este movimento pendular do objeto que o coloca, na essência, em uma posição intrinsecamente anímica na produção do conhecimento, deslocando o sujeito cognoscente para uma condição externalizada em relação ao próprio movimento operante do objeto no processo de construção teórica.

Neste sentido, a geografia, considerada "pré-teórica" e não classificada na condição de ciência nomotética, não disporia, por efeito, de tal racionalidade geral (epistemologia) para compor um sistema científico próprio[132], o que nos leva a pensar,

[131] Lucien Goldmann, em *"Marxismo e Ciências Humanas"* (1970), "salienta que o método positivo das ciências humanas e o método marxista alcançaram uma definição precisa com o estruturalismo genético de Jean Piaget" (DONGO-MONTOYA, 2018, p. 08).

[132] No capítulo sobre a "Classificação das ciências sociais e das ciências humanas", Piaget (1970) considera quatro grandes grupos epistêmicos. Primeiramente, as "ciências nomotéticas" (psicologia, sociologia, etnologia, linguística, economia, demografia); depois, as "ciências históricas"; em seguida, as "ciências jurídicas"; e, finalmente, as "disciplinas filosóficas".

acompanhando os elementos reflexivos de Raffestin, para o qual ""não há procedimento teórico sem um embrião de sistema[133]" (RAFFESTIN, 1995, p. 88, tradução da autora).

Contudo, é preciso deixar mais uma vez claro que, em Piaget, o sentido generalizante se efetiva no interior de processos cognitivos e de acordo com os níveis de desenvolvimento do indivíduo, a partir de movimentos oscilantes entre sincronia (estrutura) e diacronia (gênese) do objeto científico. Logo, do ponto de vista gnosio-epistêmico, teríamos uma "análise sincrônica, que considera as inter-relações entre as partes e o todo num determinado estado de equilíbrio (estrutura), e a análise diacrônica, que considera as transformações que ocorrem na passagem de um estado para outro (gênese)" (DONGO-MONTOYA, 2018, p. 14).

Ocorre que as expressões (palavras) usadas provocam, muitas vezes, indeterminações e sentidos dúbios na argumentação do discurso metodológico: não sabemos se as "interrelações", as "transformações" e o "estado de equilíbrio" na interpretação de Dongo-Montoya expressam aspectos e momentos da realidade social ou se fazem alusão a processos e mudanças no interior do pensamento científico. É, portanto, justamente neste ponto que divergimos deste autor ao apresentar semelhanças entre o estruturalismo genético de Piaget e o materialismo histórico e dialético de Marx.

Examinemos algumas de suas colocações:

> Diante das concepções sociológicas correntes – esquema atomístico e esquema da emergência – sobre a relação indivíduo e sociedade, Piaget se propõe a interpretar a sociedade como sistema de relações ou interações entre indivíduos. Nesse sentido, entre o pensamento de Piaget e Marx existiria um ponto de partida comum: a concepção relacional da realidade social. Essa visão, de herança hegeliana, permite sustentar a indissociabilidade entre indivíduo e sociedade.
> Diferentemente das concepções teóricas idealistas, para Piaget a consciência e as representações individuais e coletivas se explicam pela ação material do homem sobre os objetos (no sentido epistemológico do termo). Para Marx, as relações de trabalho do homem sobre a natureza explicam as formas que assumem as suas representações sociais. Assim, para ambos autores existe uma explicação operatória da consciência e das representações sociais, o que permite superar a visão mecanicista do materialismo vulgar. (DONGO-MONTOYA, 2018, p. 20).

É evidente que não consideramos Piaget um pensador idealista, dada à própria consideração de Dongo-Montoya acerca da ação concreta dos sujeitos na sua

[133] "il y a pas de démarche théorique sans un embryon de système" (versão original).

exterioridade; no entanto, não consideramos, igualmente, que a dimensão relacional do epistemólogo suíço seja a mesma, ou ainda semelhante, a de Marx. A "interação entre indivíduos", em Piaget, cumpre etapas do desenvolvimento da subjetividade e da consciência do sujeito que demonstram distinções entre sua perspectiva "interacionista" e os processos sociometabólicos gerados pelo trabalho humano na natureza e nas relações com outros homens, segundo a visão de Marx.

Há, portanto, diferenças fundamentalmente ontológicas na base dessas aproximações: a objetividade real, em Marx, existe independentemente de quaisquer operações da consciência humana, ou seja, a objetividade não é efetivada intersubjetivamente ou a partir de etapas do desenvolvimento cognitivo do indivíduo singular, mas, ao contrário, consubstancia-se na *práxis* histórica, mediada, não pela consciência *em-si,* mas por movimento e contradição reais.

À vista disto, é preciso atenção às analogias, já que "a pseudorracionalidade desses nexos ganha uma pseudoevidência na medida em que essas categorias se deixam unificar 'por si' em um silogismo. Tudo isso, porém, é apenas aparência formalista" (LUKÁCS, 1978, p. 81). Uma formalidade que, apesar de evocar segmentos materialistas na construção teórica, julgamos estar diante de uma falsa ligação, uma vez que as concepções piagetianas estão muito mais inclinadas às questões predominantemente gnosio-epistemológicas do que histórico-ontológicas.

Estas disjunções teóricas entre Marx e Piaget começam, na verdade, a tomar feições muito mais discriminadas na problemática relacional de Raffestin. Lembremos que, embora Raffestin mencione as contribuições de Piaget sobre a condição nomotética nas ciências humanas, a postura central do geógrafo suíço é de efetiva discordância em relação às concepções piagetianas, principalmente por ter excluído a geografia dessa classificação.

Para Raffestin e Lévy (1987), trata-se de uma classificação convencional, que aparece como uma demarcação pouco rigorosa feita por certos cientistas sociais e pensadores de assumirem que "toda classificação das ciências, de Bacon à J. Piaget, passando por Ampère, Spencer, Comte e Cournot, não é mais que um sistema

convencional, portanto muito frágil, para condenar a geografia à uma recusa epistemológica[134]" (RAFFESTIN; LÉVY, 1987, p. 25, tradução da autora).

Todavia, a pergunta que permanece diante das críticas de Raffestin é que, se há uma "mediação inconcludente" (portanto, não há mediação[135]!) entre a perspectiva nomotética de Piaget e as preocupações ontológicas e materialistas de Marx, qual seria o segundo caminho teórico estabelecido por Raffestin na conformação ontognosiológica da problemática relacional do poder?

Para sermos mais precisos nesta questão central: se considerarmos que "as mediações não são exercícios das ideias, mas ações práticas sobre as condições concretas de existência [...], uma unidade de teoria e prática (*práxis*), 'a assunção da prática como âncora da reflexão teórica' (NETTO, 2004, p. 15)" (SOUZA; MIZUSAKI, 2018, p. 516), como Raffestin estabelece (ou tenta estabelecer) o movimento antitético na construção da geografia relacional do poder diante do renúncia da totalidade concreta?

Se o movimento ou a "oscilação interior/exterior do lugar epistemológico" – que fundamenta a preocupação de um sistema teórico nomotético em Piaget – não supera a construção unipolar do pensamento (isto é, o exercício autocentrado das ideias, uma vez que a referência ao "lugar exterior" não é o mundo concreto, mas um campo disciplinar específico para Piaget), onde Raffestin busca a resolução ontognosiológica de seu projeto teórico?

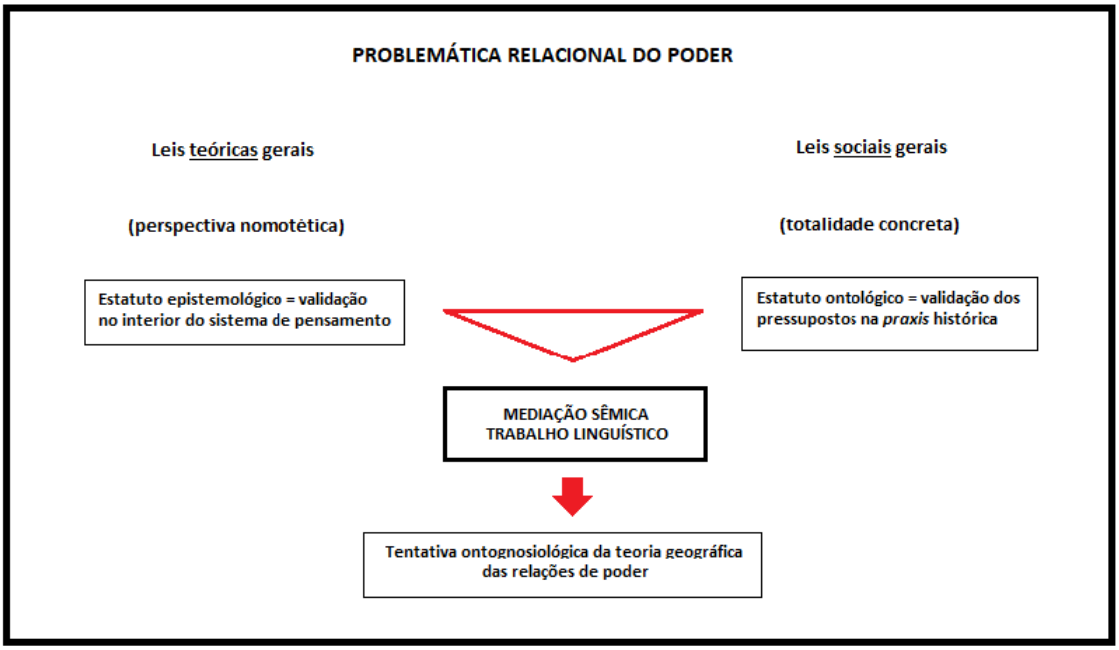
De antemão, podemos afirmar que a resposta mais objetiva para este problema das conexões entre a epistemologia (teoria) e a ontologia (prática) na "geografia das relações de poder" se encontra na própria **indefinição do método de interpretação** no pensamento do geógrafo suíço, o qual, gradualmente, extravia as contradições concretas da totalidade capitalista para a linguagem, semiologizando o real.

Assim, quando Raffestin compele à linguagem uma natureza "humanizadora", assumindo-a enquanto mediação condicionante da vida social dos homens, a linguagem

[134] "toute classification des sciences de Bacon à J. Piaget, en passant par Ampère, Spencer, Comte et Cournot n'est jamais qu'un système conventionnel [...], finalement trop fragile, [...] pour condamner la géographie à un déni épistémologique" (versão original).

[135] Insistimos, porém, no termo "mediação" já que Raffestin atribui ao conhecimento geográfico o papel de "fraturar o real" e identificar os conhecimentos e as práticas humanas que se efetivam no espaço, conforme argumentamos no capítulo 1.2. Todavia, como veremos, o autor tenta conjugar a mediação ontológica (trabalho) e os instrumentos de mediação da ciência geográfica em um mesmo e indistinguível processo.

e o sistema sêmico criados pela consciência adquirem a função mediadora central entre sujeito e objeto e, simultaneamente, entre o "homem" e a "História".



Quadro 2 – A mediação linguística como resolução ontognosiológica na geografia do poder

Isto significa que, para Raffestin, a linguagem é a condição fundamental que separa os homens da espécie animal (do "pensamento selvagem"), a base ontológica fundante do ser humano e, ao mesmo tempo, o instrumento legítimo de análise da natureza (o "sistema real", nas palavras de Raffestin), tornando-a um elemento classificável, comparável, um objeto de estudo epistêmico.

Portanto, de acordo com o geógrafo suíço:

> A linguagem tem, portanto, como principais funções a comunicação, a organização do real e a transmissão. A comunicação é uma função fundamental já que ela funda todo um sistema de relações sociais. É por isto que Martinet tentou classificar a linguagem entre as instituições humanas que resultam da vida em sociedade. Mas a organização do real não é menos importante enquanto função, já que é ela que permite ao "pensamento selvagem" assegurar o domínio simbólico das coisas. Sem este domínio simbólico, o homem teria "o sentimento de estar imerso em um oceano de coisas que se tornaria insustentável". A linguagem é, portanto, uma boa maneira de estabelecer uma distância entre si e as coisas. Uma distância que facilita o espetáculo. Os signos poderiam ser definidos como meios de colocar em cena o espetáculo das coisas. Eles constituem os meios de se distanciar suficientemente do sistema real

> para permitir a classificação e a comparação dos elementos que o compõem[136] (RAFFESTIN; BRESSO, 1979, p. 23, tradução da autora).

A principal questão, porém, é que a conformação da linguagem no pensamento de Raffestin tenta expressar a própria afirmação ontognosiológica do trabalho humano na produção e na reprodução da vida social. Uma alusão também à dimensão da cultura em função da guinada antropológica no pensamento do autor. Todavia, a questão central que acaba parecendo que, a partir da linguagem – e tão-somente a partir dela –, sob um movimento *apriorístico* de causa e resultância, as relações materiais se tornassem possíveis.

É incontestável, diante das reflexões, que a *práxis*, ou melhor, o trabalho do homem sobre a natureza tem implicações concretas nos processos cognitivos em geral, e que alcançam, inclusive na linguagem, impulsos de criação e de generalização subjetiva-objetiva no interior das relações e do desenvolvimento social. Todavia, mais uma vez, não podemos atribuir a posição teleológica ao determinante do realmente existente, pois, como já vimos em Hegel, não há identidade sujeito-objeto. Esta é a marca inconfundível, na verdade, das posições idealistas incorporadas em diversos segmentos das ciências humanas, pelas quais, o homem, no sentido genérico, é um animal que pensa.

Para sermos mais claros, cabe considerar que a ênfase dada às funções da consciência como elemento que singularizaria o homem em relação aos outros animais foi, muitas vezes, confundida, intencionalmente ou não, nas próprias posições de Engels sobre a origem da linguagem humana. Para este autor, "o desenvolvimento do cérebro e dos sentidos a seu [do homem] serviço, a crescente clareza de consciência, a capacidade de abstração e de discernimento cada vez maiores, reagiram por sua vez sobre o trabalho e a palavra, estimulando mais e mais o seu desenvolvimento (ENGELS, 2013, p. 19). Nisto, até mesmo Lukács (1969) não passara desapercebido no que diz respeito aos

[136] "La langage a donc pour principales fonctions la communication, l'organisation du réel et la transmission. La communication est une fonction fondamentale puisqu'elle fonde tout un système de relations sociales. C'est pourquoi Martinet est tenté de classer le langage parmi les instituitions humaines qui résultent de la vie en société. Mais l'organisation du réel n'est pas moins importante en tant que fonction car c'est elle qui permet à la "pensée sauvage" de s'assurer la maîtrise symbolique des choses. Sans cette maîtrise symbolique l'homme aurait "le sentiment d'être immergé dans un océan de choses qui deviendrait insoutenable. Le langage est donc bien une manière d'établir une distance entre soi et les choses. Une distance qui facilite le spectacle. Les signes pourraient être définis comme un moyen en scène le spectacle des choses. Ils constituent les moyens de se distancer suffisamment du système réel pour permettre la classification et la comparaison des éléments qui le composent" (versão original).

abeiramentos da especulação abstrata, ressaltando, em sua máxima, que "o homem que trabalha [...] é um ser que dá respostas" (p. 05).

Não obstante, qualquer aspecto pretensamente idealista deveria ser, contiguamente, reduzido, tanto nas interpretações de Engels como nas de Lukács, já que ambos demonstram, por um lado, que "a comparação com os animais mostra-nos que essa explicação da origem da linguagem a partir do trabalho e pelo trabalho é a única acertada" (ENGELS, 2013, p. 17, grifos meus), e que, "não apenas a resposta, mas também a pergunta é um produto imediato da consciência que guia a atividade; todavia, isso não anula o fato de que o ato de responder é o elemento ontologicamente primário nesse complexo dinâmico" (LUKÁCS, 1969, pp. 05-06).

Neste sentido, se Marx e Engels, em contraposição às generalizações idealistas da consciência humana, já demonstraram que o homem não é "um animal que pensa" e, sim, um animal que trabalha, a linguagem e o pensamento não são condições naturais *sui generis* do homem genérico, mas correspondem a momentos constituintes da *práxis* concreta. Logo, o trabalho linguístico e a habilidade humana em dar respostas ao mundo objetual possuem uma natureza puramente relacional e histórica.

Esta perspectiva exprime alguns aspectos do pensamento de Luria e Vygostsky a respeito da condição social da linguagem, entendida tanto como mediação das relações humanas quanto elemento histórico de individuação e desenvolvimento genérico dos homens. A linguagem e a consciência não são, portanto, as condições singulares que distinguem o ser social dos animais, mas produtos concretos e relacionais do trabalho humano.

> A natureza do próprio desenvolvimento se transforma, do biológico para o sócio-histórico. O pensamento verbal não é uma forma de comportamento natural e inata, mas é determinado por um processo histórico-cultural e tem propriedades e leis específicas que não podem ser encontradas nas formas naturais de pensamento e fala (VYGOTSKY, 1991, p. 44).

Isto revela que o desenvolvimento histórico, ou melhor, as relações sociais de produção é que estabelecem o salto ontológico do ser orgânico para o ser social, a força de impulsão para superar a imediaticidade do mundo empírico e produzir o mundo efetivamente socializado (LUKÁCS, 2010). Logo, não há condição de apriorismo na concreção social da linguagem sobre as relações, como se mediante – e somente por **meio** – da linguagem, a sociabilidade acontecesse, se realizasse historicamente.

Portanto, mesmo que Raffestin reitere a mediação social da linguagem, de modo que, sob uma demarcação acentuada, o autor chegue a falar em "trabalho humano linguístico[137]", os componentes conceituais da perspectiva multidimensional do poder vão adquirindo, no interior de sua teoria geográfica, escopo de uma "*práxis* semiótica" (GREIMAS, 1976, p. 05).

A "*práxis* semiótica", conceito empregado por Algirdas Greimas, referência central de Raffestin na linguística (assim como Luis Prieto), demonstra, neste caso, que "a semiótica interessa não como o discurso descreve a realidade, mas como a produz, ou seja, como produz seus referentes internos. A questão do sentido discursivo está ligada à questão das formações imaginárias. Real e imaginário opõem-se na sua representação" (PINO, 2000, n/p, grifos meus).

Este aspecto consegue evidenciar as diferenças entre a tradução (sempre aproximativa e mediada ideologicamente) e a produção (gnosio-epistêmica) da realidade. Se lembrarmos as reflexões desenvolvidas no primeiro capítulo, relativas às questões de método, cotejaremos os próprios termos de Tonet (2013) acerca das premissas fundamentais que conduzem à problemática do conhecimento sob bases ontológicas ou gnosio-epistêmicas: uma abordagem que "descreve" (traduz) a realidade, subordinando a subjetividade ao processo histórico-social originário do fenômeno concreto, e a "construção" (produção) representativa do discurso filosófico e científico que pode instaurar elementos apriorísticos das categorias epistêmicas sobre a materialidade.

É preciso, todavia, frisar claramente a distinção entre tradução da realidade (realismo) na perspectiva ontológica materialista de uma proposta positivista de objetividade, que "naturaliza" os fenômenos históricos em detrimento do purismo epistêmico nas ciências sociais. Trata-se de uma perspectiva que advoga que "o método da ciência da observação não foi introduzido nas questões políticas; cada um trouxe sua maneira de ver [...] e resulta daí que ainda não se obteve nem precisões nas soluções, nem generalidades nos resultados. Chegou a hora de acabar esta infância da ciência" (SIMON apud LÖWY, 1987, p. 21). Nesta abordagem, a ilusória alternativa à "imaturidade" das ciências humanas voltar-se-ia ao cumprimento de descrições epistemológicas objetivas e

[137] Claude Raffestin, "Por Uma Geografia do Poder". São Paulo: Ática, 1993, p. 99.

ideologicamente neutras da realidade histórica; portanto, uma impossibilidade ontológica do fazer científico!

De toda forma, cabe manifestar um exemplo determinante do que estamos tratando sobre o processo de construção linguística na "geografia do poder", que, por sua vez, está notoriamente engendrado à *práxis* dos sujeitos sociais. A construção discursiva (da linguagem à representação cartográfica) dada por Raffestin transforma, gradualmente, os sujeitos sociais em "atores paradigmáticos e sintagmáticos", gerando uma mistificação das relações humanas e dos processos de objetivação e apropriação territorial. Logo, o ser social passa a ser um "ser linguístico", já que, "situado em um lugar em que o ser da linguagem se transforma em um fazer linguístico, o sujeito do discurso pode ser chamado, sem falsa metáfora, de produtor do discurso" (GREIMAS, 1976, p. 05).

É como se a processualidade histórica se desenrolasse no interior de processos "imagéticos" (semióticos) construídos pelos "atores da linguagem", de modo que a produção do discurso se torna a própria produção material do mundo. Assim, a "*práxis* semiótica" retrata uma tentativa de coadunar ontologia e epistemologia em um processo único, indiferenciável, que amalgame:

> dois níveis de "realidade" heterogêneos [sic][138]: uma "realidade" semiótica, tal como resulta da descrição dos mecanismos das línguas naturais e da construção dos conceitos epistemológicos que ela supõe, [...] confrontada com a "realidade" pragmática, isto é, com todas as outras formas de existência social e individual, que nós consideramos como não tendo ainda sido "objeto de descrições semióticas" e que constituem o "vivido" social e individual (GREIMAS, 1976, p. 40).

Estes elementos destacam, portanto, a questão medular da abordagem relacional do poder em Raffestin: existe a amalgamação entre "mediação" e "mediadores" como resolução ontognosiológica à uma "teoria social do poder", e, ao mesmo tempo, a edificação de um "programa representativo" na geografia, capaz de propor um sistema geral de reflexão pautado nas relações sociais de poder e nas formações territoriais.

Nesta direção, do ponto de vista relacional, *stricto sensu*:

> [...] o sujeito do discurso não passa de uma instância virtual, ou seja, uma instância construída no quadro da teoria linguística, para dar conta da transformação da forma paradigmática em uma forma sintagmática

[138] Reiteramos, conforme refletido anteriormente, que não há uma absoluta cisão entre as formações ideais e a dimensão ontoconcreta subjacente ao sistema de ideias imanentemente articulados, mesmo que tal sistema filosófico e científico não manifeste explicitamente sua articulação material.

> da linguagem. Ainda mais: essa instância mediadora apresenta-se sob a forma de um sujeito sintático, de um actante que – de posse de categorias linguísticas presentes "na língua" como diferenças, como oposições dotadas de uma organização sistemática – manipula-as de maneira a construir um encadeamento sintagmático que se realiza como programa discursivo (GREIMAS, 1976, p. 04).

A *práxis* semiótica, neste sentido, tentou construir as bases ontológicas da destruição da geografia política do Estado e da "geografia do objeto", porém só resolveu tal questão do nível formal de um sistema de pensamento. Assim, para Raffestin (1993), "quase toda a linguagem foi forjada e organizada em função do Estado, e isto desde Ratzel" (p. 28), de modo que, nestes "insights", o geógrafo suíço esboçou "toques sucessivos" de reconstrução epistêmica para tentar "mostrar que os símbolos utilizados são recuperáveis numa análise multidimensional do poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 29).

Por sua vez, seus "toques sucessivos" não puderam ultrapassar a representação de Don Manuel e o campo relacional do poder no quadro de Goya, que ilustra a capa de *"Por Uma Geografia do Poder"*. Compreendemos que a *práxis* semiótica manifesta seus limites ontológicos e materiais nas relações de poder a partir da distorção que existe entre mediação real e os mediadores da linguagem que efetivam o campo relacional, seja na perspectiva de "produzir" o espaço ou na perspectiva de "representá-lo".

Nesta trajetória de reflexão, Raffestin assume, portanto, que:

> Se Soja tem razão ao escrever que "O homem é um animal territorial e a territorialidade afeta o comportamento humano em todas as escalas da atividade social" (Soja, 1971), ele se equivocou em não avançar em tão bom caminho, já que ele poderia (deveria) acrescentar que **o homem é um animal semiológico**, cuja territorialidade é condicionada pelas linguagens, pelos sistemas de signos e pelos códigos. O homem procede, de alguma forma, na "constituição linguística do mundo" (Gadamer, 1976)[139]. (RAFFESTIN, 1986b, p. 89, traduzido e grifado pela autora).

Compete analisar, a partir do próximo capítulo, os atributos conceituais derivados da proposta relacional do poder que, de acordo com o autor suíço, estão inscritos nas práticas e nos conhecimentos que os homens têm sobre um determinado espaço geográfico. A territorialidade – elemento cultural da constituição semiológica do mundo

[139] "Si Soja a raison d'écrire que «Man is a territorial animal and territoriality affects human behavior at all scales of social activity» (Soja, 1971), il a tort de s'arrêter en si bon chemin car il aurait pu (dû) ajouter que l'homme est un animal sémiologique dont la territorialité est conditionnée par les langages, les systèmes de signes et les codes. L'homme procède, en quelque sorte, à «la constitution langagière du monde» (Gadamer, 1976)" (versão original).

– é condicionada por um sistema de signos que comportam intencionalidades ideológicas e políticas dos grupos sociais das quais derivam.

As estratégias de ação em torno das apropriações de recursos naturais e da consolidação de disputas territoriais, que percorrem, na verdade, todo programa de reflexão da geografia política, podem ser, de acordo com Raffestin, antecipadamente previstos e mapeados. Isto se efetiva com base na metodologia dos signos humanos e da conformação de um sistema territorial em que se inscrevem as forças operantes do poder em uma determinada estrutura carteasiana espaço-tempo (mesmo que suas consequências nunca possam ser antecipadas teoricamente, conforme reiterado pelo próprio autor na última entrevista, localizada no início desse subcapítulo).

O desabafo intelectual de Raffestin é nítido:

> Atualmente, nós não dispomos de nenhuma teoria ecogenética do território, em geografia social, nem indutiva nem dedutiva. Dito de outra forma, nós não sabemos dizer nem "por quê" nem como um território se estrutura, nem por quê nem como ele vai se desestruturar, nem por quê nem como ele vai se reestruturar, exceto àquelas dedicadas a investigações históricas ou prospectivas que não tem caráter teórico[140] (RAFFESTIN, 1986b, pp. 92-93, tradução da autora).

Como último problema de análise desta tese, proporemos, no próximo capítulo, a interpretação frontal e ontológica da *práxis* semiótica na conformação de um campo relacional do poder no qual os territórios são produzidos/representados. Para isto, investigaremos as derivações semânticas dos termos "sintagma" e "paradigma" nas reflexões de Greimas, que estruturam sentido e ação nos "atores sociais" da problemática relacional. A partir desta análise filológica e conceitual dos atores da linguagem, cotejaremos de que modo estes elementos gnosio-epistêmicos possuem rebatimentos concretos na representação cartográfica, ou seja, no sistema territorial, justamente por estruturarem as malhas de poder, as centralidades e os fluxos de ação dos sujeitos sociais, consolidando seus territórios.

[140] "Actuellement nous ne disposons d'aucune théorie écogénétique du territoire, en géographie sociale, ni inductive ni déductive. Autrement dit, nous ne savons pas dire ni pourquoi ni comment un territoire se structure, ni pourquoi ni comment il va se dés-tructurer, ni pourquoi ni comment il va se restructu-rer sauf à se livrer à des investigations historiques ou prospectives qui n'ont pas de caractère théorique" (versão original).

TERCEIRA PARTE

A VIA ANTIONTOLÓGICA DA "GEOGRAFIA DO PODER" E A TEORIA IDEALISTA DO TERRITÓRIO

Esta última parte do trabalho pretende oferecer ao leitor não somente a conclusão de alguns pontos de enfrentamento, de algumas tensões teórico-ideológicas que ficaram em aberto, como também o próprio desvelamento concreto de nossa tese. Mesmo assim, mesmo com as necessárias demarcações críticas que estabelecemos ao longo do texto, expondo e analisando os rumos epistêmicos tomados pela problemática relacional do poder na geografia e o modo pelo qual a questão do território vinha se fundamentando no pensamento de Raffestin, sabemos que seria, efetivamente, um descuido esquecer os receios que tivemos no início da pesquisa. Receios que se justificam, inclusive, pelo fato de não serem poucas nem superficiais as diversas formas de apropriação teórica que "*Por Uma Geografia do Poder"* vem nutrindo na comunidade geográfica mundial há mais de quarenta anos, especificamente na geografia brasileira.

Nossas apreensões, como dissemos no segundo capítulo, acenaram, tanto para a relação de respeito e admiração dirigidas ao Professor Raffestin durante o estágio de pesquisa em Genebra, o qual, diligentemente, acolheu nosso projeto e nossas intervenções teóricas, quanto para as questões que vieram depois, na continuidade ou não da investigação no Brasil. Esta continuidade diz respeito ao fato, também já mencionado, de nossas mudanças em relação à proposta inicial de Mestrado após o intercâmbio, assim como as questões decorrentes da própria relação construída com o autor e a maneira pela qual nosso problema analítico se enunciava: uma incontornável crítica à abordagem relacional do poder.

Estas inquietações nos levaram, mais uma vez, a Marx (2010a, p. 12), que, na Introdução à *"Crítica da Filosofia do Direito de Hegel"*, mostrou que uma crítica verdadeiramente filosófica não consistia em consagrar as insuficiências da teoria política de Hegel a uma simples "acomodação" (consciente ou não) do filósofo idealista, mas em expor de que maneira "a possibilidade dessas aparentes acomodações ter sua raiz mais profunda na insuficiência ou na insuficiente formulação de seu próprio princípio".

Na mesma direção, com o avanço na investigação do pensamento geográfico de Claude Raffestin, podemos testemunhar que a impossibilidade de um projeto ontognosiológico na "geografia do poder" revela, no fundo, que as "acomodações" teóricas do autor (conscientes ou não, mas pouco importa) foram geradas a partir do abandono do horizonte ontológico e materialista na fundação do estatuto científico para a geografia humana.

Por certo, a via antiontológica da qual fazemos referência não é àquela já identificada no pensamento do geógrafo suíço (Primeiro Capítulo), relacionada a Heidegger e à tradição fenomenológica de Husserl. A negligência ontológica refere-se, neste caso, ao descolamento, feito pelo autor, à materialidade histórica das relações sociais, que precisou ser suplantada por uma construção predominantemente gnosio-epistêmica *a priori* na geografia, escorada tanto na semiologia quanto na linguística diante da transição de um contexto francófono estruturalista e pós-estruturalista. O sentido de suas "acomodações", portanto, não pôde nos sugerir outra avaliação senão aquela em que os subterfúgios idealistas de seu projeto geográfico fossem revelados, tornando incapaz de sustentar o próprio princípio relacional e histórico.

Veremos, neste quarto e último capítulo da tese, uma faceta final do momento histórico vivenciado por Raffestin, particularmente o momento epistemológico que a comunidade geográfica francesa viveu no final dos anos de 1960. Após um período glorioso da *École française de géographie* no começo do século XX, sobretudo com o período de reconquista da Alsácia-Lorena, a geografia francófona, após a Segunda Guerra Mundial, encontra-se "desamparada" em termos científicos, prestes a ruir em relação ao conjunto das ciências sociais, que, largamente, se nutriam do estruturalismo e da expressiva influência de Claude Lévi-Strauss no meio científico das chamadas "humanidades" (DOSSE, 1994; COUTINHO, 2010).

Analisaremos o estado desta crise e a fragilidade de um estatuto científico para uma geografia que, "na prática, é cada vez mais a negação do projeto unitário" (LACOSTE, 1973, p. 225), acusando, assim, o dessabor de uma profunda fenda epistemológica que a disciplina geográfica ainda prova entre "geografia física" e "geografia humana". Trata-se de um momento precisamente identificado por Lacoste (1973, p. 230) em que "não se fala mais da geografia, mas fala-se cada vez mais de sua linguagem", de modo que:

> a ambição estruturalista de fundar as ciências do homem exclusivamente sobre a cultura, modelada pelas regras da linguagem, é percebida como algo deveras estranho à preocupação do geógrafo que, pelo contrário, baseia a unidade de sua disciplina na correlação dos dois níveis da natureza e da cultura: "Os geógrafos viveram isso, portanto, como algo que não lhes dizia respeito". (DOSSE, 1994, p. 347).

Neste sentido, o paradigma[141] estruturalista do pós-guerra, "propondo-se como um método rigorosamente 'científico', capaz de superar o irracionalismo existencialista e a vazia abstratividade de um 'humanismo' pseudomarxista" (COUTINHO, 2010, p. 16), apresenta um verdadeiro desafio à permanência estatutária de certas ciências sociais. Um claro desafio ao mantenimento das ciências cuja bifacialidade "natureza" e "homem" era uma característica imanente, como, por exemplo, além da geografia, a antropologia e a psicologia, que enfrentaram o mesmo momento de crise epistemológica.

Todavia, com o horizonte científico em rápida desorientação, a comunidade geográfica francesa, no início da década de 1970, se organiza no sentido de "encontrar o caminho da salvação e alguns geógrafos vão perceber na abertura para o estrangeiro a possibilidade de renovação de sua disciplina" (DOSSE, 1994, p. 350). Esta direção será fortalecida a partir de "contatos entre a geografia francesa e anglo-saxônica, graças sobretudo a geógrafos francófonos da Suíça, do Canadá e da Bélgica" (DOSSE, 1994, p. 350). Assim, nesta ampla difusão em busca de um movimento consistente de refundação da ciência geográfica (coadunado por um nascente "pós-estruturalismo"), Claude Raffestin desempenhará, certamente, um papel significativo.

Raffestin, como vimos anteriormente, apresenta um "programa de reflexão" para a ciência geográfica, com base em uma perspectiva sistêmica das relações de poder, que reencontra "o princípio da imanência do estruturalismo, assim como a ideia da interdependência dos elementos, e sua necessária apreensão a partir de uma lógica de conjunto, global" (DOSSE, 1994, p. 353). Portanto, a problemática relacional do poder de Raffestin, e o modo pelo qual a questão do território emergia no seio da geografia política, foi, certamente, uma promessa de renovação epistemológica. Uma promessa que parou no meio do caminho ao perder seu rumo histórico-ontológico e voltar-se para as demandas provenientes da teoria do conhecimento e da epistemologia de talhe tradicional. Geradas, em outros universos disciplinares, basicamente a linguística e a ecologia, a guinada antiontológica permite com que Raffestin se renda à uma rigorosa separação entre a "geografia humana" e a "geografia física".

Ao insistirmos nas "demandas provenientes da teoria do conhecimento e da epistemologia de talhe tradicional", unimo-nos aqui a Quaini (1979), e também a Lukács,

[141] Em referência aos próprios termos de Kuhn (1997, p. 13), pois "considero 'paradigmas' as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência".

no que diz respeito ao fundamento central que ancora o pensamento marxiano. A questão do método de Marx – muito longe de significar qualquer "metodologia marxiana", que a nós soaria como absurda[142]! – permite orientar o devido posicionamento das questões científicas no bojo das necessidades e dos desafios históricos do homem, sem falseamentos, sem prestidigitações, que envolveriam preocupações estritamente disciplinares.

> Acredito [...] que a única solução desta antinomia [dos problemas epistêmicos da geografia, sobretudo a dicotomia geografia humana e geografia física] consiste **em sair fora dela radicalmente** mediante o materialismo histórico, enquanto teoria científica que supera a dissociação entre natureza e história, considerando simultaneamente a relação do homem com a natureza e a relação do homem com o homem. Um método que seja bem claro não admite – embora adversários e mesmo seguidores do marxismo tenham querido sustentá-lo – nem o determinismo natural, nem o determinismo econômico; **não admite, em outras palavras, nenhuma "base", quer seja natural, quer seja econômica, como esfera que antecede a mediação inter-humana**. Não admite nenhuma base para uma construção piramidal das ciências naturais e humanas do tipo daquelas que, para lembrar os extremos ideológicos do enciclopedismo contemporâneo, edificaram tanto o materialismo soviético quanto a chamada geografia geral e sintética (QUAINI, 1979, p. 23, grifado pela autora).

O que queremos dizer, afinal, é que as indagações que conduziram Marx a pensar seu método são, antes de mais nada, problemas da realidade objetiva que antecipam "seu caráter ontológico e sua preocupação fundamental com a emancipação humana" (COTRIM, Livia, 1999). Estas preocupações se encontram largamente distantes das puras exigências "tradicionais da divisão e classificação das ciências, de um lugar próprio à lógica, bem como da validade operatória desta, no interior de qualquer *corpus* teórico consistente" (COTRIM, Lívia, 1999, n/p). O problema relacional de Marx nunca seria o problema do sistema relacional, portanto. Um problema no qual a presunção de um sistema de pensamento lógico e funcional preveria as determinações concretas na ordem do ser social, das relações reais entre os homens, sua dinâmica e seu movimento evolutivo.

À vista disto, as fendas epistemológicas da ciência geográfica, provavelmente, não terão respostas satisfatórias no interior de seus esquemas representativos e conceituais.

[142] Se resgatarmos as considerações de Raffestin sobre os referenciais teóricos de Marx, lembraremos que, para o geógrafo suíço, a teoria social deve ser encarada como uma "caixa de ferramentas" da qual os geógrafos devem capturar os instrumentos necessários para sua prática disciplinar. Isto, claramente, denota a perspectiva de "metodologia" que Raffestin possui sobre o pensamento marxiano.

Talvez um equívoco dos resquícios idealistas de Moreira (2007) também incorra neste sentido, pois, ao presumir estruturas invariantes na realidade, o geógrafo brasileiro deixa de entender o movimento real das relações sociais para entender o movimento categorial da epistemologia geográfica assumida nos princípios da geografia, isto é, "os princípios que são a base lógica da construção da representação geográfica do mundo" (MOREIRA, 2007, p. 118).

A dimensão representativa da geografia, para este autor, acaba adquirindo tamanha centralidade na ordem do real, que a própria realidade objetiva deixa de apresentar, para a ciência geográfica, sua processualidade histórica, e os princípios da geografia (categorias e conceitos) tornam-se o ponto de partida e o ponto de chegada da atividade científica. Deste modo, para Moreira, "aquilo que instrumenta teoricamente uma ciência em suas representações é o arcabouço lógico-metodológico que ela emprega. E o arcabouço da geografia são esses princípios lógicos abandonados" (MOREIRA, 2007, p. 112).

Não existe, na realidade, o que seria a fração eminentemente geográfica (o princípio lógico da geografia), reiterando uma posição essencialista de um certo fenômeno geográfico. Existe a realidade objetiva, suas relações e contradições, e os elementos e instrumentais da atividade disciplinar devem se a ver com esta materialidade dada e com o movimento real da história. É, portanto, neste aspecto que o papel do método deveria escorar amplamente o projeto epistemológico, não somente em Moreira mas também em Raffestin. Na problemática relacional do poder, a representação do discurso geográfico – com base em seus princípios lógicos – tomou mais espaço do que as próprias contradições da sociedade civil, soerguendo um sistema lógico de relações.

Dito isto, trazemos ainda, em decorrência da guinada antiontológica no pensamento de Raffestin, os princípios lógico-conceituais e o arranjo teórico-linguístico produzido pelo autor suíço durante o processo de construção idealista dos "atores sociais" no interior da problemática relacional do poder. Neste último capítulo, intitulado "*A práxis semiótica, a idealização dos sujeitos sociais e a construção representativa do território"*, Raffestin vale-se de uma "*práxis* semiótica" para tentar infundir a ruptura sintático-semântica de seu projeto teórico em relação à abordagem geográfica morfofuncional. Neste modelo da teoria linguística, o referido geógrafo propõe a

legitimação científica de inexistentes processos fusionados entre objetivação concreta e formas de representação dos sujeitos sociais em suas manifestações territoriais.

Ao verificarmos as determinações gnosio-epistemológicas da *"práxis* semiótica", retirada de maneira *a priori* do modelo da sociedade comercial dos estudos linguísticos de Greimas, o qual constrói taxonomias para uma sociedade comercial, entenderemos que é "o discurso [...] que define a sociedade comercial ao mesmo tempo no seu 'ser' e no seu 'fazer'" (GREIMAS, 1976, p. 84). Logo, para Raffestin, "a sociedade é realmente um objeto do discurso, ou seja, uma 'entidade'" (GREIMAS, 1976, p. 84), na qual:

> Os atores que em função de suas finalidades combinam energia e informação, segundo uma ou várias estratégias, não agem fora de um contexto social *latu sensu*, que compreende um modo de produção, um modo de conhecimento, um modelo cultural, um modelo político, etc. Os atores agem num conjunto coerente, no seu sentido etimológico, que precisa recorrer a códigos imanentes à própria ação. [...] Toda ação é codificada. (RAFFESTIN, 1993, pp. 45-46).

Como transmitimos em momentos anteriores, os atores sociais, na abordagem relacional do poder, são classificados em "atores paradigmáticos" e "atores sintagmáticos", e estes são capazes de codificar o sistema territorial, que é, para o autor, efetivamente, a "produção" dos territórios, ou seja, "o código utilizado para 'produzir'. O código social é constituído por articulações econômicas e políticas" (RAFFESTIN, 1993, p. 46). Todavia, as derivações ideológicas das determinações gnosio-epistemológicas da *práxis* semiótica no pensamento geográfico de Raffestin não negam sua ontologia real: "sem dúvida, podemos dizer que essas referências cada vez mais frequentes à geografia tem por função eliminar a análise das relações de classe, que são as causas fundamentais das desigualdades" (LACOSTE, 1973, p. 234).

Com base nestas considerações, impregnadas de tensionamentos, somos obrigados a um dever básico de honestidade intelectual, que consiste em advertir o leitor de nosso parco, ou talvez nenhum, conhecimento em linguística. Não pretendemos aqui discutir as questões internas dessa ciência, pois reconhecemos que os problemas filosóficos e científicos levantados e discorridos em nossa tese não são problemas da linguística, mas de caminhos e de disputas epistemológicas, políticas e institucionais que acompanharam a trajetória intelectual do geógrafo Claude Raffestin. Este pôde e soube responder de uma determinada maneira a todas estas questões de seu tempo. De todo modo, mesmo que não saibamos as ramificações internas e externas que compuseram os

problemas da linguística, avaliamos que a posição de método pode exercer uma crítica realista e contundente a determinadas prerrogativas e teorias científicas, “demonstrando que essas se encontram em contradição com a estrutura efetiva da realidade” (LUKÁCS, 1978, p. 22).

Assim sendo, o percurso analítico deste quarto capítulo consiste em investigar a construção gnosio-epistemológica dos quatro elementos constitutivos da relação social para Raffestin (1993) (os atores; a política dos atores; as estratégias; os mediadores), presentes em toda ação codificada do homem na transformação de seu entorno. A partir deste enfrentamento teórico-conceitual, examinaremos o real significado do sistema territorial, suas implicações concretas no bojo da produção de territórios e territorialidades. Mas, antes, como já dito, comecemos por uma faceta final do momento histórico do qual Raffestin fazia parte...

CAPÍTULO 4:
AS RELAÇÕES IDEALIZADAS DOS SUJEITOS DA LINGUAGEM NA CONSTRUÇÃO REPRESENTATIVA DO TERRITÓRIO

4.1 – A semiologia estruturalista na sustentação da linguagem geográfica: a crise epistemológica e a via antiontológica da "geografia do poder"

Em Paris, entre 1972 e 1973, o historiador e filósofo político, François Châtelet, publica uma coleção de oito volumes dedicada à "*História da Filosofia*". No último deles, denominado "*A Filosofia das Ciências Sociais*", o autor francês consagra o quinto capítulo à disciplina geográfica, não porque se tratava de um campo do saber insigne ou estabilizado teoricamente, mas porque a geografia se encontrava, naquele momento, em manifesta crise de seus fundamentos, com vistas à uma completa desagregação em relação ao conjunto das ciências sociais. Quem escreve o capítulo é Yves Lacoste, intitulando-o "*A Geografia*", e, na primeira página de seu texto, expõe o objetivo central: "Estas reflexões são apenas propósitos aproximativos, e o enfoque de certos problemas fundamentais, sem dúvida, está apenas no início. Este esboço de reflexão epistemológica está ligado à crise pela qual passa atualmente a geografia e, especialmente, a geografia francesa" (LACOSTE, 1973, p. 221).

Nas linhas subsequentes daquele texto, que acaba tornando-se uma crítica visceral para os geógrafos de todos os tempos, Lacoste não esconde o estado da crise epistemológica da geografia. Denuncia o caráter falacioso do projeto unitário entre geografia física e geografia humana na prática concreta dos geógrafos; trata com ironia a natureza sintética, enumerativa e catalográfica, do saber geográfico; reconhece a possibilidade de desaparição de uma disciplina que elocubra sobre seu objeto ao privar-se do rigor de método. Citando André Meynier, Lacoste anuncia: "a geografia entrou no tempo dos desabamentos" (LACOSTE, 1973, p. 236).

Já no capítulo "*A convidada de última hora: a geografia desperta para a epistemologia*", François Dosse descreve claramente, no segundo volume de "*História do Estruturalismo*", este difícil momento enfrentado pela ciência geográfica, sobretudo na França, no final dos anos de 1960: "no essencial, a geografia permanecera separada das ciências sociais. Seu objeto, recuperado pela nova história, tinha desaparecido; restava apenas uma instituição disciplinar desnorteada, e tanto mais recolhida em si mesma no temor de que o menor desafio acabasse provocando seu súbito desaparecimento" (DOSSE, 1994, p. 350).

Afora as constatações iniciais, Lacoste registra também a notável indiferença que os filósofos mantiveram em relação ao conhecimento geográfico, muito embora, na

Alemanha, Kant e Hegel tenham se destacado, por um certo tempo, como estudiosos e professores de geografia.

> Ora, esses filósofos, embora estejam a par dos trabalhos de grande número de disciplinas científicas bastantes especializadas, nem por isso fazem a menor alusão àquilo que a geografia poderia trazer à sua tese, e isto, apesar de terem lido as obras célebres de alguns geógrafos. (LACOSTE, 1973, pp. 224-225).

No referido capítulo, Lacoste apresenta uma nota esclarecendo o termo "esses filósofos", sendo que Serge Moscovici, e sua obra "*Essai sur l'Histoire humaine de la nature"*, despontam como o principal exemplo. Todavia, o que parece mais sintomático, não é o fato de Moscovici significar uma importante referência teórica para Raffestin, mas antes o modo pelo qual Lacoste encaminha, nos parágrafos seguintes, o problema da crise da geografia e sua relação com o desinteresse dos filósofos. Nossa avaliação é de que grande parte dessa crítica de Lacoste não é uma crítica genérica à categoria dos filósofos, mas uma posição historicamente determinada do geógrafo francês, mais uma vez diretamente evocada a Michel Foucault.

> Na medida em que os filósofos se interessaram pelas ciências para descobrirem nelas um objeto, um pretexto para filosofarem, ou um trampolim para a verdade, é evidente que a geografia não apresenta nenhum interesse a seus olhos. Tem havido interesse pelo Tempo, mas muito pouco pelo Espaço, embora essas duas categorias estejam estreitamente ligadas. As "arqueologias do saber" que, no entanto, examinam com cuidado diferentes províncias do pensamento pré-científico, não dão nenhuma atenção à geografia. Sem dúvida, é porque seu interesse se volta principalmente para os cortes epistemológicos que permitiram o aparecimento das ciências atuais, e porque a geografia provavelmente ainda não conheceu esta ruptura fundamental. O que ainda seria preciso mostrar. (LACOSTE, 1981, p. 229).

Podemos vislumbrar o desafio que é mapear as linhas de convergência entre alusões genéricas a Foucault e, efetivamente, toda a complexidade que traduz o pensamento desse filósofo no interior das ciências sociais. Entretanto, é bastante claro para nós que a fase arqueológica de Foucault revela um autor disposto a "analisar as possibilidades nas quais um certo saber [...] pode emergir como dominante. Seu intuito era desvelar de que modo as formações discursivas repercutem em práticas sociais de dominação" (RODRIGUES, Mavi, 2007, p. 111). É, adequadamente, a referência de Lacoste ao dizer que "seu interesse se volta principalmente para os cortes epistemológicos que permitiram o aparecimento das ciências atuais", das quais a geografia permanecia, epistemologicamente, "amorfa".

No período em que lança "*A Arqueologia do Saber"*, em 1969, Foucault, que havia se nutrido das tendências estruturalistas da filosofia francesa, passa, a partir desta obra (sobretudo na Conclusão), a demonstrar seus deslocamentos temáticos, teóricos e de método. Incorporando elementos do niilismo nietzschiano e resgatando o sujeito, não nos moldes do humanismo, mas antes a "*vitória do indivíduo como negação do sujeito, que teria perdido toda autonomia, toda responsabilidade, prótese auto-regulada por um sistema fundamentado no simulacro"* (DOSSE, 1994, p. 403); Foucault, então, abre as portas do pós-estruturalismo, juntamente com Derrida, Deleuze, Barthes, entre outros.

Nesta direção, podemos especificar agora que, em 1976 (ou seja, três anos após a publicação do capítulo "*A Geografia*", no livro de Châtelet), a revista *Hérodote* (seu primeiro número!), dirigida por Lacoste, promove um conjunto de questões epistemológicas a Michel Foucault. Estas questões, de modo geral, estiveram voltadas para a identificação de possíveis referenciais próprios da geografia (princípios geográficos) nas preocupações epistemológicas do filósofo francês na arqueologia do saber, em particular a dimensão espacial.

Discutiremos, nos parágrafos posteriores, alguns fragmentos dessa entrevista, a fim de compreendermos, em seguida, que, a década de 1970, no contexto da geografia francófona, desponta como um legítimo nascedouro das tendências epistêmicas de Claude Raffestin em se aproximar de formulações matemáticas, dos aspectos da linguística e da semiologia em sua "geografia do poder". Há, claramente, um momento de disputa de projetos epistemológicos para a geografia, de modo que Raffestin não se encontrava isolado no processo de refundação das bases científicas da disciplina geográfica. Logo, podemos traçar um quadro deste momento.

O grupo de geopolítica liderado por Lacoste apostava, por sua vez, que a saída da crise epistemológica estava na retomada crítica do estudo metódico dos espaços e no papel analítico das diferentes escalas. A influência de Althusser em seu marxismo era bastante evidente, dado as articulações concretas que o autor reivindicava entre os níveis escalares e as formas de poder de classe operacionalizadas pelos aparelhos de Estado. Por sua vez, havia ainda "a corrente modernizadora, denominada doravante "*Géopoint*", que reúne seu primeiro colóquio em 1976 sobre o tema: "Teorias e Geografia", acolhido pela

Universidade de Genebra[143]" (DOSSE, 1994, p. 352). Neste grupo participam Claude Raffestin, Jean-Bernard Racine, Claude Tricot, Roger Brunet, entre outros, reencontrando o sistemismo, que:

> diferentemente do estruturalismo, que estava neste momento agonizante, [...] parte-se do postulado da complexidade do real e da impossibilidade de isolar um número restrito de variáveis, o que obriga a se ocupar da totalidade de mecanismos em relação, segundo o modelo de leis próximas da termodinâmica. O sistemismo oferece a vantagem de um paradigma que permite procurar as inter-relações, as ações e retroações, e ultrapassar, portanto, o descritivismo ambiente da corporação dos geógrafos tradicionais da França. Também permite salvar o caráter unitário da geografia ao pressupor que tudo se relaciona. Entre outros prolongamentos, o sistemismo terá efeitos no sentido da abertura para as preocupações centradas no ecossistema, na ecologia: "Aí, os geógrafos estavam inteiramente à vontade, pelo menos aqueles que pensavam que a natureza tinha uma relação com a disciplina deles" (D. Dory). Entretanto, construído com base no modelo da cibernética, o sistemismo, tal como o estruturalismo, não redunda numa análise em termos de dinâmica. (DOSSE, 1994, p. 353).

Mesmo assim, mesmo que a problemática relacional de Raffestin seja a fachada de um autêntico sistemismo, posto que, tal como o estruturalismo, expressa a logicidade de um mundo aparentemente "organizável" e "regulável", que ceifa, no plano das ideias, o movimento real e as contradições da totalidade concreta, vejamos, entretanto, as coisas com mais vagar. Analisemos ainda alguns trechos da entrevista[144] do grupo de Lacoste a Michel Foucault, a fim de extrair dela elementos teórico-contextuais que nos auxiliem na interpretação da guinada antiontológica no pensamento de Raffestin.

***

Hérodote: *O trabalho que o senhor empreendeu confirma (e alimenta), em grande parte, a reflexão engajada por nós sobre geografia e, de modo mais geral, sobre as ideologias e estratégias do espaço. Ao questionar a geografia, encontramos um certo número de conceitos: saber, poder, ciência, formação discursiva, olhar, episteme, e sua arqueologia contribuiu para orientar nossa reflexão. Assim, a hipótese que lança em "A arqueologia do saber", de que uma formação discursiva não se define nem por um objeto, nem por um estilo, nem por um jogo de*

[143] O levantamento bibliográfico que realizamos em Genebra e que está sistematizado em Anexos mostra que diversos artigos de Raffestin foram, de fato, publicados na revista Géopoint.

[144] Os fragmentos desta entrevista foram retirados do livro "*Michel Foucault: Estratégia, poder-saber"*, organizado por Manoel Barros da Motta, que transcreve a entrevista publicada na revista Hérodote. Os grifos contidos no corpo do texto são nossos.

conceitos permanentes, nem pela persistência de uma temática, mas deve ser apreendida como um sistema de dispersão regulado, permitiu-nos melhor circunscrever o discurso geográfico.

Por isso, ficamos surpresos com seu silêncio no que concerne à geografia (afora erro, o senhor só evoca sua existência em uma comunicação dedicada a Cuvier, e mesmo assim só a evoca para relegá-la às ciências naturais). Paradoxalmente, teríamos nos espantado se a geografia tivesse sido levada em conta, pois, apesar de Kant e Hegel, os filósofos ignoram a geografia. Caberia incriminar os geógrafos que, depois de Vidal de La Blache, cuidaram para se fechar, no abrigo das ciências sociais, do marxismo, da epistemologia e da história das ciências, ou caberia incriminar os filósofos, incomodados por uma geografia inclassificável, "deslocada", arqueada entre as ciências naturais e as ciências sociais? Será que a geografia tem um lugar na sua arqueologia do saber? O senhor não estaria reproduzindo, arqueologizando-a, a separação entre ciências da natureza (a inquirição, o enquadre) e as ciências do homem (o exame, a disciplina), dissolvendo assim o lugar onde a geografia poderia se estabelecer?

Michel Foucault: *Em primeiro lugar, uma resposta vulgarmente empírica. Em seguida, veremos se há outra coisa por trás. Se eu fizesse uma lista de todas as ciências, de todos os domínios de saber dos quais eu não falo e deveria falar, e dos quais estou próximo, de uma maneira ou de outra, a lista seria infinita. Não falo de bioquímica, não falo de arqueologia. Nem mesmo fiz uma arqueologia da história. Tomar uma ciência porque ela é interessante, porque ela é importante ou porque sua história teria algo de exemplar, não me parece um bom método. Sem dúvida é um bom método se quisermos fazer uma história correta, isenta, conceitualmente asséptica. Mas, a partir do momento em que se fazer uma história que tem um sentido, uma utilização, uma eficácia política, não se pode fazê-lo concretamente senão sob a condição de que se esteja ligado, de um modo ou de outro, aos combates de que se desenrolam nesse domínio. Aquele do qual tentei fazer a genealogia foi inicialmente o da psiquiatria, porque eu tinha uma certa prática e uma certa experiência do hospital psiquiátrico, e sentia ali os combates, as linhas de força, os pontos de enfrentamento, tensões. A história feita por mim, eu só a fiz em função desses combates. O problema, a jogada, a aposta, consistindo em poder sustentar um discurso verdadeiro e que fosse estrategicamente eficaz; ou ainda como a verdade da história pode ter politicamente seu efeito.*

H.: *Isso vai ao encontro de uma hipótese que eu submeto ao senhor: se há pontos de enfrentamento, tensões, linhas de força em geografia, eles são subterrâneos pelo próprio fato da ausência de polêmica em geografia. Ora, o que pode atrair um filósofo, um epistemólogo, um arqueólogo é ou arbitrar ou tirar proveito de uma polêmica já engajada.*

M. F.: *É verdade que a importância de uma polêmica pode atrair. Mas não sou de modo algum essa espécie de filósofo que sustenta ou quer sustentar um discurso de verdade sobre não importa qual ciência. Fazer a lei em toda ciência é o projeto positivista. Não tenho certeza se, em certas*

formas de marxismo "renovado", não se encontrou semelhante tentação, que consistia em dizer: o marxismo, como ciência das ciências, pode fazer a teoria da ciência e estabelecer a divisão entre ciência e ideologia. Ora, essa posição de árbitro, de juiz, de testemunha universal, é um papel ao qual eu me recuso inteiramente, pois ele me parece ligado à instituição universitária da filosofia. Se faço as análises que faço, não é porque haja uma polêmica que gostaria de arbitrar, mas porque estive ligado a certo combates: medicina, psiquiatria, penalidade. Nunca pretendi fazer uma história geral das ciências humanas, nem fazer uma crítica em geral da possibilidade das ciências. O subtítulo de As palavras e as coisas *não é a arqueologia, mas uma arqueologia das ciências humanas.*

Cabe a vocês, que estão ligados diretamente ao que se passa na geografia, que estão confrontados com todos esses enfrentamentos de poder que passa pela geografia, cabe a vocês enfrentá-los, munirem-se dos instrumentos que lhes permitiriam combater in locu. *E, no fundo, vocês deveriam me dizer: "Se uma ou duas das coisas (abordagem ou método) que acreditei poder utilizar na psiquiatria, na penalidade, na história natural, puderem lhes servir, fico muito contente com isso. Se vocês forem obrigados a buscar outras, ou transformar meus instrumentos, mostrem-no para mim, porque eu poderei, eu também, tirar proveito disso.*

[...]

H.: *Se a geografia não é visível, não é percebida no campo explorado pelo senhor, onde o senhor pratica suas buscas, isso talvez esteja ligado à conduta deliberadamente histórica ou arqueológica que privilegia, de fato, o fator tempo. Pode-se realçar assim uma preocupação rigorosa de periodização que contrasta com a imprecisão, a relativa indeterminação de suas localizações. Seus espaços de referência são, indistintamente, a cristandade, o mundo ocidental, o Norte da Europa, a França, sem que esses espaços de referência sejam verdadeiramente justificados ou mesmo precisados. O senhor escreve que "cada periodização recorta na história um certo nível de acontecimentos e, inversamente, cada camada de acontecimentos nomeia sua própria periodização, já que, segundo o nível que se escolha, dever-se-ão delimitar periodizações diferentes, e que, segundo a periodização que tomemos, atingir-se-ão níveis diferentes. Alcança-se assim a metodologia complexa da descontinuidade". Pode-se, e inclusive é preciso, conceber e construir uma metodologia da descontinuidade com relação ao espaço e às escalas espaciais. O senhor privilegia, de fato, o fator tempo, com o risco de delimitações ou de espacializações nebulosas, nômades. Espacializações incertas que contrastam com a preocupação de recortar camadas, períodos, idades.* [...] *Essa espacialização incerta contrasta com a profusão de metáforas espaciais: posição, deslocamento, lugar, campo; às vezes até geográficas: território, domínio, solo, horizonte, arquipélago, geopolítica, região, paisagem.*

M. F.: *Pois bem, vamos retomar um pouco essas metáforas geográficas. Território é, sem dúvida, uma noção geográfica, mas é em primeiro lugar uma noção político-jurídica: o que é controlado por um certo tipo de poder. Campo: noção econômico-jurídica. Deslocamento: deslocam-se um exército, uma tropa, uma população. Domínio: noção jurídico-política. Solo: noção histórico-geológica. Região: noção fiscal, administrativa, militar. Horizonte: noção pictural, mas também estratégica. Se há uma noção que é verdadeiramente geográfica, a de arquipélago. Eu só a utilizei uma vez, e por causa de Soljenitsyne – o arquipélago carcerário -, para designar essa dispersão e ao mesmo tempo o recobrimento universal de uma sociedade por um tipo de sistema punitivo.*

H.: *Certamente, essas noções não são todas estritamente geográficas. No entanto, são noções de base de todo enunciado geográfico. Apontamos, assim, o fato de que o discurso geográfico produz poucos conceitos, e os retira um pouco de toda parte. Paisagem é uma noção pictural, mas é um objeto essencial da geografia tradicional.*

M. F.: *Mas o senhor está bem certo de que eu tomo emprestado essas noções da geografia, e não do que a geografia precisamente os toma emprestado?*

H.: *O que é preciso realçar, no que concerne a certas metáforas espaciais, é que elas são tanto geográficas quanto estratégicas, e isso é bastante normal, já que a geografia se desenvolveu à sombra do exército. Entre o discurso geográfico e o discurso estratégico, pode-se observar uma circulação de noções: a região dos geógrafos não é outra senão a região militar (de regere, comandar), e província não é outra coisa senão o território vencido (de vincere). O campo remete ao campo de batalha...*

M. F.: *Eu fui bastante censurado por essas obsessões espaciais, e, de fato, elas me obcecaram. Mas, através delas, creio ter descoberto o que, no fundo, eu buscava: as relações que pode haver entre poder e saber. Uma vez que se pode analisar o saber em termos de região, de domínio, de implantação, de deslocamento, de transferência, pode-se apreender o processo pelo qual o saber funciona como um poder e reconduz seus efeitos. Tem-se uma administração do saber, uma política do saber, relações de poder que passam através do saber e que, muito naturalmente, se quisermos descrevê-las, remetem-nos a essas formas de dominação às quais se referem noções como campo, posição, região, território. <u>E o termo político-estratégico indica como o militar e o administrativo vem efetivamente inscrever-se, seja sobre um solo, seja nas formas de discurso.</u> Quem só considerasse a análise dos discursos em termos de continuidade temporal seria necessariamente levado a analisá-la e a considerá-la como a transformação interna de uma consciência individual. Ele edificaria ainda uma grande consciência coletiva no interior da qual as coisas aconteceriam.*

Metaforizar as transformações do discurso pelo viés de um vocabulário temporal conduz necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, com sua temporalidade própria. Tentar decifrá-lo, ao contrário, através de metáforas espaciais, estratégicas, permite apreender precisamente os pontos pelos quais os discursos se transformam em, através e a partir das relações de poder.

[...]

H.: *Com Vigiar e Punir, essa estrategização do pensamento transpõe um novo degrau. Com o panoptismo, estamos além da metáfora. O que está em jogo é a descrição de instituições em termos de arquitetura, de figuras espaciais. O senhor chega até a evocar, em conclusão, a "geopolítica imaginária" da cidade carcerária. Essa figura panóptica dá conta do aparelho de Estado em seu conjunto? Em seu último livro, aparece um modelo implícito do poder: uma disseminação de micropoderes, uma rede de aparelhos dispersos, sem um aparelho único, sem sede nem centro, e uma coordenação transversal de instituições e de tecnologias. No entanto, o senhor assinala a estatização das escolas, hospitais, reformatórios e educandários até então sob o encargo dos grupos religiosos, ou das associações beneficentes. E, paralelamente, instala-se uma política centralizada exercendo uma vigilância permanente, exaustiva, capaz de tornar tudo visível, sob condição de se tornar ela própria invisível. "A organização do aparelho policial sanciona no século XVIII a generalização das disciplinas e atinge as dimensões do Estado".*

M.F.: *Através do panoptismo, viso a um conjunto de mecanismos que funcionam entre todos os feixes de procedimento dos quais o poder se serve. O panoptismo foi uma invenção tecnológica na ordem do poder, como a máquina a vapor na ordem da produção. Essa invenção tem de particular o fato de ter sido utilizada, inicialmente, em níveis locais: escolas, casernas, hospitais. Fez-se ali a experimentação da vigilância integral. Aprendeu-se a organizar dossiês, a estabelecer anotações e classificações, a fazer a contabilidade integrativa dos dados individuais. Certamente, a economia e a fiscalização já haviam utilizado alguns desses procedimentos. Mas a vigilância permanente de um grupo escolar ou de um grupo de doentes é outra coisa. E esses métodos foram, a partir de um certo momento, generalizados. O aparelho policial foi um dos principais vetores dessa expansão, mas a administração napoleônica também. Penso ter citado uma bela descrição do papel dos procuradores-gerais no Império, como sendo o olho do imperador, e do primeiro procurador-geral em Paris ao pequeno substituto na província, é um único e mesmo olhar que vigia as desordens, evita os perigos de criminalidade, sanciona todos os desvios. E se por acaso alguma coisa nesse olhar universal vier a se relaxar, a se adormecer em algum lugar, então o Estado não estará longe de sua ruína. O panoptismo não foi confiscado pelos aparelhos de Estado, mas estes se apoiaram sobre as espécies de pequenos panoptismos regionais e dispersos. De modo que, se quisermos apreender os mecanismos de poder em sua*

complexidade e em seu detalhe, não podemos limitar-nos à análise unicamente dos aparelhos de Estado. Haveria um esquematismo a ser evita – esquematismo que, aliás, não encontramos no próprio Marx – que consiste em localizar o poder no aparelho de Estado, e em fazer do aparelho de Estado o instrumento privilegiado, capital, maior, quase único do poder de uma classe sobre uma outra classe. De fato, o poder em seu exercício vai muito mais longe, passa por canais muito mais finos, é muito mais ambíguo, porque cada um é, no fundo, titular de um certo poder e, em certa medida, veicula o poder. O poder não tem como única função reproduzir as relações de produção. As redes de dominação e os circuitos da exploração interferem, se recobrem e se apoiam, mas não coincidem.

[...]

H.: *Ao nos perguntarmos por que a geografia não conhecera nenhuma polêmica, nós imediatamente pensamos na fraca influência que Marx exercera sobre os geógrafos. Não houve geografia marxista, nem mesmo tendência marxista na geografia. Os geógrafos que se valem do marxismo bifurcam, de fato, para a economia ou para a sociologia, privilegiam as escalas planetária ou mediana. Marxismo e geografia se articulam dificilmente. Talvez o marximo, em todo caso O capital e, de modo geral, os textos econômicos, ao privilegiarem o fator tempo, se prestam mal à espacialização. É disse que se trata nessa passagem de uma entrevista em que o senhor diz: "Seja qual for a importância das modificações trazidas às análises de Ricardo, não creio que suas análises econômicas escapem ao espaço epistemológico instaurado por Ricardo"?*

M.F.: *Marx, para mim, não existe. Quero dizer, essa espécie de entidade que foi construída em torno de um nome próprio, e que se refere ora a um certo indivíduo, ora à totalidade do que ele escreveu, ora a um imenso processo histórico que deriva dele. Penso que suas análises econômicas, a maneira como ele analisa a formação do capital são por uma grande parte comandadas por conceitos que ele deriva da própria trama da economia ricardiana. Não tenho nenhum mérito em dizê-lo, é o próprio Marx quem o disse. Mas tomem, em contrapartida, sua análise da Comuna de Paris, ou seu 18 brumaire de Louis-Napoléon, vocês têm ali um tipo de análise histórica que manifestamente não decorre do modelo do século XVIII.*
Fazer funcionar Marx como um "autor", localizável em um aspecto discursivo único e suscetível de uma análise em termos de aspecto discursivo único e suscetível de uma análise em termos de originalidade ou de coerência interna, é sempre possível. Afinal, tem-se bem o direito de "academizar" Marx. Mas é desconhecer a explosão que ele produziu.

H.: *Se relermos Marx através de uma exigência espacial, sua obra parece heterogênea. Ele tem trechos inteiros que denotam uma sensibilidade espacial surpreendente.*

M.F.: *Alguns deles são notáveis. Assim como tudo o que Marx escreveu sobre o exército e seu papel no desenvolvimento do poder político. São coisas muito importantes que praticamente foram deixadas em alqueive, em benefício dos incessantes comentários sobre a mais-valia.*
Gostei muito desta entrevista com o senhor, porque mudei de opinião entre o começo e o final dela. É verdade que, no começo, eu achava que o senhor reivindicava o lugar da geografia como os professores que protestam quando se lhes propõe uma reforma do ensino: "O senhor diminuiu o horário das ciências naturais ou da música...". Então, eu disse para mim mesmo: "Eles são gentis em querer que lhes façamos sua arqueologia, mas, afinal, que eles mesmo a façam". Eu não percebi de modo algum o sentido de sua objeção. Eu me dou conta de que os problemas que o senhor formula a respeito da geografia são essenciais para mim. Entre um certo número de coisas que relacionei, havia a geografia que era o suporte, a condição de possibilidade da passagem de uma a outra. Deixei coisas em suspenso, ou fiz relações arbitrárias.
Quanto mais eu caminho, mais me parece que a formação dos discursos e a genealogia do saber tem de ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades de percepção ou das formas de ideologias, mas sim das táticas e estratégias de poder. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações de domínios que poderiam bem constituir uma espécie de geopolítica, por onde minhas preocupações iriam ao encontro de seus métodos. Há um tema que gostaria de estudar nos próximos anos: o exército como matriz de organização e de saber – a necessidade de estudar a fortaleza, o "campo", o "movimento", a colônia, o território. A geografia deve, de fato, estar bem no cerne daquilo com que me ocupo.

***

A entrevista, exposta acima, permite refletirmos alguns aspectos centrais de determinadas formas de manifestação do pós-estruturalismo na França, o qual não significou, concretamente, uma ruptura em relação ao estruturalismo, mas antes uma "radicalização" de seus fundamentos e de seus preceitos básicos, uma vez que "o estruturalismo, como uma fênix, ressurgiu, extenuado e retocado, como pós-estruturalismo" (ANDERSON, 2004, p. 87). Um desses fundamentos básicos consiste, como já afirmamos em um momento anterior, na determinação da linguagem como princípio de inteligibilidade dos fenômenos da sociedade.

Dito isto, constatamos, nesta entrevista, que o estado da crise epistemológica, que rondava as tentativas de construir alicerces seguros para a geografia, foi problematizado com base em preocupações essencialmente discursivas, ou seja, a partir de "terminologias" que aludem ao referencial geográfico. Depois, os interlocutores

questionam o corte epistemológico da geografia em relação às outras ciências sociais, e também naturais, que, segundo eles, nunca foi feito. Talvez, efetivamente, isto nunca seja feito. Não sob uma base discursiva ou representativa em plena disputa de termos *a priori*, como demonstrada no diálogo acima.

O que queremos demarcar, na verdade, consiste no fato de que as preocupações epistemológicas da geografia, que incorrem à uma estrutura linguística *a priori*, dificilmente sairão do circuito insolúvel da razão na tentativa de uma essencialidade geográfica, a menos que isto venha tomado por algum tipo de imposição positivista. Porém, não nos iludamos aqui com a afirmação trazida por Foucault, de que "*fazer a lei em toda a ciência é o projeto positivista"*. Compreendemos que o sentido da "lei", para o filósofo francês, não denuncia os esforços falaciosos de formulações mentais que mistificam a realidade objetiva para amparar um corolário científico, dizendo, antecipadamente, "isto é geografia", "isto não é geografia". A afirmação foucaultiana, ao contrário, dirige-se para o terreno arenoso da pós-verdade, no plano em que o poder efetivo, ou melhor, a luta concreta dos homens contra a alienação e a exploração reais torna-se arena de narrativas que "conduz[em] necessariamente à utilização do modelo da consciência individual, com sua temporalidade própria".

Observemos, já na primeira pergunta, que a revista Hérodote tenta deixar claro o que esperar da "arqueologia do saber" foucaultiana no que diz respeito à formação do campo de referenciais discursivos de uma ciência social. Não se deve, pois, esperar uma definição de objeto, nem um jogo de conceitos permanentes, nem a persistência de uma temática, mas a formação do discurso científico, segundo Foucault, "deve ser apreendida como um sistema de dispersão regulado". Coutinho (2010, pp. 154-155) afirmaria, nesta direção, que:

> Em vez de tentar "aplicar" o estruturalismo à análise do homem, como Lévi-Strauss e Sebag, Foucault julga que o próprio homem deve ser eliminado do terreno da racionalidade, substituído – enquanto objeto da verdadeira ciência – pelo exame das regras formas do "discurso" ou do "sistema".

Evidentemente que nosso objetivo, nestas reflexões, é chegar em Raffestin. Veremos de perto sua "axiomática do poder em matéria territorial" (RAFFESTIN, 1993, p. 149), que, segundo este autor, não se estabelece por meio de uma geometrização do poder no espaço, mas em prolongamentos heterogêneos de diversos poderes parcelados que objetivam o território (um sistema de dispersão de poder regulado no espaço).

Nesta direção, Raffestin (1993, p. 149) afirma que "o poder constrói malhas nas superfícies do sistema territorial para delimitar campos operatórios", e, ao evocar, por fim, uma interrogação potencialmente ontológica do tipo "o que é, então, o território?", o geógrafo suíço não responde à materialidade e às disputas reais de poder exigidas da pergunta, submetendo-se, portanto, à representação e ao formalismo gnosio-epistemológico: "Partimos de E, um dado que só adquire valor por meio de uma representação. Donde A α E seja uma representação na qual há trabalho, produção, em outros termos. Isto é, A r (A α E). Essa fórmula dá conta do quanto de território é produzido: T = A r (A α E)." (RAFFESTIN, 1993, p. 149).

Tentemos traduzir: para Raffestin, (**A)** representa o "ator social", que na relação (**α**) com o espaço (**E**), efetiva uma produção real (trabalho objetivado) – seja material ou representativa. No entanto, no esquema do geógrafo suíço, não existe apenas um único "ator social" na produção do território, portanto, ele acrescenta (**A r)** para indicar a relação de outros atores envolvidos, com outras intencionalidades e outras formas de ação, na disputa da concreção de determinado espaço (**E**). Logo, a configuração das diferentes práticas espaciais pode, segundo o autor, ser discernível em códigos "universais ou invariáveis propriamente geográficas" (RAFFESTIN, 1993, p. 151), que nada mais seriam do que identificar a repartição de superfícies (distribuição espacial do poder de influência e de comando) dos atores sociais, a implantação de nós (centros de comando e decisão) e a construção de redes (mapeamento das relações simétricas e hierárquicas entre os atores sociais), isto é, os principais elementos constitutivos do sistema territorial.

De qualquer forma, estes elementos e problemas lógico-matemáticos do sistema territorial serão abordados na seção seguinte. Devemos ainda uma última consideração no que diz respeito ao momento histórico-institucional da crise epistemológica da geografia, conforme demonstrada no diálogo entre o grupo de Lacoste (da revista Heródote) e o filósofo Michel Foucault.

Na entrevista, vimos que a formação da linguagem científica assume papel que se assemelha à condição de método, muito embora seja patente, para os dois autores, a profusão de "metáforas espaciais" permeando, não somente a prática cotidiana do geógrafo, como também as concepções de outras disciplinas correlatas. Não obstante, se apresentamos os pressupostos teóricos do grupo Heródote de Lacoste em relação à

retomada crítica dos estudos espaciais e das diferentes escalas de análise para a interpretação das lutas sociais e das ações estatais, nada mais justo do que apontarmos seu revés. Talvez "revés" não seja o termo mais adequado para nos referirmos às posições engajadas pelo grupo *Géopoint*, que se apresenta como a corrente modernizadora no contexto geográfico francófono da década de 1970.

No referido colóquio, realizado na Universidade de Genebra (Suíça), em 1976, constatamos, nos Anais[145] do evento, o artigo apresentado e publicado por Claude Raffestin, que se intitula "*Problématique et explication en géographie humaine"*. Nele, Raffestin, o terceiro expositor da Conferência de Abertura – juntamente com S. Gregory (Sheffield, Inglaterra), C. Tricot (Genebra, Suíça), Jean-Bernard Racine (Lausanne, Suíça) –, defende, aberta e amplamente, seu projeto epistemológico para a geografia.

Os debates suscitados indicavam a premência de um imediato e inevitável debate em torno do marxismo e do sistemismo, como colocara H. Reymond (1976). O próprio comitê editorial de *Géopoint* chegou a afirmar, nas páginas que abrem os Anais do colóquio, que:

> Entre a interpretação histórica e a interpretação funcional das mesmas relações situadas no espaço ou na sociedade, não há, a princípio, nada de incompatível. Sob o olhar da própria teoria dos sistemas, um conjunto de relações interdependentes pode se transformar, se desenvolver, se enriquecer, alcançar uma complexidade crescente, e tudo isto por um processo que se desenrola necessariamente no tempo. É na prática da pesquisa que a conciliação é frequentemente difícil de alcançar[146].

Esta posição do comitê nos remete às mesmas tentativas de correlação que já investigamos entre o pensamento de Marx e o estruturalismo-genético de Piaget. A perspectiva das inter-relações apresentadas se efetiva no nível gnosio-epistemológico da consciência do indivíduo na pesquisa (e não no nível histórico-ontológico), em um plano de formalismo em que se buscam resoluções internas e funcionais da relação sujeito e

[145] Agradecemos a doação do exemplar feita pelo Professor Claude Raffestin durante o estágio de pesquisa na Universidade de Genebra. Neste momento, o conjunto da coleção *Géopoint* se encontra no acervo físico da Biblioteca da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus Rio Claro, para consulta e pesquisa pública.

[146] "Entre l'interprétation historique et l'interprétation fonctionnelle des mêmes relations situées dans l'espace ou dans la société, il n'y a en príncipe rien d'incompatible. Au regard de la théorie des systèmes elle-même, un ensemble de relations interdépendantes peut se transformer, se développer, s'enrichir, atteindre à une complexité croissante, et tout cela par un processus qui se déroule nécessairement dans le temps. C'est dans la pratique de la recherche que la conciliation a souvent la peine à se faire". (versão original).

objeto. Assim, como aponta Foucault na entrevista, todos têm o direito de "academizar" Marx, de localizá-lo em um discurso original e internamente coerente de sua filosofia e de seu pensamento econômico; porém, apostar isoladamente nesta perspectiva, significa ter largas chances de reduzi-lo, ou até mesmo de distorcê-lo.

No entanto, não devemos ratificar uma distinção mistificadora entre indivíduo e sociedade nas ciências sociais, como se este fosse o critério para definir entre uma abordagem subjetivista-idealista e outra histórico-materialista. Raffestin, neste aspecto, demonstra, de modo pertinente, que o que define uma problemática crítica não é a emergência de uma dicotomia indivíduo e sociedade na pesquisa, uma vez que: "Se ocupar do indivíduo não significa absolutamente levar em conta um sujeito pontual, mas observar um homem tomado na realidade histórica de seu tempo. Parece muito que Marx, neste aspecto, tenha sido mal interpretado". (RAFFESTIN, 1976b, p. 93).

Ainda no texto submetido ao colóquio, o geógrafo suíço manifestou outras distinções importantes das deturpações de Marx na geografia, revelando problemas teóricos e de método que foram se acumulando na geografia francófona, e que, em partes, alimentaram traços da própria crise epistemológica que a geografia se encontrava. Por fim, desabafa: "existem geógrafos marxistas, mas não geografia marxista[147]" (RAFFESTIN, 1976b, p. 101).

> Em geografia, o que nos falta, é uma semiótica do conteúdo além de uma semiótica da expressão. Seria necessário fazer explodir os termos para estudar as relações no interior dos conceitos, como Marx, quando ele fez explodir o conceito de valor em valor de uso e valor de troca, prefigurando Saussure que distingue significante e significado[148]. (RAFFESTIN, 1976b, p. 98).

Neste excerto em particular, consideramos que Raffestin tem muita clareza da ordem dos problemas colocados no processo de reformulação da ciência geográfica, ou seja, é preciso fazer "saltar" as relações sociais em detrimentos das formulações conceituais. Se os geógrafos não saírem das terminologias, ou melhor, das "metáforas espaciais", dificilmente superaremos as profundas fendas epistemológicas que a disciplina geográfica ainda carrega. Uma superação que, ao nosso ver, não pretende apenas com que os "geógrafos humanos" parem de fazer empréstimos dos sociólogos,

[147] "il y a des geografes marxistes mais pas de géographie marxiste" (versão original).
[148] "En géographie, ce qui nous fait défaut, c'est une sémiotique du contenu en plus d'une sémiotique de l'expression. Il faudrait faire éclater les termes pour étudier les relations à l'intérieur des concepts, comme Marx lorsqu'il fait éclater le concept de valeur en valeur d'usage et valeur d'échange

dos arquitetos, dos historiadores, dos economistas, e os "geógrafos físicos", dos geólogos ou meteorologistas (LACOSTE, 1981), mas, sobretudo, que a epistemologia da geografia e suas preocupações filosóficas e científicas ousem deslocar a produção de suas ideias enclausuradas em torno do objeto de estudo em direção às questões concretas da sociedade civil, mirando suas relações contraditórias e partindo delas. Certamente, "valor de uso" e "valor de troca" exprimem, como bem afirma Raffestin, relações sociais de trabalho, essencialmente, distintas, ainda que contraditórias e imanentes.

Todavia, estas importantes reflexões teórico-conceituais do geógrafo suíço não puderam desenvolver e aprofundar sua raiz relacional na formulação de uma teoria geográfica do poder, conduzindo Raffestin à uma acentuada inflexão da perspectiva ontológica e materialista para retornar ao círculo vicioso, uma verdadeira aporia, das questões discursivas do conhecimento científico. Assim:

> Uma das características notáveis do pensamento geográfico nestes últimos vinte anos parece ser para nós, além da utilização de métodos quantitativos, a emergência de uma reflexão sobre a história da geografia. Esta reflexão sempre mais nutrida sobre os textos geográficos revela, evidentemente, preocupações epistemológicas, mas revela também que o geógrafo se insere em uma vasta corrente de observações sobre a linguagem[149].
> [...]
> Precisemos de início que o termo linguagem, tal como nós utilizamos não está limitado apenas à língua natural, mas que ela engloba todas as linguagens possíveis tais como, por exemplo, a linguagem gráfica e a linguagem lógico-matemática. Mas qual relação existe entre a linguagem e a ciência? Para esta questão, Greimas propôs uma resposta: "A ciência é linguagem apenas na medida em que é compreendida como um lugar de mediação, como uma tela sobre a qual se desenham as formas inteligíveis do mundo. O conhecimento, então, deixa de ser subjetivo, sem permanecer, contudo, nos objetos "reais". Neste julgamento de Greimas, nós manteremos as duas ideias essenciais da linguagem como espaço de mediação e do conhecimento, que não permanece nos objetos "reais"[150]. (RAFFESTIN, 1993, pp. 81-82).

[149] "Une des caractéristiques remarquables de la pensée géographique de ces vingt dernières années nous semble être, outre l'utilisation des méthodes quatitatives, l'émergence d'une réflexion sur l'histoire de la géographie. Cette réflexion toujours plus nourrie sur les textes géographiques révèle, c'est évident, des préocupations épistémologiques mais révèle aussi que le geografe s'insère dans un vaste courant d'observations sur le langage". (versão original).

[150] "Précisons d'emblée que le terme de langage, tel que nous l'utilisons n'est pas limité à la seule langue naturelle mais qu'il englobe tous les langages possibles tels que par exemple le langage graphique et le langage logico-mathématique. Mais quel rapport y a-t-il entre le langage et la science? A cette question, Greimas a proposé une réponse: "La science n'est langage que dans la mesure, où celui-ci est compris comme un lieu de médiation, comme un écran sur lequel se dessinent les formes intelligibles du monde. La connaissance, dès lors, cesse d'être subjective, sans résider pour autant dans les objets "réels". Dans ce jugement de Greimas, nous retiendrons les deux idées essentielles du langage comme espace médiation et de la connaissance qui ne réside pas dans les objets "réels". (versão original).

Como podemos ver, Raffestin recorre aos critérios da semiologia linguística de Greimas, refletindo suas leis formais sobre o processo de constituição racional de um campo científico, baseadas, em primeiro lugar, na condição de mediação entre a consciência humana e a inteligibilidade dos objetos externos, e, em segundo lugar, na produção do conhecimento científico que está descolado da objetividade. A projeção do gnosio-epistemológico sobre o ontológico exprime uma aparente "neutralidade" do processo de formalização científica diante do movimento histórico, o qual não é apreendido. Em outros termos, ao separar mediação e produção do conhecimento, a semiótica de Greimas rompe a possibilidade de apropriar-se do movimento real dos processos objetivos, manifestando apenas sucessões de cristalizações teóricas sobre as relações sociais, como veremos.

Embora Greimas afirme o contrário, o sistema de relações derivado da construção semiótica não parte do real para a construção da linguagem científica, o que nos conduz a pensar que o fator mediativo é, na verdade, um tratamento nominal *a priori* do sujeito em relação ao mundo exterior. Logo:

> É justamente isto que Greimas afirma: "Assim, cada ciência particular possui, por objeto, uma semiótica particular, a totalidade das semióticas sendo visada pelo saber no seu conjunto". A semiótica sendo uma possiblidade de descrição expressada em um sistema de relações. Trata-se, portanto, no nível semiótico, de explicitar as relações que contribuirão para a elaboração de uma linguagem científica, por um lado, e que substituirão, por outro, as relações implícitas veiculadas pela linguagem cotidiana. Mas, então, isto significa que esta semiótica, ou se preferirmos, esta linguagem científica é, enquanto sistema de relações, desligado disto que é convencionado de chamar o "real" ou o "concreto"[151]. (RAFFESTIN, 1976b, pp. 82-83).

O "real" ou o "concreto" seriam condições passíveis de interferência na depuração da linguagem científica em relação à linguagem cotidiana. No entanto, como dissemos anteriormente, esta espiral indica uma aporia do pensamento e dos aparelhos abstratos da formalização gnosio-epistêmica. Ao retornar para o chão concreto de suas questões epistemológicas, Raffestin tergiversa em relação à uma "semiótica da geografia", afirmando que a especificidade geográfica consiste em uma "guinada de espírito", de

[151] "Et c'est justement ce que Greimas afirme: "Ainsi, chaque science particulière possède, pour objet, une sémiotique particulière, la totalité des sémiotiques étant visée par le savoir dans son ensemble". La sémiotique étant une possibilité de description exprimée dans un système de relations. Il s'agit donc, au niveau sémiotique, d'expliciter des relations qui contribueront à l'élaboration d'un langage scientifique d'une part et qui se substitueront d'autre part aux relations implicites véhiculées par le langage quotidien. Mais alors, cela signifie que cette sémiotique ou si l'on préfère ce langage scientifique est, en tant que système de relations, coupé de ce qu'il est convenu d'appeller le "réel" ou le "concret". (versão original).

"uma abordagem própria" em relação às questões da realidade, mas, mesmo assim, não explica o que seria isso...

> Existe uma especificidade da geografia? O geógrafo difere dos outros pesquisadores por sua guinada de espírito, sua abordagem dos problemas, sua concepção das coisas. A linguagem, os métodos, os conceitos, as hipóteses, as teorias, as ideologias não são, no entanto, especificamente geográficas. É necessário diferenciar as ferramentas propriamente ditas e os conceitos. As ferramentas não são próprias de uma disciplina; por exemplo, os físicos utilizam a linguagem matemática que não é sua própria linguagem. Todavia, o problema da especificidade se coloca ao nível dos conceitos. Por exemplo, o conceito de luta de classes, emprestado por Harvey, não há nada de propriamente geográfico... Não existe uma teoria geográfica, mas existe uma grande teoria social que reagrupa economia, sociologia, geografia, etc. Podemos encontrar uma unidade tendo signos que sejam compreensíveis nas diversas disciplinas. Até o momento, não há teoria geográfica, mas há sempre introdução de teorias sociais sobre o plano espacial; por exemplo, a teoria dos lugares centrais é uma tradução espacial das leis de comportamento da sociedade. A geografia é o estudo das relações entre grupos sociais e um território. As teorias das quais precisamos fazer referência são, portanto, teorias da espécie, naturais, biológicas, e são teorias sociais. Elas já existem, mas raramente mostraram como essas teorias sociais podem se prolongar no espaço. As teorias sociais habituais se preocupam com uma divisão da sociedade em classes, isto que não é a realidade geográfica: é a combinação de pequenos grupos sociais diferentes que é propriamente geográfico[152]. (RAFFESTIN, 1976b, pp. 102-103).

Esta última citação é, verdadeiramente, reveladora das bases que escoram o pensamento geográfico de Raffestin. Em primeiro lugar, reiteramos a natureza ontológica das categorias e conceitos na produção do conhecimento científico, sendo que, neste caso, a "luta de classes" não é um conceito da geografia, nem um conceito da economia, nem um conceito da sociologia. As lutas de classes (no plural!) são processos sociais constitutivos da essência da totalidade capitalista, caracterizadas por disputas episódicas

[152] "Existe-t-il une specificité de la géographie? Le geógraphe différe des autres chercheurs par sa tournure d'esprit, son approche des problèmes, as conception des choses. Le langage, les méthodes, les concepts, les hypothèses, les théories, les idéologies ne sont pas pour autant spécifiquement géographiques. Il faut différencier les outils proprement dits et les concepts. Les outils ne son pas propres à une discipline; par exemple, les physiciens utilisent le langage mathématique qui n'est pas leur propre langage. Par exemple, le concept de lutte de classes, emprunté par Harvey, n'a rien de proprement géographique... Il n'existe pas une théorie géographique, mais il existe une grande théorie sociale qui regroupe économie, sociologie, géographie, etc. On peut retrouver une unité en ayant des signes qui soient compréhensibles dans les diverses disciplines. Pour le moment, il n'y a pas de théorie géographique, mais il y a toujours introduction des théories sociales sur le plan spatial; par exemple, la théorie des lieux centraux est une traduction spatiale des lois des comportement de la société. La géographie est l'étude des rapports entre des groupes et un territoire. Les théories auxquelles on a besoin de se réferer sont donc des théories de l'espèce, naturelles, biologiques, et ce sont des théories sociales. Elles existent déjà mais on a rarement montré comment ces théories sociales peuvent se prolonger dans l'espace. Les théories sociales habituelles se préoccupent d'une division de la société en classes, ce qui n'a pas de réalité géographique: c'est la combinaison de petits groupes sociaux différents qui est proprement géographique". (versão original).

e estruturais de mudança profunda ou mantenimento do poder vigente na realidade concreta.

Portanto, não vem ao caso encontrar o "lugar" privilegiado desta determinação essencial no âmbito das ciências sociais, ou, como coloca Raffestin, das teorias sociais, pois, efetivamente, este legítimo lugar não existe. O que existe é a realidade concreta, ou melhor, a base relacional da materialidade, absolutamente contraditória e desigual, que é marcada, na sua essência, pelas lutas de classes. Assim, tanto os geógrafos, quanto os economistas, quanto os sociólogos, precisam se a ver, com seus instrumentais teóricos, metodológicos e ideológicos, com este movimento concreto da totalidade capitalista, a fim de capturar suas múltiplas determinações e promover caminhos que alimentem as lutas de emancipação (LOSURDO, 2015).

Podemos testemunhar ainda, neste excerto de Raffestin, uma relevante modificação no que concerne à sua definição de geografia. Neste caso, sob vigia da semiótica de Greimas, não são mais "os pontos de vista" dos geógrafos que seriam considerados na definição cabal deste campo do conhecimento científico, mas as relações dos grupos sociais (pequenos grupos) com um território produzido. Veremos, na próxima seção, a operacionalização teórico-conceitual do autor suíço sobre estas relações, caracterizando o saber, ou o discurso, próprio da geografia. Nesta direção, Raffestin emprega os princípios da semiótica estruturalista de Greimas para erigir cientificamente a produção de um determinado território, cuja linguagem se conformaria de modo universal e invariável a partir do sistema territorial.

De todo modo, acreditamos ter traçado, mais de perto, o panorama da crise epistemológica da geografia francófona na década de 1970, demonstrando as vinculações e as posições de Raffestin no bojo dos debates e dos grupos de geógrafos que disputavam projetos de reformulações epistêmicas para a ciência geográfica. Na próxima e última seção, portanto, analisaremos a aplicação (*a priori*) dos pressupostos semióticos de Greimas na abordagem relacional do poder, engendrando, não a captura abstrata de processos reais, mas a abstração das relações de poder que produzem os territórios e as territorialidades, sobretudo pela idealização dos atores sociais.

4.2 – A "relação" dos atores sociais, o sistema territorial e o território como constructo ideal

Nas páginas que encerram as "*Observações finais*" do livro "*Por Uma Geografia do Poder"*, Raffestin resgata os principais objetivos que estruturaram a proposta de seu trabalho, ratificando sua convicção em um estudo geográfico profundo em torno da problemática do poder e das relações sociais. Afirma que o papel do geógrafo consiste em "fornecer os elementos teóricos para apreciar o caráter simétrico e dissimétrico dessas relações" (RAFFESTIN, 1993, p. 267), devendo ainda "se interrogar sobre a necessidade e a pertinência das 'ordens' que enquadram o sistema população-território-recursos, na perspectiva de preservar a autonomia e a duração desse sistema" (RAFFESTIN, 1993, p. 267).

As práticas espaciais de poder, derivadas de todas as relações sociais, aparecem, portanto, para Raffestin, como um "demiurgo escondido" na tradição geográfica, ofuscando boa parte das reflexões sobre a geografia e sua especificidade no âmbito das ciências sociais. Mesmo assim, o autor compreende que destacar as relações sociais de poder, e, em função disto, refletir a produção dos diversos territórios e territorialidades, "parecerá audacioso, até mesmo presunçoso, nesses tempos de incertezas epistemológicas, determinar um "objeto" para a geografia humana" (RAFFESTIN, 1993, p. 267). A problemática relacional do poder, conforme expressa nas últimas linhas da obra, permitiu-lhe saber para onde olhar "nesses tempos de incertezas" e assumir algumas convicções.

Convicções, que, concretamente, ascenderam a perspectiva de um novo "programa de reflexão" para a geografia humana, cuja proposta de uma "teoria da territorialidade" desponta como o projeto teórico privilegiado na "geografia do poder" de Raffestin. Este projeto, como vimos, buscava recuperar a capacidade explicativa de outras escalas que não fossem aquelas associadas ao Estado, além de tentar fortalecer a ruptura da clássica relação homem e meio, com base na análise de como determinados grupos sociais, em um determinado tempo histórico e em determinado espaço, satisfazem suas necessidades objetivas, apropriando-se dos recursos disponíveis neste sistema tempo-espaço (RAFFESTIN, 1993). Porém, o autor manifesta ainda uma particularidade: a regulação dessa dinâmica territorial somente pode ser representada e construída de acordo com os mediadores dos "atores sociais".

Ao escolher suas convicções na ciência geográfica, Raffestin escolhe também "o caminho da conceituação para chegar a uma adequação entre a problemática e os instrumentos de pesquisa" (RAFFESTIN, 1993, p. 266). Aponta que, em sua principal obra, "as poucas tentativas de mensuração e de idealização de modelos que fizemos não são mais que estes para apreciar a univocidade dos conceitos" (RAFFESTIN, 1993, p. 266), ou seja, apreciar as tentativas de instaurar uma "axiomática territorial das relações de poder", incorrendo à semiologia estruturalista para enfrentar as instabilidades epistemológicas exigidas de seu tempo.

O discurso geográfico aparece, neste sentido, como lei racional dos fatos sociais, que substitui a necessidade de reflexão de método e de postura ideológica. Todavia, é necessário dizer ainda que Raffestin aprofunda essa substituição instaurando um sistema formal de signos nos próprios processos teleológicos dos sujeitos sociais. Isto significa que as ações concretas dos homens na produção e na transformação da natureza adquirem, efetivamente, uma inversão idealista: aquilo que era prévia-ideação teleológica, um momento primário do trabalho, torna-se objetivação teleológica, objetivação do "pensar" e da capacidade de operacionalizar mediadores sêmicos na realidade. Em outras palavras, o momento abstrato e representativo do trabalho humano da produção territorial torna-se objetivação concreta das "ideias" sobre esta construção do território, independentemente da complexidade de fenômenos causais que movem a realidade objetiva, interferindo e transmutando as "concepções" prévias dos sujeitos sociais sobre o real.

Neste sentido, Raffestin aposta regular a *práxis* humana a partir de uma univocidade de mediadores que produzem os territórios. E, para isto, a dimensão relacional deve ser pensada, não sob a contigencialidade causal dos fenômenos históricos, mas a partir da dissolução ontológica dos processos objetivos que fundam as relações sociais de poder. Trata-se de uma semiologização das relações sociais em detrimento de exigências gnosio-epistemológicas que preservariam a singularidade da geografia no rol das ciências sociais do final do século XX.

***

Estas reflexões a respeito da abordagem relacional do poder de Raffestin, que já foram desenvolvidas, em sua maioria, ao longo da tese, permitem agora, de modo mais pragmático, sistematizar e interpretar os principais constituintes da dimensão relacional. Acreditamos que a análise dos elementos constitutivos da relação, para o autor suíço,

poderá assegurar uma interpretação mais fecunda da "axiomática territorial das relações sociais", consolidada mediante o sistema territorial, objeto específico desta seção.

Comecemos, portanto, distinguindo que são quatro os elementos constitutivos da relação social para Raffestin (1993): 1) os atores sociais; 2) a política dos atores sociais (ou as intencionalidades de poder); 3) as estratégias (ou o conjunto de medidas políticas, econômicas e sociais dos atores para concretizar suas intencionalidades); 4) os mediadores (ou a linguagem e o conjunto de códigos sêmicos imanente à própria ação humana[153]).

No universo francófono das ciências sociais da década de 1980, as terminologias referentes a "ator social" e "agente" foram bastante propagadas e debatidas. De acordo com Cuin e Gresle (1994), existiam quatro paradigmas no campo sociológico que introduziram diretamente a expressão "ator social", concedendo a ela uma posição de análise e intepretação dos fenômenos sociais. Apesar disto, não pensamos que a investigação profunda do estruturalismo genético, do acionalismo, do modelo estratégico e do individualismo metodológico, os quatro paradigmas sociológicos, nos conduzirá, portanto, de modo frontal, às posições relacionais de Raffestin, embora possamos retirar dessas abordagens alguns princípios fundamentais.

Sabemos, assim, com base em Ferreira (2017b), que, para Michel Crozier, o "ator" se transforma em "estratego" de um jogo institucional, reconhecendo em si mesmo interesses e projetos particulares. Para Crozier, portanto, o ator é "um indivíduo autônomo, capaz de cálculo e de manipulação e que não apenas se adapta, mas inventa, em função das circunstâncias e dos movimentos dos seus parceiros" (FERREIRA, 2017b, p. 624). Já para Bourdieu (1994, p. 67), os atores sociais são "indivíduos tomados na prática e imersos na ação, agindo por necessidade", de modo que, no conjunto da sociedade civil, os esquemas de *habitus* transformam os indivíduos isolados em "produtos do mundo social" (BOURDIEU, 1994, p. 66).

Em Raffestin, por sua vez, o ator social é, conforme semelhanças nas definições dos dois autores anteriores, um "actante-estratego", que age de acordo com as mesmas bases competitivas e estratégicas impostas por um sistema capitalista naturalizado e eternizado. Isto significa dizer que Raffestin retira do modelo de sociedade comercial de

[153] Termos literalmente empregados por Raffestin (1993, p. 45).

Greimas sua definição de atores sociais, os quais, na obra do linguista, "Semiótica e Ciências Sociais", estão definidos da seguinte forma:

> Já tentamos distinguir duas espécies de actantes coletivos: os *actantes sintagmáticos* e os *actantes paradigmático*. Se definirmos o actante unicamente pelo conjunto de suas funções, isto é, pelo programa virtual que ele é capaz de atualizar, perceberemos, por exemplo, que a Renault (ou qualquer outra empresa de construção de automóveis) pode ser considerada como um actante sintagmático na medida em que, dentro de um único programa de construção, diferentes atores (engenheiros, contramestres, operários especializados, etc.) substituem-se progressivamente uns aos outros para, executando um programa único, produzir o objeto-automóvel.
> Não ocorre o mesmo quando se trata de dar contar doas actantes coletivos que propusemos chamar de *paradigmáticos*: uma classe do último ano num colégio, um grupo social reconhecido em determinada sociedade, não se caracterizam pela possibilidade de integração dos atores-indivíduos que os constituem num processo programado de conjunto; eles dependem a) de uma divisão classificatória de uma coletividade mais ampla e hierarquicamente superior (colégio, comunidade nacional); b) operada à base de critérios-determinações que os atores possuem em comum (seu campo funcional ou suas qualificações específicas). (GREIMAS, 1976, p. 85).

Apropriando-se dos elementos semióticos de Greimas, devemos lembrar que Raffestin busca, na verdade, uma nova "semântica" para a representação dada à "população" pela "geografia do Estado", para o qual a população nada mais é do que um "trunfo estatal", ou seja, uma "coleção de seres humanos" (RAFFESTIN, 1993, p. 41). Porém, ao conceber um "programa de ação" definido para os atores sintagmáticos, articulados e organizados em torno de uma intencionalidade concreta sobre o real, os atores paradigmáticos, por sua vez, não superam o discurso morfofuncional e estático de "população". Isto porque, o ator paradigmático na "geografia do poder", despontando como ator coletivo aparece "em relação hiponímica[154] com a população ou a fração de população que represente" (RAFFESTIN, 1993, p. 41), não recorrendo, portanto, à concreticidade de sua manifestação relacional.

Queremos dizer, com isto, que não devemos esquecer que a população em-si é uma abstração, como diz Marx (2008), se deixamos de lado as classes que a compõem, uma vez que é nas classes sociais que estão repousadas as determinações concretas (como o trabalho, a força de trabalho, o capital) que estruturam, essencialmente, a totalidade do

[154] Em linguística, a hiponímia representa a relação entre um sentido específico e um outro sentido mais genérico, que possuem traços semânticos comuns (por exemplo, mamífero está em relação hiponímica com animal).

atual modo de produção e das relações de poder que constroem a materialidade. Neste sentido, embora "pareça mais correto começar pelo que há de concreto e real nos dados; assim, pois, na economia, pela população, que é a base e sujeito de todo ato social da produção. Todavia, esse método seria falso" (MARX, 2008, p. 258).

Dito isto, Raffestin, que não rompe com o discurso da morfofuncionalidade da "geografia do Estado" em relação ao clássico conceito de população, define, mesmo assim, dois atores sociais, seguindo os passos de Greimas.

> Essas considerações nos levam a distinguir dois tipos de atores coletivos: aqueles que realizam um programa e que Greimas chama sintagmáticos e aqueles que surgem de uma classificação, de uma repartição, sem integração num processo programado e que o mesmo autor chama de paradigmáticos. (RAFFESTIN, 1993, p. 40).

Se cotejarmos os elementos conceituais de Raffestin acerca de "ator social" com alguns critérios abordados na sociologia francesa da década de 1980, extraímos que o "ator é um agente performativo na e da linguagem" (FERREIRA, 2017, p. 624), de modo que, segundo o geógrafo suíço, "todos nós combinamos energia e informação, que estruturamos com códigos em função de certos objetivos. Todos nós elaboramos estratégias de produção, que se chocam com outras estratégias em diversas relações de poder" (RAFFESTIN, 1993, p. 153).

As estratégias de produção, momentos teleológicos da atividade humana no processo de objetivação e construção da vida social, se defrontam com as estratégias e práticas de outros sujeitos sociais, os quais, para Raffestin, tratam-se de processos eminentemente dirigidos por códigos sociais. É nesta perspectiva que os territórios são sistemas informacionais espacializados de acordo com as determinações culturais de uma sociedade, ou melhor, "o território pode ser considerado como espaço informado pela semiosfera – isto é, o sistema significante a partir do qual o ator extrai os recursos informacionais para a ação (Lotman, 1985)"[155] (RAFFESTIN, 2012, p. 129, tradução da autora).

Assim, a mediação concreta entre homem e natureza, que é a base do trabalho social, tornou-se um conjunto de princípios etéreos em torno das noções de "energia" e "informação", elementos passíveis de serem adequados, semanticamente, à *práxis*

[155] "territory can be considered as space informed by the semiosphere – that is, the signifying system from which the actor draws the informational resources for action (Lotman, 1985)" (versão original).

semiótica. Nesta direção, a compreensão do significado real dessa transposição semiótica da objetivação humana na constituição territorial no pensamento do autor exige que analisemos, em linhas gerais, os problemas filosóficos relativos à representação cartográfica de Charles Hussy.

***

Em sua obra, "*La carte: un modèle, un langage"*, o professor de cartografia e semiologia gráfica da Universidade de Genebra, Charles Hussy, desenvolve, juntamente com seu colega da linguística, Luis Prieto, e seu colega de departamento, Claude Raffestin, um instrumental cartográfico no qual estão manifestadas as preocupações de ordem geográfica e semiológica a respeito da construção de "um método de desvelamento de estruturas insuspeitadas da realidade territorial[156]" (RAFFESTIN, 1988, p. 03, tradução da autora).

Neste método de desvelamento, Hussy (1988, p. 19) afirma, com base na semiologia estrutural, que a representação cartográfica "deve ser abordada sob o ângulo do conhecimento e da ação em geral[157]", de modo que a produção de um objeto cartográfico deve representar, simultaneamente, a eficiência do sistema sêmico em traduzir/produzir o campo operatório de ação de determinados poderes no espaço (RAFFESTIN, 1993).

Observemos, mais uma vez, que a finalidade da representação se inicia e se encerra no próprio sistema da linguagem cartográfica, sendo que, tanto para Hussy quanto para Raffestin, a representação permite, mesmo que de maneira embrionária, traduzir/produzir as estratégias específicas dos "atores sociais", gerando uma determinada "produção territorial" (RAFFESTIN, 1993). Tradução e produção estão, verdadeiramente, amalgamadas na condução gnosio-epistemológica deste projeto cartográfico.

Nesta perspectiva de Raffestin, em que o "produto" territorial apresenta a bifacialidade de representar e projetar, podemos deduzir que somente a territorialidade, seguindo o referencial do autor, pode ser "vivida" pelos "atores sociais" (ou, como ele mesmo indica, a territorialidade expressa as relações existenciais). Por sua vez, os

[156] "un méthode de dévoilement de structures insoupçonnées de la réalité territoriale" (versão original).
[157] "doit être abordée sous l'angle de la connaissance et de l'action en général" (versão original).

territórios **são**, no sentido ontológico do termo, tanto processo quanto produto das relações sociais de poder, mas esta produção é tão-somente traduzível e efetivada por meio de um sistema de códigos (mediadores), isto é, de uma linguagem representativa.

Assim:

> De acordo com a nossa perspectiva, a territorialidade adquire um valor bem particular, pois reflete a multidimensionalidade do "vivido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

Estas considerações são, de certo, ainda passíveis de outras investigações, no entanto, não devemos confundir a ordem dos problemas nem traçar inferências que, de fato, não existem no autor. Dizemos isto em relação à uma possível aproximação das objetivações ontológicas que a dimensão representativa assume no conceito de território em Raffestin para uma transfiguração ao conceito de paisagem. Como sabemos, Raffestin fez intervenções críticas bastante pertinentes à paisagem de seus colegas franceses, ainda que, no final de sua trajetória acadêmica, tenha repensado determinados aspectos dessas críticas[158]. Nos textos em que Raffestin buscava fundamentar sua teoria geográfica das relações de poder, a paisagem é um fenômeno da aparência do real, largamente mistificadora, de modo que "poderíamos dizer que a paisagem é a estrutura da superfície enquanto a territorialidade é a estrutura profunda" (RAFFESTIN, 1977, p. 132).

Neste sentido, a amalgamação entre tradução (representação) e produção (objetivação) do território no interior do pensamento relacional de Raffestin significa dizer, em breves termos, que o território **não-é** se o geógrafo não puder transformá-lo em linguagem. O que existe, em termos ontológicos, para Raffestin, é a territorialidade dos grupos sociais em determinado sistema espaço-tempo; é esta a expressão geográfica efetivamente "concreta" das relações sociais para o autor suíço. O território é uma produção, certamente, mas uma produção que somente **existe** por meio de sua apropriação representativa. Não é à toa que Raffestin precisa "vaporizar" a categoria marxiana de trabalho em "energia" e "informação"...

> Isto é o mesmo que dizer que a representação só atinge no espaço aquilo que é suscetível de corresponder às "utilidades" sociais *lato sensu*.

[158] Podemos encontrar na bibliografia levantada em Anexos sua obra tardia, publicada na Itália: "*Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio. Elementi per uma teoria del paesaggio".* O livro assinala as inflexões teórico-conceituais no pensamento geográfico de Raffestin.

> Assim, portanto, a representação compõe o cenário, tendo a organização como o espetáculo da tomada original do poder. (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Portanto, queremos reiterar, como um dos resultados desta tese, que a densidade material investigada na abordagem relacional do poder de Raffestin a respeito do conceito de território permite com que afirmemos o seguinte: o território, na "geografia do poder", é um constructo da linguagem (discursiva e cartográfica). Argumentamos este resultado retomando a "produção" espacial dos atores sintagmáticos e paradigmáticos.

Raffestin e Hussy estão de acordo em relação à operacionalidade do sistema sêmico na representação territorial, que indica, na verdade, uma transcendência de seu conteúdo em relação aos objetos representados. Lembramos aqui do próprio Greimas, como visto anteriormente, para o qual a linguagem produz conhecimento, uma vez que a semiologia tem a capacidade de transcender o "concreto", de sobrepujar o "real".

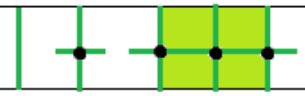
De todo modo, Raffestin e Hussy consideram que todo e qualquer sistema territorial é composto por três elementos fundamentais, que são o ponto, a linha e a superfície. Em um esquema simplório e irreal de representação, no qual somente um "ator social" estabeleceria uma relação no espaço, são estes os elementos fundamentais. No entanto, no âmago do conjunto social, em que a ideia de um único "ator" é, ontologicamente, impossível, Raffestin considera que os elementos mais adequados da representação axiomática do sistema territorial são: os nós, as redes e as malhas (tessituras).

Logo:

> Tessituras, nós e redes podem ser muito diferentes de uma sociedade para outra, mas estão sempre presentes. Quer sejam formados a partir do princípio da propriedade privada ou coletiva, nós os encontramos em todas as práticas espaciais. Se insistimos nesse fato é porque estamos em presença, sem dúvida nenhuma, de "universais" ou de invariáveis propriamente geográficas. (RAFFESTIN, 1993, p. 151).

Os signos "universais" do território são, portanto, estes três mediadores do terreno semiológico, que, correlacionados à uma espécie de "probabilística", ou melhor, "aos instrumentos que se deveriam mobilizar, a saber os da estatística probabilística, e que pelo menos durante meio século na fizeram parte do arsenal metodológico da geografia" (RAFFESTIN, 1993, p. 13), permitem, de acordo com o geógrafo suíço, produzir todos os campos operatórios de poder no espaço geográfico.

O quadro abaixo, copiado do livro de Hussy (1988, p. 37), apresenta três colunas que trazem, de acordo com os autores, o "essencial visível de todas as práticas espaciais" (RAFFESTIN, 1993, p. 150). Os mediadores sêmicos, estabelecendo, de acordo com as estratégias dos "atores sociais", constantes inter-relações, produzem modelos do sistema territorial que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados.

Signo de origem	Derivações	Sequência gráfica
PONTO (NÓS)	Linha → Superfície	
	Superfície → Linha	
LINHA (REDES)	Ponto → Superfície	
	Superfície → Ponto	
SUPERFÍCIE (MALHAS)	Ponto → Linha	
	Linha → Ponto	

Quadro 3 - Mediadores do sistema territorial. Fonte: HUSSY, 1988, p. 37.

Na primeira coluna, o signo de origem se constitui a expressão matricial do sistema territorial produzido, de modo que, independemente das variações de escala, sua manifestação permanece como base representativa do território. Vejamos, por exemplo, o **signo de origem** "linha". As **derivações** representativas do constructo territorial, provocadas pelo equacionamento da dimensão escalar (seja do "ponto" para "superfície" ou da "superfície" para o "ponto"), produzirão determinadas **sequências gráficas**, que, no conjunto "sintagmático da carta" (HUSSY, 1988, p. 36), manifestarão as relações de poder espacializadas.

A função do sintagma, na semiologia, é justamente dar conta das diversas relações produzidas pelos elementos diversos na realidade representativa, consolidando, de maneira efetiva, um determinado sistema (HUSSY, 1988). Tendo como signo de origem a "linha", esse mediador deverá aparecer na composição sintagmática da sequência gráfica. Assim, se temos uma derivação ponto → superfície, a sequência gráfica mostrará, no plano sintagmático, uma alinhamento de pontos que atingirão um produto final em

"malha". E ao contrário; tendo uma derivação superfície → ponto, o sintagma, balizado pela escala da representação, atinge uma figuração nodal do território.

Discorremos sobre signos, de fato, que "desencarnados" da uma base material específica tornam-se, efetivamente, inter-relações de um sistema linguístico-imagético, que, *a priori*, podem ou não coincidir, eventualmente, com a realidade concreta. O próprio Hussy confessa nas últimas frases que encerram o preâmbulo de seu livro: "como a estatística (Alfred Sauvy), a carta é um 'ser falho; se a torturamos, ela fala[159]'" (HUSSY, 1988, p. 04).

O território, na "geografia do poder" de Raffestin, sendo um constructo da linguagem, para desilusão de alguns seguidores do autor (como eu!), exige algumas reflexões finais antes de encaminharmos as considerações finais desta tese. Uma última nota sobre a teoria do território antes de encerrarmos... e assim, mais uma vez, se começamos esta tese com Marx, encerraremos com ele.

***

Em notas escritas entre 1857-1858, que geraram o livro "*Formações Econômicas Pré-Capitalistas"*, e que antecedem textos mais elaborados, como "*Contribuição à Crítica da Economia Política"*, Marx – em uma passagem específica, pois não se tratava, de modo algum, de suas preocupações político-econômicas – traz uma colocação bastante significativa aos geógrafos de todos os tempos sobre o território: "O que faz com que uma região de terra seja um território de caça é o fato das tribos caçarem nela" (MARX, 1964, p. 87)[160]. Em outros termos, o que faz com um território não seja uma "porção de terra" é o fato de nele existir relações sociais.

Portanto, é em meio à uma crítica aguda às abordagens geográficas apriorísticas que devemos arrematar as reflexões teóricas da questão do território no pensamento geográfico de Raffestin. Uma crítica radical às abordagens morfofuncionais e espaciológicas, que buscam responder à problemática do conhecimento sob uma

[159] "comme la statistique (Alfred Sauvy), la carte est un 'être faible; si on la torture elle parle'" (versão original).
[160] A leitura deste livro será projeto futuro. Fizemos uma apreensão pontual da colocação de Marx nesta obra, com base nas pistas levantandas pelo Prof. Marco Mitidiero (o qual agradecemos) durante a arguição de qualificação de uma colega de Mestrado, que refletia problemas de ordem teórico-empírica sobre o sistema territorial.

perspectiva fundamentalmente lógico-epistemológica, que o rigor de nossas reflexões deve se firmar.

O fato mais evidente dessas preocupações tem sido, nos últimos tempos, a constatação de subterfúgios teóricos em torno do fenômeno concreto, o solapamento do rigor de método e dos pressupostos filosóficos dos pesquisadores, flexibilizando a consequente "apoteose do discurso pelo discurso", a não-verdade e a prerrogativa cega da obsolescência de determinadas perspectivas de interpretação do real. A aposta de "universalidade" no sistema sêmico em Raffestin conduz, ao contrário, para as portas do irracionalismo científico, no qual linguagem, subjetividade e ciência não se distinguem, concretamente.

Neste sentido, o materialismo histórico e dialético tem se tornado, sem dúvida, um dos mais taxativos em relação à uma possível obsolescência de sua capacidade de interpretação crítica do real, seja a partir da premissa (mais ideológica do que fundamentada) do "esgotamento da classe social" como instrumento analítico e unidade política capaz de traduzir as contradições socioespaciais e tensionar alternativas efetivas aos processos hegemônicos do mundo contemporâneo.

Assistimos, assim, com profunda estranheza, a crescente banalização do conceito de território, tanto nas ciências humanas, de modo geral, quanto no âmago da comunidade geográfica brasileira. Uma prática científica evasiva para com a dimensão ontológica dos processos reais, conformando o debate geográfico na "arena da linguagem", que se resguardam na confortável "polissemia do território". Ao mesmo tempo em que se revelam as tautologias ("território usado") e as idiossincrasias conceituais dos autores ("territórios de esperança"), perpassam ainda as tentativas inócuas de definir o fenômeno territorial não a partir "*do que ele é"* (do ponto de vista ôntico), mas a partir de um apriorismo e/ou de uma ordenação confusa de abstrações singulares (a cultura, a política, a economia, a natureza), que pouco exprimem as conexões internas e imanentes da sociabilidade capitalista.

Não queremos, com isto, invocar mais uma disputa conceitual de território, como se os embates epistêmicos, lógico-discursivos, fossem capazes de dar conta de uma definição hermética e absoluta do conceito de território, ou seja, apreender uma "substancialidade" a-histórica do fenômeno territorial. Se há, de fato, neste caso, uma disputa, essa se aproxima muito mais das questões de método do que estritamente das

questões conceituais. Isto significa ampliar o terreno do debate filosófico e ideológico da pesquisa geográfica, reiterando a *práxis* concreta como único critério de verdade e validação das teorias e concepções científicas. O "pensamento geográfico" deve enfrentar a luz do dia e "pôr os pés no chão" (como na epígrafe desta tese, "lugar de poesia é na calçada/ lugar de samba-enredo é no asfalto"). Caso contrário, nunca superaremos o chão epistemológico da relação sujeito e objeto como automanifestação da razão, que aquiesce a "Verdade" como aporia inalcançável do pensamento e a relativiza em relação ao fenômeno concreto.

À luz dessas provocações, não pretendemos minimizar as tentativas de apreensão da pluriescalaridade e das diversas dimensões materiais e representativas que constitui o fenômeno territorial. No entanto, a supremacia antiontológica que perpassa, em larga escala, a produção do conhecimento geográfico conduz, não raras vezes, a abandonar a totalidade concreta das relações sociais de poder, infirmando a natureza contraditória e relacional dos territórios.

O território, ao contrário, não responde ao campo das vicissitudes eminentemente gnosio-epistemológicas, ou ao campo das operacionalizações meramente nominais e terminológicas, esvaziando-se conceitualmente, próprio dos empregos banalizados ou das acepções relativistas que incidem em determinadas pesquisas geográficas. Demarcamos, portanto, que os territórios não são concepções taxonômicas do pensar e de uma ciência particular, mas, antes de tudo, fenômenos ontogenéticos concretos que se manifestam e se consolidam mediante determinações e acumulações distintas da *práxis* humana na produção do espaço (SOUZA, 2013).

É assim que os territórios e as territorialidades deixam de responder, de modo primordial e único, à dimensão dos conceitos e às questões discursivas e metódicas da ciência geográfica, ainda que seja esta, efetivamente, a atividade intrínseca do "sujeito do trabalho científico", para responder crítica e materialmente à dimensão dos fenômenos socioespaciais reais, das apropriações espaciais e de suas representações, das lutas de classes que estruturam, contraditoriamente, nossa realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na geografia, o efeito de um clássico sobre uma geração de geógrafos sempre conserva, ao longo dos anos, suas vias não anunciadas. Vias de reflexão que não se esgotam no interior da obra e vias de reflexão que "não se dizem". Quarenta anos depois, *"Por Uma Geografia do Poder"* conserva suas provocações e sua originalidade nem sempre ditas. Tratando-se de uma obra internacionalmente referenciada, e que produz um conjunto de reflexões teóricas tão capilarizadas e contundentes sobre as questões geográficas da atualidade, só nos resta supor duas direções sobre esta ausência de esforço crítico.

De um lado, os avanços do pragmatismo e da alienação do trabalho no conhecimento científico, que, cada vez mais, afastam o "trabalhador em geografia" da realidade do trabalho consciente (SOUZA; ALVES, 1996), encadeando efeitos preocupantes sobre a produção geográfica nos dias de hoje. Efeitos preocupantes justamente quando os pesquisadores tendem a incorrer a citações "que se encaixam", do ponto de vista terminológico, no interior dos problemas teóricos e/ou empíricos suscitados em suas pesquisas, negligenciando derivações teórico-reflexivas mais subjacentes de suas referências. Em outra perspectiva, talvez mais perigosa, diz respeito ao que "não deve ser dito", a fim de não nos comprometermos nas relações cotidianas intra-departamentais e no interior dos grupos e fóruns de pesquisa e financiamento. Efeitos que, aos poucos, acabam cerceando a própria intervenção crítica do intelectual sobre a realidade concreta, sobre a essencialidade das contradições que dela suscita.

Quando conseguimos assumir para nós a tarefa de reconstruir, analiticamente, os alicerces teóricos fundantes da abordagem relacional do poder de Claude Raffestin, é evidente que assumimos também os efeitos desse caminho. Efeitos que se mostrarão de modo mais imediato no encerramento da tese, outros que talvez o tempo possa se encarregar de dizê-los a nós. Porém, dentre todas as derivações, as que, por ventura, poderão se somar às nossas reflexões, e produzir vias que não fizemos nesta tese, mas também aquelas que, factivelmente, irão se opor às nossas demarcações; dentre todas essas, resta-nos dizer exatamente o que Raffestin disse em nosso último encontro, na gélida, mas solar, tarde de Genebra, em meio à silenciosa Rue Jean-Calvin: "Bem, faça o que achar que deve ser feito. Você sabe como me procurar caso você queira conversar... Mas a sua mensagem política tem de ser dita".

A certa altura da escrita, vai ficando mais razoável, e menos emotivo, apresentar o balanço crítico da principal obra de um intelectual como Raffestin, sem tentar incorrer a subterfúgios de quaisquer ordens. Se não pudemos adentrar em algumas questões teóricas de "*Por Uma Geografia do Poder"*, foi porque ou não o soubemos fazer ou porque, efetivamente, entendemos que suas implicações analíticas não versariam sobre os nossos objetivos neste momento. Mas, com toda a serenidade em poder registrar estas últimas páginas, não foi porque escolhemos "não dizer".

Nesta perspectiva, a análise crítica que desenvolvemos sobre a problemática relacional do poder de Raffestin em torno da questão do território buscou identificar os indicativos concretos de ruptura teórica e ideológica da proposta de reformulação epistemológica do autor em relação às abordagens geográficas hegemônicas do pensamento francófono nas últimas décadas do século XX. Abordagens que, claramente, dissolviam as relações sociais e suas manifestações de poder, para operarem, de maneira lógico-conceitual, sobre seus "objetos" de investigação, ora o espaço geográfico ora o Estado monolítico e entificado.

A "geografia do poder" de Raffestin, gerada *pari-passu* à crise do marxismo europeu e à própria crise epistemológica da geografia francesa, encontra determinadas posições teóricas e políticas promissoras para sua construção teórico-ideológica. De um lado, as reflexões do geógrafo suíço encontram respaldo político e ideológico na "nova esquerda intelectual", que, segundo Mavi Rodrigues (2007, p. 193), "é mais utópica que realista e mais rebelde que revolucionária" – e Michel Foucault é, efetivamente, a figura central nesta incorporação. De outro, Raffestin encontra suporte aos problemas eminentemente gnosio-epistemológicos da ciência geográfica na ascendência dos estudos semiológicos, linguísticos e também da antropologia estruturalista da década de 1970.

Neste momento, nossa análise crítica não pôde mais recuar e não dizer que Raffestin não completou uma escolha durante a produção de sua "geografia do poder", abandonando a construção teórica real das relações de poder que produzem, contraditoriamente, os territórios, ou seja, abandonando a totalidade concreta, para tentar amparar, lógica e racionalmente, um campo disciplinar que não achava seu lugar no seio das ciências sociais no final do século XX. Assim sendo, devemos deixar claro que, se a análise crítica de um pensamento geográfico possibilita soerguer os indicativos radicalmente novos de um projeto teórico em relação às outras abordagens vigentes, esta

mesma análise crítica deve revelar também suas contradições: a problemática relacional do poder de Raffestin não rompe, do ponto de vista ontognosiológico, com as preocupações morfofuncionais que tanto criticou na geografia, ou então, rompe-as apenas formalmente.

Durante o processo de investigação, os elementos relacionais que indicavam cotejamentos empíricos mais diretos de nossa interpretação, e que acreditamos, com isto, ter nos afastado de abstracionismos e inferências desmedidas em relação ao pensamento do autor, surgiram a partir dos "atores sociais" e do "sistema territorial". Os sujeitos sociais, consubstanciados sob um campo ideal de estratégias e intencionalidades, isto é, sob um campo de poder que se estabelece *a priori* nos signos linguísticos e representativos, transforma a realidade do trabalho social em "trabalho da mente", em uma *práxis* semiótica na qual as contradições reais se evaporam na questão do território.

Referimo-nos a sínteses contraditórias de totalidades capitalistas e não-capitalistas, que engendram os territórios dos mais diversos grupos sociais, produzidos pelo trabalho social. Devemos deixar claro, assim, que contradições não são predileções terminológicas para sustentar nossa matriz no materialismo histórico e dialético no que diz respeito à teoria do território. As contradições exprimem que território algum pode ser essencialmente interpretado e entendido com base nos "geografismos" da morfofuncionalidade e das abordagens espaciológicas, em-si e objectuais. As contradições não miram as "leis da forma", mas a lei social do trabalho humano, que reifica e aliena o homem para o sistema desigual do capital, mas, dialeticamente, pode humanizá-lo e transformá-lo em todas as suas pontencialidades, para si mesmo e para a construção de seu novo devir histórico. Os territórios, de qualquer natureza, engendram-se a partir dessa profunda contradição social.

Abertamente, causa-nos espanto, todavia, o parco – ou talvez nenhum – esforço teórico-analítico desta natureza dedicado ao pensamento de Raffestin nas produções da geografia que se desenvolve no Brasil, especialmente por se tratar de um autor largamente referenciado, em especial, nas temáticas que envolvem o conceito de território e dos aspectos teóricos e epistêmicos que povoam as introduções e os capítulos preliminares dos textos de geografia política.

Um desvio pontual talvez tenha sido Haesbaert (2008), tendo em vista a atenuação teórica que ele estabelece entre as incorporações teóricas que Raffestin teve de Lefèbvre.

Trata-se, precisamente, da aproximação que Raffestin faz da "produção do território a partir do trabalho" na direção de uma "produção social do espaço" lefebvriano. Acertamente, Haesbaert expõe o equívoco do geógrafo suíço sobre tal entusiasmo mimético:

> Ao afirmar que "o território se apoia no espaço; mas não é o espaço; é uma produção a partir do espaço" (1993, p. 144), Raffestin acaba por se confundindo na própria alusão que faz a Lefebvre, como se este também partilhasse dessa "passagem" do espaço ao território. Ao contrário, para Lefebvre (1986), o espaço também – e sobretudo – é produzido socialmente, não se tratando em hipótese alguma de um "a priori" sobre o qual reproduzimos nosso trabalho e exercemos poder (HAESBAERT, 2008, p. 104).

Haesbaert, entretanto, não avança mais na análise crítica, embora tenha indicado o princípio metabólico da ação humana sobre a natureza, declinando a ideia de "palco" espacial em Raffestin. O geógrafo brasileiro, porém, não avança na reflexão e o que, na verdade, não faltaram aqui no Brasil são, efetivamente, os revisionismos acerca das concepções do autor suíço, sobretudo àquelas ligadas ao processo de produção do território e à construção do sistema territorial. Estas revisões de literatura, por mais completas e relevantes que sejam para diversas finalidades entre os geógrafos brasileiros, se traduzem, na maioria das vezes, em quadros tipológicos de um território entificado, ou em enumerações de momentos isolados e completamente abstratos da *práxis* humana.

Saquet (2007; 2015a; 2015b), por exemplo, a partir de uma vasta e laboriosa revisão de literatura acerca das principais abordagens e concepções de território, que, entre os anos de 1950 até os dias atuais, permeiam várias escolas e matrizes do pensamento geográfico nacional e internacional, circunscreve sua concepção de território como algo próximo a "uma conjunção entre aspectos da economia, da política, da cultura e da natureza exterior ao homem" (SAQUET, 2007, p. 56). Trata-se de um compêndio de resultados gerais derivados de autênticas concepções e aprofundamentos teórico-metodológicos de outros autores, dentre eles, do próprio Raffestin, demonstrando que as dimensões E-P-C-N, no fundo, pouco querem explicar sínteses reais de processos territoriais.

O que os aspectos territoriais, denominados de "economia", de "política", de "cultura", da "natureza" (E-P-C-N), poderiam dizer, de modo substancialmente explicativo, das sínteses contraditórias que envolvem a gênese, o desenvolvimento, os conflitos e as disputas sociais dos processos constitutivos dos territórios na

contemporaneidade? É a mesma mistificação existente nas concepções de "população", de "aspectos políticos", "recursos", etc., que os geógrafos clássicos – e também Raffestin – preservaram como autenticamente empíricos. No entanto, como já assumiu Marx (2007, p. 95), "se separadas da história real, essas abstrações não têm nenhum valor. Elas podem servir para facilitar a ordenação do material histórico, para indicar a sucessão de seus estratos singulares", mas só.

Afora isto, seguem-se ainda as desmedidas transposições feitas pelos geógrafos brasileiros (inclusive Haesbaert), que absorveram, ao nosso ver, com pouco cuidado, as diferenças entre as metáforas da noção de "território" no pensamento psicanalítico e filosófico de Gilles Deleuze e Félix Guattari (e também de Suely Rolnik), e suas derivadas subjetivas no que diz respeito às fases do "território" (territorialização, desterritorialização e reterritorialização); isto é, uma certa noção de território que "ultrapassa o uso que dele fazem a etologia e a etnologia" (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323).

Referimo-nos, particularmente, às obras *"Mil Platôs"*, "*Anti-Édipo: Capitalismo e esquizofrenia*" e "*Micropolítica: Cartografias do desejo",* que tem fascinado – assim como fascinou Raffestin (1986; 2012) – grande parte dos geógrafos brasileiros que trabalham com as dinâmicas do fenômeno territorial. Acontece que o efeito inebriante incide, justamente, no momento em que os geógrafos perdem seus referenciais analíticos e seus instrumentais e propósitos na ciência geográfica – ou então, para usar uma expressão de Lacoste (1981, p. 241), são "geógrafos que não sabem que as suas crises epistemológicas são mais metodológicas do que qualquer outra coisa".

Queremos dizer, com isto, que a metáfora do território trazida, sobretudo por Deleuze e Guattari, "pode ser relativa tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente 'em casa'" (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 323), demonstrando que o território, tamanha amplitude e vaguidade do termo, pode ser compreendido, nesta perspectiva, não menos que o próprio corpo, um desejo inconsciente, uma experiência estética ou cognitiva, entre muitas outras indeterminações que a nossa subjetividade levar.

As indeterminações da subjetividade do pesquisador têm nos preocupado, apontando sobre o discurso, e, na verdade, sobre todas as tonalidades semânticas derivadas dele, as possibilidades de realização e legitimação do conhecimento científico.

A mensagem política cobrada por Raffestin, nesta tese, também é esta, que inverte, no discurso geográfico, "o sentido do mundo, dando uma direção conservadora e reacionária à ação que deveria constituir a sociedade transformada, desvinculando e contrapondo entre si o saber e a prática (MARTINS, 1978, p. 12).

As direções do saber, tomadas por Raffestin na construção da abordagem relacional do poder, tomam, na prática, configurações potencialmente antitéticas no interior do movimento histórico dos dias de hoje. A enunciação relacional em sua geografia nunca deixou de apontar o movimento do pensamento geográfico e transformação das formas de poder nas formações territoriais.

Compreendemos que os intelectuais, efetivamente, comprometidos com a transformação social e com um projeto consciente de abolição da sociedade de classes, não ficam por iguais no movimento da história dos homens nem se dissolvem nas características gerais de uma obra. Então, o que permanece e o que muda, antiteticamente, em Raffestin?

Claude Raffestin: [...] Je me suis souvent demandé, [...] comment évoluait le Brésil du point de vue politique et votre dernier mail m'a donné une petite idée des difficultés que vous devez affronter. Je me demandais si m'exagérait la situation du Brésil, moi qui n'y vit pas, mais ce que vous m'en dites me montre que la situation est très grave. Tenez bon, tous les pouvoirs se dissolvent avec le temps!
[...]
Je crois que la réflexion du pouvoir sur le plan de l'épistémologie ce qui n'a pas été suffisamment étudié, c'est ce qui vous donnera beaucoup de réponses en géographie. C'est une bonne idée de donner de l'importance au travail comme essence mais tous les problèmes de l'épistemologie ne vous obligent pas à abandonner le monde agraire dans lequel le problème du pouvoir est fondamental. Ce sont deux modes de poser vos problèmes théoriques qui ont chacun leur importance mais qui ne doivent pas s'exclurent l'un l'autre.

Tradução: [...] Eu frequentemente me perguntei [...] como evoluía o Brasil do ponto de vista político e seu último e-mail me deu uma pequena ideia das dificuldades que vocês devem enfrentar. Eu me perguntava se eu estaria exagerando sobre a situação do Brasil, eu que não vivo aí, mas isto o que você me diz me mostra que a situação é muito grave. Aguente firme, todos os poderes se dissolvem com o tempo!
[...]
Eu creio que a reflexão do poder sobre o plano da epistemologia, isto que não foi suficientemente estudado, é o que lhe dará muitas respostas em geografia. É uma boa ideia dar importância ao trabalho como essência, mas todos os problemas da epistemologia não obrigam você a abandonar o mundo agrário no qual o problema do poder é fundamental. Estes são dois modos de colocar seus problemas teóricos que têm, cada um, sua importância, mas que não devem ser excludentes.

Este fragmento de um e-mail de 28 de abril de 2020 permite com que encerremos a análise crítica sobre o pensamento relacional deste autor. Neste trecho, acreditamos que

estão reunidos desdobramentos reais de problemas largamente refletidos por Raffestin em sua "geografia do poder"; questões que não se resolvem unicamente na batalha das ideias geográficas, ainda que essa dimensão nos forneça inúmeras respostas.

Raffestin suscita provocações sobre o "mundo agrário", identificando, não mais os problemas de ordem gnosio-epistemológica de uma estudante em formação, que só dizem respeito, efetivamente, às suas questões na geografia. O autor de "*Por Uma Geografia do Poder"* sinaliza agora as estruturas de poder mais ontológicas da formação territorial de uma brasileira, baseadas na violência secular de uma sociedade inteira e na apropriação privada da terra. Diante de uma conjuntura de barbárie institucionalizada, a geografia brasileira deve enfrentar a "ordem do dia", ainda que, sem o dizer por quais meios, todos os poderes se dissolvam com o tempo.

ARMURES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Joaquim. Notas epistemológicas sobre Jean Piaget. Lisboa, 1971, p. 96-139.

ALTHUSSER, Louis. **Análise crítica da teoria marxista (Pour Marx).** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

AMADEO, Javier. **Notas sobre o marxismo.** A tradição ocidental. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ANDERSON, Perry. **Considerações sobre o marxismo ocidental.** Nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2004.

ANTHEAUME, Benoît; GIRAUT, Frédéric. **Le territoire est mort.** Vive les territoires! Paris: IRD Éditions, 2005.

AQUINO, J. K. S. Racionalidade e efetividade do Direito em Hegel: normatividade e historicidade da liberdade. Dissertação de mestrado, UFCE. Ano de obtenção, 2017.

ASBAHR, Flávia da Silva Ferreira. A pesquisa sobre a atividade pedagógica: contribuições da teoria da atividade. Revista Brasileira de Educação, nº 29, 2005, pp. 108-119.

ASSUNÇÃO, Vânia Noeli Ferreira. A teoria das abstrações de Marx: o método científico exato para o estudo do ser social. Revista Verinotio, nº 18, ano IX, 2013, pp. 46-61.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia.** Trad.: Fátima L. Godinho; Mário C. Oliveira. Lisboa: Portugal: Edições 70, 2006.

BADIE, Bertrand. **La fin des territories.** Essai sur le désordre international et l'utilité sociale du respect. Paris: Fayard, 1995.

BASTOS, Cleverson Leite; CANDIOTTO, Kleber B. B. **Filosofia da Ciência.** Petrópolis: Vozes, 2008.

BAUER, M.; JOVCHELOVITCH, S. Entrevista Narrativa. In: BAUER, M.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som.** Petrópolis: Vozes, 2002.

BENDA, Julien. **A Traição dos Intelectuais.** Trad.: Paulo Neves. São Paulo: Peixoto Neto, 2007.

BENSAÏD, Daniel. As classes sociais ou o sujeito perdido. In: **Marx, o intempestivo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, pp. 141-174.

BOBBIO, Norberto. **Os Intelectuais e o Poder.** Dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea. Trad.: Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: EdUnesp, 1997.

BOULLANT, François. Michel Foucault, penseur de l'espace. 2003. Disponível: http://www.univ-lille3.fr/set/sem/Boullant.html. Acessado em: janeiro de 2019.

BOURDIEU, Pierre. Questões de sociologia. Trad. Jeni Vaistman. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1994.

BOTO, Carlota. **Traição dos Intelectuais**. Revista USP, São Paulo, n. 80, 2009, pp. 161-171.

CALABI, Donatella; INDOVINA, Fracesco. Sobre o uso capitalista do território. In: Archivio di studi urbani e regional. Trad.: Liliana Fernandes e Moacyr Marques. Veneza, ano IV, n. 2, 1973. (Mimeografado).

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos?** Trad.: Nilson Moulin. São Paulo: Cia de Bolso, 2009.

CERTEAU, Michel de. **The practice of everyday life.** Trad.: S. Rendall (University of California Press), Berkeley, 1984.

CHAGAS, Eduardo. O método dialético de Marx: investigação e exposição crítica do objeto. CEMARX: Unicamp, 2012.

CHASIN, José. **Marx:** Estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

CHASIN, José. **Método Dialético**. Aula transcrita, Alagoas: UFAL, 1988.

CHEPTULIN, Alexandre. **A Dialética Materialista.** Categorias e leis da dialética. Trad.: Leda Rita Cintra Ferraz. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1982. 354 p.

CLAVAL, Paul. **Espaço e poder.** Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

COTRIM, Livia. **A revolução alemã de 1848 nos artigos da Nova Gazeta Renana**. Projeto História, São Paulo, n. 47, 2013, pp. 323-364.

COTRIM, Lívia. J. Chasin: Redescobrindo Marx - A Crítica a Lukács. In: I Colóquio Marx-Engels, 2000, Campinas. A Obra Teórica de Marx. São Paulo: Xamã, 1999. v. único.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e A Miséria da Razão.** Posfácio: José Paulo Netto. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

CUEVA, Agustín. Problemas y perspectivas de la teoría de la dependencia. Bogotá: Siglo del Hombre – CLACSO, 2008.

CUIN, Charles-Henry; GRESLE, François. História da Sociologia. São Paulo: Ensaio, 1994.

CUSSET, F. French theory: Foucault, Derrid, Deleuze et Cie et les mutations de l avie intellectuelle aux États-Unis. Paris: La Découverte, 2003.

DOSSE, François. **O Império do Sentido.** A humanização das ciências humanas. Trad. Ilka Cohen. São Paulo: EdUNESP, 2018.

DOSSE, François. **História do estruturalismo.** O canto dos cisne, de 1967 a nossos dias. Volume 2. Trad.: Álvaro Cabral. Campinas: EdUNICAMP, 1993.

DUAYER, Mário; ESCURRA, Maria Fernanda; SIQUEIRA, Andrea Vieira. **A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx**. Rev. Katál. Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 17-25, jan/jun, 2013.

DUAYER, Mário. **Economia depois do relativismo**: crítica ontológica ou ceticismo instrumental? In: Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Política. Anais do ESBEP - Uberlândia: SEP, 2003, pp. 1-20.

DUSSEL, Enrique. **La Producción Teórica de Marx.** Un comentario a los Grundrisse. 2ª ed. México: Siglo Veintiuno editores, 1991.

ECO, Umberto. **La structure absente.** Paris: Mercure de France, 1972 [1968].

ECO, Umberto. **A theory of semiotics.** Bloomington, Indiana University Press, 1976 [1975].

EDUARDO, Márcio Freitas. Território, trabalho e poder: por uma geografia relacional. Campo-Território: Revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, 2006, pp. 173-195.

ELIAS, Norbert. Sociogênese da diferença entre "Kultur" e "Zivilisation" no emprego alemão. In: ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 23-50.

ENDERLE, Rubens. Apresentação. In: MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo. **A dialética do trabalho.** Escritos de Marx e Engels. Volume I. 2ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FALL, Juliet. **Reading Claude Raffestin**: pathways for a critical biography. Society and Space, vol. 30, 2012, pp. 173-189.

FALL, Juliet. **Lost geographers:** power games and the circulation of ideas within Francophone political geographies. Progress in Human Geography, 31 (2), 2007, pp. 195-216.

FALL, Juliet. Michel Foucault and Francophone geography. Publicado em: http://espacetemps.bet/documentl540.html

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Sobre la tipología de los territórios**. 2008. Disponível em: http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf. Acessado em: fevereiro de 2017.

FERREIRA, Gustavo H. A., Território usado, informação e poder: uma análise a partir dos agentes da mídia e publicidade em Uberlândia-MG. Observatorium: Revista Eletrônica de Geografia, v. 8, n. 21, 2017a, p. 104-129.

FERREIRA, Dina Martins. Do semelhante ao mesmo, do diferente ao semelhante: sujeito, ator, agente e protagonismo na linguagem. RBLA: Belo Horizonte, v. 17, n. 4, p. 619-640, 2017.

FOCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** Trad. Luiz Felipe Neves. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **The History of Sexuality.** Vol. 1: The will of knowledge. Peguin, 1998 [1976].

FREDERICO, Celso. Cotidiano e arte em Lukács. Revista Estudos Avançados, n. 14, 40, 2000, pp. 299-308.

GALVÃO, Andrea. Marxismo e movimentos sociais. Revista Crítica Marxista, n. 32, 2011, pp. 107-126.

GEORGE, P.; GUGLIEMO, R.; KAYSER, B.; LACOSTE, Y. **A Geografia Ativa.** São Paulo: Ed. Difusão Europeia, 1968.

GOLDMANN, Lucien. **Dialética e Cultura.** Trad.: Luiz Fernando Cardoso; Carlos Nelson Coutinho. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Coleção Pensamento crítico, v. 32).

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica.** Cartografias do desejo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1996.

GUERRERO, David. **Relire Raffestin vingt-cinq ans après**. Vox geographica, 2006.

GUSDORF, Georges. **Introduzione alle scienze umane.** Bolonha, II Mulino, 1972.

GREIMAS, Algirdas Julius. **Sémiotique et sciences sociales.** Paris: Seuil, 1976.

GRESPAN, Jorge. **O negativo do capital.** O conceito de crise na crítica de Marx à economia política. São Paulo : Expressão Popular, 2012.

HAESBAERT, Rogério. Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades.** Teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

HARTSHORNE, Richard. **The Nature of Geography.** Michigan: Edwards Brothers, 1949.

HEGEL, G. W. **Princípios da filosofia do direito.** Trad.: Orlando Vitorino, São Paulo: Martins Fontes, 1997.

HEGEL, Georg W. F. **A Ciência da Lógica.** Vol. 1. Trad.: Paulo Meneses e José Machado. São Paulo: Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio: 1830 – Ed. Loyola, 1995.

HÉRODOTE. Hérodote a lu: Paul Claval, Espace et pouvoir; Claude Raffestin, "Pour une géographie du pouvoir", n. 06, jul-set/ 1981.

HUSSY, Charles. **La carte: un modéle, un language.** Les Présocratiques, Ed. J. P. Dumont, Gallimard, Paris, 1988.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo.** A lógica cultural do capitalismo tardio. São Paulo: Ática, 1996.

KANT, Immanuel. Introdução à Geografia Física. Traduzido por: Leonardo Arantes. Revisão: Rodrigo Cantu de Souza. Revista GEOgraphia (Coleção Nossos Clássicos), ano IX, nº 17, 2007, pp. 121-129.

KLAUSER, Francisco. **Rethinking the relationships between society and space**: A Review of Claude Raffestin's Conceptualisation of Human Territoriality. Unpublished Working Paper No 37. Social Sciences Research Centre, National University of Galway, 2008, n/p. Disponível em: https://libra.unine.ch/Publications/Francisco_Klauser/13188/L-en. Acessado em: janeiro de 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto.** Trad.: Célia Neves e Alderico Toríbio. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas.** 5 ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1997.

LaBLACHE, Paul Vidal. As características próprias da Geografia. Annales de Géographie, 22. Trad.: Odete Sandrini Mayer, 1913.

LACOSTE, Yves. Hérodote a vingt-cinq ans. Écologie et géopolitique. Paris, Révue Hérodote, n. 100, pp. 3-12, 2001.

LACOSTE, Yves. A Geografia. In: CHATELÊT, F. **História da filosofia. A filosofia das ciências sociais.** São Paulo: Editora Sahar, 1973.

LALANDE, André. **Vocabulário técnico e crítico da filosofia.** 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LARA, Ricardo. **Notas lukácsianas sobre a decadência ideológica da burguesia**. Rev. Katál. Florianópolis, v. 16, n. 1, 2013, pp. 91-100.

LEFEBVRE, Henri. **La Production de l'Espace.** 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas em seis tomos.** Lisboa-Moscou : Avante !-Progresso, 1989, t. 6.

LESSA, Sérgio. Materialismo histórico : a origem. Jornal Espaço Socialista n. 84, 2015. Disponível em : http://espacosocialista.org/portal/2015/11/jornal-84-materialismo-historico-a-origem/

LESSA, Sérgio. **Mundo dos Homens.** Trabalho e Ser Social. 3ª ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LESSA, Sérgio. **Para compreender a ontologia de Lukács.** 3ª ed. Ijuí: Ed. Ijuí, 2007 (Coleção Filosofia).

LESSA, Sérgio. Lukács, Ontologia e Método. **Em busca de um(a) pesquisador(a) interessado(a).** Publicado na Revista Praia Vermelha, v. 1, n. 2, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: http://www.sergiolessa.com/metodo_ontologia_1999.pdf. Acessado em: março de 2018.

LESSA, Sérgio. **Lukács:** método e ontologia. Cadernos de Serviço Social. Recife: UFPE, v. 11, 1995a. Disponível em:

http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/metodo_ontologia_1995.pdf. Acessado: março de 2017.

LESSA, Sérgio. **Crítica ao praticismo "revolucionário**". Belo Horizonte. Revista Práxis, n. 4, 1995b.

LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural.** Trad.: Maria do Carmo Pandolfo. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Tempo Brasileiro, 1968.

LÖWY, Michael. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen.** Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. Trad.: Juarez Guimarães e Suzanne Felicie Léwy. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 2000. 219 p.

LOSURDO, Domenico. **A luta de classes.** Uma história política e filosófica. Trad.: Sílvia de Bernardis. São Paulo: Boitempo, 2015.

LUKÁCS, György. **Marx e Engels como historiadores da literatura.** Trad.: Nélio Schneider. Rev.: José Paulo Netto; Ronaldo Vielmi Fortes. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

LUKÁCS, György. **Para uma Ontologia do Ser Social.** Volume II. Tradução: Nélio Schneider; Ivo Tonet; Ronaldo Fortes. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos Para uma Ontologia do Ser Social.** Questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. Trad.: Lya Luft; Rodnei Nascimento. Superv. Editorial: Ester Vaisman. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUKÁCS, György. **Ontologia do Ser Social.** A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel. Trad.: Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Edit. Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma estética marxista.** Trad.: Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, György. As Bases Ontológicas do Pensamento e da Atividade do Homem. Trad.: Carlos Nelson Coutinho, 1969.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do capital.** Estudo sobre a interpretação econômica do imperialismo. Trad.: Moniz Bandeira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970

MARTINS, Elvio. O pensamento geográfico é geografia em pensamento? Revista GEOgraphia, ano 18, n. 37, 2016.

MARTINS, José de Souza. **Sobre o modo capitalista de pensar.** São Paulo: Ed. Hucitec, 1978.

MARTINS, Roberto de Andrade. Que tipo de história da ciência esperamos ter nas próximas décadas? Episteme, Porto Alegre, n. 10, p. 39-56, 2000.

MARX, Karl. **O Capital.** Crítica da Economia Política. Vol. I. Trad.: Rubens Enderle. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** Trad. Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel.** Trad.: Rubens Enderle e Leonardo de Deus. 2ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010a.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos.** Trad./; Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010b.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** Trad. e Introd.: Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbaach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemã em seus diferentes profetas (1845-1846). Trad.: Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel.** São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista.** Trad.: Álvaro Pina. Org. e introd.: Osvaldo Coggiola. 4ª ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia.** Trad. e introd. de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **La Sagrada Familia.** Y otros escritos filosóficos de la primera época. Trad. do alemão: Wenceslao Roces. México: Editorial Grijalbo, 1967.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-capitalistas. Trad.:** João Maia. São Paulo: Paz e Terra, 1964.

MASCARO, Alysson L. **Estado e Forma Política.** São Paulo: Boitempo, 2013.

MÉSZÁROS, István. **A Montanha que Devemos Conquistar.** Reflexões acerca do Estado. São Paulo: Boitempo, 2014.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MÉSZAROS, István. **Filosofia, Ideologia e Ciência Social.** Ensaios de negação e afirmação. Trad.: Laboratório de Tradução do CENEX/FALE/UFMG. São Paulo: Ensaio, 1993.

MINCA, C. Guest editorial. Environment and Planning D: Society and Space 18, 285-89.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território na geografia de Milton Santos.** São Paulo: Annablume, 2013.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. Introdução. A Antropogeografia de Ratzel: indicações. In: MORAES, A. C. R. (org.) **Ratzel.** Coordenador: Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MORAES, Antonio Carlos Robert de. **A gênese da geografia moderna.** São Paulo: Hucitec, 1989.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Os fundamentos filosóficos do pensamento de Ratzel. In: **Contribuição para uma história crítica do pensamento geográfico:** Alexandre von

Humboldt, Karl Ritter e Friedrich Ratzel. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia da FFLCH/USP, pp. 318-349, 1983. 604p.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e Práxis.** A presença do espeço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e Ser em Geografia.** São Paulo: Contexto, 2007.

MOREIRA, Ruy. **Marxismo e Geografia.** A geograficidade e o diálogo das ontologias. Revista GEO-graphia, ano 6, nº 11, 2004, pp. 21-37.

MOREIRA, Ruy. **Assim se Passaram Dez Anos.** (A Renovação da Geografia no Brasil no Período de 1978-1988). Revista GEO-graphia, ano 2, nº 3, 2000, pp. 27-49.

MOSCOVI, Serge. **Essai sur l'histoire de la nature.** Paris: Flammarion, 1968.

MOTTA, Manoel Barros (org.). **Michel Foucault.** Estratégia, poder-saber. Trad.: Vera Lúcia Ribeiro. 2 ed. Ed: Forense Universitária, 2006.

MÜLLER, Marcos Lutz. **Exposição e Método Dialético em "O Capital".** Boletim Seaf, nº 2, Belo Horizonte, 1982.

NETTO, José Paulo Netto. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NETTO, José Paulo. Posfácio. In: COUTINHO, C. N. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão.** 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

NETTO, José Paulo. Relendo a teoria marxista da história. In: SAVIANI, Demerval; LOMBARDI, José Claudinei (orgs.). **História e História da Educação.** O debate teórico-metodológico atual. Campinas: Autores Associados, 1998a.

NETTO, José Paulo. Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: MARX, K; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** São Paulo: Cortez, 1998b.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Crítica ao "Estado Isolado" de Von Thünen.** Contribuição para o estudo da geografia agrária. São Paulo: Iãnde Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de produção capitalista, agricultura e reforma agrária.** São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

OSÓRIO, Jaime. **O Estado no centro da mundialização**. A sociedade civil e o tema do poder. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PIAGET, Jean. **Seis estudos de psicologia.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1990.

POULANTZAS, Nicos. **As classes sociais no capitalismo de hoje.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PRIETO, Luis. **Pertinence et pratique.** Paris : Éditions de Minuit, 1975.

RACINE, Jean-Bernard; RAFFETIN, Claude. Des directions (encore) nouvelles pour la géographie moderne. Annales de géographie, 1978, vol. 87, n. 480, p. 182-194.

RACINE, Jean-Bernard; RAFFESTIN, Claude. Des réponses aux questions de Foucault. Hérodote, nº 6, 1977, pp. 15-19.

RAFFESTIN, Claude. Space, territory and territoriality. Environment and Planning D : Society and Space, 2012, vol. 30, pp. 121-141.

RAFFESTIN, Claude. Foucault aurait-il pu révolutionner la géographie ? In : ROTMANN, R. **Au risque de Foucault.** Paris : Centre Georges Pompidou, 1997, p. 141-149.

RAFFESTIN, Claude. **Por Uma Geografia do Poder.** Trad.: Maria Cecília França. Ed. Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. Préface. In: HUSSY, C. **La carte. Un modèle, un langage.** Les Présocratiques, Ed. J. P. Dumont, Gallimard, Paris, 1988.

RAFFESTIN, Claude. Éléments pour une théorie de la frontière. Diogène, vol. 34, n. 134, 1986a, pp. 3-21.

RAFFESTIN, Claude. **Territorialité: concept ou paradigme em géographie sociale?** Geographica Helvetica 2, 1986b, pp. 91-96.

RAFFESTIN, Claude. Le concept d'écologie humaine. Nouvelles : bulletin d'information du Centre européen d'écologie humaine, n. 9, p. 60-68, 1985.

RAFFESTIN, Claude; TURCO, Angelo. Espace et pouvoir. In: BAILLY, A. **Les concepts de la géographie humaine.** Paris : Masson, 1984, pp. 45-50.

RAFFESTIN, Claude. L'imagination géographique. Géotopiques, no. 1, 1983, p. 25-43.

RAFFESTIN, Claude. Travail et territorialité. In : **Demain le travail.** Paris : Economica, 1982, pp. 147-154.

RAFFESTIN, Claude. Les notions de limite et de frontière et la territorialité. Regio Basilienses, 1981, pp. 119-127.

RAFFESTIN, Claude ; BRESSO, Mercedes. **Travail, espace et pouvoir.** Ed. L'Age d'Homme, Lausanne, 1979

RAFFESTIN, Claude. Les construits en géographie humaine: notions et concepts. **Geopoint 78,** Avignon, Groupe Dupont, 1978, p. 55-73.

RAFFESTIN, Claude. Paysage et territorialité. Cahiers de géographie du Québec, vol. 21, n. 53-54, 1977, p. 123-134.

RAFFESTIN, Claude. Peut-on parler des codes dans les sciences humaines et particulièrement en géographie? L'Espace Géographique, Paris, nº 3, 1976a, p. 183-188.

RAFFESTIN, Claude. Géographie humaine et méthodes d'analyse. Le Globe, n. 111, 1974a, p. 53-64.

RAFFESTIN, Claude. Problématique implicite et problématique explicite en géographie humaine. Geographica Helvetica, 1974b, n. 2/3, pp. 22-28.

RATZEL, Friedrich. Antropogeografia. In: MORAES, A. C. R. (org.); FERNANDER, F. (coord.). **RATZEL - Coleção grandes cientistas sociais.** São Paulo: Ática, 1990a.

RATZEL, Friedrich. As Leis de Crescimento Espacial dos Estados (1896). In: MORAES, A. C. R. (org.) **Ratzel.** São Paulo: Ática, 1990b.

RODRIGUES, Mavi. **Michel Foucault sem espelhos. Um pensador proto pós-moderno.** Tese de Doutoramento na UFRJ. Rio de Janeiro: 2006.

ROSSI-LANDI, Ferruccio. **Metodica filosofica e scienza dei segni.** Bompiani, Milão, 1985.

SADER, Emir. Apresentação. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã.** Trad.: Rubens Enderle; Nélio Schneider; Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço.** Técnica e tempo, razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: EdUSP, 2006.

SAHLINS, Marshall. O "pessimismo sentimental" e a experiência etnográfica: por que a cultura não é um "objeto" em via de extinção. Parte I. Mana, vol. 3, Rio de Janeiro, 1997, p. 41-73.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice.** O Social e o Político na Pós-Modernidade. 7ª ed. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Um discurso sobre as Ciências na transição para uma ciência pós-moderna**. Revista Estudos Avançados, 1988, pp. 46-71.

SANTOS NETO, Artur Bispo. **A determinação ontológica das categorias em Hegel e Marx segundo Lukács**. Revista Peri, v. 03, n. 02, 2011a, pp. 37-57.

SANTOS NETO, Artur Bispo. **Dialética e ontologia em Hegel e Marx**. Revista Espaço Acadêmico, nº 120, 2011b, pp. 137-145.

SARTORI, Vitor Bartoletti. **De Hegel a Marx:** da inflexão ontológica à antítese direta. Revista Kriterion, Belo Horizonte, nº 130, 2014, pp. 691-713.

SARTRE, Jean-Paul. **Em Defesa dos Intelectuais.** São Paulo: Ática, 1994.

SCHÜTZE, Fritz. Biography analysis on the empirical base of autobiographical narratives: how to analyse autobiographical narrative interviews - part 1, 2. Disponível em: <http://www.biographicalcounselling.com/download/B2.1.pdf>. 2010.

SILVA, Lenyra Rique da. A natureza do espaço geográfico. Disponível em: http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal3/Teoriaymetodo/Conceptuales/07.pdf. Acessado em: agosto de 2019.

SILVA, Ludovico. **O estilo literário de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SILVEIRA, Fernando Lang. A filosofia da ciência de Karl Popper: o racionalismo crítico. Cad. Cat. Ens. Fis., v. 13, n. 3, pp. 197-218, 1996.

SILVEIRA, Fernando Lang. **A Teria do Conhecimento de Kant:** o idealismo transcendental. Caderno Cat. Ensino de Física, v. 19, número especial, 2002, pp. 28-51.

SÖDERSTRÖM, O.; PHILO, C., Social geography: looking for geography in its spaces. In: BENKO, G; STROHMAYER, U., **Human Geography: A History for the Tweenty-first Century.** Blackwell, Oxford, 2004, pp. 105-138.

SPOSITO, Eliseu S. **Geografia e Filosofia.** Contribuição para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

SOUZA, José Gilberto. Estado, crise estrutural do capital e a questão agrária. UFGD: Dourados XXIV ENGA 1 (1), 2018, 40p. (Conferência – Mesa Redonda).

SOUZA, José Gilberto de. **A Questão Indígena:** Acumulação por Espoliação e Monopolização do Território (A economia política do agronegócio). Revista Prima Facie, v. 12, n. 22, 2013, pp. 01-42.

SOUZA, José Gilberto de. **Limites do Território**. Revista Agrária, São Paulo, nº 10/11, 2009, pp. 99-130.

SOUZA, José Gilberto de. **A Dimensão Social e Política do Conhecimento** (Ciência ou Consciência). Revista Formação, n. 15, volume I, 2008, p. 167-172.

SOUZA, José Gilberto de; ALVES, Willian Rosa. **A Geografia e Método.** O pesquisador entre a janela e a calçada. Universitas: Ciências Humanas e da Saúde, v. 6, 1996, pp. 11-20.

SOUZA, José Gilberto de. **A Cartografia e o Movimento de Renovação da Geografia Brasileira. Revista Geosul (UFSC)**, Florianópolis, v. 18, 1995, pp. 87-117.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial.** 4ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.

SZARY, Anne-Laure Amilhat. Préface. In: RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir.** Lyon, ENS Éditions, 2019.

THOMPSON, Edward Palmer. **A Formação da Classe Operária.** Vol. I. Trad.: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TONET, Ivo. Pluralismo Metodológico: falso caminho. In: TONET, I. **Democracia ou Liberdade?** EdUFAL, 2004. Disponível em: http://ivotonet.xpg.uol.com.br/arquivos/pluralismo_metodologico.pdf . Acessado em: janeiro de 2017.

VAISMAN, Ester. **A Ideologia e sua Determinação Ontológica.** Revista Verinotio, nº 12, ano VI, out./2010, pp. 40-64.

VAISMAN, Ester; ALVES, Antônio José Lopes. Apresentação. In: CHASIN, José. **Marx:** Estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

VAISMAN, Ester; FORTES, Ronaldo Vielmi. Apresentação. In: LUKÁCS, G. **Prolegômenos para uma Ontologia do Ser Social.** Trad.: Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

VERNANT, J-P. **Entre Mito e Política.** Trad. Cristina Murachco. São Paulo: EdUSP, 2001.

VESENTINI, José William. Repensando a Geografia Política. Um breve histórico crítico e a revisão de uma polêmica atual. Revista do Departamento de Geografia, 20, pp. 127-142, 2010.

VIEIRA, Antonio Rufino. **A Filosofia Marxiana.** Uma análise das teses de Marx sobre Feuerbach. Revista Princípios, Natal, ano 3, n. 4, 1996, pp. 27-50.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia.** Org. e introd. de H. H. Gerth e C. W. Mills. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974.

ANEXOS

Levantamento bibliográfico de Claude Raffestin (de 1968 a 2012)

1963

RAFFESTIN, C. *École supérieure de commerce*, Genève: 75e anniversaire, 1888-1963, Genève, 51 p.

RAFFESTIN, C. **Genève, Essai de géographie industrielle**, Saint-Amand-Montrond (Isère), 1968, 349 p. (Tese de doutoramento).

1967

RAFFESTIN, C. *Freiburg im Brisgau, Esquisse de géographie urbaine*, Le Globe, n° 107, 1967, p. 23-57.

1969

RAFFESTIN, C. *L'évolution de l'immigration allemande aux Etats-Unis.* Le Globe, n° 109, 1969, p. 31-46.

RAFFESTIN, C. *Perspectives pour une coordination de l'histoire et de la géographie*. Gymnasium Helveticum, vol. 24, n° 1, 1969, p. 365-375.

1970

RAFFESTIN, C. *Géographie et organisations internationales.* Annales de Géographie, juillet-août 1970, vol. LXXIX, n° 434, juillet-août 1970, p. 470-480.

RAFFESTIN, C. *La Suisse romande et son vignoble*. Introduction. **Le Français dans le monde.** Revue de l'enseignement du français hors de France], vol. (?), n° ?, 1970, p. 18-20.

RAFFESTIN, C. *La population genevoise*: *Evolution et composition*. In: **Grandes villes et petites villes**: démographie et croissance urbaine, Lyon, St-Etienne, Grenoble, 22-26 avril 1968 / [3e Colloque national de démographie], Paris, Editions du CNRS, 1970, p. 517-522.

1971

RAFFESTIN, C.; BURGENER Jocelyn, GABIOND Bernard, LANDRY Philippe, **Travail et frontière: le cas franco-genevois**, Département de géographie, Université de Genève, 1971, 79 p.

RAFFESTIN, C. *Réflexions sur les processus d'évolution de la géographie humaine.* Geographica Helvetica, vol. 26, n° 2, 1971, p. 53-57.

RAFFESTIN, C. *Géographie humaine et méthodes d'analyse.* Le Globe, n° 111, 1971, p. 53-64.

RAFFESTIN C. *Image et sciences humaines*. Institut international de Glion, n° 2, 1971, p. 3-7.

1972

RAFFESTIN, C. *Relations et implantations des industries genevoises dans la région française limitrophe*. Bulletin de la Société neuchâteloise de géographie, tome LIV, fasc. 1, 1972, p. 79-84.

RAFFESTIN, C.; BALMAS, Daniel, *L'influence de Genève sur les Alpes (critique du modèle classique de l'influence régionale d'une ville).* Le Globe, n° 112, 1972 p. 39-62.

BURGENER J., CASTRO C., KRIEGER L., RAFFESTIN C., **Attitudes et comportements face au développement de la commune**, Eléments pour une étude d'aménagement, Genève, 1972.

RAFFESTIN, C. *I problemi socio-economici e socio-geografici di una regione di confine: il caso francoginevrino*. Numeri unici di sociologia, n° 3, 1972, p. 76-77.

1973

RAFFESTIN, C. *Formation et évolution d'un paysage humanisé*. Alliance culturelle romande, n° 19, 1973, p. 39-40.

RAFFESTIN, C. *Annecy vu de Genève.* Urbanisme, n° 137, 1973, p. 14-15.

RAFFESTIN, C. *Les conséquences économiques et socio-géographiques d'une frontière. Le cas francogenevois*. In: **Confini e Regioni**: il potenziale di sviluppo e di pace delle periferie : atti del convegno "Problemi e prospettive delle regioni di frontiera" / Istituto di sociologia internazionale, Trieste, 1973, p. 87-93.

RAFFESTIN, C. *Les mutations de l'industrie genevoise.* Revue de géographie de Lyon, vol. 46, n° 4, 1973, p. 317-325.

1974

GUICHONNET, Paul; RAFFESTIN, C. **Géographie des frontières**, Paris, PUF, 1974, 224 p.

RAFFESTIN, C. *La géographie politique*. Annales de géographie, vol. LXXXIII, n° 460, 1974, p. 734-735.

RAFFESTIN, C. *Espace, temps et frontière*. Cahiers de géographie de Québec, vol. 18, n° 43, 1974, p. 234.

RAFFESTIN, C. *Eléments pour une problématique des régions frontalières.* L'Espace géographique, n° 1, 1974, p. 12-18.

RAFFESTIN, C.; TRICOT Claude, BACHMANN Daniel. *Elaboration et construction d'un nouvel indice de concentration.* L'Espace géographique, n° 4, 1974, p. 303-310.

RAFFESTIN, C. *Problématique implicite et problématique explicite en géographie humaine.* Geographica Helvetica, n° 2/3, 1974, p. 22-28.

RAFFESTIN, C. *Les sociétés et le problème du temps*. Le Globe, n° 114, 1974, p. 9-21.

1975

RAFFESTIN, C.; GUICHONNET, Paul; HUSSY, Jocelyne. **Frontières et sociétés**. Le cas francogenevois, Lausanne, L'Âge d'Homme, 1975, 221 p.

RAFFESTIN, C.; HUSSY, Charles, HUSSY, Jocelyne, Choulex. *Attitudes et comportements face au développement de la commune*. Genève, Département de géographie, 1975, 25 p.

RAFFESTIN, C.; TRICOT, Claude. *Réflexions sur les formes*. Cahiers de géographie de Besançon, n° 12, 1975, p. 33-45.

RAFFESTIN, C. *Les routes et les transports routiers dans l'Arc alpin.* In: **Le Alpi e l'Europa**: [atti del Convegno tenuto a Milano dal 4 al 9 ottobre 1973], Bari, Laterza, vol. 3 [Economia e transiti / J.-F. Bergier, G. Guderzo ... [et al.], 1975, p. 427-488.

1976

RAFFESTIN, C.; BERTRAND, Henri; CORDEY, Philippe; HUSSY, Charles; HUSSY, Jocelyne. **Étude d'aménagement de la commune de Vernier.** Genève, Département de géographie, 1976, 55 p.

RAFFESTIN, C. *Peut-on parler de codes dans les sciences humaines et particulièrement en géographie?* L'Espace géographique, n° 3, 1976, p. 183-188.

RAFFESTIN, C. *Ecologie humaine et travail*. In: **Proceedings of the International Meeting on human ecology**. Vienna: Tagungsband Internationale Tagung fuer Humanoekologie, Wien / hrsg. im Auftrage der Humanoekologische Gesellschaft von Helmut Knoetig , Vienna 15-19 septembre 1975, Georgi Publ. Co, 1976, p. 243-246.

RAFFESTIN, C. *Remarques sur le concept d'écologie humaine.* In: **Proceedings of the International Meeting on human ecology**. Vienna: Tagungsband Internationale Tagung fuer Humanoekologie, Wien / hrsg. im Auftrage der Humanoekologische Gesellschaft von Helmut Knoetig , Vienna 15-19 septembre 1975, Georgi Publ. Co, 1976, p. 403-410.

1977

RAFFESTIN, C. *Problématique et explication en géographie humaine*. Géopoint 76, Théories et géographie, Avignon, Groupe Dupont, 1977, p. 81-96.

RAFFESTIN, C. *Paysage et territorialité.* Cahiers de géographique du Québec, vol. 21, n° 53-54, septembre-décembre 1977, p. 123-134.

RACINE, Jean-Bernard; RAFFESTIN, *C. Réponses aux questions de Foucault*. Hérodote, n° 6, 1977, p. 15-19.

RAFFESTIN, C. *Environnement Committee Transfrontier Pollution Group Transfrontier Pollution in the France, Geneva Area.* In: O.C.D.E. Environment Directorat, ENV/TFP/77/4, Scale D, Paris, 1st April 1977.

RAFFESTIN, C. *Réflexions sur l'analyse de l'espace en géographie humaine*. In: **Colloque sur les fondements théoriques de la recherche en géographie**, Colloque d'Aoste, 11-12 octobre 1974, 1977, Torino, G. Giappichelli, p. 100-111.

1978

RACINE, Jean-Bernard, RAFFESTIN, C.; RUFFY, Victor, **Territorialità e paradigma centro-periferia**. La Svizzera e la Padania, Milano, Ed. Unicopli, 1978, 181 p.

RAFFESTIN, C.; RACINE, Jean-Bernard. *Des directions (encore) nouvelles pour la géographie moderne*. Annales de géographie, vol. LXXXVII, n° 480, mars-avril 1978, p. 182-194.

RAFFESTIN, C. *La langue comme ressource: pour une analyse économique des langues vernaculaires et véhiculaires.* Cahiers de géographie du Québec, vol. 22, n° 56, septembre 1978, p. 279-286.

FERRIER, Jean-Paul, RACINE, Jean-Bernard, RAFFESTIN, C. *Vers un paradigme critique: matériaux pour un projet géographique*. L'Espace Géographique, n° 4, 1978, p. 291-297.

RAFFESTIN, C. *Réflexions sur la géographie. Voir, Organiser, Exister*. Etudes et Carrières, n° 28, 1978, p. 13-17.

RAFFESTIN, C. *Les construits en géographie humaine: notions et concepts*. Geopoint 78, Avignon, Groupe Dupont, p. 55-73.

RAFFESTIN, C. *Migrations pendulaires et écologie humaine*. Médecine et Hygiène, vol. 36, n° 1306, 1978, p. 12-13.

RAFFESTIN, C.; SEVRIN Robert. *Deux agglomérations transfrontalières: la Regio insulensis et la région franco-genevoise*. In: **Actes du cent-unième congrès national des sociétés savantes**, Paris, Bibliothèque Nationale, 1978, p. 41-54.

RAFFESTIN, C. *Du paysage à l'espace ou Les signes de la géographie.* Hérodote, n° 9, janvier/mars 1978, p. 90-104.

1979

RAFFESTIN, C., BRESSO, Mercedes. **Travail, Espace, Pouvoir, Lausanne**. L'Âge d'Homme, 1979, 166 p.

RAFFESTIN, C.; BAILLY Antoine. *La géographie politique.* L'Espace géographique, n° 1, 1979, p. 64.

BRESSO, Mercedes, RAFFESTIN, C. *L'économie de l'environnement: idéologie ou utopie ?* L'Espace géographique, n° 2, 1979, p. 85-92.

RAFFESTIN, C. *La Suisse est-elle en Europe?* Hérodote, n° 14/15, Avril/Septembre 1979, p. 89-92.

RAFFESTIN, C. *La ville comme métaphore.* Médecine et Hygiène, vol. 37, n° 1352, Octobre 1979, p. 3749-3750.

RAFFESTIN, C.; TRICOT, Claude. *Concentration et connexité ou Pour une approche du concept de territorialité.* In: GAUDARD G. (éd.**), Modèles et politiques de l'espace économique**. Tome I, Editions Universitaires Fribourg, Suisse, 1979, p. 181-195.

1980

RAFFESTIN, C. **Pour une géographie du pouvoir**, Paris, LITEC, 1980, 249 p.

RAFFESTIN, C. *Plaidoyer pour une écologie humaine.* Archives suisses d'anthropologie générale, vol. 44, n° 2, 1980, p. 123-129.

RAFFESTIN, Claude. Kish George. *La carte, image des civilisations.* Cahiers de géographique du Québec, vol. 24, n° 63, décembre 1980, p. 475-476.

BAILLY, Antoine; RAFFESTIN, C.; REYMOND, Henri, *Les concepts du paysage: problématique et représentations.* L'Espace géographique, n° 4, 1980, p. 277-286.

RAFFESTIN, C. *Remarques incertaines sur l'axiomatisation en géographie humaine*. Géopoint 80, Avignon, Groupe Dupont, 1980, p. 136-145.

RAFFESTIN, C. *Eléments pour une théorie de la densité.* Médecine et Hygiène, vol. 38, n° 1399, Novembre 1980, p. 3904-3906.

RAFFESTIN, C. *Les paradoxes genevois.* SIA, Bulletin des Ingénieurs et architectes suisses, n° 10, 1980.

RAFFESTIN, C.; TRICOT Claude. *Essai d'un modèle probabiliste de distribution spatiale.* In: Analyse spatio-temporelle en géographie, Avignon, Groupe Dupont, 1980, p. 177- 185, 186-194.

RAFFESTIN, C. *Les notions de limite et de frontière.* In: COLLECTIF, Cartes et Figures de la terre, Paris, Centre G. Pompidou, 1980, p. 412-421.

RACINE, Jean-Bernard, RAFFESTIN, C., RUFFY, Victor. *Echelle et action, contributions à une interprétation du mécanisme de l'échelle dans la pratique de la géographie.* Geographica Helvetica, [Geography in Switzerland. La géographie en Suisse Recueil présenté au 24e Congrès International de Géographie, Tokyo, Août 1980, Berne, Soc. Helv. Sc. Nat. et Zurich, Sté de Géographie-éthnographie], vol. 35, n° 5, 1980, p. 87-94.

1981

RAFFESTIN, C., TSCHOPP Peter, **Du dialogue entre scientifiques et techniciens au dialogue entre producteurs et consommateurs**, Genève, Services industriels, 1981, 175 p.

RAFFESTIN Claude, *Essai de prévision de la demande de logements à Genève 1981-1990*, Genève, Office cantonal du logement, 1981, 21 p.

RAFFESTIN, C. **Per una geografia del potere**, Milano, Unicopli, 1981, 269 p. (Tradução para o italiano).

RAFFESTIN, C. *Québec comme métaphore.* Cahiers de géographie du Québec, vol. 25, n° 64, avril 1981, p. 61-70.

RAFFESTIN, C. *Des mythes d'exorcisme ou à propos de l'éco-développement*. Cahiers de l'IUED: Terrains vagues et terres promises. Les concepts d'éco-développement et la pratique des géographes, n° 12, 1981, p. 203-216.

RAFFESTIN, C. *Pouvoir et communication.* Médecine et Hygiène, vol. 39, n° 1445, novembre 1981, p. 36-41.

RAFFESTIN, C. *Les notions de limite et de frontière et la territorialité*. Regio Basiliensis, n° 2/3, 1981, p. 119-127.

RAFFESTIN, C. *Introduction*. In: COLLECTIF. **Percevoir l'espace: vers une géographie de l'espace vécu**, Actes de la table ronde, Université de Genève, Dépt. de géographie, 1981, p. 3-5.

BAKONYI, Maria; BRESSO, Mercedes; MOESCHLER, Pierre; RAFFESTIN, C. *Produire le travail, produire sa vie*. In: BAKONYI, M.; BRESSO M.; MOESCHLER, P.; RAFFESTIN C., **Demain le Travail**, Paris, Economica, 1981, p. 33-55.

RAFFESTIN, C. *Travail et territorialité*. In: BAKONYI, M.; BRESSO, M., MOESCHLER, P.; RAFFESTIN, C., **Demain le Travail**, Paris, Economica, 1981, p. 147-154

1982

RAFFESTIN, C.; BAKONYI, Maria; BRESSO, Mercedes; MOESCHLER, Pierre; **Demain le Travail.** Paris, Economica, 1982, 154 p.

RAFFESTIN, Claude; FISCHER, Claire; SCARIATI, Renato. *Une image de l'UPIM*. Genève, [s.n.], 1982, 33 p.

RAFFESTIN, C. *La torpeur du consensus ou comment évincer la langue française des échanges culturels helvétiques*. Anthropologie et sociétés, vol. 6, n° 2, 1982, p. 71-80.

RAFFESTIN, C.; BRESSO, Mercedes, *Tradition, modernité, territorialité*. Cahiers de géographie du Québec, vol. 26, n° 68, septembre 1982, p. 185-198.

RAFFESTIN, C. *Remarques sur les notions d'espace, de territoire et de territorialité*. Espace et Sociétés, n° 41, juin/décembre 1982, p. 167-171.

RAFFESTIN, C. *Réflexions sur Le Parasite* (Ouvertures sur Michel Serres, philosophe. De la philosophie à la géographie). L'Espace géographique, vol. 11, n° 1, janv./mars 1982, p. 15-16.

RAFFESTIN, C. *Le blé comme instrument de pouvoir.* Médecine et Hygiène, vol. 40, n° 1492, novembre 1982, p. 390-393.

RAFFESTIN, C. *Le développement urbain de Genève de 1850 à nos jours.* In GUICHONNET, Paul (dir.), Encyclopédie de Genève. 1. Le pays de Genève, Genève, Association de l'Encyclopédie de Genève, 1982, p. 114-124.

RAFFESTIN, C. *Conclusion.* In GUICHONNET Paul (dir.), **Encyclopédie de Genève.** 1. Le pays de Genève, Genève, Association de l'Encyclopédie de Genève, 1982, p. 165-167.

RAFFESTIN, C. *Géographie des groupes nationaux dans les quartiers de la Ville de Genève.* In: CENTLIVRES-DEMONT, M. **Un nouveau regard sur la ville.** Contributions à une ethnologie urbaine, Berne, Société suisse d'ethnologie, 1982, p. 139-148 (Ethnologica Helvetica, n° 6).

RAFFESTIN, C. *Conclusions générales.* In: Géopoint 82. Les territoires de la vie quotidienne. Recherche de niveaux signifiants dans l'analyse géographique, Groupe Dupont, Université de Genève – Université de Lausanne, 1982, p. 427-434.

1983

RAFFESTIN, Claude (dir.), **Geografica politica: teorie per un progetto sociale**: Atti della Tavola rotonda svoltasi a Ginevra il 14-15 ottobre 1982 / promossa dal Dipartimento di geografia dell'Università di Ginevra, Milano, Unicopli, 1983, 147 p.

RAFFESTIN, C.; RACINE, Jean-Bernard (dir.), **L'imagination géographique, les nouveaux indicateurs territoriaux, la marginalité, l'économie submergée**, Géotopiques n° 1, Université de Genève, Université de Lausanne, 1983, 137 p.

RAFFESTIN, C. *La territorialité mal aimée et/ou mal comprise ou les avatars d'une notion mal aimée et/ou mal comprise*. L'Espace Géographique, vol. 12, n° 4, 1983, p. 305- 306.

RAFFESTIN, C. *La géographie électorale de l'Italie.* (compte rendu de lecture de Brusa Claudio, **Geografia elettorale nell'Italia del Dopoguerra**, Unicopli, Milano, 1983, 163 pages) L'Espace géographique, vol. 12, n° 4, 1983, p. 312-313.

RAFFESTIN, C. *Introduction à la géographie sociale des frontières*. Espace Populations Sociétés, n° 1, 1983, p. 87-88.

RACINE, Jean-Bernard, RAFFESTIN, C. *Réflexions sur quelques itinéraires géotopiques.* Géotopiques, Genève, Lausanne, n° 1, 1983, p. 5-24.

RAFFESTIN, C. *L'imagination géographique.* Géotopiques, Genève, Lausanne, n° 1, 1983, p. 25-43.

AYDALOT, Philippe, BAILLY, Antoine, GODBOUT, Jacques, HUSSY, Charles, RAFFESTIN, C.; TURCO, Angelo, *La marginalité: réflexions conceptuelles et perspectives en géographie, sociologie et économie*. Géotopiques, Genève, Lausanne, n° 1, 1983, p. 73-115.

RAFFESTIN, C. *Régulation, échelles et aménagement du territoire*. Médecine et Hygiène, vol. ?, n° 1539, novembre 1983, p. 4033-4034.

RAFFESTIN, C. *Les grandes villes sont frappées de cancer galopante*. Le Temps stratégique, printemps 1983, p. 75-82.

RACINE, Jean-Bernard, RAFFESTIN, C. *L'espace et la société dans la géographie sociale francophone. Pour une approche critique du quotidien.* In: PAELINCK, J., SALLEZ, A. (dir.). **Espace et localisation.** La redécouverte de l'espace dans la pensée scientifique de langue française, Paris, Economica, 1983, p. 304-330.

RAFFESTIN, C.; TRICOT Claude. *Le véritable objet de la science?* In: **Les critères de vérité dans la recherche scientifique.** Actes du Colloque de l'A.P.U.G., Paris, Maloine, 1983, p. 137-145.

1984

RAFFESTIN, C.; SPIESS, E.; GROSJEAN, G., HÜBER, E.; JEANRICHARD, F.; SANGLET, J.-J., **Atlas Suisse**, Wabern-Berne, Office fédéral de la topographie, 1984, vol. ?, p. ?.

RAFFESTIN, C. *Quel logement pour l'avenir? Le cas genevois.* Médecine et Hygiène, vol. 42, n° 1585 bis, 1984, p. 3671-3673.

RAFFESTIN, C. *La diffusion.* Nouvelles: bulletin d'information. Centre européen d'écologie humaine, Genève, 1984, n° 8, p. 2-6.

RACINE, Jean-Bernard, RAFFESTIN, C. *Contribution de l'analyse géographique à l'histoire de l'art: une approche des phénomènes de concentration et de diffusion*. Zeitschrift für Schweizerische Archäologie und Kunstgeschichte, n° 41, 1984, p. 67-75.

RAFFESTIN, C.; TURCO Angelo, *Epistémologie de la géographie humaine*. In: BAILLY Antoine (dir.), **Les concepts de la géographie humaine**, Paris, Masson, 1984, p. 15-22. (nova edição em 1995).

RAFFESTIN, C.; TURCO Angelo, *Espace et pouvoir.* In: BAILLY A. (dir.), **Les concepts de la géographie humaine**, Paris, Masson, 1984, p. 45-50.

RAFFESTIN, C. *Les villes à forte composante étrangère: une mosaïque de territorialité*s. In: KUMPS, A.M., REMY, Jean, WITTERWULGHE R. (dir.), **Du bon usage de la ville.** Utilisateurs et décideurs. Actes du Colloque organisé par la Fac. Sc. Econ., Soc. et Po. des Fac. Univ. St.Louis, Bruxelles, Facultés univ. St-Louis, 1984, p. 79-94.

RAFFESTIN, C. *Territorializzazione, deterritorializzazione, riterritorializzazione e informazione*. In: TURCO, Angelo (dir.). **Regione e regionalizzazione**, Milano, Franco Angeli, 1984, p. 69-82.

RAFFESTIN, C.; LÉVY, Bertrand, BRÜLHART, Armand. *Art et science dans la cartographie régionale genevoise.* In: **Cartographie ancienne de la région de Genève**, Genève, Banque Hypothécaire du canton de Genève, 1984, non paginé.

RAFFESTIN, C. *La carte comme modèle: repères pour une histoi*re. In: Cartographie ancienne de la région de Genève, Genève, Banque Hypothécaire du canton de Genève, 1984, non paginé. (3 pages)

RAFFESTIN, C. *Une géographie politique du pouvoir*. (compte-rendu de lecture sur R. PADDISON, The fragmented State), L'Espace géographique, n° 4, 1984, p. 379.

RAFFESTIN, C. *La territorialité: miroir des discordances entre tradition et modernité.* Revue de l'Institut de Sociologie, Université Libre de Bruxelles, n° 3-4, 1984, p. 437-447

1985

RAFFESTIN, C. **Ecologie générale et écologie humaine**, Cahiers géographiques, n° 1, Genève, Université de Genève, 1985, 154 p.

RAFFESTIN, C.; RACINE, Jean-Bernard (dir.), *L'imagination géographique*. Géotopiques n° 2, Université de Genève, Université de Lausanne, 1985, 147 p.

LAWRENCE Roderick, MOESCHLER Pierre, RABINOWITZ Jacques, RAFFESTIN, C. **Les aspects qualitatifs du logement.** Analyse et bibliographie commentée, Genève, CUEH, 1985, 97 p.

HUSSY, C.; MERCIER, C.; RAFFESTIN, C. *Centralité et concentration*. Cahiers de géographie du Québec, vol. 29, n° 76, 1985, p. 9-28.

RAFFESTIN, C.; CRIVELLI, R. *L'industrie alpine du XVIIIe au XXe siècle: défis et adaptations*. In: Le Alpi e l'Europa, Secondo Convegno, Lugano, Comitato d'Iniziativa per la Cooperazione tra le regioni dell'arco alpino, 1985, 45 p.

RAFFESTIN, C. *Religions, relations de pouvoir et géographie politique.* Cahiers de géographie du Québec, vol. 29, n° 76, 1985, p. 101-107.

RAFFESTIN, C. *Marxisme et géographie politique*. Cahiers de géographie du Québec, vol. 29, n° 77, 1985, p. 271-281.

RAFFESTIN, C. *Langues et pouvoir en Suisse*. L'Espace géographique, n° 2, 1985, p. 151-155.

RAFFESTIN, C. *La carte et le pouvoir: perspectives historiques*. Mensuration, photogrammétrie, génie rural, n° 6, 1985, p. 173-175.

RAFFESTIN, C. *Nature et culture du lieu touristique*. Micros, n° 2, 1985, p. 5-13.

RAFFESTIN, C. *Le concept d'écologie humaine.* Nouvelles: bulletin d'information/ Centre européen d'écologie humaine, Genève, n° 9, 1985, p. 60-68.

RAFFESTIN, C. *Territorialité et torture*. In: COLLECTIF, **La torture.** Le corps et la parole, Fribourg, Ed. universitaires Fribourg, 1985, p. 37-45.

RAFFESTIN, C. *Instruments territoriaux et autonomie.* In: **L'autonomie sociale aujourd'hui.** Actes du colloque de Biviers, novembre 1983, Ed. CEPS et CREA, Grenoble, Presses universitaires, 1985, p. 96-104.

RAFFESTIN, C. *La géographie humaine et économique de Paul Claval.* (compte rendu de lecture) L'Espace géographique, n° 2, 1985, p. 159-160.

RAFFESTIN, C. *A propos de l'imagination géographique ou réflexions dans les marges pour tenter de penser le centre.* Géotopiques, Genève/Lausanne, 1985, p. 5-7.

1986

RAFFESTIN, C. *L'artisanat et l'historicité*. Cahiers de l'IUED : Demain l'artisanat ?, n° 16, 1986, p. 253-261.

RAFFESTIN, C. *Eléments pour une théorie de la frontière.* Diogène, n° 134, avril-juin 1986, p. 3-21.

FISCHER, Claire, MERCIER Claude, RAFFESTIN, C. *William Rosier 1856-1924*. Geographers. Bibliographical Studies, vol. 10, 1986, p. 149-154.

RAFFESTIN, C. *Territorialité: Concept ou Paradigme de la géographie sociale?* Geographica Helvetica, n° 2, 1986, p. 91-96.

RAFFESTIN, C. *De l'idéologie à l'utopie ou la pratique du geografe.* Geographica Helvetica, n° 3, 1986, p. 133-136. (chapitre de RAFFESTIN C., HANTSCHEL R., HUSSY C., WERLEN B., BOESCH M., « Die Rolle der Geographie in der Gesellschaft », p. 126-154)

CRIVELLI Ruggero, RAFFESTIN, C. *Ecosystèmes et systèmes techniques dans les Alpes.* Le Globe, n° 126, 1986, p. 113-119.

RAFFESTIN, C. *Nature et culture du lieu touristique.* Méditerranée, n° 3, 1986, p. 11-17.

RAFFESTIN, C. *Ecogenèse territoriale et territorialité.* In: AURIAC F.; BRUNET, R. (dir.). **Espaces, jeux et enjeux**. Paris, Fayard, 1986, p. 173-185.

RAFFESTIN, C. *Les Alpes ont besoin d'un projet.* In: METTAN G. (dir**.). Les Alpes à l'avant-garde de l'Europe?** Genève, Le Temps Stratégique, 1986, p. 54-56.

RAFFESTIN, C.; FAVEZ, Jean-Claude. *De la Genève radicale à la cité internationale.* In: GUICHONNET Paul (dir.) **Histoire de Genève**. Toulouse, Privat; Lausanne, Payot, [1973] 1986, 3e édition, p. 299-385.

RAFFESTIN, C. (comptes-rendu de lecture) *Haushofer K., De la géopolitique*. Cahiers de géographie du Québec, vol. 30, n° 81, 1986, p. 434-435.

1987

RAFFESTIN, C.; OSSOLA, Carlo; RICCIARDI, M. (dir.). **La frontiera da stato a nazione: il caso Piemonte**, Roma, Bulzoni, 1987, 426 p.

RAFFESTIN, C. *La fonction capitale est-elle nomade?* Urba, 1984, n° 217, p. 132- 135.

RAFFESTIN, C. *Pourquoi n'avons-nous pas lu Eric Dardel?* Cahiers de géographie du Québec, n° 31, 1987, p. 471-481.

RAFFESTIN, C. *Esquisse d'une histoire de l'environnement à travers les catástrofes.* Nouvelles: bulletin d'information / Centre européen d'écologie humaine, Genève, n° 12, 1987, p. 4-6.

RAFFESTIN, C.; TRICOT, C. *Concentration et connexité ou Pour une approche du concept de territorialité.* Brouillon Dupont, n° 15, 1987, p. 85-99.

RAFFESTIN, C. *Repères pour une théorie de la territorialité humaine.* **Débat autour des textes de C. Raffestin et d'I. Joseph**. Cahier / Groupe Réseaux, vol. 3, n° 7, 1987, p. 2-22, 37-43.

1988

RAFFESTIN, C. *Le territoire, la territorialité et la nuit.* Actualités psychiatriques, n° 2, 1988, p. 48-50.

RAFFESTIN, C. *[Sem título]*. Cahiers géographiques, n° 2, Dpt. de géographie, Université de Genève, 1988, p. 110.

RAFFESTIN, C. *Le rôle de la ville d'art dans l'avènement d'une économie de la contemplation.* Cahiers de géographie du Québec, vol. 32, n° 85, 1988, p. 61-66.

RAFFESTIN, C. *Répliques Européennes*. Cahiers de géographie du Québec, vol. 32, n° 87, 1988, p. 344-345.

RAFFESTIN, C. *On n'habite pas le mot territoire ou les paradoxes de l'aménagement contemporain.* Les cahiers médico-sociaux, n° 32, 1988, p. 115-119.

RAFFESTIN, C. *Le rôle de la carte dans une société moderne.* Mensuration Photogrammétrie Génie rural, n° 4, 1988, p. 135-139.

RAFFESTIN, C. *Repères pour une théorie de la territorialité humaine.* In: DUPUY G. et al., Réseaux territoriaux, Caen, Ed. Paradigme, 1988, p. 263-279.

RAFFESTIN, C., CRIVELLI, Ruggero. *L'industria alpina dal XVIII al XX secolo sfide e adattamenti*. In: MARTINENGO E. (dir.), **Le Alpi per l'Europa: una proposta politica.** Milan, Jaca Book, 1988, p. 161-184.

RAFFESTIN, C. *L'écologie humaine et le vieillissement*. Revue du club international de coopération, vol. IV , n° 11/12, 1988, p. 49.

RAFFESTIN, C. *Des "appareils" pour construire des images*. In: TURCO A., **Verso una teoria geografica della complessità**, Milano, Unicopli, 1988, p. I-IV.

RAFFESTIN, C. *Le Salève ou "l'île promise" des Genevois*. In: Le grand livre du Salève, Genève, Tribune Editions, 1988, p. 10-21.

RAFFESTIN, C. *Eléments pour une théorie du sol*. In: La construction sous contrôle? Ed. par C.E.A.T . Lausanne, Presses polytechniques romandes, 1988, p. 185-189.

RAFFESTIN, C. *Eléments pour une autre problématique en géographie politique.* In: La Geografia Espanola y Mundial en los Años Ochenta, Madrid, Ed. Univ. Complutense, 1988, p. 277-287.

RAFFESTIN, C. *Le logement à Genève: évolution et perspectives*. Habitation, n° 9, 1988, p. 10-11.

RAFFESTIN, C. *Postface.* In: RATZEL F. **Géographie politique**. Trad.: Rusch, P., sous la direction scientifique de Hussy C., Paris, Economica, 1988, p. 378-381.

RAFFESTIN, C. *La Suisse ne serait-elle plus en Europe?* Domaine public, n° 912, 23 juin 1988.

RAFFESTIN, C. (comptes-rendu de lecture) Québec, Regards sur l'architecture du Vieux-Québec. Cahiers de géographie du Québec, vol. 32, n° 86, 1988, p. 185-186.

1989

SANTSCHI, Catherine, RAFFESTIN, Claude et al. (dir.), **Encyclopédie de Genève.** L'industrie, l'artisanat et les arts appliqués, tome 7, Fribourg, Office du livre, 1989, 251 p.

RAFFESTIN, C.; MOESCHLER, Pierre; VICARI, Jacques; LAWRENCE, Roderick; QUINCEROT, Richard; CHAPPUIS, Pierre. **Le bruit dans la ville.** Genève, Service d'urbanisation de la ville de Genève, 1989, 180 p. (Cahiers d'urbanisme).

RAFFESTIN, C. *Théorie du réel et géographicité*. EspacesTemps, n° 40-41, 1989, p. 26-31.

HUSSY, Charles; RAFFESTIN, C. *La Regio Genevensis. Le canton et son hinterland.* Regio Basiliensis, n° 30/2-3, 1989, p. 133-142.

RAFFESTIN, C. *Les limites écologiques à la croissance démographique*. Revue suisse d'économie politique et statistique, 1989, vol. 125, n° 3, p. 453-459.

RAFFESTIN, C. *En guise de préface*. In: FARINELLI, F., **Pour une théorie générale de la géographie**, Georythmes, n° 5, 1989, n. p. (2 pages)

RAFFESTIN, C. *Préface*. In: LÉVY, B. **Géographie humaniste et littérature:** L'espace existentiel dans la vie et l'œuvre de Hermann Hesse (1877-1962), Genève, Ed. Le concept moderne, 1989, p. 5-8.

RAFFESTIN, C. *Les caractères de l'industrialisation genevoise*. In: RAFFESTIN, C. (dir.), **Encyclopédie de Genève**; l'industrie, l'artisanat et les arts appliqués, tome 7, Fribourg, Office du livre, 1989, p. 5-15.

RAFFESTIN, C.; CUENOD, Michel; GENOUD, Jean-Pascal et al., *Architecture industrielle et forme urbaine*. In: RAFFESTIN C. (dir.), **Encyclopédie de Genève**; l'industrie, l'artisanat et les arts appliqués, tome 7, Fribourg, Office du livre, 1989, p. 192-207.

RAFFESTIN, C. *L'habitation*. In: RAFFESTIN, C.; MOESCHLER, P.; VICARI, J., LAWRENCE, R.; QUINCEROT, R., CHAPPUIS, P., *Le bruit dans la ville*, Genève, Service d'urbanisation de la ville de Genève, 1989, p. 7-10.

RAFFESTIN, C. *Allocution du Vice-Doyen de la faculté des sciences économiques et sociales de l'université de Genève*. In: Collectif, Le lien social. Identités personnelles et solidarités collectives dans le monde contemporain, Actes du xiiie colloque, AISLF, Université de Genève, 1989, p. 10-11

RAFFESTIN, C. *Le Practique politique et le découpage territorial.* Trebails de la Societa de Geografia, Barcelona, Any 1989, vol. 17, p. ?

1990

RAFFESTIN, C.; RACINE, Jean-Bernard (dir.). **Nouvelle Géographie de la Suisse et des Suisses**. Lausanne, Payot, 1990, 607 p.

RAFFESTIN, C. *Territorialités urbaines et action sociale*. Genève, Institut d'études sociales, 1990, 10 p.

RAFFESTIN, C.; LIN, Sophie; HUSSY, Charles. *Le cas d'un canton frontalier. De la gestion d'un sol rare à la dimension régionale*. Aménagement du territoire. Bulletin d'information, n° 3, 1990, p. 32-34.

RAFFESTIN, C. *La frontière comme représentation: discontinuité géographique et discontinuité idéologique*. Cahiers géographiques, n° 3, Dpt. de géographie, Université de Genève, 1990, p. 17-26.

RAFFESTIN, C.; LAWRENCE, Roderick. *An ecological perspective on housing, health and well-being*. Journal of Sociology and Social Welfare, n° 17, 1990, p. 143-161.

RAFFESTIN, C.; LAWRENCE, Roderick. *Human ecology and environmental policies: prospects for politics and planning.* Political Geography Quarterly, vol. 9, n° 2, 1990, p. 103-107.

RAFFESTIN, C. *La frontière comme représentation: discontinuité géographique et discontinuité idéologique*. Relations internationales, n° 63, 1990, p. 295-303.

RAFFESTIN, C. *Le Marché européen. Le déclin possible d'une métropole suisse: Genève*. Revue suisse d'économie politique et de statistique, n° 126, 1990, p. 311-319.

RAFFESTIN, C. *L'évolution géohistorique de la Confédération*. In: RAFFESTIN, C.; RACINE, J.-B. (dir.). **Nouvelle Géographie de la Suisse et des Suisses**. Lausanne, Payot, 1990, p. 23-34.

RAFFESTIN, C.; RACINE, Jean-Bernard. *La territorialité suisse à l'heure des paradoxes*. In: RAFFESTIN, C.; RACINE, J.-B. (dir.). **Nouvelle Géographie de la Suisse et des Suisses**. Lausanne, Payot, 1990, p. 533-564.

RAFFESTIN, C.; TSCHOPP, Peter. "*... et dans vingt ans?"* In: RAFFESTIN, C., RACINE, J.-B. (dir.), **Nouvelle Géographie de la Suisse et des Suisses.** Lausanne, Payot, 1990, p. 565-576.

RAFFESTIN, C. *Profiter de la crise*. Le Courrier, 25 octobre 1990, p. ? [paru précédemment dans le n° 1010 de Domaine public sous le titre de « Genève au crépuscule »] RAFFESTIN Claude, « Ne sortez pas vos révolvers » Domaine public, n° 982, 8 février 1990.

RAFFESTIN Claude, *"(compte-rendu de lecture) Short John, An Introduction to Political Geography*". Cahiers de géographie du Québec, vol. 34, n° 91, 1990, p. 99.

1991

RAFFESTIN, C.; CRIVELLI, Ruggero. *Les zones franches dans le contexte régional élargi*, [s.l.], [s.n.], 1991, 62 p.

RAFFESTIN, C. *Pour une économie du vivant*. Bulletin de l'Académie suisse des sciences humaines, vol. XVI, 1991, p. 18-23.

RAFFESTIN, C. *Technologies et régions.* Habitation, n° 6, 1991, p. 4-5.

RAFFESTIN, C. *Genève ou la passion de la régulation*. In: ALEXANDER, D., TSCHOPP, P. (dir.). *Finance et politique. L'empreinte de Calvin sur les notables de Genève*. Genève, Labor & Fides, 1991, p. 287-291.

RAFFESTIN, C. *Croissance démographique et contraintes écologiques*. In: BLANC, O.; GILLIAND, P. (éd.). **Suisse 2000: enjeux démographiques**, Lausanne, Réalités sociales, 1991, p. 21-29.

RAFFESTIN, C. *Territorialités helvétiques et Europe de demain*. In: PIVETEAU, J.-L. (éd.), **L'espace suisse et l'espace européen.** Actes du colloque de l'Institut de géographie, Fribourg, le 6.6.1991, Fribourg, Institut de géographie, n° 4, 1991, p. 27-32.

RAFFESTIN, C. *Guillaume-Henri Dufour cartografe*. In: **Guillaume-Henri Dufour dans son temps, 1787-1875**. Genève, Société d'histoire et d'archéologie, 1991, p. 125-134.

RAFFESTIN, C. *En marge des marges…* In: COLLECTIF, Colloque Frontière et Confrontation(s), Annemasse, CEREGE, p. 5-6.

1992

CRIVELLI, R.; RAFFESTIN, C. *Et si le soleil ne revenait pas?* Campus: Alpes, la grande menace », Genève, 1992, n. p. (2 pages)

RAFFESTIN, C. *Autour de la fonction sociale de la frontière*. Espaces et sociétés, n° 70/71, 1992, p. 157-164.

RAFFESTIN, C. *Géographie des groupes nationaux dans les quartiers de la ville de Genève*. Ethnologica Helvetica, n° 6, 1992, p. ?

RAFFESTIN, C. *Les Suisses et leur environnement*. Nouvelles, Centre européen d'écologie humaine, Genève, n° 14, 1992, p. 1-24.

CRIVELLI, R.; RAFFESTIN, C. *Blanche Neige et les sept nains, ou la transformation des Alpes en patrimoine commun*. Revue de géographie alpine, tome 80, n° 4, 1992, p. 215-227.

RAFFESTIN, C. *La Suisse et l'immigration: pour un accueil actif.* Schweizerische Zeitschrift für Soziologie, vol. 18, n° 3, 1992, p. 695-706.

RAFFESTIN, C. *Géographie et écologie humaine*. In: BAILLY, A; FERRAS, R.; PUMAIN, D. (dir.). **Encyclopédie de géographie.** Paris, Economica, 1992, p. 23-36.

RAFFESTIN, C. *Le déterminisme revisité (Préface)*. In: BERGERIN, J. **Déterminisme et géographie: Hérodote. Strabon, Albert le Grand et Sébastien Münster**, Sainte-Foy, Presse de l'Université de Laval, 1992, p. IX-XI.

RAFFESTIN, C. *Propriété, espace et territoire*. In: RUEGG, J. et al., **La négociation**. Lausanne, Presses Polytechniques et Universitaires Romandes, 1992, p. 155-163.

RAFFESTIN, C. *Les Alpes Occidentales, terres de frontières?* In: COLLECTIF, L'homme et les Alpes, Grenoble, Glénat, 1992, p. 371-375.

1993

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo, Editoria Atica, 1993, 269p. (Tradução para o português)

RAFFESTIN, C. *Histoire de la notion de risque et de catástrofe*. Nouvelles, Centre d'écologie humaine, Université de Genève, n° 15, 1993, p. 17-22.

RAFFESTIN, C. *Mise en perspective du phénomène urbain et exemples de pathologies urbaines historiques et contemporaines*. Nouvelles, Centre d'écologie humaine, Université de Genève, n° 16, 1993, p. 912.

RAFFESTIN, C. *Le puzzle helvétique ou la mise en scène des paradoxes*. In: VOUTAT, B. (dir.). **Penser le politique**. Regards sur la Suisse, Lausanne, Institut de science politique, 1993, p. 229-243.

RAFFESTIN, C. *Les territorialités alpines ou les paradoxes du dialogue nature-culture*. In: MAINZER, Klaus (dir.) **Economie et Ecologie dans le contexte de l'arc alpin**. Bern, Sonderdruck Haupt, 1993, p. 37-50.

1994

RAFFESTIN, C. *Les racines rurales de la culture européenne et le défi du XXIe siècle,* Diogène, n° 166, 1994, p. 3-20.

RAFFESTIN, C. *La Suisse dans vingt ans.* Geographica Helvetica, n° 2, 1994, p. 81-86.

RAFFESTIN, C. *Mise en perspective des éco-audits à partir des concepts de l'écologie générale et humaine*. Nouvelles: bulletin d'information / Centre européen d'écologie humaine, Genève, n° 17, 1994 p. 103-106.

RAFFESTIN, C. *Introduction. Les environnements en Suisse: Etat des lieux.* Nouvelles: bulletin d'information / Centre européen d'écologie humaine, n° 18, 1994, p. 3-6.

RAFFESTIN, C. *Préface.* In: JOUVE, B. **Urbanisme et frontière: le cas franco-genevois**, Paris, L'Harmattan, 1994, p. 7-10.

LAWRENCE, R.; RAFFESTIN, C. *Mythical and ritual constituents of the city*. In: NEARY, S.J., et al. (dir.). **The Urban Experience.** A people environment perspective, London, E & FN Spon, 1994, p. 31-43.

RAFFESTIN, C. *Circulation, communication et pouvoir*. (Extrait de Pour une géographie du pouvoir), In: OFFNER J-M. (dir.), **Réseaux, territoires et organisation sociale**. Paris, Ed. la Documentation française, n° 740, 1994, p. 54-56.

RAFFESTIN, C. *Territoires, territorialités et argent*. In: RAFFESTIN, C., PIOLLE, X. (dir.), **Fin des territoires ou diversification des territorialités**, Université de Pau, 10-11 octobre 1994, (não publicado).

1995

RAFFESTIN, C.; LOPRENO, Dario; PASTEUR, Yvan. **Géopolitique et histoire**. Lausanne et Paris, Payot, 1995, 329 p.

PINI, Giuseppe, RAFFESTIN, C. (dir.), **Les territoires de l'avenir:** une invention des réseaux? Actes du séminaire, 5 au 9 septembre 1994, Sion, Institut universitaire Kurt Bösch (IKB), 1995, 150 p.

RAFFESTIN, C. *Les conditions d'une écologie juste.* Cahiers Vilfredo Pareto: Revue européenne des sciences sociales, [n° intitulé Pour repenser la sociologie de la connaissance scientifique], vol. 23, n° 102, 1995, p. 5-15.

RAFFESTIN, C. *Les ingérences paradoxales de la pensée de la pensée écologique.* Nouveaux cahiers de l'IUED: Ecologie contre nature. Développement et politiques d'ingérences, n° 3, 1995, p. 41-51.

RAFFESTIN, C. *De la diversité donnée à la diversité produite*. In: GONSETH, M.-O., HAINARD, Jacques, KAEHR, Roland (dir.), **La différence**. Neuchâtel, Musée d'ethnographie, 1995, p. 93-107.

RAFFESTIN, C. *Langue et territoire. Autour de la géographie culturelle*. In: WALTY S., WERLEN B., Kulturen und Raum: theoretische Ansätze und empirische Kulturforschung in Indonesien : Festschrift für Professor Albert Leemann, Zurich, Verlag Ruegger, p. 87-104.

RAFFESTIN, C. Introduction. In: **Genève 360°**. Priuli & Verlucca, Editori, Genève, Editions Olizane, 1995. (Egalement édition italienne)

RAFFESTIN, C. *Notes en marge*. In: PINI, G., RAFFESTIN, C., **Séminaire: les territoires de l'avenir: une invention des réseaux?**, Sion, Institut universitaire Kurt Bosch, 1995, p. 145-146.

1996

RAFFESTIN, C. Le Labyrinthe du monde » Cahiers Vilfredo Pareto : Revue européenne des sciences sociales, Tome XXXIV , n° 104, 1996, p. 111-124.

RAFFESTIN, C. *De la nature aux images de la nature.* Espaces et Sociétés, n° 82-83, 1996, p. 37-52. (Les échelles de l'espace social).

RAFFESTIN, C. Introduction. Nouvelles: bulletin d'information, Centre européen d'écologie humaine, Genève, n° 19, 1996, p. 5-8.

RAFFESTIN, C. *Quelques remarques sur l'interdisciplinarité.* Nouvelles: bulletin d'information, Centre européen d'écologie humaine, Genève, n° 20, 1996, p. 13-15.

RAFFESTIN, C. *Quelques suggestions pour lire la terre.* Point, Ligne, Surface, journal officieux du département de géographie de l'Université de Genève, n° 1, 1996, n.p.

RAFFESTIN, C. Préface. In: OFFNER J.-M., PUMAIN D. (dir.), **Réseaux et territoires.** Significations croisées, La Tour-D'Aigues, Ed. de l'Aube, 1996, p. 5-11.

RAFFESTIN, C. *Les conditions d'une écologie juste.* In: Incertaine planète. XXXV Rencontres internationales de Genève, 1995, Neuchâtel, Editions à la Baconnière, 1996, p. 43-79.

RAFFESTIN, C. *Penser, classer, utiliser la nature.* In: Natures en tête, Neuchâtel, Musée d'Ethnographie, 1996, p. 71-84.

RAFFESTIN, C. *Les Alpes sont-elles un "bien commun".* In: KÖRNER M., WALTER F . (dir.), Quand la montagne aussi a une histoire. Mélanges offerts à J.-F. Bergier, Berne, Haupt, 1996, p. 113-120.

RAFFESTIN, C.; RACINE, Jean-Bernard. *La Suisse à l'heure des paradoxes*. In: BRUNET R. (dir.), **Géographie universelle**, Volume Europe du Nord, Europe médiane sous la direction de MARCHAND J.-P ., NIQUET P ., Paris, Belin, Reclus, 1996, p. 400-420.

1997

RAFFESTIN, C. *Dans les parages de Luis Prieto.* Cahiers Ferdinand de Saussure, n°50, 1997, p. 145-161.

RAFFESTIN, C. *Le rôle des sciences et des techniques dans les processus de territorialisation*. Cahiers Vilfredo Pareto : Revue européenne des sciences sociales, vol. 35, n° 108, 1997, p. 93-106.

RAFFESTIN, C. *Le rôle des sciences de l'homme.* Campus, Juillet-septembre 1997, p. 10-11.

RAFFESTIN, C. *Ville et hospitalité.* In: COLLECTIF Ville et hospitalité. Textes de synthèse du séminaire, Paris, Fondation de la Maison des sciences de l'homme, série document de travail, novembre 1997, p. 30-37, p. 62-63.

RAFFESTIN, C. Réinventer l'hospitalité » Communication, n° 65, 1997, p. 165-176.

RAFFESTIN, C*. Les fondements interdisciplinaires de l'étude des Alpes*. In: **Mélanges inter et transdisciplinarité**. Institut Kurt Bosch, 1997.

RAFFESTIN, C. *Foucault aurait-il pu révolutionner la Géographie*? » in FRANCHE D., PROKHORIS S., ROUSSEL Y . (éd.), Au risque de Foucault, Paris, Centre Georges Pompidou, Centre Michel Foucault, coll. Supplémentaires, 1997, p. 141-149.

1998

RAFFESTIN, C.; DELALOYE, Michel; BUSCALIA, Mario (dir.). **Les Alpes et la science: une relation complexe**. Sion, Institut Universitaire Kurt Bösch (IKB), 1998, 115 p.

RAFFESTIN, C. *Permanence et changement en géographie*. Cahiers Vilfredo Pareto: Revue européenne des sciences sociales, vol. XXXVI, n° 110, 1998, p. 45-52.

RAFFESTIN, C. *Les paradoxes du paysage*. Compar(a)ison : An International Journal of Comparative Litterature (Comparison), Bern, n° 2, 1998, p. 109-118.

RAFFESTIN, C.; LÉVY, Bertrand. *Epistémologie de la géographie humaine*. In: BAILLY A. (dir.). **Les concepts de la géographie humaine**. Paris, A. Colin, 1998 [2001], p. 25-36.

RAFFESTIN, C.; BARAMPAMA, Angelo. *Espace et pouvoir*. In: BAILLY A. (dir.), **Les concepts de la géographie humaine**. Paris, Colin, 1998 [2001], p. 63-71.

RAFFESTIN, C.; DELALOYE, Michel, BUSCAGLIA, Marino, « Introduction » in COLLECTIF, Les Alpes et la Science: une relation complexe, Université alpine d'été, Sion, Institut Kurt Bosch, p. 7-9.

RAFFESTIN, C. *Elisée Reclus et les Alpes*. In: COLLECTIF , Les Alpes et la Science : une relation complexe, Université alpine d'été, Sion, Institut Kurt Bosch, p. 11-20

1999

LÉVY, Bertrand; RAFFESTIN, C. (dir.), **Ma ville idéale.** Genève, Editions Metropolis, 1999, 247 p.

RAFFESTIN, C. *Images et identités territoriales*. Relatório apresentado no Congrès Il mondo e i luoghi. Geografie del identità e del cambiamento, Torino, Ires, 1999, p. ?

RAFFESTIN, C. *La mise en scène des silhouettes ou les saisons du savoir*. Cahiers Vilfredo Pareto: Revue européenne des sciences sociales, Tome XXXVII, n° 113, 1999, p. 293-296.

RAFFESTIN, C. *Penser la durée plutôt que l'espace*. [L'avenir du fédéralisme ? Le puzzle helvétique en questions (5)] Domaine public, 1999.

RAFFESTIN, Claude, « Un enjeu européen : vivre, penser, imaginer les Alpes » Revue de géographie alpine, tome 87, n° 1, 1999, p. 21-30.

2000

RAFFESTIN, C. *Les projets de fusion territoriale: entre politique et économie.* Bulletin de la Société Neuchâteloise de Géographie, n° 44, 2000, p. 9-18.

RAFFESTIN, C. *Catastrophes naturelles ou catastrophes humaines?* In: Actes du 5e Colloque transfrontalier CLUSE, Université de Genève, 2000, p. 11-18.

RAFFESTIN, C. *Le théâtre du monde*. L'Alpe, n° 7, 2000, p. 25-29.

RAFFESTIN, C. *Les enjeux du dialogue entre scientifiques, décideurs et citoyens.* In: BERTHOLET Jean-Luc et al., **Quels systèmes énergétiques pour le XXIe siècle?** Genève, Centre universitaire d'étude des problèmes de l'énergie, Cuepe, Université de Genève, 2000, p. 243-246.

2001

RAFFESTIN, C. *Les Alpes entre mythe et réalités: les géographes inventent les Alpes.* Revue de géographie alpine, vol. 89, n° 4, 2001, p. 13-26.

RAFFESTIN, C. *Et si les discours de la géographie humaine n'étaient que l'histoire d'un exil?* In: BENOIST J., MERLINI F. **Historicité et espatialité**. Le problème de l'espace dans la société contemporaine, Paris, Librairie Philosophique Vrin, 2001, p. 187-202.

RAFFESTIN, C. *La région comme processus dynamique et comme producteur de sens*. In: COLLECTIF, **L'espace local en mutation**. Lausanne, Presses universitaires romandes, 2001, p. 85-94.

2002

RAFFESTIN, C. *Quelques mots pour se souvenir*. In: COLLECTIF. **La territorialité.** Une théorie à construire. En hommage à Claude Raffestin. Actes du colloque du 28 septembre 2001 et HUSSY Jocelyne, Le défi de la territorialité (extrait), Cahiers géographique, n° 4, Dpt. de géographie, Université de Genève, 2002, p. 219-221.

RAFFESTIN, C. *Fonder l'économie sur la connaissance*. L'Alpe, n° 17, 2002, n. p. 24

2003

RAFFESTIN, C. *Quelques repères pour une écologie du travail humain.* Le Globe, n° 143, 2003, p. 4758.

RAFFESTIN, C.; FISCHER, Claire; MERCIER, C. *Entre la politique et la science, un géographe genevois: William Rosier*» Le Globe, n° 143, 2003, p. 13-25.

RAFFESTIN, C. *Statistique, espace, pouvoir*. Bulletin; Swiss Statistical Society, n° 47, 2003, p. 7-10.

RAFFESTIN, C.; BERTHOUD, G. *Penser et classer dans les sciences humaines. Pour une autre science sociale*. Cahiers Vilfredo Pareto: Revue européenne des sciences sociales, vol. 41, n° 127, 2003, p. 71-85.

2004

LÉVY Bertrand, RAFFESTIN, C. (dir.). **Voyage en ville d'Europe.** Géographies et littérature, Genève, Editions Metropolis, 2004, 320 p.

RAFFESTIN, C. Turin ou la capitale paradoxale. In: LÉVY, B., RAFFESTIN, C. (éd.), **Voyage en ville d'Europe.** Géographies et littérature, Genève, Editions Metropolis, 2004, p. 191-213.

RAFFESTIN, C. *Genève comme métaphore de la diversité.* In: COLLECTIF , Colloque petite enfance : Familles d'ici, familles d'ailleurs, Genève, Délégation à la petite enfance, Ville de Genève, 2004, p. ?.

RAFFESTIN, C. *Quelques réflexions sur l'évolution des choses ou le devenir des infrastructures énergétiques.* In: HOLLMULLER, P., LACHAL, B. et al. **Démantèlement des infrastructures de l'énergie**, Actes de la 14ème journée du Cuepe, Genève, CUEPE, mai 2004, p. 3-8.

2005

RAFFESTIN, C. **Dalla nostalgia del territorio al desiderio di paesaggio**. Elementi per una teoria del paesaggio, Firenze, Aliean Editrice, 139 p.

RAFFESTIN C. *Conflits et guerres.* In: BAUDOUÏ R., GRICHTING A. (dir.), **Urbicide – urgence – durabilité. Reconstruction et mémoire**, Actes du colloque de l'IAUG du 9 et 10 novembre 2000, Genève, 2005, p. 911.

RAFFESTIN C. *L'actualité et Michel Foucault.* EspacesTemps.net, Actuel, 2005. (7 p.)

RAFFESTIN C. « Préface » in PRICEPUTU A. M., GREPPIN H., DEGLI AGOSTI R., Enveloppes de viabilité territoriale et changement climatique en Suisse, Les cahiers géographiques, n° 6, Dpt. de géographie, Université de Genève, 2005, p. 5-6.

RAFFESTIN C. *L'ordre et le désordre ou les paradoxes de la frontière*. In: DE OLIVEIRA C. M. (dir.), Territorio sem limites. Estudos sobre fronteiras, Campo Grande (Brasil), Ed. UFMS, 2005, p. 16-20.

2006

RAFFESTIN Claude, « Réflexions hétérodoxes sur la globalisation » Cahiers Vilfredo Pareto: Revue européenne des sciences sociales, vol. 44, n° 134, 2006, p. 247-257.

RAFFESTIN Claude, « Alpes suisses » in Dictionnaire encyclopédique des Alpes. Vol. 1. Encyclopédie des Alpes, Grenoble, Editions Glénat, 2006, p.140-144.

RAFFESTIN Claude, « Alpes européennes » in Dictionnaire encyclopédique des Alpes. Vol. 1. Encyclopédie des Alpes, Grenoble, Editions Glénat, 2006, p. 145-147

RAFFESTIN Claude, « Nouvelles technologies » in Dictionnaire encyclopédique des Alpes. Vol. 1. Encyclopédie des Alpes, Grenoble, Editions Glénat, 2006, p. 348-351.

RAFFESTIN Claude, « L'industria: dalla realtà materiale alla "messa in immagine" » in Dansero E., Vanolo A. (dir.), **Geografie dei paesaggi industriali in Italia**, Milano, Franco Angeli, 2006, p. 19-36.

2007

RAFFESTIN, C. *La ville dans tous ses états*. In: CUNHA, Antonio, MATTHEY Laurent (coord.), **La ville et l'urbain:** des savoirs émergents, Lausanne, Presses Polytechniques et universitaires romandes, 2007, p. 155-174.

RAFFESTIN, C. *Storia di un ruscello.* In: SCHMIDT DI FRIEDBERG M. (éd**.), Elisée Reclus, natura e educazione**. Milano, Mondadori, 2007, p. 294-296.

RAFFESTIN, C. *A proposit d'algunes paradoxes limitologiques.* Documents d'analisi Geogràfica, vol. 50, 2007, p. 121-133.

2008

RAFFESTIN Claude. *Dwelling*. In: BONAMI, F.(dir.), **YouPrison.** Riflessioni sulla limitazione di spazio e libertà, Torino, Fondazione Sandretto Re Rebaudengo, p. 44-45.

2009

RAFFESTIN, C. *Magique, la montagne*? L'Alpe, vol. 43, 2009.

2012

RAFFESTIN, Claude. *Space, territory and territoriality*. Environment and Planning D : Society and Space, 2012, vol. 30, pp. 121-141.